



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

SILVANA SILVA DE FARIAS ARAUJO

**A CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS FALADO
EM FEIRA DE SANTANA-BA: SOCIOLINGÜÍSTICA E
SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Salvador
2014

SILVANA SILVA DE FARIAS ARAUJO

**A CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS FALADO
EM FEIRA DE SANTANA-BA: SOCIOLINGUÍSTICA E
SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Dante Lucchesi

Salvador
2014

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Araujo, Silvana Silva de Farias.

A concordância verbal no português falado em Feira de Santana - BA : sociolinguística e sócio-história do português brasileiro / Silvana Silva de Farias Araujo. - 2014.
342 f.: Il.

Inclui anexos.

Orientador: Prof. Dr. Lucchesi, Dante.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2014.

1. Sociolinguística - Feira de Santana (BA). 2. Língua portuguesa - Concordância - Feira de Santana (BA). I. Lucchesi, Dante. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras.
III. Título.

CDD - 401.98142
CDU - 81'27(813.8)

SILVANA SILVA DE FARIAS ARAUJO

A CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS FALADO
EM FEIRA DE SANTANA-BA: SOCIOLINGUÍSTICA E SÓCIO-
HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora em Linguística, Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 14 de fevereiro de 2014.

Banca Examinadora

Dante Lucchesi – Orientador
Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professor Titular na Universidade Federal da Bahia

Norma Lucia Fernandes de Almeida
Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas
Professora Titular na Universidade Estadual de Feira de Santana

Jorge Augusto Alves da Silva
Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia
Professor Titular na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Alan Norman Baxter
Doutor em Linguística pela Australian National University
Professor Adjunto na Universidade Federal da Bahia

Jacyra Andrade Mota
Doutora em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professora Associada na Universidade Federal da Bahia

À memória de **Gerson Alfredo de Araújo** (meu sogro),
pela amizade, exemplos, honradez e pela sua alegria ao ter me visto
aprovada na seleção para o Doutorado.

Ao Professor **Dante Lucchesi**, por sua importância na minha formação
acadêmica.

AGRADECIMENTOS

De certa forma, vejo a defesa de uma tese como a finalização de uma etapa de preparação acadêmica e o início de uma nova fase profissional. Assim, acho justo fazer publicamente os agradecimentos a pessoas que foram importantes para que eu chegasse a essa etapa divisória. Eu poderia apenas agradecer a pessoas que foram importantes no que se refere a aspectos acadêmicos e profissionais, mas, como disse, num certo dia, a minha amiga Norma Lúcia Fernandes de Almeida, sou muito emotiva, e, por isso, não posso agradecer assim. Deixo, portanto, registrados os meus mais sinceros e abrangentes agradecimentos:

Aos meus queridos colegas e amigos do Campus XV da UNEB, onde trabalhei e onde pude aprender muito. Sou-lhes muito grata pela calorosa recepção que lá recebi e por terem possibilitado a minha transferência da UNEB para a UEFS. Foi na minha volta para a UEFS que reencontrei caminhos para pensar o tema desta tese.

À Carla Luzia Carneiro Borges, mais do que amiga ou colega, uma verdadeira irmã. À Terezinha (minha sogra), com uma SAUDADE DO TAMANHO DO MUNDO, e a todos os meus amigos (que, felizmente, entenderam a minha reclusão!). Não tenho como nomear todos aqui...

Às companheiras da UEFS: Norma Lúcia Fernandes de Almeida, Eliana Pitombo Teixeira, Josane Moreira de Oliveira, que me apoiaram em tantos momentos e me deram todo o incentivo no mundo da pesquisa. À Josane, agradeço muito por ter me ensinando a usar o GoldVarb, além da companhia, principalmente nos momentos iniciais da tese. Aos bolsistas de Iniciação Científica do NELP pela contribuição com os *corporas* e aos amigos historiadores Clovis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira e Jean Marcel Oliveira Araujo, por terem me feito pensar o “fato histórico”.

Às Professoras Ione Celeste de Souza, Ângela Cecília de Souza Rodrigues, Deize Crespim Pereira, Izete Lehmkuhl Coelho, Isabel Monguilhot, Silvia Rodrigues Vieira, Alan Baxter, Alexandre Monte, Constância Maria Borges de Souza e Marta Scherre, pela solicitude e gentileza em me enviarem textos seus e de colegas (alguns inéditos), os quais em muito me ajudaram a pensar o tema da concordância verbal.

A Deus, que está em mim e ao meu redor! Aos meus irmãos de fé, que me deram força e paciência para prosseguir nos meus estudos: Meu pai, Dona Alfreda, Dona Hilda, Seu João, Irmã Pretinha (esses *in memoriam*) e “Luta”, grande presente na minha vida.

Aos tantos bons professores que tive, desde os tempos das Sacramentinas. À Professora Maria Luíza Braga, por ter me apresentado à Sociolinguística, durante um curso na UEFS. À Ilza Ribeiro, sou muito agradecida por ter me incentivado a fazer uma pós-graduação *stricto sensu* e pelas ajudas, embora nunca tenha percebido o quanto estava me ajudando...

Ao Professor Dante Lucchesi, sou muito grata por todo o apoio, consideração e conhecimentos que tenho recebido desde o dia em que o conheci, sendo um excelente orientador, demonstrando ser uma pessoa de enorme grandeza intelectual e pessoal.

Aos Professores Jorge Augusto Alves da Silva e Alan Baxter por terem participado do Exame de Qualificação desta tese, apontando-me os pontos positivos, os negativos e sugerindo-me caminhos.

Aos colegas do Departamento de Letras e Artes da UEFS, principalmente, aos da Área de Linguística, por terem me dispensado das atividades de ensino por quatro anos. Registro o agradecimento também à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEFS, pelo incentivo, inclusive com a bolsa de doutorado.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura da UFBA, pela solicitude, em especial a Ricardo Luiz, que me orientou muito bem na execução dos procedimentos administrativos.

A Luiz Antônio Costa Araújo, que sempre me apoiou, dando-me força em diferentes momentos dos nossos vinte e cinco anos de vida em comum, mostrando-me a força de um grande amor.

A Rafael e Juliana, por serem filhos tão compreensivos e especiais. A Ana Flávia, por ter me alegrado, com suas visitas, nesses tempos de tese.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba: sociolinguística e sócio-história do português Brasileiro. 341 f. il. 2014. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo central discutir a formação e a caracterização atual da realidade sociolinguística brasileira, tomando como tema específico o uso variável da concordância verbal com a terceira pessoa do plural, no português falado em Feira de Santana, município do interior da Bahia, estado da região Nordeste do Brasil. Parte-se do princípio de que as variedades populares do português brasileiro caracterizam-se por uma extrema redução na sua morfologia flexional, motivada por questões sócio-históricas, sendo a principal delas o contato entre línguas, resultante da importação de um enorme contingente populacional de africanos escravizados por três séculos no Brasil e relegados a um perverso sistema de exclusão social ao longo da história brasileira. Acredita-se que tais condições sociais repercutiram significativamente na estrutura da língua portuguesa, fazendo com que houvesse uma bipolarização de normas linguísticas no Brasil, com um polo que abriga as variedades cultas, estas mais próximas da norma-padrão, e outro que abriga as variedades populares, marcadas, como se expôs acima, por processos de extrema redução na sua morfologia flexional. Nesse sentido, com este estudo, investigou-se, com os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, bem como de estudos sócio-histórico-demográficos da comunidade de fala pesquisada, como se encontram distribuídos os dois polos sociolinguísticos em Feira de Santana. Foi analisado um total de 48 entrevistas, sendo 36 da norma popular (12 gravadas na zona rural e 24 na zona urbana) e 12 da norma culta urbana. Constatou-se que, não obstante as contínuas mudanças ocorridas no Brasil a partir do século XX, ainda há uma bipolarização de normas no português falado em Feira de Santana. Essa constatação empírica foi interpretada como um reflexo da polarização sociolinguística que ainda caracteriza a sociedade brasileira na atualidade (LUCCHESI, 2001, 2002 e 2006).

Palavras-chave: Sócio-história do português brasileiro; Concordância verbal; Feira de Santana.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. The verbal agreement in Portuguese spoken in Feira de Santana-BA: sociolinguistics and socio-history of Brazilian Portuguese. 341 pp. ill. 2014. Thesis (Ph.D.) – Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ABSTRACT

This thesis aims to discuss the formation and the current characterization of Brazilian sociolinguistic reality, taking as a specific subject the variation in subject-verb agreement for the third-person plural in samples of Portuguese spoken in Feira de Santana, a municipality in the inner of Bahia, state in the region northeastern Brazil. It starts from the principle that the popular varieties of Brazilian Portuguese characterized by an extreme reduction in its inflectional morphology, motivated by socio-historical facts, the main one being the contact between languages, resulting of the importing a enormous population of African slaves for three centuries in Brazil and relegated to a perverse system of social exclusion throughout Brazilian history. It is believed that such social conditions have affected significantly the structure of the Portuguese language, causing a bipolarization of linguistic norms in Brazil, one pole housing the standard norm and another the non-standard varieties, these, as said above, with an extreme reduction of inflectional morphology. Thus, this study investigates, with the theoretical and methodological assumptions of Variationist Sociolinguistics (as well as socio-historical-demographic community researched speech) how are distributed the current organization of the two poles sociolinguistic in Feira de Santana. We analyzed a number of 48 interviews, 36 of the nonstandard speech (12 of which were carried out with informants from the countryside and 24 from the urban area) and 12 of the standard speech (literate informants). It was found that, despite the continuous changes in Brazil from the twentieth century, there is still a bipolarization of norms in the Portuguese spoken in Feira de Santana. This empirical observation was interpreted as a reflection of sociolinguistic polarization that still characterizes the Brazilian society today (LUCCHESI, 2001, 2002 and 2006).

Keywords: Socio-history of Brazilian Portuguese; Verbal agreement; Feira de Santana.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. L'Accord verbal du portugais parlé à Feira de Santana dans l'État de Bahia: sociolinguistique et socio-historique du portugais brésilien. 341 f. il. 2014. Thèse (Ph.D.) – Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RÉSUMÉ

L'objectif central de la présente thèse est d'examiner la formation et la caractérisation actuelle de la réalité sociolinguistique brésilienne, en prenant comme thème spécifique l'utilisation variable de l'accord verbal de la troisième personne du pluriel dans le portugais parlé à Feira de Santana, ville de l'intérieur de Bahia, située dans la région nord-est du Brésil. On part du principe que les variétés populaires du portugais brésilien se caractérisent par une extrême réduction dans leur morphologie flexionnelle, motivées par des raisons socio-historiques. La principale est le contact entre les langues résultant de l'importation d'un énorme contingent populationniste des Africains-esclaves durant trois siècles au Brésil et condamnés à la relégation d'un pervers système d'exclusion sociale tout au long de l'histoire brésilienne. On croit que telles conditions sociales ont réverbéré significativement la structure de la langue portugaise en provoquant une bipolarité des normes linguistiques au Brésil, avec un pôle qui abrite les variantes cultivées les plus proches de la norme standard, et l'autre qui abrite les variantes populaires, marquées, comme mentionné, par des processus d'extrême réduction dans leur morphologie flexionnelle. Dans ce sens, avec cette étude, on enquête, avec les presupposés théoriques et méthodologiques de la Sociolinguistique Variationniste, ainsi que des études socio-historico-démographiques de la communauté de parlars objet de la recherche comme il se trouvent distribués les deux pôles sociolinguistiques à Feira de Santana. A été analysé un total de 48 interviews, 36 de la norme populaire (12 enregistrées dans la zone rurale et 24 dans la zone urbaine) et 12 de la norme urbaine cultivée. On a constaté que malgré des changements continuels ayant eu lieu au Brésil à partir du XX siècle, il existe encore une bipolarité des normes du portugais parlé à Feira de Santana. Cette constatation empirique a été interprétée comme un réflexe de la bipolarité qui caractérise encore la société brésilienne actuelle (LUCCHESI, 2001, 2002 e 2006).

Mots Clés: Socio-historique du portugais brésilien; Accord verbal; Feira de Santana.

LISTA DE FIGURAS, MAPAS, QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

FIGURAS E MAPAS

Figura 1	Comparação entre número médio de anos de estudo entre brancos e negros.....	114
Figura 2	Representação espacial do Município de Feira de Santana.....	125
Mapa 1	Localização de Feira de Santana na Bahia.....	127
Mapa 2	Grandes áreas e regiões econômicas Bahia, 2003.....	128
Figura 3	Representação espacial do Distrito da Matinha.....	171
Figura 4	Foto de rua da Matinha.....	173

QUADROS

Quadro 1	Demografia histórica da sociedade brasileira, segundo proposta de Mussa (1991).....	95
Quadro 2	Estimativas de migração para o Brasil, apresentada por Venâncio (2007, p. 362).....	96
Quadro 3	Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil.....	105
Quadro 4	Taxas de analfabetismo na população de mais de 15 anos em países da América Latina.....	106
Quadro 5	Taxa de analfabetismo em Portugal ao longo do século XX.....	120
Quadro 6	Número de africanos importados, segundo Holanda (1963, p. 61)....	121
Quadro 7	Pessoas de 4 anos ou mais de idade que frequentam escola por grau de cursos no município de Feira de Santana 1980/2000.....	169
Quadro 8	Critérios para a seleção dos informantes da amostra.....	237
Quadro 9	Apresentação dos informantes da norma popular urbana (feirenses filhos de feirenses).....	238

Quadro 10	Apresentação dos informantes da norma rural (feirenses filhos de feirenses).....	238
Quadro 11	Apresentação dos informantes da norma popular (feirenses filhos de migrantes).....	239
Quadro 12	Apresentação dos informantes da norma culta (feirenses filhos de feirenses).....	239
Quadro 13	Grupos selecionados como favorecedores da aplicação da regra de CV padrão na fala culta de Feira de Santana-Ba.....	256
Quadro 14	Grupos selecionados como favorecedores da aplicação da regra de CV padrão na fala popular de Feira de Santana-Ba.....	276
Quadro 15	Variáveis selecionadas nas normas culta e popular de Feira de Santana.....	302
Quadro 16	Variáveis selecionadas em diferentes <i>corpora</i> do PE segundo investigação feita por Monte (2012, p. 161).....	303
Quadro 17	Variáveis selecionadas no cômputo geral dos dados da fala feirense.....	304

GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição geral dos resultados de Monguilhott (2009).....	179
Gráfico 2	Distribuição geral dos resultados de Araujo (2010a, 2011a).....	182
Gráfico 3	Resultados gerais de estudos sobre a concordância verbal com P6 no português popular.....	187
Gráfico 4	Resultados gerais de estudos sobre a concordância verbal com P6 com informantes escolarizados.....	187
Gráfico 5	Concordância verbal com P6 com informantes cultos.....	188
Gráfico 6	Distribuição geral dos dados da norma culta feirense.....	244
Gráfico 7	Distribuição geral dos dados da norma popular feirense.....	244
Gráfico 8	Distribuição pelas faixas etária do uso da CV padrão na fala culta de Feira de Santana-Ba.....	260
Gráfico 9	Atuação da <i>faixa etária</i> no uso da CV padrão com P6 na fala culta (pesos relativos).....	262

Gráfico 10	Atuação das variáveis <i>sexo</i> e <i>faixa etária</i> uso da CV padrão na fala culta feirense	266
Gráfico 11	Distribuição dos resultados pelas <i>faixas etárias</i> no uso da CV padrão na fala culta e popular de Feira de Santana-Ba.....	290
Gráfico 12	Atuação da <i>faixa etária</i> no uso da CV na fala culta e popular de Feira de Santana-Ba (pesos relativos).....	290
Gráfico 13	Atuação da <i>faixa etária</i> no uso da CV na comunidade de fala de Feira de Santana-Ba, com dados da norma culta e da popular (pesos relativos).....	292

TABELAS

Tabela 1	Distribuição dos engenhos – Comarca da Bahia.....	133
Tabela 2	Distribuição dos engenhos – Freguesia da Cidade da Bahia.....	134
Tabela 3	Quantidade de escravos constantes em inventários <i>post mortem</i> na região do Alto Sertão da Bahia, com base na descrição feita por Neves (2008, p. 194-205) 1758 – 1895.....	144
Tabela 4	Frequência de escravos por plantel 1768 – 1833.....	146
Tabela 5	Origem, cor e gênero dos escravos 1768 – 1883.....	147
Tabela 6	Origem, cor e gênero dos escravos 1850 – 1870 Alto Sertão – Região Nordeste-Itapicuru.....	147
Tabela 7	Origem, cor e gênero dos escravos – 1748 a 1749 Chapada Diamantina – Rio de Contas.....	149
Tabela 8	Reprodução da tabela “população livre e escrava termo de Feira de Santana, 1835”, apresentada por Freire (2011, p. 391).....	155
Tabela 9	Crescimento absoluto e relativo da população urbana e rural residente no município de Feira de Santana, Bahia 1940 – 2010.....	158
Tabela 10	A Faixa etária e a aplicação da concordância verbal com sujeitos P1, P4 e P6 no português dos Tongas, segundo estudo de Lopes e Baxter (<i>op. cit.</i>).....	188

Tabela 11	Reprodução da tabela apresenta por Rodrigues (<i>op. cit.</i> , p. 200) concernente aos resultados da variável sexo.....	191
Tabela 12	Concordância verbal e escolaridade, segundo estudo de Souza (2011, p. 188).....	193
Tabela 13	Distribuição das ocorrências de referência à primeira pessoa do discurso no plural (<i>nós</i> e <i>a gente</i>) na função sintática de sujeito entre as faixas etárias dos informantes de Helvécia-Ba.....	207
Tabela 14	Distribuição geral dos resultados nas subamostras pesquisadas.....	244
Tabela 15	Frequência de uso da concordância verbal com P6, tomando-se por base alguns estudos sobre o português popular urbano brasileiro.....	245
Tabela 16	Atuação do fator <i>baixa ou nula escolarização</i> na aplicação da regra padrão da concordância verbal com P6, tomando-se por base alguns estudos sobre o português urbano brasileiro	246
Tabela 17	Distribuição geral dos dados da CV com P6 na fala culta feirense.....	249
Tabela 18	Atuação da variável <i>Sexo</i> na realização da regra padrão de CV com P6 na fala culta na Feira de Santana-Ba.....	257
Tabela 19	Atuação da variável <i>Realização e Posição do sujeito</i> no uso da regra padrão de CV com P6 na fala culta de Feira de Santana-Ba.....	259
Tabela 20	Atuação da variável <i>Faixa etária</i> na realização da regra padrão de CV com P6 na fala culta de Feira de Santana-Ba.....	261
Tabela 21	Frequência de CV padrão com P6 na fala culta segundo o cruzamento das variáveis <i>Sexo</i> e <i>Faixa etária</i>	265
Tabela 22	Atuação da variável <i>Indicação de plural no SN sujeito</i> no uso da CV padrão com P6 na fala culta feirense.....	267
Tabela 23	Distribuição das variantes da CV com P6 nos fatores da variável <i>Forma do último constituinte do SN Sujeito que está antes do verbo</i> na fala culta feirense.....	268
Tabela 24	Distribuição das variantes da CV com P6 após o amalgamento de fatores da variável <i>Forma do último constituinte do SN Sujeito que está antes do verbo</i> na fala culta feirense.....	269
Tabela 25	Distribuição das variantes da CV com P6 nos fatores da variável <i>Saliência fônica</i> na fala culta feirense.....	271
Tabela	Distribuição das variantes da CV com P6 nos fatores da variável <i>Traço</i>	

26	<i>semântico do sujeito</i> na fala culta feirense.....	272
Tabela 27	Distribuição das variantes da CV com P6 nos fatores da variável <i>Tipo de verbo</i> na fala culta feirense.....	272
Tabela 28	Distribuição geral dos dados da CV com P6 na fala popular feirense.....	273
Tabela 29	Distribuição geral dos resultados das variantes referentes à concordância verbal com P6 pelos subtipos da norma popular feirense.....	274
Tabela 30	Atuação da variável <i>Saliência fônica</i> no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense.....	277
Tabela 31	Atuação da variável <i>Concordância nominal</i> no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense.....	281
Tabela 32	Atuação da variável <i>Realização e posição do sujeito</i> no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense.....	283
Tabela 33	Frequência de CV padrão com P6 na fala popular segundo o cruzamento das variáveis <i>Realização e posição do sujeito</i> e <i>Saliência Fônica</i>	285
Tabela 34	Distribuição das variantes da CV com P6 nos fatores da variável <i>Efeito de gatilho</i> na fala popular feirense.....	287
Tabela 35	Atuação da variável <i>Efeito de gatilho</i> no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense (após amalgamento).....	288
Tabela 36	Atuação da variável <i>Faixa etária</i> no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense.....	289
Tabela 37	Atuação da variável <i>Faixa etária</i> no uso da CV padrão com P6 na comunidade de fala de Feira de Santana (normas popular e culta).....	291
Tabela 38	Atuação da variável <i>Sexo</i> no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense.....	292
Tabela 39	Frequência de CV padrão com P6 na fala popular segundo o cruzamento das variáveis <i>Sexo</i> e <i>Faixa etária</i>	294
Tabela 40	Frequência de CV padrão com P6 na fala popular segundo o cruzamento das variáveis <i>Sexo</i> e <i>Faixa etária</i> (resultados detalhados).....	294
Tabela 41	Atuação da variável <i>Tipo de verbo</i> no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense.....	295

Tabela 42	Atuação da variável <i>Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo</i> no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense.....	297
Tabela 43	Atuação da variável <i>Traço semântico do sujeito</i> na fala popular feirense.....	298
Tabela 44	Distribuição das variantes da CV com P6 nos fatores da variável <i>Indicação de plural no SN sujeito</i> na fala popular feirense.....	299
Tabela 45	Atuação da variável <i>Diazonalidade do sujeito</i> na fala popular feirense.....	300
Tabela 46	Atuação da variável <i>Diazonalidade</i> na fala feirense (cultura e popular).....	301

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
------------	----

1ª PARTE

Pressupostos teóricos: contribuições ao debate sobre a formação e a descrição do português brasileiro

CAPÍTULO 1 – A TEORIA	26
------------------------------	-----------

1.1	SOBRE A NECESSIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	26
1.2	ALGUNS PRESSUPOSTOS PARA UMA ANÁLISE CONTEXTUALIZADA DA VARIAÇÃO E DA MUDANÇA LINGUÍSTICA.....	28
1.3	A LINGUÍSTICA HISTÓRICA IMANENTE OU “A LINGUÍSTICA DIACRÔNICA”.....	32
1.3.1	A linguística histórica imanente (ou “a linguística diacrônica”) no século XX.....	37
1.3.1.1	A perspectiva estruturalista.....	37
1.3.1.2	A perspectiva gerativista.....	43
1.3.1.3	A perspectiva da Sociolinguística Paramétrica.....	46
1.4	A LINGUÍSTICA HISTÓRICA CONTINGENCIAL.....	48
1.4.1	A construção de propostas sócio-histórico-culturais.....	48
1.4.2	A Sociolinguística Variacionista.....	51
1.4.3	A heterogeneidade ordenada e a mudança linguística.....	55
1.4.4	Questões centrais numa teoria contextualizada da mudança linguística e a Sociolinguística Histórica.....	62
1.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO: RUMO A UMA SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	69

CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	74
--	-----------

2.1	UMA INTRODUÇÃO	74
2.2	A TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR E A DERIVA ROMÂNICA: DUAS PROPOSTAS TEÓRICAS PARA A GÊNESE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	75
2.2.1	A transmissão linguística irregular.....	76
2.2.2	A deriva românica.....	81
2.3	POR UMA SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	90
2.3.1	Demografia histórica do PB: A diversidade de línguas e de	

	culturas.....	91
2.3.2	Fluxos migratórios: o constante deslocamento de pessoas e de culturas.....	98
2.3.3	Urbanização e escolarização: dois processos tardios.....	100
2.3.3.1	Urbanização no Brasil numa perspectiva sócio-histórica.....	100
2.3.3.2	Escolarização no Brasil numa perspectiva sócio-histórica.....	104
2.3.3.3	História da escolarização da população negra no Brasil.....	113
2.3.3.4	Comparação entre a escolarização brasileira e a portuguesa.....	118
2.4.	FINALIZANDO O CAPÍTULO.....	121

CAPÍTULO 3 – A COMUNIDADE DE FALA **124**

3.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BA: UMA INTRODUÇÃO.....	124
3.1.1	Um município entre o Semiárido (o interior/ o sertão) e o Recôncavo (“o litoral mais próximo”)	127
3.2	OCUPAÇÃO E (RE)POVOAMENTO DE REGIÕES BAIANAS.....	129
3.2.1	Ocupação e (re)povoamento em Feira de Santana-Ba.....	139
3.3	ALGUMAS QUESTÕES SOBRE CONTATOS LINGUÍSTICOS NA BAHIA: DADOS SÓCIO-HISTÓRICO-DEMOGRÁFICOS.....	142
3.3.1	Uma “pausa” em Feira de Santana-Ba.....	152
3.4	QUESTÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO EM FEIRA DE SANTANA: PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA-CULTURAL.....	156
3.5	QUESTÕES SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO EM FEIRA DE SANTANA: PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA-CULTURAL.....	166
3.6	A COMUNIDADE DA MATINHA.....	171
3.7	SÍNTESE: CONSIDERAÇÕES PARA UMA SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA DA LÍNGUA FALADA EM FEIRA DE SANTANA-BA.....	175

CAPÍTULO 4 – O FENÔMENO EM ESTUDO **177**

4.1	A CONCORDÂNCIA VERBAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS ESTUDOS SOBRE A FORMAÇÃO E A DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	177
4.2	A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: CONTRIBUIÇÕES DE ALGUNS ESTUDOS.....	193
4.2.1	Algumas questões Pontuais.....	201
4.3	A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: DEFININDO A PERSPECTIVA DE ANÁLISE.....	206
4.3.1	Questões centrais, objetivos e hipóteses.....	208
4.3.1.1	Questões centrais.....	208
4.3.1.2	Objetivos: geral e específicos.....	208
4.3.1.3	Objetivo geral.....	208
4.3.1.4	Objetivos específicos.....	208

4.3.1.5	Hipóteses gerais.....	209
---------	-----------------------	-----

2ª PARTE

Fundamentos metodológicos: método e materiais

CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA E INSTRUMENTOS PARA LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS..... 212

5.1	A VARIÁVEL DEPENDENTE.....	212
5.2	CRITÉRIOS PARA A EXCLUSÃO DE DADOS.....	214
5.3	AS VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS OU OS GRUPOS DE FATORES.....	215
5.4	AS VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS SOCIOCULTURAIS: CARACTERIZAÇÃO E HIPÓTESES ESPECÍFICAS.....	216
5.4.1	Faixa etária.....	216
5.4.2	Escolaridade.....	219
5.4.3	Diazonalidade.....	220
5.4.4	Relação com a migração.....	222
5.4.5	Sexo do informante.....	224
5.5	AS VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS LINGUÍSTICAS: CARACTERIZAÇÃO E HIPÓTESES ESPECÍFICAS.....	226
5.5.1	5.5.2 As Variáveis linguísticas.....	226
5.5.1.1	Realização e posição do sujeito.....	227
5.5.1.2	Concordância nominal no sujeito.....	225
5.5.1.3	Indicação de plural no SN sujeito.....	228
5.5.1.4	Caracterização semântica do sujeito.....	229
5.5.1.5	Tipo de verbo.....	230
5.5.1.6	Saliência fônica.....	230
5.5.1.7	Efeito de gatilho.....	234
5.5.1.8	Forma do último constituinte SN sujeito que está antes do verbo.....	235
5.6	AMOSTRA UTILIZADA.....	236
5.7	O SUPORTE ESTATÍSTICO.....	239
5.8	SÍNTESE	241

3ª PARTE

Análise empírica: a concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba

CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 243

6.1	RESULTADOS GERAIS.....	243
-----	------------------------	-----

6.2	A CV COM P6 NA FALA CULTA DE FEIRA DE SANTANA: ANÁLISE QUALITATIVA.....	248
6.3	A CV COM P6 NA FALA CULTA DE FEIRA DE SANTANA: ANÁLISE QUANTITATIVA.....	256
6.3.1	Sexo do informante.....	256
6.3.2	Realização e posição do sujeito.....	259
6.3.3	Faixa etária do informante.....	261
6.3.4	Indicação de plural no SN sujeito.....	266
6.4	DISCUTINDO AS VARIÁVEIS NÃO SELECIONADAS NO <i>CORPUS</i> DA NORMA CULTA.....	268
6.4.1	Forma do último constituinte do SN Sujeito que está antes do verbo.....	268
6.4.2	Saliência fônica.....	270
6.4.3	Caracterização semântica do sujeito.....	271
6.4.4	Tipo de verbo.....	272
6.5	A NORMA POPULAR FEIRENSE.....	273
6.5.1	Saliência fônica.....	277
6.5.2	Concordância nominal no SN sujeito.....	281
6.5.3	Realização e posição do sujeito.....	282
6.5.4	Efeito de gatilho.....	286
6.5.5	Faixa etária do informante.....	288
6.5.6	Sexo do informante.....	292
6.5.7	Tipo de verbo.....	295
6.5.8	Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo.....	297
6.6	AS VARIÁVEIS NÃO SELECIONADAS NO <i>CORPUS</i> DA NORMA POPULAR.....	297
6.7	SÍNTESE DOS RESULTADOS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ENCONTRADOS.....	301
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	306
	REFERÊNCIAS.....	310
	ANEXOS.....	338

INTRODUÇÃO

O uso variável da concordância verbal tem sido um tema muito estudado com dados do português brasileiro. Praticamente, em todos os estados do Brasil, há pesquisadores que se dedicam ou que se dedicaram a sistematizar essa variação. O que motivou a autora desta tese a tomar esse tema como seu objeto de estudo não foi, entretanto, a ideia de trazer mais resultados sobre a concordância verbal a partir de uma nova amostra; como, aliás, é propalado em muitos dos estudos consultados para a elaboração desta pesquisa. Pode-se dizer que a principal motivação para a escolha desse tema assenta-se na forma exemplar com que este proporciona a discussão sobre a polêmica formação da realidade sociolinguística brasileira. Nesse sentido, em linhas gerais, o tema morfossintático torna-se até secundário, sendo um meio e não um fim propriamente dito.

Para que melhor fique entendido o que foi afirmado acima, é preciso situar a variação no uso da concordância verbal de número como uma área particular da gramática entrelaçada por aspectos socioculturais. A compreensão para a existência desse entrelaçamento norteia-se, neste estudo, pela sócio-história brasileira, marcada pela colonização portuguesa exploratória (que resultou numa divisão de classes bem nítida), e que levou a que houvesse também uma demarcação nas normas linguísticas utilizadas no Brasil, com níveis altos de variação na concordância de número, principalmente quando comparadas com a situação do português europeu, cujas motivações sócio-históricas foram diferenciadas.

Dentre os aspectos sócio-históricos que mais se acredita que foram decisivos para a formação bipolarizada da realidade linguística brasileira está a forte presença de africanos, nativos de línguas diversas que adquiriram o português como segunda língua, numa situação de transmissão linguística irregular. Para além desse aprendizado defectivo do português, é preciso considerar a discriminação a que foram submetidas a população africana e os afrodescendente que, associada aos processos tardios de industrialização e de urbanização no Brasil, culminaram por perpetuar a situação diglósica brasileira.

Assim, acredita-se que os níveis de variação na flexão verbal de número observados no português do Brasil, bem como os processos diferenciados de mudança linguística que se identificam em seu interior, têm origem nas condições particulares de

formação da identidade linguística brasileira. Parte-se do princípio de que a grande maioria da população que habitava o Brasil, quando de seu processo de formação, adquiriu uma gramática em que configuravam as formas verbais sem flexão e que essa característica ficou definida na população mais diretamente relacionada a esse grupo. Entende-se, igualmente, que, com as profundas e contínuas mudanças ocorridas no Brasil, a partir do século XX, os usos diferenciados entrecruzam-se com os cultos, influenciando-se mutuamente (LUCCHESI, 2001).

No tocante especificamente à concordância verbal de número, a ideia que se defende neste estudo é o de que houve perda da morfologia flexional e que, gradativamente, a população usuária do português popular a está adquirindo em seu processo de interação com os falantes escolarizados. Assim, a hipótese de trabalho difere da defendida por outros pesquisadores (NARO e SCHERRE, 1987; OLIVEIRA, 2005, entre outros) que partiram da premissa de que o português brasileiro rumo a um sistema sem marcas de concordância de número. Como será discutido nos capítulos 4 e 6, defende-se que, para se definir o que é conservador e inovador nas variações linguísticas do português brasileiro, faz-se necessário, primeiramente, considerar a história sociolinguística diferenciada das duas de suas normas: a popular e a culta.

Nesse sentido, com este estudo, busca-se investigar, por meio de uma análise variacionista laboviana da concordância verbal no português falado no município de Feira de Santana, o perfil sociolinguístico dessa comunidade de fala. Como a variação morfossintática investigada é de natureza sociocultural, torna-se possível analisar em que nível se encontra o entrecruzar-se de normas na área estudada, que se caracteriza, inclusive, por ser um centro de confluência de culturas, devido a sua condição de maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste do Brasil, além de possuir grande influência no cenário econômico local e regional.

Em vista das afirmações feitas acima, fica claro que, para desenvolver esta pesquisa, foi fundamental desenvolvê-la com um viés sócio-histórico, de modo que foi necessária a apropriação de estudos sociológicos e históricos, além de dados sócio-demográficos. Nessa linha de raciocínio, foi utilizada, por exemplo, uma variável explanatória sociocultural que é pouco utilizada nos estudos sociolinguísticos variacionistas, a que envolve a relação do informante com a migração. Além disso, na interpretação dos resultados empíricos, busca-se inter-relacioná-los a dados sobre a sócio-história da comunidade de fala pesquisada, ou seja, intenta-se, por exemplo, averiguar se houve consequências linguísticas em face da grande leva de migrantes

oriundos de diversas regiões interioranas do Brasil que se radicaram em Feira de Santana, bem como do praticamente recente desenvolvimento urbano ocorrido no município.

A exposição foi organizada em seis capítulos. No **primeiro**, traça-se um percurso dos estudos sobre a variação e, principalmente, sobre a mudança linguística, abordando-se desde concepções formalistas a até socio-histórico-culturais. Defende-se que uma abordagem contextualizada da mudança linguística não pode ser encaixada na concepção tradicional do ramo da Linguística Histórica, em que se compreendiam as mudanças de forma genérica e categórica, sem que uma gama de aspectos externos à estrutura linguística envolvidos nesse processo fosse levada em consideração. Assim, considerando a distinção feita por Mattos e Silva (2008), este estudo filia-se aos estudos da *linguística histórica* e não da *diacrônica*.

Após apresentar, no primeiro capítulo da tese, o quadro teórico deste estudo, discutem-se, no **segundo**, questões sobre a formação do português brasileiro, abordando-se além de aspectos referentes às duas principais hipóteses interpretativas para a sua gênese, a da deriva e a da transmissão linguística irregular, aspectos sócio-históricos fundamentais, a exemplo da diversidade de línguas e de culturas no Brasil colonial e imperial; os fluxos migratórios; os tardios processos de urbanização e de escolarização; a escolarização da população negra no Brasil. O objetivo do capítulo é discutir a situação geral da formação do português brasileiro para melhor contextualizar a formação da variedade linguística de Feira de Santana.

No **terceiro capítulo**, particulariza-se a discussão relativa à sócio-história da realidade linguística brasileira, trazendo um panorama das principais características atuais e pretéritas do município de Feira de Santana-Ba, de modo que o falar feirense é tomado como um exemplar do processo multivariado que deu origem aos falares brasileiros. O principal propósito de trazer esses dados sócio-históricos foi apresentar informações que subsidiem a análise sociolinguística da concordância verbal no português falado no município.

No **quarto** capítulo, faz-se uma explanação acerca do tema morfossintático escolhido para subsidiar a análise sobre a formação da realidade sociolinguística brasileira: a concordância verbal de número. Faz-se um apanhado geral das pesquisas já realizadas no Brasil, expondo pontos convergentes e divergentes dos resultados. Chamam atenção as diferenças encontradas nos resultados de pesquisas que investigaram a fala de informantes escolarizados e as que consideraram informantes

analfabetos ou semianalfabetos, representantes da classe sócio-econômico-cultural mais baixa da população.

No **quinto**, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na investigação empírica, a exemplo da prática adotada na seleção dos dados, do programa estatístico utilizado e da amostra investigada. A maior parte do capítulo trata, contudo, da forma de controlar a investigação empírica, ou seja, são especificadas as variáveis explanatórias utilizadas na investigação. Ressalta-se que, a princípio, pretendia-se investigar a variação com a primeira e a terceira pessoa do plural (P4 e P6, respectivamente), mas, por razões que serão detalhadas no capítulo 5 e 6, optou-se por apenas apresentar uma análise variacionista do uso variável com P6. Pretendia-se analisar o uso variável da concordância verbal com sujeitos dessas duas pessoas gramaticais e não apenas com a P6, como faz a maioria dos estudiosos, por se ter em mente que a variação com P4 é ainda mais típica do vernáculo popular brasileiro, principalmente, por abrigar variantes que não tem quaisquer motivações fonológicas, a exemplo do que ocorre com a variação com P6 em contextos fonológicos de pouca saliência. Contudo, esbarrou-se na limitação de dados de formas verbais acompanhadas da expressão de sujeito de primeira pessoa do plural que não fosse a forma inovadora “a gente”, o que levava a escassez de dados, algo negativo no trabalho do sociolinguista.

No **sexto** e último capítulo, são apresentados os resultados acerca da variação analisada. A realização dessa etapa foi importante, pois possibilitou averiguar em que nível se encontra o entrecruzar-se de normas linguísticas na fala feirense. Foi possível ainda testar o comportamento das variantes em relação aos grupos de fatores, comparando, inclusive, os resultados obtidos com os alcançados em outras pesquisas e, também, identificando tendências de mudanças.

1ª Parte

**PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE A
FORMAÇÃO E A CARACTERIZAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

CAPÍTULO 1 – A TEORIA

Neste capítulo, são apresentadas as concepções teóricas que embasaram o entendimento acerca da variação no uso da concordância verbal na comunidade de fala pesquisada e, de forma ampla, a compreensão sobre a história e a caracterização do português brasileiro. Em linhas gerais, centra-se num ponto fundamental para uma análise consistente dessas questões: a necessidade de os usos linguísticos serem analisados em sua correlação a fatos sócio-histórico-culturais. Para tanto, foi traçado, no capítulo, um panorama de como essa interpretação – que, para alguns, pode soar como óbvia – estabeleceu-se na linguística. Ressalta-se que, preliminarmente, na seção 1.1, são feitas breves considerações sobre epistemologia linguística.

1.1 SOBRE A NECESSIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Estudar a linguagem humana exige muito do pesquisador, principalmente, por duas questões: (i) o fato de os fenômenos que são estudados envolverem assuntos de naturezas diversas (aspectos físicos, biológicos, gramaticais, psicológicos, ideológicos, sociais etc); (ii) a inexistência de modelos teóricos que focalizem simultaneamente porções diferentes da realidade linguística (BORGES NETO, 2010). Assim, uma dificuldade enfrentada por linguistas reside, justamente, no fato de o fenômeno sob análise abarcar questões de naturezas díspares e nem sempre relacionáveis. Diante disso, áreas da linguística como a sociolinguística, que busca aliar a análise estrutural a análises da chamada estrutura externa (isto é, que correlacionam os usos linguísticos aos seus contextos sócio-histórico-culturais), já dão em si um salto para o entendimento desse objeto complexo que é a linguagem humana¹.

Nesse sentido, ao ser focalizada a linguística como uma ciência, de antemão, suscita-se uma série de discussões concernentes à teoria do conhecimento. A propósito, Lucchesi (2004, p. 52), ao discorrer sobre o estabelecimento da linguística como uma ciência autônoma, destaca a articulação feita entre a teoria e a prática de

¹ Atente-se ao fato de a teoria sociolinguística considerar, em suas análises empíricas, variáveis de diferentes naturezas, como estilísticas, sociais, estruturais, fonéticas, sócio-históricas e, até mesmo, ideológicas, as quais possibilitam uma análise mais abrangente do fenômeno linguístico. Esse tópico será discutido com detalhes ainda neste capítulo.

pesquisa, no sentido de que são realizados vários procedimentos para operacionalizar os trabalhos investigativos:

É fato que a linguística, como qualquer outra ciência, não pode prescindir da abstração como uma operação indispensável para a sua realização enquanto saber sistemático e formalizado. Por isso, quando falamos em objeto de uma ciência, pensamos menos na soma de manifestações imediatas, do que num conjunto articulado de apreensões mediadas por determinações inerentes ao modo através do qual o sujeito apreende o seu objeto de estudo. Ou seja, por objeto do conhecimento entendemos representação, construção teórica, e não o *objeto em si*. Isto não significa, entretanto, conferir ao sujeito do conhecimento uma reserva de arbítrio em termos absolutos. Estão sempre em julgamento, por um lado, os princípios teóricos que presidem a construção do objeto – considerando-se o fato de eles convocarem ou não um conjunto satisfatório de determinações que garantam ao objeto uma representação adequada –, e por outro, os procedimentos práticos que demonstram a adequação da representação teórica às manifestações mais imediatas do objeto, que são, em última instância, o ponto de partida do processo cognitivo.

Nessa linha de raciocínio, apresentam-se, neste capítulo, as escolhas teórico-metodológicas feitas para o trabalho empírico aqui realizado. Expõe-se, assim, a concepção epistemológica que norteou a pesquisa do uso variável da concordância verbal de número na comunidade de fala de Feira de Santana-Ba. Antes disso, é apresentado um percurso dos estudos linguísticos sobre o escrutínio da variação e da mudança linguística, destacando também a concepção de linguagem/ língua subjacente nos momentos de hegemonia de diferentes modelos teórico-metodológicos. Nesse sentido, cabe fazer preliminarmente algumas colocações concernentes a questões epistemológicas relacionadas à ciência linguística, o que se faz, de forma sucinta, a seguir.

Dascal e Borges Neto (1991) discorrem com muita propriedade sobre essas questões, destacando a necessidade de se distinguir, quando se trata de ciência, o objeto observacional do objeto teórico. Ao tratarem do objeto de estudo da linguística, destacam a relação dialética estabelecida pelo dado passível de investigação e pela “maneira” como o mesmo é analisado, isto é, salientam como o **objeto observacional** ganha o estatuto de **objeto teórico**, de “objeto pensado”, de construto teórico que delimita a pesquisa:

Se ignorarmos momentaneamente as eventuais diferenças de *extensão* dos objetos observacionais, e considerarmos que todas as teorias

lingüísticas delimitam o mesmo objeto observacional, encontraremos as razões da diversidade teórica nas divergências metodológicas e ontológicas que certamente ocorrerão quando da passagem do objeto observacional para o objeto teórico. (DASCAL e BORGES NETO, 1991, p. 21)

Logo, por objeto observacional de uma teoria científica, entende-se o conjunto de fenômenos que o cientista assume como o alvo de sua investigação – sentenças de uma dada língua, por exemplo². Já o objeto teórico é a construção ou o modelo (quer descritivo quer explicativo) que o pesquisador planifica como representação adequada do objeto observacional – a forma como as sentenças são analisadas (nesse caso em que se exemplificou o objeto observacional com sentenças). Desse modo, no nível observacional, o objeto pode ser o mesmo para todos os modelos, mas o teórico ser diferente. Essa diferença existe porque os objetivos, os problemas, os instrumentais, as entidades básicas são distintas, além de serem distintas as concepções de língua e até mesmo de linguística. Disso decorre a existência de diferentes procedimentos metodológicos e de diferentes interpretações, causando, por vezes, eternos debates por meio dos trabalhos científicos. Sobre essa questão, Saussure (1973 [1916], p.15) já afirmava “[...] Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, [...] é o ponto de vista que cria o objeto”.³

Assim sendo, para entender a diferença entre os diversos modelos teórico-metodológicos no cenário linguístico, é fundamental entender a maneira como é concebido os seus respectivos objetos de estudo. Por isso, correlacionando essa questão com a pesquisa sobre o entendimento da variação e da mudança linguística fica evidente como esse entendimento depende do enfoque dado a esses fenômenos típicos das línguas naturais. A propósito, são feitas, na próxima seção, algumas colocações acerca das principais formas de se compreender as variações e as mudanças linguísticas. Conforme ficará demonstrado, embora os fenômenos em estudo sejam os mesmos, as conclusões a que se chega são diferentes em face de os objetos teóricos serem díspares.

² De certa maneira, a escolha do objeto observacional já traz em si o primeiro momento da elaboração teórico-metodológica, uma vez que a porção da realidade a ser analisada relaciona-se aos objetivos da pesquisa. Basta lembrar, por exemplo, que os filólogos da antiguidade clássica tomavam como fonte de estudo textos escritos canônicos justamente por terem objetivos e premissas normativo-prescritivos.

³ No capítulo seguinte, discorre-se sobre a formação do PB, defendendo-se que as diferentes propostas para esse fato podem ser, do mesmo modo, entendidas como diferentes formas de olhar o fenômeno linguístico, quais sejam: de maneira apenas imanente/estrutural ou de maneira contextualizada sócio-histórico-culturalmente.

1.2 ALGUNS PRESSUPOSTOS PARA UMA ANÁLISE CONTEXTUALIZADA DA VARIAÇÃO E DA MUDANÇA LINGUÍSTICA

As variações e as mudanças pelas quais as línguas passam, há muito, têm instigado a realização de estudos ou até mesmo provocado a curiosidade em especialistas ou leigos. Os trechos seguintes extraídos da gramática do renascentista Fernão de Oliveira⁴ ilustram essa afirmação:

[...] os homens falam do que fazem; e portanto os aldeãos não sabem as falas da corte e os sapateiros não são entendidos na arte de marear, nem os lavradores d'Antre-Douraminho entendem as novas vozes que est'ano vieram de Tunez com suas gorras. (Cap. XXXII, p. 128, l. 18-22)

Mas não é muito de maravilhar, diz Marco Varrão, que as vozes enveleçam e as velhas alghũa hora pareçam mal, porque também envelhecem os homens cujas vozes ellas são. [...] (Cap. XXXVI, p. 129, l. 24-26)

E mui poucas são as cousas que duram por todas ou muitas idades em hum estado, quanto mais as falas que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juízos e tratos dos homens. E esses homens entendem, julgam e tratam por diversas vias e muitas, às vezes segundo quer a necessidade, e às vezes segundo pedem as inclinações naturaes (Cap. XXXVI, p. 130 l. 2-7)

A análise científica desses fenômenos, contudo, é recente, podendo ser identificado com o final do século XVIII, precisamente com o trabalho do inglês William Jones⁵. Sobre esses momentos importantes da linguística histórica, são feitas explanações nas próximas seções; por ora, faz-se uma categorização de diferentes abordagens do estudo da variabilidade e das mudanças linguísticas, a qual precisa ser bem explicitada, **principalmente por ser pertinente para a ideia defendida nesta tese de que o entendimento sobre a realidade linguística brasileira não pode ser alcançado sem se considerar os contextos sócio-histórico-culturais brasileiros.**

Considerando que o interesse pela formação do PB insere-se no campo da *Linguística Histórica*, primeiramente, cabe destacar que uma abordagem

⁴ Foi utilizada a edição de autoria de Torres e Assunção (2000).

⁵ William Jones foi um juiz inglês que exercia funções em Calcutá e descobriu textos hindus antigos e divulgou, em 1786, a hipótese de que as semelhanças entre o sânscrito, o grego e o latim não poderiam ser atribuídas ao acaso e postulou que essas línguas tinham uma origem comum. Nesse sentido, Mounin (1967, p. 164) salienta que outros estudiosos já haviam apontado o provável parentesco entre essas línguas, mas que a mesma só adquiriu visibilidade a partir da apresentação de Jones à Sociedade de Bengala e, ainda mais, a partir dos trabalhos de Schlegel em 1808.

contextualizada da mudança linguística não pode ser enquadrada na vertente tradicional desse ramo da linguística, em que se compreendiam as mudanças de forma genérica e categórica, havendo uma unidirecionalidade para a mudança linguística: uma forma “X” mudaria para forma “Y”, sem que uma gama de aspectos externos à estrutura linguística envolvidos nesse processo fosse levada em consideração.

Assim, é possível relacionar essa discussão com as duas orientações para *linguística histórica* propostas por Mattos e Silva (2008). A autora, ao discorrer sobre essa área da linguística, argumenta que o pesquisador das mudanças linguísticas pode optar por fazer ou **linguística histórica sócio-histórica** ou outro tipo de estudo que denomina **linguística diacrônica associal** e sintetiza essa classificação contrapondo a **linguística histórica** à **linguística diacrônica**. No segundo item dos dois pares, destaca a natureza intralinguística e intrassistêmica para o entendimento da mudança linguística, sendo os seus principais modelos a *teoria neogramática*, o *estruturalismo* e o *gerativismo diacrônicos*, com, obviamente, particularidades teórico-conceitual-metodológicas, assemelhando-se, apesar disso, por não levarem em conta as motivações sociais que conduzem as mudanças nas línguas. Por sua vez, no primeiro item dos pares, Mattos e Silva aloca teorias que ratificam a importância de fatores extralinguísticos em suas análises, destacando como precursores os trabalhos dos linguistas Antoine Meillet e Hugo Schuchardt e de alguns dialetólogos europeus do início do século XX. Nessa linha, a autora admite ser a teoria sociolinguística variacionista a mais completa, por associar fatores internos e externos no entendimento do funcionamento e da mudança das línguas: “Considero que, no que se refere à mudança, é a terceira teoria [teoria da variação e mudança] a mais completa, porque seu objeto de estudo é a variação, porque sem ela não poderá haver mudança”⁶ (MATTOS E SILVA, 2008, p.150).⁷

A citação seguinte vale ser apresentada para que fique bem destacada a opção feita, neste trabalho, de se focalizar o fenômeno linguístico **como algo histórico, cultural e socialmente situado**. De igual modo, acredita-se que a exposição do trecho é válida para que melhor se compreenda o debate acerca da polêmica que envolve a formação do PB (abordada no capítulo seguinte). Eis as palavras da autora:

⁶ A autora, neste trecho, explana sobre as teorias que se destacam na interpretação das mudanças sintáticas a partir da década de 1970, sendo estas a gerativista, a funcionalista e a sociolinguística.

⁷ Conforme se afirmou no início deste capítulo, pode-se julgar a sociolinguística uma teoria mais completa ou mais abrangente, também, por incluir em suas análises fatores externos à estrutura linguística.

A rigor, a designação *análise diacrônica* só deveria ser utilizada quando se tratasse de estudos de mudança no quadro teórico dos sistemas ou no quadro teórico da teoria da gramática, em que os dados são argumentos empíricos para os modelos teóricos, abstratos. Num sentido mais leve, continua-se a utilizar *diacrônico* por *histórico*, confundindo-se os dois conceitos. Uma vez que, na atualidade, uma das abordagens mais proeminentes da mudança lingüística se encontra no modelo gerativista, que associa aquisição e mudança, vale ficar aqui destacado que, nos dias que correm, Lingüística Histórica e Lingüística Diacrônica devem ser consideradas como conceitos distinguíveis, como, aliás, não deveria deixar de ser. (MATTOS E SILVA, 1999, p. 160)

Dado o exposto, fica claro que alguns princípios e definições que normalmente são assimilados por iniciantes na ciência linguística, tais como “lingüística histórica é o ramo da linguística que tem por objeto o estudo das mudanças pelas quais as línguas passam ao longo do tempo” devem ser relativizados, uma vez que há diferentes desdobramentos no estudo das mudanças lingüísticas a depender dos enfoques epistemológicos, teóricos e metodológicos adotados. Em linhas gerais, as vertentes de estudo transitam entre abordagens que priorizam o terreno do formalismo (imanentismo) e as que consideram também questões sócio-histórico-culturais.

Em vários manuais de linguística, é encontrada a assertiva de que esta ciência nasceu com um enfoque diacrônico, ou, precisamente, com uma abordagem comparativa, dado que, somente a partir do final do século XVIII, com a vertente comparatista, os estudos da linguagem humana passaram a ser realizados com uma metodologia empírica e, de certo modo, descrevendo-se traços inerentes às línguas em questão. Ou seja, os estudos desvincularam-se de estudos filosóficos, retóricos, literários, prescritivos etc. Nesse sentido, aceitando esse pertinente raciocínio, é justo acolher também o ponto de vista defendido por Faraco (2007) de que a visão imanentista/estrutural, muito bem difundida pelo mestre Saussure, já se embrionava na linguística que se desenvolvia no final do século XVIII e, de forma hegemônica, em todo século XIX. Contudo, será Saussure quem desenvolverá a visão de **sistema**, no sentido de que a língua deveria ser analisada não de forma atomística, mas de maneira integrada, devendo os elementos ser estudados em termos de oposições funcionais.⁸

⁸ Obviamente, o estruturalismo saussuriano pode ser interpretado também como uma ruptura com a linguística que se fazia, pois, para sustentar o seu axioma básico, o de que o objeto de estudo da linguística seria a *langue*, um sistema homogêneo que permite a comunicação entre os seus usuários, foi retirada de cena a dimensão variável e evolutiva das línguas, isto é, a mudança lingüística. O que os une, frisa-se, é a visão de que a estrutura linguística é suficiente para se descrever as características das línguas, isto é, a visão imanentista.

Seguindo esse entendimento, nas próximas seções, apresenta-se uma tentativa de traçar o percurso dos estudos linguísticos, no que concerne à mudança, partindo de uma visão imanente/estrutural até se chegar à dimensão sócio-histórica. Fala-se, portanto, de um trajeto que parte do enfoque clássico da linguística histórica até se chegar à *teoria da variação e mudança linguística*.

1.3 A LINGUÍSTICA HISTÓRICA IMANENTE OU “A LINGUÍSTICA DIACRÔNICA”

Conforme mencionado anteriormente, a ciência linguística inicia-se no final do século XVIII, tendo como foco o estudo das mudanças linguísticas, precisamente com a comparação entre línguas, objetivando com isso identificar o parentesco e a suas origens. Assim, é possível afirmar que, passado o período das especulações renascentistas sobre o parentesco entre as línguas vernaculares⁹ e a construção de gramáticas racionais dos séculos XVII e XVIII, os estudos da linguagem, no século XIX, restringem-se à diacronia¹⁰.

Sobre o estudo da mudança linguística, Faraco (2005, p. 129) identifica dois grandes períodos: **(i)** o da formação e consolidação do método comparativo – que vai do ano de 1786, data da divulgação do trabalho de William Jones, até a publicação do manifesto neogramático em 1878; **(ii)** o da contínua tensão entre as duas linhas interpretativas para o fenômeno da mudança, isto é, a proposta imanentista e a integrativa (1878-até hoje). Salienta-se que, nesta seção, será comentado o primeiro período, que se caracteriza pelo enfoque internalista, isto é, pela crença de que a **mudança linguística se dá no interior da língua e condicionada por fatores da própria língua**.

As gramáticas comparadas, escritas a partir da aplicação do método comparativo, são emblemáticas desse primeiro momento de estudo da mudança linguística. Segundo apontam diversos manuais de linguística histórica, esse método foi sistematizado por intelectuais alemães, especialmente por Friedrich Schlegel (1772-1829) e Franz Bopp (1791-1867), que estudaram na *Escola de Estudos Orientais*,

⁹ Paixão de Sousa (2006, p.14) salienta que, embora os renascentistas já tivessem tentado explicar o problema da mudança e em muito terem contribuído para o surgimento da filologia românica a partir do levantamento de questões sobre a herança latina, foram os linguistas oitocentistas que sistematizaram o método histórico-comparativo principalmente por aliam a esfera documental à esfera experimental.

¹⁰ O termo diacronia é utilizado com a acepção saussuriana, adiante comentada.

fundada em Paris no ano de 1795 em decorrência do grande interesse pelo sânscrito após a popularização do estudo de Jones.

De modo geral, ao compararem línguas diversas, a exemplo do sânscrito, grego, latim, gótico, persa, alemão, os estudiosos convenciam-se da possível gênese comum, o que, por sua vez, poderia levar ao questionamento do porquê de essas línguas terem se diferenciado. A metodologia construída pelos comparatistas do século XIX priorizou, contudo, a questão da herança comum, com o objetivo de se “descobrir o parentesco entre línguas, bem como de se determinar, por inferência, características da língua ascendente de certo conjunto de línguas” (FARACO, 2007, p. 32), a qual seria a proto-língua.

Para categorizar e abonar o parentesco linguístico, era utilizado a recomposição e baseava-se em fatos estruturais disponíveis em documentos escritos, debruçando-se inicialmente em aspectos fônicos e posteriormente em morfológicos. Conforme já mencionado, os estudiosos partiam da premissa de que a explicação para as mudanças nas línguas poderia ser buscada em motivações internas causadoras de instabilidades, tais como perda ou adição de fonemas, assimilação, dissimilação, metátese, rotacismo, entre outros processos fonético-fonológicos, assumindo esses processos características de regras gerais, tal como as leis naturais.

Com esse método, conseguiu-se estabelecer relações sistemáticas entre palavras que apresentavam similaridades no nível do significante e no do significado (palavras cognatas), partindo-se da premissa de que havia uma regularidade na mudança, isto é, que esta ocorria sempre que determinados fonemas estavam em determinados contextos. O trecho seguinte, extraído de Weedwood (2002, p. 106), explicita o objetivo maior dos comparatistas, o de se chegar à origem das línguas:

Assim, com base na palavra reconstruída indo-européia para ‘dez’, *_{DEKM}, foi possível derivar o sânscrito _{DASA}, o grego _{DÉKA}, o latim _{DECEM} e o gótico _{TAIHUN}, postulando certo número de diferentes leis fonéticas que operaram independentemente nos diferentes ramos da família indo-européia.

Sobre esse período da linguística histórica, Paixão de Sousa (2006) resume a concepção básica para o entendimento da mudança linguística que norteava o pensamento oitocentista, evidenciando a concepção positivista da época:

Fundamentalmente, porém, tanto a tradição comparada como a histórico-comparada¹¹ procuravam recompor, a partir de um conjunto de fenômenos recortados no presente, um passado compreendido como sucessão de etapas cronológicas linearmente agrupadas, unidirecionalmente orientadas – e, portanto, *reversamente recuperáveis*. (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p.17)

[...]

Nesse contexto, as respostas metodológicas ao problema da investigação das mudanças têm sido buscadas na noção de *reversibilidade* dos fenômenos. Um fato linguístico interpretado como resultante de uma mudança, nessa perspectiva, deve guardar em si as sementes da mudança; os acontecimentos que levaram a forma A para a forma B devem poder ser traçados reversamente, como em um experimento, revertendo-se no eixo da análise as etapas do processo ativo no eixo do acontecimento. Ou seja: concebendo a mudança como desenvolvimento ou evolução ao longo da linha do tempo, os estudos lingüísticos procuram abordar a mudança das línguas pela *reprodução dos acontecimentos em forma de análise*. (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p.26)

Nesse período em que “linguística” era sinônimo de linguística diacrônica, estudava-se o passado das línguas como um fim e não como um meio. Desse modo, entende-se por que, mesmo após descoberta da descrição primorosa da gramática do sânscrito (em que se apresentava de forma muito clara a noção morfológica de raiz), não se tenha logo aplicado esses conhecimentos ao estudo das estruturas das diversas línguas colocadas sob análise, de modo que, nessa vertente comparativa, o conhecimento das características das línguas tinha basicamente o papel auxiliar de categorizar as famílias de línguas.¹²

Assim, fica visível a concepção naturalista para o fenômeno da mudança linguística e a explicação interna à própria estrutura linguística, sendo as línguas concebidas como organismos vivos. A orientação biologizante dos estudos diacrônicos comparatistas constata-se, por exemplo, na assertiva de F. Schlegel: “En la lengua índia o en la lengua griega, cada raíz es visiblemente, como el nombre mismo expresa, una especie de **gérmen vivo**”¹³ (F. Schlegel, 1808, apud Mounin, 1967, p. 162) [grifo nosso]. Tal visão pode ser constatada também na escrita do seu irmão W. Schlegel,

¹¹ A autora traça uma distinção entre a *tradição comparada* e a *histórico-comparada*, no sentido de que a primeira teria uma orientação mais experimental (indutiva) e a segunda mais documental (empírica).

¹² Na teoria sociolinguística laboviana, vê-se, por outro lado, um imbricado jogo, em que se articulam história e funcionamento das línguas bem como presente, passado e futuro dos fatos linguísticos. (ARAUJO, 2005, p. 48).

¹³ “Na língua hindu, ou na língua grega, cada raiz é visivelmente, como o próprio nome expressa, um tipo de germe vivo.” [Tradução nossa]

quando contrasta línguas não flexivas com as flexivas: “as de la primera clase solo tienen una especie de palabras [...] se podrá decir que todas las palabras son en ellas raíces, pero **raíces estériles, que no producen ni plantas ni árboles**¹⁴ (W. Schlegel, 1808, *apud* Mounin, 1967, p. 162)”[grifo nosso]¹⁵ Essa concepção internalista e naturalista é também ressaltada em Paixão de Sousa (2006, p. 17):

Esta perspectiva implica num pressuposto forte: o de que as línguas naturalmente mudam com o tempo. Ou seja: na tradição genética, qualquer língua, em qualquer contexto (espacial, temporal, social), sofre e sofrerá necessariamente mudanças. Esta reflexão concebe portanto a mudança como processo internamente motivado: *as línguas engendram sua própria evolução*. [...]

O primeiro momento da gramática comparada, para o qual contribuíram nomes como Rasmus Rask, Franz Bopp, August Schleicher, tem o mérito de intentar uma classificação genética das línguas com base em critérios estruturais e não outros europocêntricos, geográficos ou fantasiosos (MOUNIN, 1967). Da mesma forma, destaca-se a orientação ontológica apoiada no Romantismo Alemão (filosófico, político, cultural) que estava em voga na época muito por conta da dialética entre a antiguidade clássica e a antiguidade nacional estabelecida, por sua vez, pela oportunidade que o contato com textos antigos proporcionava.

Paralela a essa orientação comparatista, seria desenvolvida ainda no século XIX outra vertente de estudos da mudança linguística, normalmente rotulada de **linguística histórico-comparativa**, tendo como principais representantes os alemães Jacob Grimm e Friedrich Diez, que lideraram o estudo da chamada “linguística comparada românica”. Nessa vertente, não se tinha, de forma tão acentuada, a preocupação em se “descobrir” a genealogia das línguas, intenta-se, por outro lado, investigar o passado de uma mesma língua ou de famílias de línguas, algo que levou a se postular de forma bem sistemática as leis sonoras, mais tarde nomeadas “leis de Grimm”. Este estudioso chegou, inclusive, a interpretar as correspondências fonéticas sistemáticas entre as línguas como resultado de mutações regulares no tempo.

¹⁴ “As primeira classe só tem uma espécie de palavras [...] poder-se-á dizer que todas as palavras são elas mesmas estão raízes, mas raízes estéreis, que não produzem plantas ou árvores”. [Tradução nossa].

¹⁵ Essa orientação naturalista dos estudos comparatistas é interpretada por Mounin (1967) como algo típico do mundo científico, em que uma nova ciência assimila os princípios e métodos (modelos teóricos) elaborados por outras mais em voga ou mais avançadas. Nesse caso, é visível que se assume muito dos construtos da biologia e paleontologia comparadas.

Assim, Grimm estudou a evolução do alemão com base em dados distribuídos ao longo de quatorze séculos. Procurava-se não cometer o mesmo “equivoco metodológico” cometido pelos comparatistas, isto é, o de não considerar momentos históricos comparados das línguas aparentadas, conforme assinala Mounin (1967, p. 188):

Bopp ha podido operar sobre el sánscrito védico anterior al primer milenio antes de nuestra era, sobre el griego homérico de los siglos IX u VIII antes de nuestra era, sobre el latín de los siglos V o IV, después sobre el gótico del siglo IV de nuestra era, el eslavo del IX, el persa moderno. Hay, pues, una época de la gramática comparada em la que el método comparativo no está ligado orgánicamente al método histórico.¹⁶

No final desse primeiro período dos estudos da mudança linguística, destaca-se o movimento neogramático¹⁷, encabeçado por jovens gramáticos que estudaram em Leipzig: Karl Brugman, Hermann Osthoff, Hermann Paul, entre outros. Esses estudiosos contribuíram no estudo da mudança linguística, propondo explicações para os casos em que a proposta de correspondências sonoras, criadas no âmbito da gramática histórico-comparativa, não se sustentava. Os neogramáticos tinham a convicção de que existia uma lei que explicaria as irregularidades, sem admitirem exceções e, quando aparentemente estas existiam, eram justificadas pela interferência do processo de analogia, ou ainda, postulavam que a lei fonética não havia sido descoberta. Introduziam, assim, uma orientação psicológica subjetivista na interpretação dos fenômenos de mudança: “a língua existe no indivíduo e as mudanças se originam nele” (FARACO, 2007, p. 34).

Em linhas gerais, a regularidade da mudança linguística postulada pelos neogramáticos baseava-se em dois princípios fundamentais: o de que a direção da mudança sonora é a mesma para todos os membros da comunidade e o de que todas as ocorrências do som no contexto em que se dá a mudança são afetadas do mesmo modo (por toda a comunidade e em todos os itens lexicais de modo uniforme). Os

¹⁶ “Bopp vem operando sobre o sânscrito védico antes do primeiro milênio aC, sobre o grego homérico dos séculos IX e VIII aC, sobre o latim dos séculos V e IV aC, depois sobre o gótico do século IV da nossa era, o eslavo do século IX, o persa moderno. Há, pois, uma época da gramática comparativa em que esta não está ligada organicamente ao método histórico.” [Tradução nossa]

¹⁷ Mattos e Silva (2008) julga a teoria neogramática como a primeira a ser esboçada para a mudança linguística.

neogramáticos criam ainda em ações psíquicas e fisiológicas que escapariam ao controle humano no processo da mudança linguística.

Portanto, ao término dessa exposição sobre o primeiro período dos estudos da mudança linguística – de acordo com a divisão de Faraco (2005) comentada anteriormente –, fica evidente a concepção abstrata em torno do fenômeno linguístico. As línguas são concebidas como se funcionassem independentemente da estrutura social – subentende-se, na verdade, uma língua sem uma coletividade de falantes, pois o falante individualmente é tido como o único responsável pela dinâmica linguística (no caso da teoria neogramática). As mudanças ocorridas eram focalizadas como inerentes às diversas línguas, mas de modo abstrato; sem que uma gama de processos de variação fosse considerada e, principalmente, sem que a estrutura social em que a atividade linguística se efetiva fosse tomada como relevante para barrar ou modificar um processo de mudança.

Essa concepção abstrata em relação ao funcionamento e à evolução das línguas será mantida na proposta estrutural-funcionalista, bem como na vertente gerativista a partir do século XX. As mesmas serão comentadas adiante, sendo feita antes algumas considerações sobre o “o corte saussuriano”.

1.3.1. A linguística histórica imanente, ou “a linguística diacrônica”, no século XX

1.3.1.1 A perspectiva estruturalista

Na linguística, o século XX inicia-se com a obstinação de Ferdinand de Saussure em dar autonomia e visibilidade aos estudos da linguagem. É uma obstinação tamanha que assumirá características de um programa de estudos bem definido, denominado *estruturalismo linguístico* ou *corrente estruturalista*. Para conseguir o seu intento, o mestre genebrino formulou alguns axiomas básicos, entre os quais se destacam (em ordem de importância, a nosso ver) (i) o de que o objeto de estudo da linguística deveria ser a língua (*langue*), entendida como um sistema de oposições funcionais, sendo importante apenas a sua lógica interna (estrutural e estruturante); (ii) o de que os estudos linguísticos deveriam se circunscrever à sincronia.

O estruturalismo sincrônico concebia a língua como um sistema homogêneo, formado por unidades e regras invariáveis. Nesse sentido, a visão saussuriana de sistematicidade remete à questão do seu funcionamento enquanto

instrumento privilegiado de comunicação. Fala-se, pois, da sua condição de código que, para cumprir as suas funções, deveria ser estruturado e homogêneo. Desse modo, a concepção de língua em Saussure pautava-se na sua capacidade de referenciação: “[...] um sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas” (SAUSSURE, 1973 [1916], p.15). É justamente a partir dessa concepção de objeto de estudo da linguística que Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) demonstram a falta de sustentação empírica do objeto de estudo estruturalista: “o que faz um sistema que funciona tão bem mudar?”. Ou melhor, os autores discorrem sobre a contradição entre a concepção de língua como um sistema (código), de um lado, e a questão inevitável da mudança linguística, de outro. Os estruturalistas tinham, pois, um grande problema a resolver: o impasse em torno da evidência de que as línguas mudam e a defesa do sistema enquanto uma realidade estática e homogênea e, principalmente, só regida por fatores a ele imanescentes.

A solução encontrada por Saussure foi a mais radical possível, isto é, banir o fenômeno da mudança no âmbito dos estudos linguísticos:

Poucos lingüistas percebem que a intervenção do fator tempo é de molde a criar, para a Lingüística, dificuldades particulares, e que ela lhes coloca a ciência frente a duas rotas absolutamente divergentes (SAUSSURE, *op. cit.* p.94).

Assim, cabe analisar a maneira como a proposta saussuriana aborda o processo de variabilidade e mutabilidade das línguas humanas, o que é feito a seguir¹⁸. Nesse sentido, primeiramente, sobressai a ideia estruturalista de ser fundamental unicamente entender o funcionamento das línguas, ou seja, apresentar quais são as “regras” que subjazem aos usos linguísticos. O trabalho do linguista deveria se restringir, portanto, ao de analisar como uma dada língua se organiza, quais são as realidades opositivas que garantem o seu funcionamento enquanto um código comum a uma massa de falantes. Desse modo, as variações são colocadas de fora do âmbito científico e alocadas como existente na parte sem importância da linguagem, a fala (*parole*), de natureza psicofísica e individual. Apoiando-se muito no sucesso que a

¹⁸ Tendo em vista os propósitos deste trabalho, a exposição não é feita de forma exaustiva e nem tão detalhada como a temática instiga. Atente-se ao fato de que existem diversos livros em que as ideias de Saussure são bem esmiuçadas, entre os quais destacam Lucchesi (2004), Castelar de Carvalho (1997), Bouquet (1997), entre outros, além de diversos artigos publicados.

sociologia vinha alcançando com os estudos de Durkheim, Saussure pregava que a língua teria uma existência própria, abstraída das relações com a sociedade. Sobre isso, pronuncia-se, Lucchesi (2004, p. 49):

A concepção de língua como um sistema unitário, homogêneo e fechado em sua lógica interna apóia-se decisivamente na idéia de que a língua se impõe de maneira inexorável ao indivíduo. Assim sendo, o sistema estaria imune às intervenções das relações sociais. Situa-se, pois, na dialética entre o social e o individual o ponto de superação da rígida dicotomia saussuriana.¹⁹

Vê-se que o conceito de *langue* estreitamente relaciona-se ao de sincronia, na medida em que, para sustentar a primazia do estudo da *langue* (sistema homogêneo), Saussure estabelece que à ciência da língua cabia estudar **um estado** de língua. Desse modo, associa *langue* à sincronia e *parole* à diacronia. Só se compreende essa associação estabelecida pelo mestre suíço quando se tem conhecimento de que, para ele, a mudança, tal como a fala, seria não-sistêmica, dado que seria particular/isolada, acidental e, portanto, não passível de sistematização. A sua ideia era a de que o sistema seria imutável: “o sistema nunca se modifica diretamente; em si mesmo é imutável; apenas alguns elementos são alterados sem atenção à solidariedade que os liga ao todo” (SAUSSURE, 1973 [1916], p.100). O autor acrescenta, adiante, “Assim, é que o ‘fenômeno’ sincrônico nada tem em comum com o diacrônico [...], um é uma relação entre elementos simultâneos, o outro, a substituição de um elemento por outro no tempo, um acontecimento” (p. 107).

Tendo essa concepção sobre o fenômeno linguístico, Saussure apresenta os conceitos de “linguística estática”, denominada de **Linguística Sincrônica**, e “linguística evolutiva”, denominada de **Linguística Diacrônica**; sendo a primeira o eixo das simultaneidades e a segunda, o das sucessões. Desse modo, conforme resume Lucchesi (2004, p. 60):

[...] a língua poderia ser estudada fora da consideração do fator tempo, já que sua estrutura constituiria um sistema de valores em cuja lógica interna se poderia encontrar toda a sua explicação. Assim, a oposição entre sincronia e diacronia se apóia no pressuposto de que, em cada estado momentâneo, a língua apresenta uma lógica interna, que se

¹⁹ Essa separação rígida entre língua (sistema) e sociedade será superada pelos sociolinguistas que demonstram que a dinâmica das línguas depende das relações que as mesmas mantêm com os indivíduos em sociedade. Da mesma forma, demonstram que as variações presentes na fala podem interferir na organização do sistema, já que são regidas também por regras. Sobre isso se discorrerá adiante.

explica a si mesma. Tal lógica é a lógica do seu funcionamento, de suas relações funcionais. [...] Dessa forma, na medida em que o falante é capaz de utilizar a língua sem conhecer coisa alguma acerca de sua história, o lingüista poderia estudá-la somente a partir de sua funcionalidade sincrônica, desprezando o processo de sua constituição. [...]

Assim, em conformidade ao que se discutiu na seção 1.2, os pares opositivos *estudos sincrônicos* e *estudos diacrônicos* não são respectivamente sinônimos de estudos *não-históricos* e *estudos históricos*, pois, enquanto a primeira antinomia refere-se à consideração ou não do fator tempo, a segunda engloba a oposição entre perspectiva abstrata de constituição e evolução dos fenômenos linguísticos e a perspectiva sócio-histórica. Sobre isso, de certa maneira, explanou Saussure ao referir-se de “Linguística Externa” e “Linguística Interna”. Como a definição de língua em Saussure eliminava a consideração de tudo que fosse estranho ao sistema, era excluída a linguística externa:

No que concerne à Linguística interna, as coisas se passam de modo diferente: ela não admite uma disposição qualquer; a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria. Uma comparação com o jogo de xadrez fará compreendê-lo melhor. Nesse jogo, é relativamente fácil distinguir o externo do interno; o fato de ele ter passado da Pérsia para a Europa é de ordem externa; interno, ao contrário, é tudo quanto concerne ao sistema e às regras. (SAUSSURE, 1973 [1916], p.32).

Ocorre, portanto, uma grande abstração dos fatores extralinguísticos na organização sistêmica das línguas. Nesse sentido, tem-se feito muitas críticas a esse ponto da visão saussuriana, entre as quais se destacam as feitas pelo linguista russo Mikhail Bakhtin, considerado o maior crítico de Saussure. As críticas giram em torno da abstração feita pelo mestre genebrino em relação aos fatos contingenciais. Nesse sentido, ao tratar da analogia do jogo de xadrez utilizada por Saussure para se referir à oposição sincronia/ diacronia, Paixão de Sousa (2006, p. 24) destaca:

Visualiza-se um tabuleiro *suspense no espaço* – invisíveis a mesa que o apóia, os jogadores, e os espectadores da partida. É nesta partida no vácuo que são definidas as duas perspectivas, a *sincrônica* – que aborda cada momento estático da partida como um evento; e a *diacrônica* – que aborda a sucessão desses mesmos eventos encadeados cronologicamente.

De acordo com essa visão, os estudos das transformações linguísticas restringiam-se a estudos que consideravam as sincronias sucessivas, comparando os sistemas homogêneos, de modo que a abordagem dos fenômenos linguísticos é feita de forma abstrata em uma sequência cronológica. De modo algum estava no centro do debate a questão de como um estado passava a outro, tampouco se consideravam questões contingenciais. Sobre isso, posiciona-se Paixão de Souza (2006, p. 23):

De fato, os estudos linguísticos têm conferido ao tempo *histórico* primordialmente a acepção de “*relativo à passagem do tempo*”. Podemos entender que muito do debate sobre o lugar da perspectiva “*histórica*” na linguística remete a uma limitação da história à dimensão do temporal-cronológico, unidimensional – desde a tradição oitocentista, passando pelo recorte saussuriano entre sincronia e diacronia, e chegando à sua herança na linguística moderna²⁰.

Na visão estruturalista, a mudança linguística seria um acontecimento isolado e as suas consequências não seriam necessariamente sistêmicas; ao contrário da organização sincrônica em que cada elemento teria o seu valor em relação aos demais, sendo valores coexistentes:

Como as alterações jamais são feitas no bloco do sistema, e sim num ou noutro de seus elementos, só podem ser estudadas fora do sistema. Sem dúvida, cada alteração tem sua repercussão no sistema; o fato inicial, porém, afetou um ponto apenas; não há nenhuma relação interna com as consequências que se podem derivar para o conjunto. Essa diferença de natureza entre termos sucessivos e termos coexistentes, entre fatos parciais e fatos referentes ao sistema, impede de fazer de uns e de outros a matéria de uma única ciência. (SAUSSURE, 1973 [1916], p.102-103).

Dessa maneira, os acontecimentos diacrônicos não auxiliariam em nada no entendimento dos estados sincrônicos, e, principalmente por essa razão, deveria ser banido o estudo das mudanças linguísticas. Contudo, isso não acontece. O fenômeno da mudança voltará a ter o seu lugar garantido no cenário dos estudos linguísticos, ainda mesmo no âmbito da corrente estruturalista, pois os linguistas reunidos em torno do *Círculo Linguístico de Praga* – surgido em 1926, mas só efetivamente apresentado à comunidade científica num Congresso Internacional realizado no ano de 1928 –,

²⁰ Certamente, quando fala da linguística moderna, a autora refere-se às vertentes estruturalistas e gerativistas diacrônicas.

estenderam o método estrutural ao estudo das mudanças linguísticas, dando origem ao chamado **estruturalismo diacrônico**²¹, juntamente com os funcionalistas liderados por André Martinet.²²

Ressalta-se, contudo que os estudos continuam limitados à lógica do sistema abstraído de suas relações sócio-históricas, culturais e ideológicas, na medida em que a diacronia, em linhas gerais, só devia ser estudada para melhor fornecer elementos para o entendimento do funcionamento do sistema linguístico.²³

Partindo do entendimento de que a língua exerce várias funções que não apenas a de representação (referencial), linguistas do Círculo de Praga (a exemplo de Jakobson) abriram um caminho para que se concebesse a existência de uma variabilidade funcional manifestada nos diversos níveis da língua (embora se detivessem quase exclusivamente no fonológico). Assim sendo, essa integração criou as condições possíveis para a investigação linguística em sua dimensão sócio-histórica, embora essa nova forma de estudo fosse obstaculizada em vista das concepções básicas do modelo teórico estruturalista. O sistema linguístico continua, pois, homogêneo e unitário, sendo priorizada a função de representação, apesar das novas modalidades incorporadas pelo estruturalismo funcional da Escola de Praga:

O esquema das funções da língua, pelo qual se pretende dar conta dos indivíduos e das situações de fala, mantém-se no plano formal abstrato. Nele, mais uma vez encontramos um emissor impessoal que fala a um receptor também impessoal, numa situação indeterminada do ponto de vista do contexto sociocultural. Escapa-lhe, portanto, o conjunto de condicionamentos, que se atualiza tanto na condição do indivíduo falante quanto na situação em que o ato de fala acontece. (LUCCHESI, 2004, p. 91)

Os funcionalistas, liderados por André de Martinet, aprofundaram o estudo da fonologia no estruturalismo, o que havia sido iniciado por Trubetzkoy. Estudando a evolução fonológica de um dialeto românico dos Alpes franceses, Martinet formulou o princípio de economia, que regularia essa evolução. É interessante observar como esse princípio se enquadra na formulação sistêmica estruturalista, pois parte do entendimento de que os fonemas sofrem na fala uma pressão no sentido de se assimilarem aos

²¹ Os seus principais representantes são Wilhem Mathesius, Nikolai Trubetzkoy e Roman Jakobson.

²² Os processos de gramaticalização, processos esclarecedores para alguns tipos de mudança, podem ser alocados **como desdobramentos da teoria funcionalista**.

²³ De certa forma, os estruturalistas diacrônicos já faziam a junção sincronia e diacronia, mas essa junção só será realmente levada a cabo pelos sociolinguistas variacionistas.

fonemas vizinhos, levando ou ao desgaste de algumas oposições ou à criação de outras oposições antes inexistentes. Sobre isso observa Ilari (2007, p. 73):

Ao formular este princípio, Martinet subordinava a explicação de fenômenos que até então pareciam imprevisíveis e descontraídos à compreensão do sistema em que esses fenômenos se inserem; seu raciocínio mostrava que o que evolui na língua não são elementos isolados, mas sim as estruturas, e, mais ainda, que é possível esperar ou prever a evolução da estrutura analisando as propriedades que ela apresenta, quando descrita em termos rigorosamente sincrônicos.

Portanto, não obstante a incapacidade de focalizar a heterogeneidade linguística e de realizar uma análise sócio-história da mudança linguística (sendo adotada uma concepção teleológica²⁴), o estruturalismo diacrônico tem o mérito tanto de trazer de volta os estudos das mudanças linguísticas quanto o de derrubar a concepção atomística e fortuita defendida pelos neogramáticos.

1.3.1.2 A perspectiva gerativista

Descrições sincrônicas, tal como idealizadas por Saussure, foram empreendidas, de fato, por estruturalistas americanos, sobretudo os de orientação bloomfieldiana, entre as décadas de 1920 e 1950, quando foram descritas principalmente línguas ágrafas de grupos indígenas. Esses linguistas utilizavam uma metodologia indutiva, partindo de dados, isto é, de um *corpus* rigorosamente constituído. Assim, estudiosos como Zellig Harris fizeram descrições baseadas na metodologia distribucionista, segundo a qual as unidades linguísticas eram analisadas em sua relação com as demais na cadeia da fala (o que também se denomina de *análise baseada em constituintes imediatos*).

Sobre a diacronia, os estruturalistas americanos não se ativeram (embora projetassem o passado das línguas), por julgarem ser impossível determinar as causas ou condições das mudanças linguísticas, já que, no ponto de vistas deles, estas não seriam diretamente observáveis (MATTOS E SILVA, 2008). Além do mais, a concepção behaviorista defendida por seus representantes, permitia, inclusive, que a mudança

²⁴ “As transformações lingüísticas visam muitas vezes o sistema, sua estabilização, sua reconstrução etc. Assim, o estudo diacrônico não só não exclui as noções de sistema e de função, como torna-se, ao contrário, incompleto, se não as toma em consideração” (Teses do Círculo Linguístico de Praga, p. 82-83, *apud* Lucchesi 2004, p. 127).

linguística fosse interpretada como fruto de eventos de imitação, algo defendido, por exemplo, por Bloomfield²⁵.

Como reação a essa proposta visivelmente descritivista/indutiva, com metodologia de base empiricista, presa aos dados do *corpus*, Chomsky dá início, em 1957, ao *programa gerativista da linguagem*. Este, ao contrário dos seus contemporâneos, prioriza a metodologia dedutiva, postulando que a linguística, longe de ser descritiva, deveria ser explicativa. Mas será a visão chomskyana sobre o processo de aquisição da linguagem que causará uma transformação na forma de se considerar os processos de variação e mudança linguísticas, a partir do ano de 1962, com a publicação de *Phonology in generative Grammar*, de autoria de Halle (cf. MATTOS E SILVA, 2008, p.43).

Chomsky postula que há uma capacidade inata e intrínseca ao ser humano para a faculdade da linguagem. Fala-se, pois, do problema lógico da aquisição, a saber: como pode a criança adquirir uma língua específica e saber tanto sobre ela tendo contato com dados tão “pobres” e com uma pobreza de estímulos? No quadro gerativista atual (na teoria dos *Princípios e Parâmetros*), a resposta é encontrada na dotação genética do ser humano, sendo a aquisição vista como fruto do “desabrochar” de um dispositivo inato (LAD – *language acquisition device*), restando às crianças adquirirem particularidades das línguas a que estão expostas, uma vez que os princípios gerais (que não podem ser infringidos) elas já trariam. Em síntese, na proposta chomskyana, a criança acrescenta à gramática universal (inata) a marcação de valores por meio do contato com uma língua particular, isto é, do contato com os dados linguísticos primários; gerando, assim, uma língua-I a partir de dados da língua-E.

Pelo exposto acima, presume-se que será interligando aquisição e mudança linguísticas que surge a proposta diacrônica do gerativismo, em que a mudança se resume basicamente a alterações paramétricas que se iniciam no indivíduo e se espalham pela comunidade. A criança tem, nesse processo, um papel fundamental, pois, em seu processo de socialização, introduz mudanças na sua gramática interna (GI)²⁶, externadas em sua gramática externa (GE) que, por sua vez, servirão como modelos de

²⁵ Nos Estados Unidos, imperava a concepção formalista nos estudos da linguagem/língua. Quando se discorrer, no próximo capítulo, sobre a teoria para a mudança linguística postulada pelo norte-americano Sapir, será evidenciada a autonomia da estrutura linguística perante a história.

²⁶ De acordo com Kroch (2005), essas mudanças são introduzidas por desvios cometidos por crianças ao adquirirem a língua materna ou por adultos em aquisição de L2.

input. Assim, a mudança surge quando acontecem re-análises de partes dos PLDs (dados linguísticos primários).

A questão, não é, contudo, simples. Nesse sentido, a maior polêmica gira em torno da definição dos fatores que afetam a marcação diferenciada em uma dada língua histórica. Sobre isso, explicita Lucchesi e Ribeiro (2009, p. 132):

[...] os estudos sobre diferenças paramétricas entre dois estágios de uma mesma língua histórica precisam explicar não apenas qual é o parâmetro em questão, quais são os seus efeitos, mas também *como, em algum ponto da transmissão da língua de uma geração para outra, o novo valor foi favorecido em detrimento do outro* (ADAMS, 1987; VANCE, 1989; ROBERTS, 2007)

A particularidade da proposta gerativa em relação a outras perpassa também pelo fato de esta considerar que a mudança linguística ocorre de forma catastrófico-abrupta²⁷. Kroch (1989), por exemplo, ao entender que os parâmetros não podem ter “meio valores”, postula que a mudança de uma geração para outra é necessariamente instantânea. Contudo, diante do fato de que são documentadas formas alternantes, isto é, variantes, antes de as mudanças ocorrerem (quando uma se estabelece), o autor lança mão do conceito de *competição de gramáticas*, o qual explicaria a gradualidade que se observa nas mudanças. Haveria, assim, uma concorrência de formas antigas e novas, matematicamente modelada no que Kroch denomina de *curva-S*. Nesta, quando a mudança ocorre, a frequência da substituição será a mesma em determinados contextos (é o que denomina de *efeito de taxa constante*). De certa forma, há, assim, caminhos para se discutir os mecanismos de variação, considerando-se, inclusive na proposta de Kroch (2001), variações associadas a valores sociais relacionados com a diglossia sintática e com o bilinguismo. É, por outro lado, um ponto de vista que suscita questionamentos, indagando-se o que acontece primeiro: a mudança no parâmetro ou nas frequências de uso? Sobre isso, posicionam Lucchesi e Ribeiro (2009, p. 138-139):

A mudança linguística acontece em consequência de “erros” **[referem-se à interpretação gerativista]** no processo de aquisição, de L1 ou de L2; muitos desses “erros” são compatíveis com a GU e podem se propagar para todos os membros da comunidade (ou regredir), a depender das evidências que a língua-alvo oferece, do valor estrutural marcado ou não marcado da forma inovadora, bem como dos valores sociais que adquirem na comunidade. Essa é a

²⁷ Essa questão será retomada na seção 1.4, quando se mostrará o contraponto desse ponto de vista com a proposta sociolinguística.

posição assumida por Kroch (2005), para quem a mudança de valor de um parâmetro precede as alterações nas frequências de uso; tais alterações refletem uma situação de bidialectalismo. Outros linguistas defendem que alterações nas frequências de uso, por questões de estilo ou estratégias discursivas, quando um tipo particular de construção pode se tornar mais frequente como resultado de ter adquirido uma função expressiva, podem tornar opaco o valor de um parâmetro, levando a criança a optar por um valor não marcado do parâmetro. Nesse caso, as alterações nas frequências de uso precedem a mudança paramétrica [...]

Roberts (2007) também se posiciona sobre a relação aquisição e mudança, afirmando que a variação correlacionada à estrutura social não pode ser explicada apenas pela competição de gramáticas e propõe a existência de formas alternativas, que poderiam, inclusive, explicar a marcação diferenciada nos valores de parâmetros em um único sistema. A questão se concentra em determinar como os PLDs mudam de uma geração a outra e chega o autor a atribuir o papel do acaso (empréstimo, mudança na frequência de formas, inovações estilísticas etc).

Nesse quadro teórico, como novidade para o estudo das transformações linguísticas, há a junção da perspectiva biológica à estrutural, esta última, tangencialmente, já existente na teoria neogramática. Observa-se, por outro lado, que a interpretação gerativista para os processos de variação e mudança identificam-se com a tradição forte em linguística histórica de se considerar as mudanças como decorrentes de forças imanentes às línguas. Assim, na próxima subseção, apresenta-se a interpretação da teoria sociolinguística paramétrica para a mudança linguística, a qual assume questões metodológicas do quadro teórico discutido na seção 1.4, o da Sociolinguística Variacionista, mas ainda mantém a perspectiva heurística intralinguística.

1.3.1.3 A perspectiva da Sociolinguística Paramétrica

Esta é uma orientação de pesquisa diacrônica em que o quadro teórico do gerativismo associa-se à quantificação de dados cronologicamente seriados, de modo a definir mudanças quantitativas e qualitativas na definição dos parâmetros. Foi iniciada no Brasil pelos estudos realizados por Tarallo (1987, 1989, 1993) e Kato e Tarallo (1989) e vem sendo bastante utilizada em trabalhos de linguistas como, por exemplo, Charlotte Galves, Ilza Ribeiro, Maria Eugênia Duarte, Sônia Cyrino, entre outros.

Observa-se que, embora a sociolinguística paramétrica tenha sido muito beneficiada dos postulados sociolinguísticos, notadamente da sua metodologia, a sua essência é “gerativista”, na medida em que focaliza a mudança linguística do ponto de vista interno, procurando identificar qual parâmetro deve ter tido o seu valor alterado, levando a ocorrer todas as mudanças superficiais. Nesse sentido, é muito proveitoso o enfoque comparativo, isto é, a comparação entre línguas e entre momentos diversos de uma mesma língua, permitindo, assim, que se detectem empiricamente as fases da mudança, esta entendida como a alteração no valor do parâmetro.

Ressalta-se, por seu turno, que nesse casamento trans-sistêmico presente na sociolinguística paramétrica, conhecido como a junção da proposta intra-variacionista de Tarallo com a inter-variacionista de Kato, houve uma combinação mútua, pois, como salienta Kato (1993, p. 17), se para se analisar as três fases da mudança definidas por Roberts (1993) – os *passos*, a *reanálise* e a *mudança paramétrica* –, é preciso a quantificação fornecida pela metodologia variacionista, a interpretação dessas exige o aparato teórico-conceitual do gerativismo. Assim, pronuncia-se a autora: “Ora, essas etapas, pela sua própria definição, dependem crucialmente de verificação empírica de frequência de ocorrência. Mas a reanálise e a mudança paramétrica exigem uma teoria sobre as línguas-I e uma teoria de aquisição”.

De forma resumida, pode-se dizer que a proposta paramétrica busca encontrar argumentos empíricos de mudanças estruturais para mostrar se houve realmente mudança de parâmetros em uma dada língua, **sendo o enfoque estritamente estrutural**. Assim, essa proposta de parametrização da variação, bem como a da competição de gramáticas, comentadas na subseção anterior, identificam tentativas de incorporar interpretações sobre a faculdade da linguagem com o existir concreto das línguas. Nesse sentido, salienta-se o caráter genérico da nossa opção em situar a Sociolinguística Paramétrica no rol dos estudos imanentes da Linguística Histórica. De fato, pelo seu caráter híbrido, essa área poderia ser alocada em uma ou outra vertente, isto é, imanente ou sócio-histórica, mas optou-se, neste estudo, por alocá-la na primeira, por entender que a preocupação com questões sócio-históricas nessa área não é algo central e sim tangencial.²⁸

²⁸ Ratificando o caráter controverso da nossa opção: Tarallo (1987), por exemplo, escreveu um texto que o intitulou *Por uma Sociolinguística românica “paramétrica”: fonologia e sintaxe*, colocando aspas no termo ‘paramétrica’. E, recentemente, o artigo foi copilado e publicado num livro organizado por professores da Unicamp, sendo que o referido artigo foi alocado na seção *Linguagem e sociedade: teoria e descrição* (cf. ALBANO, COUDRY, POSSENTI e ALKMIM, 2003).

Por outro lado, um enfoque diferente no estudo das mudanças linguísticas ocorrerá na segunda metade do século XX (mesmo antes de haver a proposta gerativista integrada à variação paramétrica), com os sociolinguistas variacionistas, uma vez que partem da concepção de sistema formado por unidades e regras variáveis e formulam uma teoria que congrega as duas dimensões antitéticas do fenômeno linguístico discutidas neste trabalho: a estrutural/funcional e a sócio-histórica²⁹. Antes, contudo, situa-se brevemente o contexto em que surgiu esse modelo teórico.

1.4 A LINGUÍSTICA HISTÓRICA CONTINGENCIAL

1.4.1 A construção de propostas sócio-histórico-culturais dos fenômenos linguísticos

Diante do fato de que a proposta funcionalista de Martinet não foi realmente testada –, conforme assinala Mattos e Silva (2008, p.40) –, é possível afirmar que, até a primeira metade do século XX, a mudança linguística era analisada ainda por meio da teoria neogramática. Houve, contudo, estudiosos que se opuseram ao entendimento subjetivo e categórico sustentado pelos neogramáticos e trilharam caminhos para que surgissem propostas que integrassem análises estruturais a fatores sócio-históricos, propostas essas consolidadas no âmbito da teoria sociolinguística variacionista.

O pioneirismo de alguns trabalhos pode ser evidenciado na contribuição de alguns estudiosos: do linguista italiano Graziadio Ascoli, que, em 1886, estudando dialetos locais, destacou, em *Dois cartas glóticas*, que as mudanças linguísticas deveriam ser interpretadas por fatores históricos, os quais poderiam, inclusive, explicar as exceções às leis fonéticas; do psicólogo alemão Wilhelm Wundt, que, em 1900, também teceu críticas aos neogramáticos no que dizia respeito à utilização da psicologia na interpretação da linguagem, defendendo o uso da psicologia coletiva e cultural e não da individual como aqueles; do espanhol Ramon Menéndez Pidal e do suíço Walter Von Wartburg, linguistas que contribuíram para uma visão contingencial da mudança linguística, por verem a língua como realização histórica de um povo, chamando a

²⁹ Essa correlação deve ser entendida no sentido de que a sociolinguística apresenta descrições das línguas e, ao mesmo tempo, projeta historicamente os fenômenos linguísticos em estudo. Evidentemente, a concepção de **estrutura** é tomada aqui num sentido muito amplo. Em síntese: nos trabalhos sociolinguísticos, embora se investigue a estrutura linguística, não se deixa de considerar a fala e questões extralinguísticas.

atenção para a teoria do superstrato, acrescentando o que Ascoli já desenvolvera para o substrato.³⁰ Destaca-se ainda o trabalho do austríaco Hugo Schuchardt que, em artigo de 1885, afastava a possibilidade de haver a força sistemática das leis sonoras, e, embora ainda acreditasse que as mudanças analógicas ocorressem nas mentes dos falantes, levantou a discussão para que as diferenças entre os dialetos fossem entendidas com base em fatores socioculturais, além da importância do contato linguístico. Desse modo, como afirma Mattos e Silva (2008, p.32-33):

[...] é Schuchardt que abre caminho para uma nova orientação que se vai desenvolver principalmente entre os romanistas – o estudo da variação linguística no espaço (dialetologia) e sua importância para a compreensão da mudança no tempo. Schuchardt, partindo da fala e não mais da escrita, admite, contrariamente aos neogramáticos, que a mudança dos sons segue várias direções. Com isso, critica as abstrações generalizantes dos neogramáticos e admite que “cada palavra tem a sua história”.

Assim, no final do século XIX e início do XX, seguindo a trilha iniciada por Schuchardt, Antoine Meillet e alguns precursores da moderna dialetologia introduziram críticas mais sistematizadas à teoria neogramática, embora tenham sido subestimadas, principalmente em decorrência da importância que assumiram os estudos sincrônicos, sobretudo “abstratos”, com base nas ideias de Saussure.

Meillet foi discípulo de Saussure, mas adotou uma concepção “social” de forma diferente do mestre de Genebra. Para ele, as condições sociais eram imprescindíveis para a configuração das línguas e para as suas mudanças, de modo que alocava a linguística no campo das ciências sociais. Segundo aponta Faraco (2005, p. 153), Meillet defendia, já em 1922, uma linha de estudo que buscasse reconhecer as relações entre a mudança linguística e fatos sociais. Propôs, assim, que as diferenças entre o léxico das línguas indo-europeias diferenciavam-se entre si devido aos usos feitos pelas classes aristocráticas e não-aristocráticas, sendo as primeiras marcadas pela rigidez nas redes sociais e as segundas por sua fluidez. Meillet (1928), ao se referir à relação sincronia/diacronia, afirma que as mudanças entre línguas indo-europeias e germânicas poderiam ser aceleradas, retardadas ou temporariamente detidas por causas sociais e culturais.

Dos estudiosos da geografia linguística, avulta a contribuição dos franceses Gaston de Paris e Jules Gilliéron que, ao descreverem variedades locais da língua

³⁰ As informações sobre esses estudos são dadas com base em Câmara Jr. (1979).

francesa, constataram, no final do século XIX, que a mudança não atingia todos os vocábulos da mesma forma, destacando, por exemplo, que havia regiões conservadoras e inovadoras e centros irradiadores de inovações. Assim, os estudos da variação espacial abriram caminhos para o estudo da mudança linguística, não mais “subalterna” às leis fonéticas. Sob a vertente de estudos comparatistas, surgiu o interesse pelos dialetos, considerados, então, como fontes de conhecimento acerca do modo como se teriam operado as transformações em fases anteriores das línguas. Desse modo, as descrições realizadas por esses estudiosos demonstravam – com rica documentação – a inconsistência dos princípios em que se fundamentava a doutrina dos neogramáticos.

É visível, portanto, que o olhar para a heterogeneidade linguística foi fundamental para que se efetivasse uma forma contextualizada de se estudar a mudança linguística. Nesse sentido, Gauchat (1905) pode ser considerado o grande precursor da sociolinguística, com o seu estudo da comunidade francófona suíça de Charmey. Esse trabalho se destaca dos demais por ser considerado o primeiro a ter como objeto a mudança linguística em progresso, uma vez que o pesquisador trabalhou com a pesquisa dialetológica na perspectiva diageracional, considerando três gerações de falantes conviventes (menos de trinta anos, mais de trinta anos e mais de sessenta), observando a variável /oy/. Assim, Gauchat antecipou, de certa maneira, a utilização do recurso do tempo aparente, divulgado no modelo teórico-metodológico da Sociolinguística.

Outros estudiosos insistiram no caráter heterogêneo das línguas, questionando, o caráter categórico e imanente das mudanças linguísticas. São estudos em que se mostram a inconsistência das célebres dicotomias saussurianas, demonstrando que os fenômenos linguísticos se realizam no contexto variável dos acontecimentos sócio-histórico-culturais. Cita-se, por exemplo, a grande contribuição de Eugenio Coseriu, que, por meio da sua visão tripartida da linguagem (*sistema, norma e fala*), chamou a atenção para que se observasse que as variações linguísticas não são aleatórias, mas motivadas por fatores externos à estrutura linguística. Demonstra também, em seu clássico estudo, que a língua muda no funcionamento, ou seja, que a mudança não é incompatível com o uso eficiente de um sistema linguístico (COSERIU, 1979).

Há também trabalhos como os de Mikail Bakhtin, Marcel Cohen e Emile Benveniste³¹, os quais, ainda que não focalizassem diretamente o fenômeno da

³¹ Sobre esses estudos, recomenda-se a leitura do texto de Alkmim (2011[2001]).

mudança, frisaram a importância da interdisciplinaridade na pesquisa linguística (ao proporem que se analisassem os dados linguísticos inseridos na estrutura sócio-comunicativa); e abriram, assim, caminhos para que a mudança fosse entendida como fruto da diversidade de usos linguísticos – tema central da *Sociolinguística Variacionista/ Sociolinguística Quantitativa* ou da *teoria da variação e mudança linguística*, discutida na próxima subseção.

1.4.2 A Sociolinguística Variacionista

Ao longo deste trabalho, já ficou evidenciado que o fenômeno da mudança sempre esteve em voga no âmbito dos estudos linguísticos e sob diferentes orientações teórico-metodológicas. Isso se aplica, inclusive, ao período de hegemonia dos estudos sincrônicos desenvolvidos com o aparato das correntes estruturalistas e gerativistas. Mas é com a teoria sociolinguística, popularizada a partir da década de sessenta do século XX, que passa a existir uma proposta renovada concernente a aspectos teóricos e metodológicos da linguística histórica, sendo a mudança recolocada em seu lugar de importância. Nesse sentido, quando Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968])³² divulgaram que não há homogeneidade – tanto na sincronia como na diacronia –, criaram condições para que se respondesse de forma mais coerente à questão de como uma língua continua estruturada (permitindo que as pessoas continuem a se comunicar por meio dela) enquanto estão ocorrendo mudanças. Rompeu-se, assim, com a crença na homogeneidade que, desde os neogramáticos, era o axioma básico para aqueles que estudavam a mudança linguística.

É, justamente, com a postulação de regras variáveis nas estruturas das línguas, que se viu a incongruência da dicotomia *sincronia e diacronia*, pois se constatou que, num único “estado” de língua, poderia haver mudanças acontecendo, o que Labov (2008[1972]) denomina de *mudanças em progresso*.³³ Frisa-se que antes do desenvolvimento dessa nova forma de analisar os dados linguísticos, a evolução das línguas só era estudada após as mudanças estarem concluídas e, como salienta Labov (op. cit.), sem a acomodação de estágios intervenientes na mudança, era muito

³² Doravante, WLH (1968). Este é considerado o texto programático da sociolinguística, preparado para ser apresentado num congresso, em abril de 1966, no Texas.

³³ Leite, Callou e Moraes (2003), ao tratarem da superação da dicotomia saussuriana sincronia/diacronia utilizam a expressão *sincronia dinâmica* para nomear a perspectiva de estudo atual em que se estudam mudanças em progresso.

previsível que uma série de equívocos ocorresse, uma vez que não era possível acompanhar os fatores envolvidos no processo.

Nesse sentido, Labov (1994) traça uma distinção entre a metodologia tradicional da linguística histórica e a da sociolinguística (que pode ser entendida como a vertente moderna dessa área da linguística). Para o autor, a linguística histórica é a arte de fazer o melhor uso dos piores dados, pois, ao trabalhar com dados de estágios pretéritos, o pesquisador trabalha com dados que sobreviveram no curso do tempo com uma série de acidentes, assim elencados: (i) a dúvida se a escrita representa o vernáculo do usuário ou se está inflectida de normas prescritivas; (ii) o fato de os dados só proporcionarem evidências positivas e serem produzidas por pessoas de quem se desconhece o perfil sociolinguístico³⁴. Assim, a proposta sociolinguística, além de trazer uma renovação teórica sobre os usos e as mudanças linguísticas, estabelece uma nova metodologia para o estudo da evolução das línguas: o recurso do tempo aparente, algo que será discutido ainda neste trabalho.

Sobre a linguística histórica, WLH (2006[1968], p. 38) salientam que podem fazer parte do interesse do pesquisador três áreas de pesquisa, a saber: (i) a que investiga como surgiram as línguas naturais; (ii) a que centra o interesse na genealogia das línguas atuais; (iii) a que focaliza a questão do presente curso da mudança, procurando determinar a direção da evolução e os seus fatores condicionadores, mais explicitamente, se a direção e os fatores que atuam na evolução atual são os mesmo que atuaram no passado. Centrando-se mais no terceiro aspecto, os autores afirmam ainda que este pode ser tratado por meio de quatro faixas temporais, assim discriminadas: (a) mudanças de longo prazo com efeitos similares ao longo dos milênios; (b) mudanças completas que cobrem um século ou dois no máximo; (c) processos em marcha que podem ser observados no curso de uma ou duas gerações; (d) porções puramente sincrônicas em que são identificadas inferencialmente as direções da mudança de certos elementos variáveis. Ao priorizarem a segunda e a terceira faixas, e não descartando o quarto, fica bem explicitado que lançam, com seus trabalhos empíricos, as bases para uma teoria da mudança linguística e não apenas para se entender a heterogeneidade linguística.

É interessante notar que, na teoria sociolinguística, a mudança é vista como processo e não como o resultado de uma lei categórica que “misteriosamente” atinge os

³⁴ Para Moreno Fernández (1998, p. 116), essas dificuldades fazem com que haja um *paradoxo histórico* similar ao *paradoxo do observador* enfrentado pelos sociolinguistas que trabalham com dados de fala.

fenômenos linguísticos. Assim, Labov (2008[1972], p. 19) postula, com base em Sturtevant (1947), que o processo de mudança linguística pode ser avaliado em três estágios distintos: o da **origem** das variações linguísticas, o da **difusão e a propagação** da mudança linguística e o da sua **regularidade**. De acordo com esse raciocínio, o primeiro estágio compreende as variações ainda confinadas ao uso de algumas pessoas. No segundo, uma dessas variantes é adotada por um número amplo de falantes de modo que passa a existir um uso socialmente diferenciado das formas alternantes. No terceiro – que pode ser entendido como uma espécie de efetivação da mudança –, finalmente, a mudança alcança regularidade com a eliminação de variantes concorrentes; em outras palavras, as regras variáveis passam a categóricas.

Assim, o grande feito dessa proposta foi a consideração da **heterogeneidade ordenada**, pois, com base no pressuposto de que a variação é um estágio da mudança, uma gama de fatos variáveis antes vistos como aleatórios ou caóticos puderam ser concebidos como estágios de prováveis mudanças linguísticas, ou ainda, como uma condição *sine qua non* para tal. Desse modo, a interpretação de WLH (2006[1968]) para o fenômeno da mudança linguística apoia-se no conceito de comunidade de fala, esta se caracterizando por abrigar particularidades **estruturais** e **sociais** no interior de uma mesma língua. Nesse sentido, as propostas anteriores, principalmente a neogramática (por ter sido a primeira teoria a ser formulada especificamente para explicar a mudança linguística), não conseguiram superar os paradoxos entre estrutura e mudança, pois focalizavam o idioleto e não a comunidade de fala.

Os próprios autores – WLH (2006[1968]) – ratificaram, em várias passagens, a barreira que a crença do indivíduo como capaz de mudar uma língua (falante-ouvinte individual) obstaculizava a criação de uma proposta coerente para a mudança. Salientam que a realidade individual e psicofisiológica não poderiam explicar a maneira pela qual estruturas linguísticas se modificam ao longo do tempo. A citação seguinte exemplifica o ponto de vista dos autores:

Os teóricos desse período [**referem-se ao século XIX**] se esforçaram por mostrar que a coerência do comportamento linguístico, e em particular a regularidade das mudanças fonéticas, podia ser derivada de princípios gerais, de preferência psicológicos. O ápice dessa investigação foi atingido por Hermann Paul (1880), que desenvolveu a idéia de que a língua do falante-ouvinte individual encerra a natureza estruturada da língua, a coerência do desempenho falado e a regularidade da mudança. Isolando **a língua do indivíduo do uso linguístico do grupo** [grifo nosso], Paul desenvolveu uma dicotomia,

que foi adotada por gerações de lingüistas posteriores e que subjaz, como tentaremos mostrar, na base dos paradoxos do século XX acerca da mudança lingüística. (WLH, 2006[1968], p. 39)

A dicotomia aludida na citação concerne ao fato de Paul ter feito a distinção entre *idioleto* e *uso lingüístico*. Tal distinção foi criada em face de a difusão da mudança exigir a consideração de uma coletividade; assim, o autor passaria do objeto único e individual para uma entidade transindividual, em que o uso seria uma média dos idioletos de uma comunidade, que indicaria o que seria “normal” na língua. Mas o próprio Paul observou que esse construto teórico não se sustenta na prática³⁵ e afirma então que o único objeto de significação teórica é o *idioleto*, garantindo, assim, a existência da homogeneidade. Por outro lado, a questão de como ocorreriam mudanças no idioleto, ficou sem resposta, como afirmam WLH (2006[1968], p. 41):

O que causa mudanças num idioleto? Há dois mecanismos envolvidos: mudança espontânea e adaptação aos idioletos de outros falantes (p. 34). Sobre o mecanismo intraindividual, espontâneo, Paul tem pouco a dizer; ele se refere apenas uma vez mais ao papel das “particularidades pessoais e estímulos (*Erregungen*) peculiares da própria configuração mental e corporal” de um indivíduo (p.38), mas não lhe ocorre exemplificar tais peculiaridades, de modo que uma proposta séria de correlações entre traços individuais e mudança no idioleto está fora de questão.

Assim, não conseguiam explicar a difusão da mudança porque partiam da homogeneidade lingüística, inclusive no interior do *dialeto*. Sobre essa última, Faraco (2006, p. 19) destaca: “Paul apela para a noção de empréstimo, sem, contudo, explicitar os mecanismos do processo, não sendo, por exemplo, capaz de dar conta do fato de o empréstimo ser sempre seletivo (alguns traços em alguns idioletos)”. O trabalho fundador de WLH (2006[1968]), ao contrário, organiza-se na crença na heterogeneidade lingüística e, finalmente, a mudança lingüística pôde ser estudada acontecendo, ou seja, a “mudança lingüística *in vivo*”. Chamaram, assim, a atenção para a alternância de estilos, na perspectiva sincrônica, e para a competição entre formas, na diacrônica, substituindo *empréstimo dialetal* por aquela alternância. A fim de exemplificar a visão inovadora divulgada por WLH, transcreve-se o seguinte trecho:

A concepção multifacetada da língua, iniciada por Mathesius e Jakobson em Praga, desenvolvida por Fries e Pike na América e

³⁵ Conforme informam WLH (2006[1968], p. 41).

atualmente aplicada mais sistematicamente aos estudos sociolinguísticos por Gumperz, abriu novos horizontes para a teoria da mudança linguística. Ela substituiu o conceito de empréstimo dialetal – em princípio, um evento momentâneo e acidental – pelo conceito de alternância de estilo – em princípio, um fenômeno duradouro e recorrente. Tornou, assim, desnecessária a busca infrutífera (empreendida, por exemplo, por Paul e Bloomfield) de dialetos puros sofrendo mudança sem interferência. Em suma, ela justificou o estudo da mudança linguística *in vivo* e tornou desnecessário recorrer ao passado, o qual – por mais ricamente registrado e engenhosamente estudado³⁶ – nunca pode substituir o presente como laboratório para o linguista. (WLH, 2006 [1968], p.101-102)

A complexidade de fatores extralinguísticos na análise sociolinguística é primordial para a consolidação de uma nova forma de se estudar a mudança, pois, no modelo sociolinguístico, a estruturação das línguas é regulada pelas relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos. Nesse sentido, Lucchesi (2004, p. 50) afirma: “Os fatos sociais devem, portanto, ser tomados em sua especificidade – particularmente a língua –, consoante a teia de relações que neles se estabelece; e analisados em sua dinamicidade, numa relação dialética entre o social e o individual”.

Desse modo, discute-se, na próxima seção, a heterogeneidade ordenada, uma vez que a proposta sociolinguística para a mudança linguística fundamenta-se nessa concepção, conforme se compreende no trecho seguinte:

Afinal, se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como é que as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de menor sistematicidade? [...] A solução, argumentaremos, se encontra no rompimento da identificação da estruturalidade [*structuredness*] com homogeneidade. A chave para uma concepção racional da mudança linguística – e mais, da própria língua – é a possibilidade de descrever a diferenciação ordenada numa língua que serve a uma comunidade. Argumentaremos que o domínio de um falante nativo [*nativelike command*] de estruturas heterogêneas não tem a ver com multidialetalismo nem com “mero” desempenho, mas é parte da competência linguística monolíngüe. Um dos corolários de nossa abordagem é que numa língua que serve a uma comunidade complexa (i.e., real), a *ausência* de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional (WLH, 2006 [1968], p.35-36)

1.4.3 A heterogeneidade ordenada e a mudança linguística

³⁶ Nesse ponto, WLH destacam a excelência dos trabalhos de Kökeritz (1953) e Fónagy (1956), que evidenciaram que as flutuações encontradas e socialmente condicionadas pertencem aos mecanismos centrais da mudança linguística e não a algum processo marginal de “mistura de dialetos”.

A Sociolinguística Variacionista tem por objeto de estudo os padrões de comportamento linguístico observáveis **dentro de uma comunidade de fala** e os formaliza analiticamente através de um sistema heterogêneo, constituído por unidades e regras variáveis. Substitui-se, pois, a visão de que as variações presentes na fala seriam advindas de *mistura dialetal* ou *alternância de código* (“*code switching*”) e de que as variantes estariam fora do sistema em processo de variação livre, visto que o sistema seria imutável. Esse modelo parte do princípio de que o sistema linguístico que serve a uma comunidade heterogênea e plural deve ser também heterogêneo e plural para desempenhar plenamente as suas funções, desfazendo, assim, a tradicional identificação entre funcionalidade e homogeneidade (LUCCHESI e ARAUJO, 2004). Por sua vez, a variação observada em cada momento nos padrões de comportamento linguístico observados numa comunidade pode indicar uma mudança em curso (WLH, 2006 [1968] e LABOV, 2008[1972], 1974, 1982 e 1994). Portanto, a existência de uma gama de variantes linguísticas, isto é, de formas diferentes para expressar a mesma coisa numa mesma comunidade de fala não configura um quadro caótico, sem uma sistematização demonstrável; ao contrário, são perfeitamente passíveis de sistematização e, dado que há diversos usuários das línguas em diversas situações sócio-comunicativas, são também naturais. Portanto, como ressalta Lucchesi (2004, p. 172),

No modelo da sociolinguística, a situação é bem diferente, o que se oferece ao falante não é um sistema homogêneo, unitário e imutável, que se impõe de forma irreduzível, mas um sistema heterogêneo sobre o qual o falante atua de acordo com as disposições estruturadas em que a prática lingüística se atualiza.

A *Sociolinguística Variacionista* é também muito coerentemente nomeada de *Teoria da Variação e Mudança* porque é viável para analisar o processo de mudança linguística por meio da existência de fenômenos variáveis numa comunidade de fala, conforme se depreende no trecho:

Por fim, sugerimos que um modelo de língua que acomode os fatos do uso variável e seus determinantes sociais e estilísticos não só leva a descrições mais adequadas da competência lingüística, mas também suscita naturalmente uma teoria da mudança lingüística que ultrapassa os estereis paradoxos contra os quais a lingüística histórica vem lutando há mais de meio século. (WLH, 2006 [1968], p.34).

Portanto, nessa corrente teórico-metodológica, toda língua apresenta variação, esta um potente desencadeador de mudanças. É, assim, que Labov (2008[1972]) irá demonstrar que, nas gramáticas das línguas, existem não só regras categóricas, mas também regras variáveis, isto é, sistemáticas.

Como a mudança é lenta e gradual, é necessário que as línguas passem primeiramente por um período de transição (de variação), para depois ocorrer a mudança. Em alguns casos, ocorre que uma determinada variante fica restrita a uma determinada região, restringindo a variação à geográfica, salvo quando algum acontecimento sócio-histórico difunda a variante para outros espaços.

A respeito disso, os estudos realizados por Labov, em 1966, sobre variações linguísticas na comunidade de fala de Martha's Vineyard (uma ilha no estado de Massachusetts) e os realizados sobre a comunidade de fala de Nova York foram fundamentais para que a ordenação da heterogeneidade linguística e a contemporaneidade de algumas mudanças fossem comprovadas. O autor, ao investigar a centralização dos ditongos /aw/ e /ay/ em Martha's Vineyard, não desprezou questões sócio-históricas em sua análise, o que o levou a descobrir que a variação que havia na ilha tinha motivações externas fortes, como, no caso em questão, devido ao fator orientação cultural, em que o sentimento dos falantes em relação a influências externas naquela ilha influía na realização linguística mais do que os outros fatores linguísticos e socioculturais considerados. Labov concluiu que os habitantes eram sensíveis à intensa presença dos turistas na ilha e, os que eram contra a presença dos veranistas, exageravam na pronúncia que os identificava como grupo social nativo daquela região. Assim, por meio da distribuição diferenciada das variantes, o autor pôde reconstruir a história recente dessa mudança sonora, vendo a sua propagação na comunidade e entendendo os seus condicionantes, concluindo que o padrão diferenciado dos habitantes da ilha em relação à “deriva” da língua inglesa explicava-se por sua sócio-história. Foi mostrado, então, que havia relações regulares onde estudos anteriores mostravam flutuações caóticas e variações livres.

Sobre a importância da interação social na mudança linguística, pronuncia-se Labov (2008[1972], p. 20):

A contribuição de forças internas, estruturais, para a efetiva difusão das mudanças linguísticas, tal como esboçada por Martinet (1955), deve ser naturalmente o foco de atenção de qualquer lingüista que esteja investigando esses processos de propagação e regularização. No

entanto, uma abordagem que considera apenas as pressões estruturais dificilmente pode contar a história toda. Nem todas as mudanças são altamente estruturadas, e nenhuma mudança acontece num vácuo social. Até mesmo a mudança em cadeia mais sistemática ocorre num tempo e num lugar específicos, o que exige uma explicação.

Nos estudos sobre o inglês falado na cidade de Nova York, o autor aprofundou ainda mais a sua proposta de que a estrutura linguística apreça refletida nos processos sociais, destacando a relação entre *variação estilística*, *estratificação social* e *avaliação subjetiva*. Com esse modelo teórico, portanto, delineia-se a natureza socioestrutural da língua e deslindam-se processos de mudanças, na medida em que se consegue fazer previsões sobre as principais tendências de uso das variantes linguísticas.

Assim sendo, a mudança linguística não ocorre exclusivamente por causa de fatores internos, imanes, inerentes à estrutura linguística, mas também exibe uma forte motivação social, cuja desconsideração impede a compreensão desse processo, bem como do funcionamento da linguagem de modo geral. Assim, deixa-se a perspectiva do indivíduo para adentrar-se nas características linguísticas da comunidade, já que as variações estão relacionadas à organização social. Aceita-se, então, que a interpretação de dados em termos de mudança relaciona-se com a estrutura sociolinguística, que inclui a avaliação das variáveis pelos sujeitos que as usam. Firma-se, pois, uma disciplina estrutural e histórica ao mesmo tempo.

Desse modo, desconstrói-se a autonomia das línguas no processo da mudança. O peso de questões socioculturais pode, inclusive, acelerar ou reter processos de mudanças, como se pronunciam WLH (2006[1968], p.67):

Um volume crescente de evidências obtidas em estudos sociolinguísticos controlados indica que a percepção de fato é controlada pela estrutura lingüística; mas é uma estrutura que inclui não só unidades definidas por função contrastiva, mas também unidades definidas por seu papel estilístico e por seu poder de identificar o pertencimento do falante a um subgrupo específico da comunidade (Hymes 1962; Labov, 1966).

Entende-se, desse modo, que o binômio *variação e mudança* é uma tônica em propostas atualizadas da mudança linguística. Assim, as línguas puderam ser estudadas em seu existir ininterrupto de variação e mudança. Para a Sociolinguística Variacionista, a concepção de um sistema homogêneo substituindo outro não se

sustenta, pois sempre existirão, em qualquer comunidade de fala, processos em variação mudança, como observa Mattos e Silva (2002, p. 299):

O recurso de trabalhar com gerações conviventes permitiu à sociolinguística apreender mudanças em curso ou em processo, ou seja, permitiu captar o processo de difusão da mudança na estrutura da língua e na comunidade de fala, o que até então não tinha sido alcançado porque, em geral, as teorias da mudança trabalhavam com a mudança no tempo histórico real.

Por conseguinte, destaca-se que, no modelo sociolinguístico, a análise empreendida com base no fator faixa etária reveste-se de grande importância, já que, por meio do recurso do *tempo aparente*, observa-se se os casos de variação refletem uma *variação estável* (coexistência de formas intercambiáveis no sistema linguístico) ou *mudança em progresso* (concorrência entre as variantes, com tendência de permanência de apenas uma delas). Ao utilizar o *recurso do tempo aparente*, o pesquisador baseia-se no pressuposto de que diferenças linguísticas entre gerações podem espelhar desenvolvimentos diacrônicos, desde que outros fatores se mantenham inalterados; por isso, é necessário observar a sócio-história da comunidade.

Assim, ao se empreender uma análise sociolinguística, com informantes representantes de diferentes faixas etárias, realiza-se uma projeção linguística (**tanto em relação ao passado quanto ao futuro**), com base nas ocorrências nas diferentes faixas etárias da população atual, podendo assim se observar uma possível direção da mudança. A concepção de estudo da mudança em tempo aparente, formulada por Labov (1994), segue, em linhas gerais, a doutrina do uniformitarismo, oposta à teoria da catástrofe. O uniformitarismo parte da premissa de que todos os fenômenos geológicos podem ser explicados como resultantes de processos que operam de maneira uniforme. Essa teoria, tomada de empréstimo à geologia, teve como seu precursor, na linguística, Whitney (1867, apud Labov, 1994). Com o princípio uniformitarista acredita-se, pois, que as mudanças em curso refletem/espelham as mudanças que operaram no passado.

Nesse sentido, Naro (1992) e Paiva e Duarte (2003) são autores de importantes textos que tratam da relação entre a variável *idade* e a projeção histórica da variação, ou seja, da *mudança linguística*. Naro, por exemplo, discorre sobre a validade da hipótese clássica³⁷, apontando ainda que, na *variação estável*, os jovens e velhos

³⁷ A que defende que os padrões linguísticos do indivíduo mantêm-se inalterados a partir do momento em que ele internaliza a sua gramática, aproximadamente com a idade de 15 anos, quando outros fatores se mantêm constantes. Assim, o modo de falar de um homem com 80 anos, observado no ano de 2013, por

apresentam o mesmo comportamento linguístico, contrastando com a população de meia-idade, faixa etária que mais se utiliza as formas de prestígio. Para Paiva e Duarte (*op.cit.*, p. 18), ocorre, nesse caso, mudança no indivíduo e estabilidade na comunidade. Essa situação é o oposto do que ocorre nos casos de mudança em progresso, quando os mais jovens utilizam a forma inovadora³⁸ com maior frequência que os mais velhos.

Por conseguinte, muito embora o recurso do tempo aparente já tenha se mostrado consistente na identificação de mudanças em progresso, cabe ao pesquisador observar se os seus resultados representam verdadeiramente casos de mudança em progresso ou se representam simplesmente uma gradação etária, ou seja, de mudança de comportamento linguístico que se repete a cada geração. Assim, para uma melhor compreensão dos casos de mudanças devem ser realizados estudos baseados em tempo real, que significa observar a comunidade de fala em diferentes momentos de sua história. Assim, o modelo sociolinguístico prevê ainda a possibilidade de o pesquisador realizar estudos em *tempo real*, que pode ser feito por meio de estudos como o *painel* ou o de *tendências* (LABOV, 1994, p. 73). O pesquisador pode ainda se valer pesquisas em fontes históricas que lhe forneçam informações sobre a mudança, a exemplo de relatos acerca da história social da comunidade, gramáticas, comentários de estudiosos etc. Desse modo, a inter-relação entre pesquisas em tempo aparente e em tempo real permite que se reconstrua uma cronologia dos vários passos da mudança e a correlação entre essas cronologias com as características sociolinguísticas de cada estágio da mudança linguística (LABOV, 1994, p.77).³⁹ Sobre isso se pronunciaram Lucchesi e Araujo (2004):

Por outro lado, nada pode assegurar que uma tendência de mudança identificada pelo linguista num determinado momento não será revertida num futuro próximo em decorrência de novos fatos que não estavam presentes no momento em que o linguista fez o seu diagnóstico. Em função desse caráter contingencial dos processos históricos, "qualquer afirmação sobre a mudança [em progresso] é evidentemente uma inferência" (LABOV, 1981, p. 177). Esse

exemplo, representaria a língua do ano de 1948. Paiva e Duarte (*idid.*, p. 18) define a hipótese clássica como a que postula que há "mudança na comunidade e estabilidade no indivíduo através do tempo" .

³⁸ Destaca-se que é importante identificar o que é *inovador* e *conservador* numa comunidade de fala. Esse assunto será salientado no capítulo 4, quando se abordar o tema da *concordância verbal*, fenômeno linguístico específico deste estudo.

³⁹ Consoante informa Labov (2006[1972], p. 42), o sucesso do estudo em *tempo aparente* foi parcialmente atestado por Hermann (1929) que voltou ao cenário do estudo realizado por Gauchat (1905), uma geração depois, e constatou que três das variantes haviam avançado na mesma direção, ao passo que uma, não, evidenciando influências conflitantes. Assim, o estudo em tempo real permite distinguir entre gradação etária da população atual e os efeitos da mudança linguística. Também Labov, nos estudos de Martha's Vineyard e de Nova York, comparou dados de duas gerações utilizando dados do LANE (*Linguistic Atlas of New England*) de respectivamente 1933 e 1940.

prognóstico entre mudança em curso e variação estável baseia-se na combinação dos resultados obtidos através da correlação da variável linguística estudada com as variáveis sociais.

Assim, o estudo em tempo real (de curta ou de longa duração), ao ter como base a comparação entre duas sincronias, permite ao pesquisador averiguar o percurso da mudança tanto na estrutura linguística quanto na social.

Ressalta-se que neste trabalho optou-se por realizar uma abordagem sócio-histórica da língua falada na comunidade de fala investigada (fazendo-se, portanto, linguística histórica e não diacrônica). Por essa razão, na análise variacionista, além de fatores extralinguísticos tradicionalmente utilizados na pesquisa sociolinguística – idade, sexo e escolaridade –, considera-se também fatores sócio-históricos, como a presença de migrantes no município, além de questões referentes à urbanização e à escolarização do município em questão.

Dessa forma, adota-se, neste estudo, o arcabouço teórico-metodológico da *Sociolinguística Variacionista* (LABOV, [2008 [1972]]), também rotulada de *Sociolinguística Quantitativa*, por operar com números e tratamento estatístico dos dados coletados. Essa teoria, como já se mencionou, é ainda denominada *Teoria da Variação e da Mudança Linguística*, já que, a partir da consideração de variáveis explanatórias⁴⁰, pode se constatar se a variação caminha, ou não, para uma mudança. Essa é a linha adotada em função de ser considerada teoricamente coerente e metodologicamente eficaz para a descrição da língua em uso numa perspectiva variacionista.

Um estudo sociolinguístico visa, portanto, à descrição estatisticamente fundamentada de um fenômeno variável, tendo como objetivo analisar, apreender e sistematizar variantes linguísticas usadas por uma mesma comunidade de fala. Para tanto, calcula-se a influência que cada fator (linguístico ou sociocultural) exerce na realização de uma ou de outra variante. Os pesos relativos (frequências corrigidas) refletem, de certa maneira, competência linguística dos falantes. O linguista interpreta regras variáveis que descrevem e explicam os pesos relativos ligados aos fatores associados à ocorrência das formas variantes a fim de se investigar o peso de questões socioculturais na estrutura linguística da comunidade de fala analisada. Assim, a análise sociolinguística busca estabelecer a relação entre o processo de variação que se observa

⁴⁰ Nesta tese, as expressões *variáveis explanatórias*, *variáveis independentes* e *grupos de fatores* são usadas como sinônimos.

na língua em um determinado momento (isto é, *sincronicamente*) com os processos de mudança que estão acontecendo na estrutura da língua ao longo do tempo (isto é, *diacronicamente*).

Na próxima subseção, discutem-se algumas questões primordiais para o estudo da mudança linguística na perspectiva variacionista. Antes, contudo, faz-se um parêntese para ressaltar que se, inicialmente, os postulados sociolinguísticos – tal como formulados por WLH (2006[1968]) – foram pensados para o nível fônico das línguas, mas, atualmente, são aplicados a qualquer fenômeno variável nos diversos níveis de estruturação linguística. Essa ressalva foi feita porque já houve posições contrárias à possibilidade de se aplicar os postulados da Sociolinguística Variacionista nos casos de variáveis morfossintáticas e lexicais, a exemplo do que ocorreu com os estudos de Lavandeira (1978) e Romaine (1982). Sobre essa polêmica fica clara a necessidade de o pesquisador possuir agudeza ao definir as variantes de sua pesquisa, procurando identificar se as mesmas são, de fato, intercambiáveis. Por exemplo, se um sociolinguista quiser analisar a variação no uso de preposições terá que refletir sobre o tratamento que dará, por exemplo, a dados como “Vou sentar na mesa” ou “Vou sentar à mesa”. São eles equivalentes semanticamente?

Nesse sentido, no caso da variável dependente focalizada na análise empírica nesta tese, a da concordância de número entre o sujeito e o verbo, fica entendido que, sim, é possível estimá-la como passível de sistematização, haja vista que existe equivalência semântica em usos como: “*nós vamos*”, “*nós vai*” “*a gente vai*” e “*a gente vamos*”, bem como entre “*eles vão*” e “*eles vai*”, ou ainda, “*tu foi*” “*tu fosse*” e “*tu foste*”.⁴¹

1.4.4 Questões centrais numa teoria contextualizada da mudança linguística e a Sociolinguística Histórica

Como no modelo sociolinguístico parte-se da premissa de que as formas alternantes são avaliadas socialmente pelos membros da comunidade e de que essa avaliação tem um papel capital no rumo da mudança, os variacionistas investigam, por exemplo, *por que, quando e por quem* as variantes linguísticas são usadas em interações

⁴¹ Salienta-se que, conforme será explanado nos capítulos 5 e 6 desta tese, uma análise empírica sociolinguística propriamente dita só será apresentada no que concerne ao uso da concordância verbal com a terceira pessoa do plural ou P6.

sócio-comunicativas naturais. Na resposta a essas perguntas, existem alguns axiomas: (i) a variação é sistemática e regulada por regras variáveis e passíveis de serem descritas; (ii) as variações indicam tendências na comunidade; (iii) a metodologia utilizada é eficiente para explicar a variação e a mudança, uma vez que, entre outras razões, isolam-se os fatores intervenientes no processo, com o recurso do peso relativo.

Ao se trabalhar com o tempo aparente, na estreita relação entre variação e mudança, a teoria tem que responder a algumas questões, muito bem formuladas por WLH (2006[1968]) e reelaborados por Labov (1972, 1994) no que diz respeito às mudanças em progresso: a da **transição**, a do **encaixamento** e a da **avaliação**.

A primeira questão, conhecida como o problema da transição, trata de como se dá, passo a passo, a mudança de um estágio a outro. O desenvolvimento de uma língua deixa de ser demonstrado apenas pela sucessão de sistemas discretos, homogêneos e autônomos, de modo que se torna possível identificar o processo *variação e mudança* dentro do diassistema linguístico. Procura-se descrever o maior número de estágios intermediários, vendo a inter-relação dos elementos, questão esta aprofundada no problema do encaixamento.

O encaixamento da mudança centra a questão de como uma determinada mudança está encaixada na estrutura interna da língua e no sistema de relações sociais. Para tanto, faz-se necessário a consideração de aspectos sócio-históricos, políticos, culturais e ideológicos envolvidos no uso linguístico. Estabelecem-se correlações entre as formas linguísticas e dessas com fatos extralinguísticos. Sobre o encaixamento estrutural e social, Labov (2006[1968], p. 200) comenta que, no seu estudo acerca da centralização de ditongos em Martha's Vineyard, pôde constatar que a mudança era liderada pela ditongação de (ay) que impulsionou a de (aw) e que o processo relacionava-se com a sócio-história local:

A centralização de (aw) era parte de uma mudança mais geral que começou com a centralização de (ay). Essa mudança inicial precedia de um nível moderado de centralização de (ay) que era provavelmente um traço regional recessivo, herdado dos primeiros colonizadores da ilha. O aumento de centralização de (ay) começou numa comunidade rural de pescadores ianques, descendentes diretos daqueles primeiros colonizadores. A partir dali, ela se difundiu entre falantes do mesmo grupo étnico de outras profissões e outras comunidades. A variável (aw), estruturalmente simétrica, começou a exibir tendências semelhantes ao processo iniciado com (ay).

O encaixamento estrutural é muito evidente quando se analisam fenômenos linguísticos variáveis organizados em cadeia, isto é, uma mudança ocorrida em determinado ponto do sistema linguístico provocando outras mudanças em outros pontos. Além do encaixamento estrutural, o sociolinguista deve procurar sistematizar a variável também na estrutura social, isto é, identificar como a variável encontra-se estratificada nas diversas camadas sociais.

Já o problema da avaliação busca medir como os membros de uma determinada comunidade linguística avaliam a mudança e como essa avaliação pode afetá-la. O investigador empreende análises das avaliações subjetivas das variantes linguísticas pelos informantes, ou seja, acredita-se que há atribuição de valores nas escolhas das variantes pelos informantes. No estudo de Martha's Vineyard, Labov constatou os estratos subjetivos da variável em foco, na medida em que concluiu que quanto mais um indivíduo se sentisse capaz de “demarcar o seu território” como um vineyardense nativo, mais ele adotaria a centralização de (ay) e (aw). Já, quando um nativo possuísse o desejo de sair da ilha, abandonava as formas centralizadas. Desse modo, é possível afirmar que o usuário é, de certa forma, sensível à alternância das variantes e assume uma delas na dependência dos valores sociais a ela atribuídos.

Portanto, o falante não aceita passivamente o modo como a língua se modifica; ao contrário, avalia positivamente as formas com as quais se identifica dentro do grupo social a que pertence, ou as de um grupo que, para ele, é de prestígio, e, por outro, pode avaliar negativamente outras. Os sociolinguistas sustentam, ainda, que estágios iniciais de mudança estão fora do nível de consciência social, de modo que eles não os percebem (*mudança vinda de baixo*), sendo a mudança apenas um **indicador** de pertencimento ao grupo; ao passo que, em estágios posteriores, variações estilísticas e estratificações sociais começam a aparecer, a variante agora é um **marcador** (ou formas socialmente marcadas) e os falantes evitam essas formas em situações mais formais, sendo estas geralmente desprestigiadas (LABOV, 2008 [1972], p.210-212).

À medida que a comunidade se torna mais consciente da mudança, observa-se o surgimento de reações negativas, podendo a forma inovadora ser estigmatizada, ou ainda, podem existir reações corretivas (expressas em manuais e gramáticas); até que, a depender da sistematização da variável na estrutura linguística e social da comunidade, pode ocorrer a aceitação generalizada da forma inovadora, podendo esta ser utilizada em situações formais e pelo grupo social de maior prestígio. Se, por outro lado, os falantes de maior *status* social na comunidade de fala rejeitam a mudança, estes podem

estigmatizar a forma inovadora, dando início a *mudanças vindas de cima*, adquirindo aquela forma o caráter de **estereótipo**.

É por essa razão que a avaliação subjetiva ou julgamento social das variantes pode servir como sinalizador das mudanças em curso na comunidade, pois em muitos casos, a uniformidade dos padrões de avaliação se antecipa à uniformização dos padrões de uso, refletindo tendências de mudanças dentro da comunidade (LUCCHESI, 2002, p.67).

Nesse sentido, a teoria possui artefatos poderosos para possibilitar a investigação de usos variáveis e de mudança em uma comunidade de fala. Salienta-se que, na proposta inicial de WLH (2006[1968]) além desses tópicos (o da transição, do encaixamento e da avaliação) havia também o dos **fatores condicionadores** e o da **implementação**.

Quanto aos fatores condicionadores, diziam respeito ao conjunto de mudanças linguísticas possíveis e às condições que favoreceriam ou restringiriam a mudança. Sobre esse problema da mudança, Labov (1982, p.26), em sua reanálise dos *Fundamentos empíricos*, asseverou que não se deve buscar uma restrição estritamente universal, pois isto significa uma busca por uma faculdade isolada, que não está encaixada na matriz mais ampla da estrutura linguística e social. O problema das restrições estava, pois, errado e deveria ser fundido ao problema do encaixamento das estruturas linguística e social. Assim, Faraco (2005, p.193) afirma “ao explicitar o encaixamento, estaremos também apontando os fatores condicionantes”. Nesse ponto, é interessante sublinhar, mais uma vez, que a orientação teórica variacionista tem mostrado que, sem encaixar a mudança no quadro geral das relações sociais, não se consegue ter uma visão adequada do condicionamento das mudanças, pois o encaixamento apenas estrutural, embora seja importante e relevante, é insuficiente. A questão dos fatores condicionantes (*constraints problem*) levava a crer que existiriam restrições universais independentes de qualquer comunidade de fala.

O problema da implementação visava a responder por que uma mudança ocorre no momento e lugar em que ocorre. Ou seja, *por que ocorreu em um momento e em lugar determinados, e não em outro momento e/ ou em outro lugar?* Essa questão é mantida na proposta sociolinguística variacionista e é considerado um dos mais difíceis problemas da teoria da mudança, principalmente por envolver fatores tanto internos quanto externos que podem interferir no processo de mudança. Em linhas gerais, tratar

da *implementação* de uma mudança significa focalizar os problemas anteriormente comentados, isto é, a *transição, encaixamento e avaliação*.

Desse modo, as colocações feitas sobre *Sociolinguística Variacionista* conduzem a vê-la como uma forma atualizada de se analisar a mudança linguística, podendo, inclusive, essa teoria ser muito bem alocada com o título de “nova linguística histórica”, como o fez, perspicazmente, Castilho (1998). Nesse sentido, o seu caráter inovador pode ser entendido devido à interdisciplinaridade que está na sua gênese, pondo em destaque a natureza social dos fatos linguísticos e, entre esses, o da mudança. Por outro lado, não se pode negligenciar que a atualidade da teoria sociolinguística está também por focar mudanças não acabadas e, principalmente, por trabalhar com dados de fala⁴².

Assim, como já se assinalou ao longo deste capítulo, a sociolinguística, desde o seu nascimento, tem como uma das suas aplicações mais importantes o estudo da história das línguas (BRIGHT, 1974). Contudo, nas últimas décadas, desde a publicação dos textos de Mondéjar (1980) e Romaine (1982), tem estado em cena o termo **Sociolinguística histórica**. Este nomeia uma disciplina relativamente jovem, embora, coadunando com Mattheier (1999), entende-se que o campo dessa disciplina está longe de ser novo, uma vez que se faz sociolinguística histórica, ou melhor, utiliza-se seu arcabouço teórico-metodológico, sempre que se interpretar as mudanças com o olhar não apenas do linguista, mas também do sociólogo. É necessário, pois, ter em mente que Sociolinguística é também um campo da Linguística Histórica.

Por outro lado, tendo em vista a necessidade de se contrapor a metodologia tradicional da linguística histórica com a atualizada, aceita-se a pertinência da criação da nova disciplina, embora se perceba uma equivalência, *mutatis mutandis*, entre a *Sociolinguística Variacionista* e a *Sociolinguística Histórica*. Por exemplo, no plano conceitual das duas teorias, assume ser fundamental a consideração de fatores externos

⁴² Há um debate acerca da utilização de textos da modalidade escrita para a realização de estudos sociolinguísticos. Entre outras coisas, discute-se se o caráter conservador da escrita não afetaria a validade dos dados analisados. Sobre isso, Romaine (1982) pronuncia-se destacando que o paradoxo do observador também pode levantar dúvidas sobre a “veracidade” de dados orais nas pesquisas sociolinguísticas. Desse modo, julga-se mais proveitoso aceitar a utilização de textos escritos, contudo, fazendo uma exploração mais ampla desses; por exemplo, usando fontes complementares, fazendo estudos acerca das condições sociais de produção, identificando os emissores e receptores, considerando-se diferentes gêneros textuais etc (cf. LOBO, 2001). Quanto aos dados orais, pode-se também adotar uma metodologia mais próxima dos estudos etnográficos, fazendo o que propõem Villena Ponsoda (1994, p. 22) e Milroy (1980, 1992), uma imersão sociolinguística na comunidade de fala.

na análise dos câmbios linguísticos e entende-se que os dados sincrônicos se prestam para se projetar diacronicamente a variação.

Assim, considerando também que existem muitos estudos sociolinguísticos que, na verdade, apenas sistematizam os fenômenos variáveis, sem projetarem historicamente a variação e sem a correlacionarem à estrutura sociolinguística mais ampla da comunidade de fala, é viável considerar a existência da *Sociolinguística Histórica*. Nesse sentido, salienta-se que a teoria sociolinguística pode contribuir não apenas na parte metodológica para a investigação da mudança linguística, mas também na parte teórica central por permitir que se utilizem as análises das mudanças em curso “no sentido de minorar a insuficiência dos documentos do passado” (CARVALHO, 1998, p. 196). Sobre isso, leia-se, por exemplo, a colocação de Medina Morales (2005), embasada em Mondéjar (1980):

Empezamos diciendo que vamos a explicar la evolución de una lengua en términos sociolingüísticos, pero después no vamos más allá de la explicación estructural de la misma y nunca se ve el nexo social o cultural concreto que ha condicionado el proceso. A nadie se le oculta que ésta es una tarea ardua y que exige muy variados conocimientos además de los lingüísticos y que no puede realizarse sin una previa preparación de trabajos monográficos, pero, a mi parecer, éste es el único camino que hay que seguir para que la rúbrica de ‘historia de una lengua’ corresponda realmente a la realidad que la lengua es: un sistema de comunicación que vive en una sociedad determinada, condicionada por unas circunstancias de espacio y tiempo. (MONDÉJAR, 1980, p.26)⁴³

Assim, como propõem Romaine (1988), Medina Morales (2005), entre outros, com o arcabouço da *Sociolinguística Histórica* amplia-se o estudo da mudança linguística, na medida em que se pode combinar a tradição filológica com os métodos quantitativos de análise, bem como de outros conhecimentos (como a *Tradição Discursiva*, por exemplo), pondo em destaque a superação da dicotomia *sincronia/diacronia* e a covariação entre dados linguísticos e fatores sociais. Em outras palavras, destaca-se que a teoria sociolinguística tem o princípio basilar de que as

⁴³ “Começamos dizendo que vamos explicar a evolução de uma língua em termos sociolinguísticos, mas depois não vamos além da explicação estrutural da mesma e nunca se vê o nexo social ou cultural que tem condicionado o processo. Ninguém pode negar que esta é uma tarefa árdua e requer muitos conhecimentos para além dos linguísticos e que não pode ser realizado sem uma preparação prévia de trabalhos monográficos, mas, na minha opinião, este é o único caminho a seguir para que a rubrica “história de uma língua” corresponda realmente à realidade que a língua é: um sistema de comunicação que vive numa determinada sociedade, condicionado por certas circunstâncias de espaço e tempo”. [Tradução nossa]

mudanças linguísticas ocorrem inseridas numa estrutura social da comunidade de fala, ou seja, na estrutura sociolinguística da comunidade, de modo que se faz necessário ter conhecimentos da dinâmica histórico-social que conduz a transição e a atualização da mudança. A citação seguinte assinala a estreita relação entre a *Sociolinguística Variacionista* e a *Sociolinguística Histórica*:

La sociolinguistique historique peut se définir très largement comme une science qui, selon Lodge (2004, p. 9), “applies the concepts and techniques of sociolinguistics to past states of the language, with the idea that the observed properties of contemporary speech communities [...] must also have been typical of earlier speech communities”. (COTELLI, 2009, p. 03)⁴⁴

A abordagem da *Sociolinguística Histórica*, ao fundir áreas como a *Sociolinguística* e *Linguística Histórica* realiza algo importante, pois, os investigadores neste domínio, em vez de confiarem exclusivamente em provas intralinguísticas, buscam dados para explicar a mudança linguística considerando o contexto sócio-histórico dos fatos linguísticos. Portanto, a variabilidade do contexto linguístico e social das comunidades de fala conduz a se estudar a mudança linguística de modo a usar o presente para explicar o passado.

Levando-se em consideração esses aspectos, cabe, finalmente, ressaltar que a similaridade que aqui se assinala entre *Sociolinguística Histórica* e a *Sociolinguística Variacionista* tem o respaldo em Mattos e Silva (1999). A pesquisadora traça a distinção entre *Linguística Histórica Lato Sensu* e *Linguística Histórica Stricto Sensu*, alocando a sociolinguística e a dialetologia como pertencendo ao primeiro campo já que, mesmo analisando dados sincrônicos, são significantes para o entendimento das transformações pelas quais as línguas passam ao longo do tempo, não apenas descrevendo o comportamento sincrônico das línguas. São suas as palavras:

Enquanto se desenvolviam os estudos descritivos sincrônicos, seguindo os modelos estruturalistas, seguidos dos modelos teóricos gerativistas, modelos aistóricos por natureza, outros caminhos, também sincrônicos, percorriam lingüistas brasileiros, fazendo avançar o conhecimento da nossa realidade lingüística. Desenvolviam

⁴⁴ A sociolinguística histórica pode ser definida de forma muito ampla como uma ciência que, segundo Lodge (2004, p. 9), “aplica os conceitos e técnicas de Sociolinguística a estados anteriores da língua, com a ideia de as propriedades observadas das comunidades de fala contemporâneas [...] deve também ter sido típicas em comunidades de fala anteriores”. [Tradução nossa]

e desenvolveram o que designei Lingüística Histórica no sentido lato. (MATTOS E SILVA, 1999, p. 164)

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO: RUMO A UMA SOCIOLINGÜÍSTICA HISTÓRICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Este capítulo foi escrito com o objetivo de informar o leitor acerca da fundamentação teórico-metodológica que embasou a análise empírica realizada nesta tese. Talvez, o percurso trilhado tenha sido longo, mais extenso do que o esperado para os capítulos de pressupostos teóricos de trabalhos acadêmicos, como teses, dissertações e monografias. Foi feito, antes de se comentar o quadro teórico-metodológico adotado (o da *Sociolinguística Variacionista*), um apanhado geral sobre diferentes abordagens de estudos da mudança linguística, inclusive sobre modelos teóricos considerados diametralmente opostos ao aqui adotado. Nesse sentido, salienta-se que, longe de julgar esse apanhado dispensável, entende-se que esses comentários foram fundamentais para que ficassem bem explicitadas as escolhas teóricas feitas para analisar a concordância verbal de número no português brasileiro, especificamente da comunidade de fala de Feira de Santana-Ba.

Espera-se que tenha ficado evidente que a análise de fatos linguísticos não deve ser realizada de forma autônoma, isto é, sem relacioná-los à estrutura sócio-comunicativa mais ampla da comunidade de fala pesquisada. Especificamente, pretendeu-se asseverar que as mudanças linguísticas não podem ser interpretadas apenas como resultantes de fatos exclusivamente linguísticos, pois, se pressões estruturais são importantes para ocorrerem mudanças, a sua aceitação e difusão envolvem, com certeza, fatores extralingüísticos.

Adota-se o arcabouço teórico-metodológico da *Sociolinguística Variacionista*, procurando projetar a variação da concordância verbal (para o passado e para o futuro) e não apenas sistematizando a variação. Ou seja, uma vez que esse aspecto gramatical pode possuir um caráter de *estereótipo sociolinguístico*, acredita-se que, com esse tema, é possível analisar em que nível se encontra o entrecruzamento de normas, acentuado no Brasil a partir do início do século passado. A propósito, salienta-se que a área estudada caracteriza-se por ser um centro de confluência e difusão de culturas, devido a sua condição de maior entroncamento rodoviário do norte e nordeste do Brasil. Portanto, com este estudo, investiga-se, por meio de uma análise variacionista

laboviana da concordância verbal no português falado no município, o seu perfil sociolinguístico, projetando os seus resultados para o que ocorre de forma majoritária no Brasil.

Assim, acolhe-se a ideia defendida por diversos estudiosos (por exemplo, Kato, 1993 e Mattos e Silva, 2004) de que o desvendar analítico da diversidade linguística brasileira, quer no nível espacial quer social, tem levado ao entendimento da sua compreensão histórica. Sai-se, assim, do terreno meramente descritivo para o das interpretações históricas, ou melhor, para aqueles que discorrem sobre a formação sócio-histórica das línguas humanas, acolhendo informações socioculturais. Desse modo, coaduna-se com Lucchesi (2004, p. 189), quando, ao fazer referência ao clássico estudo de Labov realizado em Martha's Vineyard, sustenta que os estudos sociolinguísticos devem superar as meras “explicações” descritivas/quantitativas:

Não obstante toda a fundamentação empírica desse estudo, pode-se dizer que o resultado final que conjuga o processo de centralização à **variável orientação cultural** é fruto da interpretação de seu autor, e não um reflexo imediato de uma quantificação subjetivamente neutra. Isso configura um dos pontos mais positivos dessa investigação pioneira. Através da variável orientação cultural, o estudo conseguiu integrar o processo da mudança linguística em curso no cerne do processo social – ou seja, no plano da disputa ideológica, em que se expressam de forma mais dramática as relações de classe. Com isso, passou-se do plano da análise quantitativa para o patamar superior da interpretação qualitativa [...] Uma análise desse tipo, que permite uma compreensão globalizante da interação entre o processo linguístico e o processo social, é, portanto, muito mais esclarecedora do que uma que apresentasse resultados do tipo: ‘os fazendeiros centralizam mais que os pescadores’, ‘os homens mais que as mulheres’ etc. Quanto mais esclarecedor for o estudo de um processo particular de mudança (como é o caso do estudo de Martha's Vineyard), mais esse processo será individualizado e particularizado, já que se trata de uma representação adequada de um processo histórico e cultural, o que se trata de uma representação de um processo histórico e cultural, o que extrapola as generalizações derivadas do indutivismo empiricista que infelizmente tem marcado as preocupações da sociolinguística variacionista.

Nesta tese, a análise dos dados sobre os usos variáveis da concordância verbal na fala feirense tem, assim, por princípio a crença de que não é suficiente a descrição e explicação do funcionamento da estruturação linguística, faz-se antes imprescindível saber como se formaram os elementos, como estes se integraram e também a maneira como os dados ocorrem em cada estrato social em função de determinantes sócio-históricos. Dessa forma, é possível ver o processo de transição de

uma forma linguística para outra e identificar como se dá o encaixamento da mudança e a sua avaliação pelos membros da comunidade de fala, projetando historicamente as variantes.

No caso específico deste trabalho, assume-se que este se filia aos estudos sobre a sócio-história do português brasileiro. Faz-se uma junção entre dimensão estrutural e contingencial do fenômeno linguístico, na medida em que a análise da variação da concordância verbal é encaixada nas matrizes linguística e social dos usos linguísticos. Assim, os resultados desta pesquisa ajuntam-se aos que já têm sido desenvolvidos em uma série de estudos, a exemplo, dos divulgados pelos pesquisadores dos projetos *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) e do *Vertentes*, ambos com integrantes do Instituto de Letras da UFBA.

Nesse sentido, acredita-se que as condições sócio-histórico-culturais que aqui encontrou a língua portuguesa foram fundamentais para imprimir-lhe as suas características. Entende-se, por conseguinte, que as diferenças entre o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB) podem ser analisadas por meio do arcabouço teórico-metodológico da *Sociolinguística Variacionista*, mas, tendo em vista que a tese tem interesses sobre a constituição da variante brasileira, talvez, fosse preferível afirmar que esta pesquisa adotasse o quadro teórico da *Sociolinguística Histórica*, trazendo reflexões sobre a história social do português brasileiro. Assim, não foi feito, principalmente, porque foram utilizados *corpora* orais e não *corpora* escritos.

Nesse sentido, cabe mencionar, *en passant* (já que esta questão será retomada no capítulo seguinte), a proposta lançada por Mattos e Silva (2004a, p. 58) para a busca investigativa sobre a reconstrução histórica do PB. Para a autora, essa tarefa deve ser orientada para quatro campos, a saber:

- (a) o campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil;
- (b) o campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica;
- (c) o campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro;
- (d) o campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro.

Salienta-se que, para esta tese, foi muito importante considerar estudos sobre a historiografia brasileira, notadamente sobre o período em que se transplantou o português para o Brasil, a exemplo do intenso contato linguístico e da tardia implantação dos processos educacionais e urbanísticos. Isso é feito sistematicamente no segundo capítulo. No Capítulo 3, por sua vez, aborda-se também questões sócio-históricas, mas aplicadas ao entendimento da formação da comunidade de fala investigada, isto é, do português falado em Feira de Santana-Ba, apresentando fatos de sua história externa. Assim, nesses dois capítulos, escrutinam-se questões sobre o *campo (a)* acima destacado.

Este estudo também focaliza o *campo (b)* acima especificado, pois analisou diferentes amostras da fala feirense e, assim, reuniu elementos para demonstrar a propagação da variação na concordância verbal, identificando em quais estratos sociais mais ocorre a não aplicação da regra padrão da concordância de número nas formas verbais. Por esta razão, para se realizar o trabalho empírico, trabalhou-se com um *corpus* representativo de diferentes níveis (norma popular – rural e urbana – e a culta urbana) bem como com dados relacionados a algo típico da região estudada, a migração. Contrastam-se também os resultados encontrados com os obtidos por outros pesquisadores que analisaram dados da capital baiana e de outras regiões do interior da Bahia, marcadas etnicamente (pela ancestralidade africana) ou não. Em outras oportunidades, essa análise contrastiva poderá ser realizada de forma mais sistemática.

Optou-se por trabalhar com dados dos dois polos da realidade sociolinguística brasileira, o culto e o popular, e, dessa forma, o estudo lança luzes sobre a polêmica formação da língua portuguesa do Brasil, além de reunir elementos que permitem investigar quais foram as consequências do estreitamento das redes sociais empreendido no Brasil, a partir da intensificação de processos de urbanização, bem como a partir da democratização de acesso ao ensino.

Por outro lado, não se pode negar que os **campos (c) e (d)** são também abordados. Sobre o último, por exemplo, será comentado, no quarto capítulo, o estudo realizado por Araujo (2011), em que são apresentados os resultados de uma investigação em que foram comparados dados do PE e do PB no que concerne à concordância verbal de número referente à primeira pessoa do plural (P4).

No próximo capítulo, traça-se um panorama sócio-histórico das condições em que se formou a vertente nacional da língua portuguesa, sendo abordados temas como a demografia histórica brasileira e o passado rural e de precária escolarização no

Brasil, e tecem-se também comentários sobre as duas principais propostas explicativas para a gênese do português do Brasil: **a teoria da deriva** e a da **transmissão linguística irregular**.⁴⁵ Desse modo, no capítulo seguinte, focaliza-se o cenário em que se formou a língua falada no Brasil e, *mutatis mutandis*, certas particularidades da fala da comunidade linguística investigada.

⁴⁵ Ressalta-se que, embora as duas sejam importantes teorias da mudança linguística e a última tenha embasado este trabalho, preferiu-se abordá-las no próximo capítulo (e não neste que trata justamente dos pressupostos teóricos), pelo fato de as duas teorias estarem no centro do debate sobre a gênese do PB e, consequentemente, de sua diferenciação em relação ao PE.

CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

São discutidas questões sobre a formação do português brasileiro, abordando-se além de aspectos referentes às teorias da deriva e a da transmissão linguística irregular, aspectos sócio-históricos fundamentais, a exemplo da diversidade de línguas e de culturas no Brasil; os fluxos migratórios; os tardios processos de urbanização e de escolarização e a escolarização da população negra no Brasil. O objetivo deste capítulo é discutir a situação geral da formação do português brasileiro para melhor se contextualizar a formação da variedade linguística de Feira de Santana.

2.1 UMA INTRODUÇÃO

As particularidades do PB vêm sendo focalizadas em diversos estudos, desde os menos empíricos realizados pelos primeiros dialetólogos e intelectuais em geral, a exemplo de Vasconcelos (1987[1901]), Carmelo (1767), Amaral (1920), Marroquim (1945[1934]), Nascentes (1953[1922]), entre outros, até os inseridos na fase mais consolidada da ciência linguística: Rossi, Ferreira e Isensee (1963), Tarallo (1993), Galves (1987, 1993, entre outros), Mira Mateus (2006) são apenas alguns desses. De modo geral, esses estudos apontam as características léxico-semânticas, fonético-fonológicas e morfossintáticas que dão identidade ao PB em contraponto com o PE.

É válido observar que os estudos que mostram o perfil do português brasileiro diferenciam-se entre si por seus respectivos quadros teórico-metodológicos, ou melhor, pela maneira como buscam explicar as motivações que deram origem à existência dessas duas variedades do português, qual seja, por meio de abordagens formais (immanentistas) ou de sócio-históricas. Nas formais, focaliza-se a língua portuguesa “por ela mesma”, evidenciando-se fatos da estrutura linguística que motivaram os processos de variação e mudança em seu interior, a exemplo do que propõe Tarallo (1993) para o uso frequente da retenção pronominal na categoria de sujeito no PB.⁴⁶ Já, nas sócio-históricas, consideram-se também fatos da estrutura externa que motivaram o desencadeamento de processos variáveis na estrutura linguística em foco. Nessas, é importante, inclusive, que o linguista conheça fatos da

⁴⁶ O autor demonstra que, na história do PB, objetos diretos e sintagmas preposicionais diminuem à proporção que aumenta a proporção de retenção pronominal nos sujeitos, argumentando que a perda da referência pronominal fez com que o sistema se rearranjasse, marcando mais frequentemente a posição de sujeito.

história do Brasil e de Portugal; consideram-se, assim, fontes e estudos históricos propriamente ditos. Como exemplo dessa segunda abordagem, cite-se o estudo de Silva (2004), no qual é sustentado que o aumento do uso de objetos nulos na fala brasileira coincide com o aumento de importação de escravos africanos no Brasil.

Indo na direção da segunda forma de abordagem, traça-se, neste capítulo, um panorama sócio-histórico das condições em que se formou a vertente nacional da língua portuguesa, sendo focalizados temas como a demografia histórica brasileira e o passado rural e de precária escolarização no Brasil. Tecem-se também comentários sobre as duas principais propostas explicativas para a gênese do português do Brasil: a da *deriva* e a da *transmissão linguística irregular*. Desse modo, com este capítulo, pretende-se situar o leitor acerca do cenário em que se formou a língua falada no Brasil e, dentro desse, *mutatis mutandis*, a fala da comunidade linguística de Feira de Santana, o maior município do interior do estado da Bahia e onde foi constituída a amostra investigada nesta pesquisa.

Como o objetivo deste capítulo é discorrer sobre a formação do português brasileiro, discorre-se, na próxima seção, sobre o profícuo debate que envolve as teorias da *deriva românica* ou *deriva natural* e da *transmissão linguística irregular*, as quais, de certa forma, relacionam-se, respectivamente, com as duas orientações abordadas no capítulo anterior: a intralinguística/intrassistêmica (diacrônica) e a sócio-histórica.

2.2 A TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR E A DERIVA ROMÂNICA: DUAS PROPOSTAS PARA A GÊNESE DO PB

O título desta seção poderia ter sido “*deriva românica versus criouliização*”, assim não foi feito porque, embora já tenha havido muitas defesas acerca de uma possível origem crioula para o português popular brasileiro – desde o célebre estudo de Coelho (1880 *apud* Tarallo, 1993) – atualmente, é consensual, mesmo entre os estudiosos que defendem a importância de fatores extralinguísticos, a postulação de que o intenso contato entre línguas diversas e ininteligíveis na sócio-história do PB não chegou a acarretar a formação de um crioulo prototípico e sim um processo de transmissão linguística irregular. Em outros termos, a hipótese da existência de um crioulo no passado linguístico brasileiro encontra-se desacreditada, estando em seu lugar a de que houve condições sócio-históricas específicas no Brasil que levaram a que mudanças ocorressem na estrutura da língua portuguesa na sua condição de língua

transplantada, sem que tivesse havido uma simplificação total na sua gramática, a ponto de gerar outra língua, tal como ocorre em situações típicas de criouliização.

Por outro lado, a teoria da transmissão linguística irregular, como uma hipótese interpretativa para a gênese do português brasileiro, não é aceita de forma unânime por todos os estudiosos. Ao contrário, é contestada por aqueles que defendem uma explicação intrassistêmica, presa a fatores internos à estrutura da língua portuguesa. Assim, nos estudos sobre a formação do PB, há um debate que termina por envolver, de certa forma, as duas orientações para o estudo das mudanças linguísticas, proposta por Mattos e Silva (2008), apresentadas no capítulo anterior⁴⁷. A fim de melhor sistematizar esse debate, será feita uma exposição separadamente sobre as mesmas nas próximas subseções.

2.2.1 A transmissão linguística irregular

A identificação de uma língua *pidgin* ou *crioula* é feita com base em fatores internos (determinadas características morfossintáticas e fonético-fonológicas próprias em situações de contato entre línguas) e externos, ou seja, condições socioeconômicas, (geralmente, situações de intercâmbios comerciais entre povos que não têm uma língua em comum para servir de intercurso comunicativo⁴⁸). Nessas situações, das quais se destacam as que envolvem situações de exploração colonialista do século XVI ao XIX, pode ocorrer uma mudança radical nos sistemas linguísticos, gerando o surgimento de uma nova língua, ou um processo mais atenuado de mudança, em que surge uma variedade de língua já existente, sem que se possa afirmar que tenha surgido uma nova língua. Essa segunda circunstância é a vislumbrada, nesta tese, para o surgimento das principais características do português popular brasileiro.

O protótipo da situação de contato massivo e radical entre línguas é o seguinte: um grupo de adultos, falantes de várias línguas, são postos em contato com uma língua de um grupo dominante, geralmente, por razões comerciais e/ou de subjogação. Nessa situação de multilinguismo generalizado, esboça-se um vocabulário comum, com base na língua do povo dominador (a chamada língua de *superstrato*), uma vez que, nessa situação de tamanha diversidade linguística, a língua desse grupo

⁴⁷ Refere-se à distinção entre *Linguística Histórica* e *Linguística Diacrônica* discutida na subseção 1.2 desta tese.

⁴⁸ Como ocorre, por exemplo, em zonas de interpostos comerciais e em situações de colonização de exploração onde se usa mão de obra estrangeira em atividades de *plantations*.

dominador é o único elo comunicativo, isto é, uma espécie de norte “na odisséia babélica” do contato entre línguas.

Na Crioulística, esse vocabulário sucinto, forjado para que se possibilite uma comunicação inicial, é denominado tecnicamente de **jargão**. Na literatura sobre o assunto, manteve-se, durante muito tempo, a visão de que o processo de evolução desse código emergencial se dava na seguinte ordem: *jargão* > *pidgin* > *crioulo*. Ou seja, pressupunha-se que, a partir desse vocabulário reduzido, que desempenhava funções comunicacionais muito restritas, e com grande erosão gramatical, surgiria uma **língua pidgin**, desde que se mantivesse a situação de contato à proporção que fosse ocorrendo o incremento de redes de comunicação verbal.

Esse código emergencial ampliado, minimamente estruturado – a *língua pidgin* – sendo nativizado, na medida em que crianças do grupo dominado vão nascendo e, tendo esse pidgin como modelo para a aquisição de sua língua materna, dá origem à chamada **língua crioula** (termo *crioulo*, com sentido etimológico de ‘aquele que nasce no lugar’).⁴⁹ Assim, em termos gerais, pode-se afirmar que o que ocorre no processo de pidginização e crioulição – respeitando-se os graus de intensidade, que variam a depender de situações específicas em que se dá o contato entre línguas – é um processo de erosão da estrutura da língua alvo, seguida de sua recomposição (LUCCHESI, 2003).

Por outro lado, é necessário frisar que há nuances no processo de mudanças linguísticas induzidas pelo contato entre línguas. Nesse sentido, existe a hipótese teórica da *transmissão linguística irregular como um processo variável*, e não apenas as situações típicas de *pidginização* e *crioulição*, pois determinados fatores extralinguísticos podem levar, não a ocorrência de uma língua pidgin ou crioula propriamente dita, mas a um processo de singularidades da língua considerada de *superstrato*. Segundo Baxter e Lucchesi (1997; 2009) e Lucchesi (2000; 2003), são exemplos desses fatores: (i) a facilidade de acesso dos falantes das outras línguas e de seus descendentes aos modelos da língua alvo; (ii) a proporção relativa entre a população de escravos e a população dominante; (iii) a homogeneidade ou a heterogeneidade linguística da população escrava; (iv) a continuidade da importação de

⁴⁹ Em abordagens recentes, considera-se também a possibilidade de a nativização ocorrer antes da estruturação do *pidgin* como língua de intercurso na comunidade. Desse modo, as crianças que nascem têm como modelo o jargão incipiente usado como meio de comunicação emergencial e, nesses casos, o processo de crioulição é muito mais radical. Nesse sentido, Lucchesi e Baxter (2009, p. 103-104) salientam, com base em Mühlhäusler (1986), que é possível também o *pidgin* alcançar uma reestruturação gramatical semelhante à das línguas naturais, configurando o que se denomina de *pidgin expandido*.

novos escravos; (v) a taxa de natalidade da população formada durante o período de contato.

Assim, Baker (1982) e Bickerton (1984) postularam que, nos casos de contato entre línguas, podem ocorrer ou situações que levam à formação de um crioulo radical, quando ocorre um maior período de prevalência do jargão, (a exemplo do que ocorreu na formação do crioulo haitiano), ou, ainda, um processo de transmissão linguística irregular do tipo mais leve (como deve ter ocorrido nas variedades populares do português do Brasil), em que não se originou outra identidade linguística, mas uma variedade da língua alvo. Sobre isso explicam Lucchesi e Baxter (2009, p. 102):

Dessa forma, o processo de transmissão linguística irregular pode conduzir à formação de uma língua historicamente nova, denominada **língua crioula**, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua de superstrato, que não deixa de apresentar processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas.

Para se comprovar a natureza crioula de uma língua, deve ser considerado, portanto, parâmetros sociolinguísticos e estruturais. Em termos sociolinguísticos, o acesso à língua alvo costuma ser bastante limitado em função dos aspectos sociais apontados anteriormente. Nesse sentido, É relevante para a formação do crioulo a proporção numérica da população falante de línguas nativas e da língua lexificadora, pelo pressuposto de que o grau de reestruturação linguística relaciona-se com o grau de acesso que os aprendizes de segunda língua têm a falantes de primeira língua. Embora seja impossível estabelecer com precisão o grau mínimo de acesso necessário para a aquisição de segunda língua, a ideia é que esse mínimo não foi atingido nos ambientes onde a língua crioula surge (ARENDS, 2008, p. 316). Ainda, segundo esse autor, o primeiro crioulista a propor, ainda que apenas no nível teórico, um ponto de corte para a emergência do crioulo foi Bickerton (1981), estipulando que os crioulos surgem num ambiente onde menos de 20% da população era falante da língua dominante.⁵⁰

Em decorrência do contato entre línguas, essas línguas “mistas” apresentem como características estruturais certas simplificações gramaticais, permanecendo, apenas os itens lexicais de maior transparência semântica e de maior funcionalidade

⁵⁰ No próximo capítulo, discute-se que, na formação de uma língua crioula, ou mesmo, na formação de uma variedade de uma mesma língua, devem ser consideradas outras questões que não apenas a da proporção numérica entre brancos e negros. Como, aliás, expõe Arends, (2008, p. 316): “Needless to say, the issue of access to first-language speakers is not just a quantitative matter; the quality of the interaction between whites and blacks may also have differed widely. Not enough is known, however, to specify the linguistic impact that this may have had”.

para o ato comunicacional, ocorrendo ou uma “otimização” de itens gramaticais ou a gramaticalização de itens lexicais. Conseqüentemente, segundo Lucchesi e Baxter (2009, p. 110), as línguas que passaram por um processo de transmissão linguística irregular apresentam, em maior ou menor grau, alterações nas marcações morfológicas das categorias gramaticais de caso, número, gênero, pessoa, tempo, modo e aspecto, e nas relações sintáticas de regência, concordância, coordenação e subordinação, bem como nos processos de ligação anafórica e de movimento no âmbito da sentença.

Assim, nos casos em que as condições sócio-históricas não chegam a permitir a formação de uma língua crioula, não deixa de existir uma série de modificações na estrutura linguística da língua alvo. Isso se dá por ocorrer, em todos esses casos de transmissão linguística irregular, uma transição geracional da língua alvo, adquirida como língua segunda (L2), para a nativização como língua materna (L1). Expondo de forma mais clara, o processo de aquisição linguística pela criança, que, em condições normais, se dá pela aquisição de um quadro estrutural bem definido, não obstante a presença de variações, é diferente do que ocorre no processo de aquisição da língua alvo nas situações de contato entre línguas.

Nessas situações de contato entre línguas, as características estruturais de L2 influenciam fortemente os dados linguísticos primários (PLD) na aquisição da língua alvo nativizada, como L1. Essas tendências estruturais de L2 são o reflexo de restrições psicolinguísticas que atuam sobre a aquisição de uma L2 por adultos, e, portanto, vão ter sérias conseqüências para as subsequentes gerações de falantes de L1 em situações de transmissão linguística irregular, ou seja, de uma *crioulização de tipo leve*. As modificações na língua alvo ocorrem em virtude do fato de os adultos envolvidos nessa situação de multilinguismo não terem mais acesso aos dispositivos inatos que atuam naturalmente no processo de aquisição de língua materna, além de que não há um ideal normativo. A esse respeito, pronunciam-se Lucchesi e Baxter (2009, p. 102):

Tal processo de nativização da língua dominante ocorre de maneira irregular no sentido de que os dados linguísticos primários de que as crianças que nascem nessas situações dispõem para desenvolver a sua língua materna provêm praticamente de versões de segunda língua desenvolvidas entre os falantes adultos das outras línguas, que apresentam lacunas e reanálises em relação aos seus mecanismos gramaticais. Tal processo diferencia-se da situação de transmissão linguística geracional normal das línguas humanas, em que as crianças dispõem de dados linguísticos mais completos fornecidos pela língua materna dos seus pais.

De tal modo, em linhas gerais, postula-se que, nos casos de contato linguístico, origina-se uma aprendizagem imperfeita do português, gerando uma terceira modalidade linguística, isto é, nem seria uma língua africana (L1), nem a língua portuguesa (L2), e sim uma “L3”, uma espécie de “interlanguage systems”, conforme destaca Celani (1997), referindo-se à modalidade que surge nas situações de aprendizagem de segunda língua. Ou seja, nesses casos de contato entre línguas, surge uma variedade segunda da língua alvo (LUCCHESI, 2003, p.273), a qual fornece os dados linguísticos primários para os seus descendentes⁵¹, momento em que ocorre um incremento das funções comunicativas, devendo haver conseqüentemente uma expansão gramatical do código emergencial. Assim, acredita-se que, em todo e qualquer processo de transmissão linguística irregular desencadeado pelo contato entre línguas, estarão presentes estruturas típicas em processos de aprendizado assistemático de segunda língua, a exemplo da variação ou perda da morfologia flexional (LUCCHESI, 2000).

Conforme exposto no início deste capítulo, no caso específico do português do Brasil, não se deve postular uma criouliização propriamente dita do português, principalmente, por que, ao que parece, não ocorreram transferências de estruturas de línguas de substrato para a língua alvo, dado que o seu acesso não era tão dificultado como nos casos de uma criouliização propriamente dita. Leia-se o que, sobre a realidade linguística brasileira, pronuncia-se Lucchesi (2005, p. 218):

Já, nos processos de transmissão linguística irregular mais leves, como os ocorridos na história das variedades populares do português do Brasil, esses processos seriam menos radicais, ocorrendo mais a variação nos padrões de uso desses elementos gramaticais, do que mudanças categóricas na estrutura da língua. Desse modo, os processos de gramaticalização e/ou transferências de estruturas gramaticais das línguas de substratos, que garantem a originalidade da gramática das línguas pidgins e crioulas frente as suas línguas lexificadoras, praticamente não ocorreriam.

Por outro lado, esse contato não deixou de influenciar a feição peculiar do PB, como se pode observar, por exemplo, na alta frequência de usos variáveis na concordância verbal e nominal em suas variedades populares, existindo nessas, inclusive, uma estratificação diferenciada das variáveis em relação aos usos cultos, no que diz respeito, por exemplo, a tendências de mudanças, à avaliação subjetiva, às

⁵¹ Atente-se para a teoria de Lightfoot (1979; 1991) a respeito da explicação para as mudanças linguísticas. Segundo o estudioso, essas ocorreriam no momento da aquisição, em que as crianças mudariam de parâmetros gramaticais a partir da presença ou ausência de *dados robustos*.

variações estilísticas⁵². De todo modo, fica explicitado que, de forma alguma, pode ser desprezada a importância da presença africana na constituição da realidade sociolinguística brasileira, ainda mais porque, como será exposto na seção seguinte (2.2), foram os africanos e seus descendentes que estiveram na base da população brasileira durante séculos, impulsionando as características do PB.

2.2.2 A deriva românica

Inicialmente, salienta-se que a *teoria da deriva* é uma teoria consolidada no âmbito da interpretação da mudança linguística, surgida no estruturalismo, mas não do funcionalista. Essa proposta surgiu com o americano Sapir ([1954[1920]), linguista que retoma o interesse pela mudança linguística, que fora tema central da linguística do século XIX. Nesse sentido, a filiação sapiriana à corrente estruturalista o fez retomar a questão do dinamismo das línguas de uma forma, a nosso ver, limitada, na medida em que sustenta uma autonomia das estruturas linguísticas e a compreensão subjetivista, pautada ainda no indivíduo, conforme se depreende na citação seguinte: “a deriva de uma língua consta da seleção inconsciente feita pelos que a falam, das variações individuais que se acumulam numa dada direção” (SAPIR, 1954 [1920], p. 124). Desse modo, os seguidores da *teoria da deriva* (segundo a qual há uma declividade na direção das mudanças), de certa maneira, negam uma interpretação sócio-histórica para os fenômenos linguísticos, tal como proposta pelos defensores da hipótese da *transmissão linguística irregular*.

No Brasil, os principais oponentes da hipótese da crioulização prévia do PB, em sua versão forte ou fraca, isto é, admitindo-se quer a crioulização prévia quer a transmissão linguística irregular (uma crioulização do tipo leve), são os professores Anthony Naro e Marta Scherre⁵³. No ano de 2007, esses autores lançaram um livro que reúne uma série de artigos que já haviam sido previamente publicados ao longo de suas carreiras. Nos capítulos do livro (os artigos revisados e ampliados em razão da organização do livro), Naro e Scherre defendem veementemente que as características identificadoras do vernáculo brasileiro não são inovadoras, sendo, na verdade, continuação de variantes lusitanas. Chegam a afirmar que “as evidências apresentadas

⁵² Essa questão será retomada nos próximos capítulos.

⁵³ No âmbito dos estudos sobre a formação do português do Brasil, há muitos pesquisadores que sustentam a hipótese da transmissão linguística irregular, a exemplo de Dante Lucchesi, Alan Baxter, entre outros. A saudosa Professora Rosa Virgínia Mattos e Silva também a defendeu em diversos estudos.

neste capítulo [...] mostram que o português europeu não-padrão é suficiente para dar conta da gênese do português brasileiro, não existindo justificativa para buscar outras fontes mais distantes” (p.114). Segundo os autores, o português do Brasil estaria seguindo/obedecendo a tendências prefiguradas da estrutura da língua portuguesa, intensificadas, no Brasil, por uma “confluência de motivos”:

A língua portuguesa falada em Portugal antes da colonização do Brasil já possuía uma deriva secular que a impulsionava ao longo de um vetor de desenvolvimento. No Brasil, este vetor se encontrou com outras forças que reforçavam a direção original (NARO e SCHERRE, 2007, p. 47)

Fica evidente que os autores, na explicação para a mudança linguística, embasam-se na deriva (*drift*), proposta por Sapir (1954 [1920]), aplicando-a como uma hipótese interpretativa para a formação do PB, pois, como afirma Sapir (*op. cit.*, p. 151), “a linguagem move-se pelo tempo em fora num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva”.⁵⁴ Essa teoria insere-se, portanto, numa abordagem formalista, mais precisamente no quadro teórico do Estruturalismo, uma vez que entende que a mudança linguística é guiada por movimentos estruturais motivados ou determinados pelo próprio sistema. Alicerça-se, pois, numa visão abstrata para a mudança nas línguas e para o objeto da linguística: os fatos estruturais abstraídos de quaisquer conjunturas sócio-histórico-culturais. Nesse sentido, conforme destaca Câmara Jr. (1990 [1975], p. 171), um dos pontos que Sapir mais exerceu influência na linguística americana foi justamente na descrição das línguas, com o intuito de se descobrir os seus padrões intrínsecos.

Embora a teoria sapiriana seja muito criticada, pois, como assinala Mattos e Silva (2008, p. 42), da mesma forma que o estruturalismo diacrônico, “é considerada de natureza teleológica, ou seja, que ao obedecer a uma direção, terá a mudança um fim previsível”, tem, até os dias atuais, ferrenhos defensores. A propósito, a fim de centrar mais no assunto principal deste capítulo, será focalizada, a partir do próximo parágrafo, a aplicação da teoria da deriva para o esclarecimento acerca da formação do português

⁵⁴ Em relação a essa direção das mudanças linguísticas, ressalta-se que é inapropriado entender o processo de mudança dessa forma, pois, como defende Labov (1982, p. 20-21), é necessário considerar as condições sócio-históricas em que as mesmas ocorrem, integrando o conjunto das relações sociais, culturais e ideológicas nas quais a língua se atualiza.

do Brasil⁵⁵, que é exaustivamente defendida na coletânea de Naro e Scherre (2007), aludido anteriormente.

A argumentação empreendida pelos autores é feita considerando aspectos históricos, linguísticos e sociais, sendo que é nítido que o foco de seus interesses centra-se muito mais nos linguísticos. É possível afirmar, inclusive, que a explanação sobre a sócio-história do PB é feita de modo superficial, ao passo que os aspectos linguísticos envolvidos na defesa de suas hipóteses sobre a gênese da língua falada no Brasil é bastante detalhada. Afirmam que as características morfossintáticas e fonológicas geralmente apontadas como típicas da fala popular brasileira podem ser encontradas também na fala portuguesa “corrente e usual” (SCHERRE, 2007, p. 21), de modo que afirmam que há, no português popular brasileiro, uma herança românica e portuguesa arcaica e clássica.

Na argumentação de natureza sócio-histórica, os autores chegam a admitir a “confluência de motivos”, do que se presume conseqüentemente, a importância de fatores extralinguísticos:

Nossa posição se resume na frase CONFLUENCIA DE MOTIVOS: vemos a atração de forças de diversas origens – algumas oriundas da Europa; outras da América; outras, ainda, da África – que, juntas se reforçaram para produzir o português popular do Brasil. [...] Todavia não atribuímos papel algum a um suposto crioulo de base lexical portuguesa, entendido como uma língua falada pela comunidade negra e estruturalmente diferente da de outras etnias. (NARO e SCHERRE, 2007, p. 25)

Adiante, seguem por aceitar a existência de vários contatos linguísticos na sócio-história do português de Portugal, mesmo antes do século XVI, a exemplo do convívio entre portugueses e árabes quando da ocupação árabe no território luso no período entre o século VIII e o século XI, além das Cruzadas durante a Idade Média, que também possibilitaram o convívio com povos que não dominavam o português. Sobre esse aspecto é necessário frisar que esses contatos são de natureza distinta da que se observa em situações de transmissão linguística irregular, como no caso da realidade brasileira, em que se tinha um quadro bem fragmentado de línguas dos povos

⁵⁵ Neste estudo, optou-se por utilizar ou a expressão *formação do português do Brasil* ou *do português brasileiro*, e não *português popular brasileiro*, em razão de que, embora se reconheça a bipolarização sociolinguística brasileira, considera-se que certos usos não padrão estigmatizados, iniciados nas classes sociais baixas, também exerceram influência na feição das normas cultas, por influência de mudanças linguísticas consideradas “de baixo para cima”. Tal fato evidencia a abrangência e a importância do contato entre línguas na constituição da realidade linguística brasileira.

dominados e uma constante vinda de novos africanos que faziam com que o código emergencial que estava sendo estabilizado fosse continuamente motivado a sofrer novas erosões. Nos casos de exploração de mão de obra africana, era também mais difícil os dominadores tentarem aprender a língua dos dominados pela simples razão de que elas eram várias e, inclusive, bastante díspares entre si, ou seja, pertencentes a tipologias diferentes.

Dando sequência à defesa de suas ideias, Naro e Scherre afirmam que um dos recursos utilizados pelos portugueses que não falavam árabe ou outras línguas estrangeiras era o *sabir*, destacando que essa língua possuía, em suas duas variantes, traços pidginizantes/crioulizantes:

Das fontes atualmente disponíveis (Naro, 1978: 338-339), sabemos que as duas variantes já tinham, de forma variável, traços típicos de pidgin/crioulo, tais como verbos desprovidos de flexões e pronomes acentuados. Uma forma estereotipada seria *mim saber* em vez de *eu sei*. Parece que na variante oriental se utilizavam em maior grau esses traços pidginizantes. (NARO e SCHERRE, 2007, p. 27)

Os pesquisadores admitem, portanto, que certas situações de contato entre línguas podem ocasionar o surgimento de uma nova variedade linguística, apresentando, por exemplo, variação no uso de flexões verbais e nominais. Nesse sentido, aludem à chamada “língua de preto”, que Naro (1978) prefere denominar de língua de reconhecimento, expondo que a mesma era utilizada na comunicação com estrangeiros durante as explorações navais na África Ocidental, documentada desde 1516.⁵⁶ É digno notar que, embora admitam o convívio de portugueses com essas estruturas modificadas da língua portuguesa, os autores não lançam mão desse conhecimento na interpretação dos usos linguísticos portugueses utilizados por eles para fundamentarem a sua defesa de que os usos apontados como decorrentes do contato entre línguas na sócio-história do PB são, também, facilmente encontrados em Portugal e atestados nos trabalhos da dialetologia portuguesa. Assim, pergunta-se por que os escassos dados de uso de formas verbais e nominais sem concordância de número não são interpretados por Naro e

⁵⁶ De todo modo, cabe notar que o número de escravos africanos no Brasil foi muito mais elevado do que o total de prováveis africanos em Portugal, pois, como assinala Elia (1979, p. 60), eles, poderiam totalizar, no século XV, cerca de 10 mil escravos, sendo até 10% da população lisboeta, enquanto, no Brasil, há evidências de que esse montante foi muito maior, calculando-se que, entre os séculos XVI e XIX, entraram em torno de 3,5 milhões e a 3,6 milhões (GOULART, 1949 *apud* LUCCHESI, 2000, p. 54) ou, até mesmo, quatro milhões, segundo Fausto (2001, p. 24). Quanto ao número de indígenas no Brasil, cuja presença também não pode ser desconsiderada para a configuração do PB, Houaiss (1985, p. 56) conjectura o número de 4,5 milhões a 10 milhões quando da chegada de Cabral.

Scherre (2007), como herança da língua de reconhecimento? Certamente, o principal obstáculo para isso está no fato de serem os autores persistentes defensores da teoria da deriva.

Assim, em consonância com a interpretação para a mudança linguística, pautada na crença da deriva secular da língua portuguesa, a qual procura na própria estrutura linguística fatores para a explicação das transformações linguísticas (uma visão imanenticista, portanto), Naro e Scherre defendem que a língua portuguesa possui “tendência” à desnasalização em contexto de final de vocábulo, o que explicaria o uso variável na concordância verbal com a terceira pessoa do plural, conforme explanam no trecho seguinte: “Admitindo que a mudança linguística que envolve a concordância verbo/sujeito tenha se iniciado na fonologia, precisamente através da desnasalização, concluímos que suas origens remontam pelo menos até os tempos pré-clássicos” (NARO e SCHERRE, 2007, p. 33)⁵⁷. Ao que parece, os autores não distinguem a ocorrência desse processo fonológico na parte final do lexema e na do morfema flexional de número; quando, na verdade, são muito diferentes usos como “a viaje” e “eles come”, em que, na primeira, não há interferência gramatical, enquanto que, na segunda, há. Além disso, destaca-se que na fala popular brasileira, é muito comum usos como “nós vai”, “eles é” e “tu vai”, que não podem ser interpretados como decorrentes de processos fonológicos de desnasalização.

Saliente-se que os exemplos de falta de concordância verbal encontrados nos trabalhos de pesquisadores portugueses e utilizados por Naro e Scherre (2007) são basicamente referentes à terceira pessoa do plural, sendo alguns deles em contextos de posposição do sujeito, como os seguintes (i) “*Era duas, três sardinha*” (ii) “*É duas partes pru dono e uma pa cada um da gente*” (iii) “*condo morria pessoas de família chigada*”, contexto esse apontado como altamente favorecedor da não concordância. Há, por outro lado, dados que evidenciam uma não concordância em contextos que não sejam tão específicos, como (iv) “*mas, minha sinhora, pescadas e linguado nunca lá faltô a eles*”. Também apresentam exemplos de concordância com característica bem crioulezante: (v) “*Eu onte foi à Malhada*”. Mas todos os usos variáveis de concordância verbal, e de outros usos utilizados pelos autores, são apontados sem uma descrição

⁵⁷ Silva (2005, p. 125-126), ao negar a interpretação de que o amplo quadro de variação que se verifica na morfologia verbal do PB, tenha como origem o processo de desnasalização, faz a importante observação de que a mesma ocorre sob a tutela restritiva da acentuação. O autor discute, por exemplo, que, no português popular brasileiro, o traço nasal é recorrente nas sílabas tônicas, em formas como “mendingo” e “mortandela”.

estatística, de modo que não é possível saber se se trata de uma variação ou de falhas do desempenho.⁵⁸ Como, em Portugal, não há muitos estudos realizados com a teoria sociolinguística quantitativa, e os dados recolhidos pelo autores foram obtidos com o uso da metodologia dialetológica tradicional⁵⁹, essa dúvida não pode ser sanada, embora o estudo realizado por Gandra (2009), entre outros que serão comentados nesta tese, aponte que não é muito comum a falta de concordância verbo-sujeito no PE. Essa autora realizou um estudo, tendo como *corpus* dados do projeto *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe* (CORDIAL-SIN)⁶⁰, com entrevistas gravadas em comunidades rurais portuguesas, cujos informantes possuíam pouca ou nenhuma escolarização. Os resultados apontam para um preponderante uso da concordância padrão entre o sujeito e o verbo, pois das 904 ocorrências de verbos com sujeito referencial na terceira pessoa do plural apenas 32 ocorrências (3,5%) apresentam perda da concordância, ou seja, o percentual de concordância atinge o altíssimo índice de 96.5%.⁶¹ Gandra (2009) ainda ressalta a disparidade dos seus resultados quando comparados com os resultados obtidos por Silva (2005) e a similaridade com os de Souza (2005), que utiliza dados do português arcaico:

O índice de 3,5% de perda de concordância revela uma situação oposta àquela analisada por Silva (2005) no interior baiano, de 83% de não-aplicação da regra. Ao serem comparados os dados obtidos nos registros de fala do português rural atual com o estudo de Souza (5% de perda de concordância), constata-se que muito provavelmente, não houve crescimento de perda de concordância no português europeu, dos séculos XIII/XIX ao século XX – trata-se de evidências lingüísticas de que os oito séculos da sócio-história do português em Portugal foram, de fato, diferentes dos cinco séculos de história do português no Brasil (GANDRA, 2009, p. 146-147).

É visível que o comportamento do português popular europeu, no que tange a esse fenômeno linguístico, difere do que ocorre no Brasil. A situação lusitana atual para a perda da morfologia flexional está em consonância com a realidade do português arcaico, estudado por Mattos e Silva (1989) e por Souza (2005). Esses pesquisadores

⁵⁸ Esses exemplos são apresentados por Naro e Scherre (2007, p. 55-57).

⁵⁹ Cardoso (2010) explana sobre as fases da metodologia dialetológica, expondo que, na atual, existe uma preocupação em se coletar dados representativos das comunidades, considerando-se, inclusive, a estratificação dos dados com base nas variáveis faixa etária, gênero, escolaridade etc.

⁶⁰ <http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/cordialsin/projecto_cordialsin_corpus.php>

⁶¹ A autora salienta que das 32 ocorrências de verbo no singular com sujeito referencial na terceira pessoa do plural encontradas, 14 frases possuem sujeito posposto, quase todas com estruturas predicativas ou verbos inacusativos. “Estruturas que, segundo a análise gerativa, não seriam casos de perda de concordância, mas de concordância com um sujeito expletivo nulo que estaria ocupando a posição de sujeito” (GANDRA, 2009, p.159).

demonstram que o comportamento sintático generalizado é o de aplicação da regra de concordância, havendo apenas variação em casos muito específicos, a exemplo de casos de concordância semântica, em que o sujeito apresenta sentido de pluralidade e sujeito singular, do tipo “o povo foram”. Desse modo, corrobora-se a hipótese de que a sócio-história do PB, marcada pelo contato entre línguas, influenciou na constituição da identidade linguística brasileira e nega-se a hipótese da deriva natural da língua, segundo a qual perdas de marcas de concordância estariam prefiguradas na língua portuguesa. Conforme o exposto, a realidade vislumbrada com os dados do português de Portugal é outra, na medida em que os resultados obtidos por Gandra (2009) trazem um percentual de marcas explícitas de plural nos verbos ainda maior do que o encontrado por Souza (2005), sendo que este analisou dados do português arcaico. Assim, se a língua portuguesa tem uma deriva, fica difícil constatá-la, já que existe uma enorme distinção entre o PB e o PE.

É também na estrutura interna que os autores interpretam a variação na concordância nominal:

Os fatos acima arrolados permitem levantar a hipótese de que o processo da queda do -s final no português do Brasil tenha tido seu início no português dialetal da Europa, que, por sua vez, estava apenas dando continuidade a uma deriva pré-românica. Consequentemente, é plausível supor que o impulso inicial do processo de perda da concordância nominal se situe também em fenômenos fonológicos trazidos da Europa, à semelhança da concordância verbo/sujeito. (NARO E SCHERRE, 2007, p. 37)

Nesse sentido, ressalte-se que os estudos que analisam a evolução das consoantes na passagem do latim ao português divulgam justamente uma conservação das sibilantes em contexto final de palavra, conforme se vê, entre outras fontes, em Mattos e Silva (2008, p.45-46).

Quanto à argumentação de natureza extralinguística a favor da hipótese da deriva na formação do PB, os autores utilizam como prova os resultados de diversos estudos dialetológicos e sociolinguísticos que tiveram como *corpus* dados coletados em diferentes regiões do Brasil. O raciocínio empregado é o de que, se a transmissão linguística irregular houvesse tido influência na formação do português popular brasileiro, haveria uma maior frequência de uso variável da concordância nominal de número unicamente em áreas geográficas que historicamente tiveram maior

concentração de população africana⁶². Ora, é sabido, e mesmo consabido, que houve um profícuo deslocamento de africanos e afro-descendentes ao longo da história socioeconômica brasileira em razão de que esse contingente populacional sempre esteve na linha de frente dos projetos mercantilistas portugueses.⁶³

Não obstante negarem a importância do contato entre línguas na formação do PB, os autores admitem a aprendizagem do português como segunda língua por parte dos africanos no Brasil, porém, também nesse ponto, a crença na deriva românica os impede de considerarem a estrutura social e linguística brasileira numa visão mais ampla e contextualizada.

Uma abordagem conciliatória com relação às origens do português brasileiro, adotada recentemente por Naro e Scherre (1993), postula que a origem primeira dos fenômenos variáveis de concordância veio de Portugal, mas que as condições de pidginização endêmicas e a aprendizagem de segunda língua em fase adulta que predominaram por toda a história do Brasil, mesmo antes da chegada dos escravos, aceleraram e exageraram as tendências iniciais durante o processo de *nativização* da língua portuguesa pelas comunidades das mais diversas bagagens culturais. [...] Em particular, o uso que fazemos deste termo exclui qualquer hipótese com relação à natureza da língua em suas formas não-nativas. Nossa hipótese não pressupõe que as formas não-nativas subjacentes à nativização tenham sido reduzidas ou simplificadas na comunidade em foco, como é frequentemente assumido nos estudos de pidgins e crioulos. (NARO e SCHERRE, 2007, p. 52-53)

Nos seguintes trechos, também se nota a defesa da teoria da deriva em contradição com a crença na aprendizagem do português pelos africanos:

Em síntese, o modelo que assumimos para dar conta da mudança que ocorreu no português brasileiro é o CONFLUÊNCIA DE MOTIVOS, SEM CRIOLIZAÇÃO PRÉVIA do português, mas levando em conta a existência da *língua geral* (ou da *línguas gerais*) e da *língua de preto prévias*. [...] nossa conclusão é que o português moderno brasileiro é o resultado natural da deriva secular inerente da língua trazida de Portugal, indubitavelmente exagerada no Brasil pela exuberância do contato de adultos, falantes de línguas das mais diversas origens, e da nativização desta língua pelas comunidades formadas por esses falantes e seus descendentes. (NARO e SCHERRE, 2007, 85)

⁶² Pesquisas desenvolvidas com dados do projeto *Vertentes* têm revelado que, em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, o índice de falta de concordância verbal e nominal é superior ao que, normalmente se postula para a fala popular urbana, conforme atestam, por exemplo, os estudos de Baxter (2009) e Lucchesi, Baxter e Silva (2009).

⁶³ Esse assunto será mais detalhado na próxima seção.

Também não duvidamos da provável existência durante o processo de aquisição do português por adultos de efeitos diretos de interferência de primeiras línguas em indivíduos ou até em comunidades relativamente isoladas de mesma origem. Entretanto, não se evidenciam atualmente efeitos em longo prazo de tais interferências visivelmente diferentes das estruturas vindas de Portugal. (NARO e SCHERRE, 2007, p.112-113)

Como se vê, a maior barreira para que estudiosos rejeitem a importância do intenso e ininterrupto contato entre língua na origem de fenômenos particulares no PB centra-se no seguimento da teoria da deriva românica, a qual se vincula ao quadro teórico estruturalista, que não possui um aparato teórico-metodológico para entender a variação linguística como um processo complexo em que interveem variáveis de natureza sócio-histórica e linguística. Essa visão limitada do fenômeno linguístico pode ser identificada no trecho seguinte, divulgado em Sapir (1954[1920], p. 156), sendo as variações existentes na fala interpretadas à luz de conceitos abstratos, em vez de serem entendidas como processos iniciais de mudança, isto é, como mudanças em curso:

Quando olhamos em torno de nós e observamos o uso corrente, não nos ocorre por certo que a nossa língua tem uma “declividade”, que as mudanças dos séculos próximos estão em certo sentido prefiguradas em algumas tendências do presente, e que tais mudanças, uma vez realizadas, provarão ser apenas continuções de outras mudanças que já se tinham verificado.

Em relação à citação anterior, vale destacar que, no texto programático de WLH (2006 [1968]), é proposta uma investigação ampla dentro na estrutura sociolinguística como um todo, para constatar se realmente a evolução linguística está seguindo a mesma direção do passado e se os fatores que condicionam as mudanças são os mesmos que operaram no passado.

Conforme se discutiu no primeiro capítulo desta tese, foi com a Sociolinguística Variacionista, em seu texto fundador (WLH, 1968), que as mudanças linguísticas puderam ser estudadas em toda a sua complexidade, não mais ficando presa a fatores imanentes. Assim, finalmente, começa-se a praticar o que almejava o precursor Meillet (1928): o casamento da linguística com a sociologia. Nesse sentido, na próxima seção, é traçado um panorama da formação do PB. O objetivo é possibilitar uma discussão mais aprofundada sobre a pertinência da hipótese da transmissão linguística irregular, contextualizando-a a dados da historiografia brasileira, trazendo à tona uma discussão sobre a história social do PB.

2.3 POR UMA SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Coadunando com Labov (2008 [1972], p. 21), para quem o estudo da mudança linguística deve ser realizado levando-se em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre, a abordagem sobre a formação da realidade linguística brasileira feita neste estudo toma por base, além de pesquisas linguísticas, algumas realizadas em áreas como a história e a sociologia. Sobre esse aspecto, Silva Neto (1963 [1950]) já demonstrou a necessidade de se reunir estudos de várias fontes para a elucidação das origens do português brasileiro e Mattos e Silva (2004a[1998], p. 54,) postulou:

[...] a reconstrução histórica do português brasileiro se movimentará tanto na recuperação da história social lingüística do Brasil, e aí teremos de estar necessariamente ancilares à historiografia sobre o Brasil, palmilhando, certamente, os caminhos da *ars interpretandi*; palmilharemos também os caminhos da sociolingüística histórica ou sócio-história lingüística, tentando – o que é difícil e muito difícil para o passado – a correlação entre fatores extralingüísticos e lingüísticos, e ainda palmilharemos os caminhos previstos por teorias de mudança intralingüística, quer sejam, segundo os modelos teóricos explicativos e considerados científicos da teoria da gramática de orientação chomskyana, quer sejam outros caminhos interpretativos que outras vertentes da lingüística nos possam fornecer, mesmo que considerados hoje não-científicos, porque meramente descritivos.

Da leitura da citação, depreende-se que, para o entendimento da história do PB, faz-se necessária a adoção da vertente denominada por Mattos e Silva (2008) de *Linguística Histórica*, ou seja, é necessário promover estudos que focalizem a história das mudanças linguísticas ocorridas no sistema do PB e, ao mesmo tempo, os fatos sociais em que se encaixam essas mudanças. Nessa direção, Mattos e Silva (2004a [1998], p. 58) indica, no estudo de, quatro campos de pesquisas interligados, “mesmo que no seu processo de realização, na sua prática, possam ser desenvolvidos de forma autônoma”. Os campos referidos já foram mencionados no final do capítulo 1 desta tese, mas que aqui se preferiu apresentar novamente:

- (a) o campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil;
- (b) o campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história lingüística ou de uma sociolingüística histórica;

- (c) o campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro;
- (d) o campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro.

Ressalta-se que, neste capítulo, serão focalizados, de maneira central, os campos (a) e (b), já que se objetiva traçar as condições históricas, sociais e linguísticas que alicerçaram e se alicerçam o amplo quadro de variação na concordância verbal de número na realidade linguística brasileira. Aborda-se, no entanto, os outros dois campos ao longo desta tese, notadamente no capítulo 4.

Começando pelo campo (a), no qual o trabalho do linguista muito se aproxima do de historiador, busca-se mostrar quão rica em fatos é a sócio-história do PB. Entre esses, destacam-se a demografia histórica brasileira, os sucessivos processos migratórios na ocupação do território brasileiro, os fatos relativos à escolarização e à urbanização. Tais questões são focalizadas a seguir.

2.3.1 Demografia histórica do PB: A diversidade de línguas e de culturas

A nação brasileira é marcada por sua pluriétnia, pois, ao concretizarem o seu projeto colonizador, os portugueses conviveram com diversos grupos indígenas (que falavam cerca de mil línguas) e com cerca de quatro milhões de africanos (que falavam cerca de duzentas línguas)⁶⁴. Sendo assim, o contato linguístico e cultural esteve presente na sócio-história brasileira, levando Houaiss (1985, p. 91) afirmar que “o PB nasce com diversidade”.

É sabido que a vinda dos portugueses ao Brasil no século XVI insere-se na política de expansão das riquezas do império português. A abundância de terras férteis no nordeste brasileiro foi um grande atrativo para que os colonizadores portugueses obtivessem sucesso no projeto de obtenção de lucros, inicialmente, com a exploração latifundiária e monocultora do pau-brasil e da cana-de-açúcar. O primeiro empecilho para alcançarem o seu intento foi a falta de mão-de-obra. Nesse sentido, foram frustradas as primeiras tentativas de emprego do braço indígena, dando ensejo à introdução de escravos africanos. Sobre esse aspecto, posiciona-se Holanda (1963, p. 24):

⁶⁴ Quantificação divulgada por Lucchesi (2009, p.41).

Pode-se dizer que a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais. Os antigos moradores da terra foram, eventualmente, prestimosos colaboradores na indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação do gado. Dificilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos.

Desse modo, a participação africana na colonização do Brasil foi mais acentuada do que a indígena, de maneira que é consensual entre os estudiosos a crença de que os africanos exerceram maior influência para a formação da realidade sociolinguística brasileira do que os indígenas. Contudo, não se pode acreditar que a presença de tão numerosos índios no Brasil não tenha exercido influências na formação do PB e tampouco que não tenha havido teses “índianófilas”.

No Brasil colonial, a importância das línguas indígenas foi marcante, pois, dada a superioridade numérica dos indígenas e a frequente miscigenação entre brancos e índias, os portugueses tiveram de aprender a língua dos tupinambás e vice-versa, acontecendo uma situação de bilinguismo. Os primeiros povoadores portugueses entraram em contato com índios que habitavam o litoral do Brasil e que falavam línguas do tronco tupi; eram, pois, línguas aparentadas, diferentemente do que ocorria no interior, onde havia línguas muito diversas entre si. Esse quadro tão fragmentado no interior viria a se alterar ainda no período colonial, uma vez que cerca de 85% dessas línguas desapareceram, “ou porque os seus falantes se integraram na sociedade nacional, ou porque foram dizimados intencionalmente ou por epidemias” (RODRIGUES, 1986, p.91).

A homogeneidade da costa litorânea brasileira propiciou a difusão da língua geral pelo interior do país⁶⁵, que chegou a ameaçar a hegemonia da língua portuguesa no Brasil, até que, a partir da segunda metade do século XVIII, acontecimentos da conjuntura sócio-histórica brasileira levaram à generalização da língua portuguesa. Um desses fatos foi a expulsão dos jesuítas no ano de 1759, que, além de catequizarem usando a língua geral, eram também os responsáveis pelo ensino colonial brasileiro, direcionando o ensino de língua de forma tal, que, após a alfabetização, partia-se

⁶⁵ Rodrigues (1986, p.95) informa que existiam duas línguas gerais, a paulista, de base tupiniquim, utilizada como instrumento de colonização pelos bandeirantes, e, a língua geral amazônica de base tupinambá, presente do Maranhão até a Amazônia.

diretamente para o estudo do latim, fato que só foi mudado após a reforma pombalina, no mesmo ano de 1759. Esse ensino, obviamente, não possibilitava uma maior familiaridade com estruturas da língua portuguesa.

Diante dessas questões referentes ao convívio de portugueses com indígenas, cabe analisar qual foi a sua real importância na formação da realidade sociolinguística brasileira. Nesse aspecto, julga-se fundamental não desconsiderar a hipótese de que os indígenas também passaram por processos de transmissão linguística irregular ao adquirirem o português como segunda língua. Essa hipótese, geralmente, não é aventada, tendo em vista que se acredita que houve uma ampla disseminação da língua geral no Brasil colônia. No entanto, é necessário que se avalie de forma mais acurada a extensão do uso dessa língua e, de igual forma, a natureza do que seria a *língua geral*.

Nesse sentido, Mussa (1991, p.152-153) argumenta que a língua geral ou brasílica não era vastamente usada no Brasil colonial, sendo mais restrita aos aldeamentos dominados pelos padres da Companhia de Jesus. Nessa concepção, informa:

Uma relativa autonomia desses aldeamentos face ao poder real garantia aos missionários de Jesus o controle de uma preciosa frente de colonização. A língua geral foi, assim, a língua difundida nessa frente, não apenas língua de intercurso, mas materna das famílias luso-indígenas, enquanto o português era a língua da sociedade dos senhores de engenho.

Silva Neto (1963[1950]), num dos mais completos estudos sobre a história da língua portuguesa no Brasil, também apresenta dados que levam a se questionar a amplitude da generalização da *língua geral* no período colonial brasileiro, chegando, inclusive, a sugerir que, além da “língua geral”, os índios falavam uma variedade simplificada do português, denominada por ele de “língua travada” (p.64). O autor assevera: “os portugueses da Europa, e seus filhos falariam um português de notável unidade, enquanto os aborígenes, os negros e os mestiços se entendiam num crioulo ou semi-crioulo” (p.15). Nesse sentido, é possível que os inúmeros mamelucos nascidos no período já estivessem implementando mudanças fonológicas e morfossintáticas induzidas pelo contato linguístico em decorrência de processos de transmissão linguística irregular do português. O autor, apoiado numa vasta documentação, traz depoimentos de missionários e viajantes europeus que sustentam essa hipótese, como,

por exemplo, o seguinte, em que evidencia o incentivo para a aprendizagem do português por partes de padres portugueses:

Mas os brancos, certos de sua superioridade, logo procuraram difundir os próprios padrões de cultura. Entre eles conta-se a língua, que os missionários (os educadores de então) procuraram alastrar entre os meninos das tabas.

Anchieta informava que “especial cuidado se emprega no ensino dos meninos” (pág. 72) e “que estes índios, entre quem estamos agora, nos dão seus filhos para que os doutrinemos...; *aprendem as orações em português e na própria língua...*”. (SILVA NETO, 1963 [1950], p. 32) [grifo nosso]

Adiante, traz informações de que crianças indígenas não aprendiam o português de forma tão perfeita, pois, “nos maiores povoados do litoral, os aborígenes ensaiavam os primeiros passos no aprendizado do português, mas nenhuma palavra pronunciam com *f*, *l* ou *r* (entenda-se *r* forte), não só nas suas, mas nem ainda das nossas [...]” (SILVA NETO, *op. cit.*, p. 33). Mais elucidativa é a conclusão a que chega o autor, após apresentar a imitação da fala indígena realizada por Gil Vicente em um de seus livros:

Como se vê, há muitas semelhanças entre o português dos índios e o português dos negros. Isso é, aliás, bem natural, pois tanto o índio como o negro, em atrasado estágio de civilização, aprendem o português como língua de emergência, obrigados pela necessidade.

No âmbito dessas questões, Mattos e Silva (2004b [2000], p. 95), muito perspicazmente, destaca que, para a investigação do antecedente histórico do português popular brasileiro – denominado por ela de *português geral brasileiro* –, é pertinente considerar a hipótese levantada pelo historiador Monteiro (1995): a de que muito do que se nomeia por *língua geral*, na documentação colonial, poderia ser confundido com o português aprendido como segunda língua por uma grande massa de falantes, uma vez que poucos eram os que dominavam a *língua geral*. Assim, nas palavras da autora:

No cenário colonial, os “atores” lingüísticos principais em concorrência seriam: as línguas gerais indígenas, o português europeu e o que tenho designado de português geral brasileiro, que teria como falantes principais os indígenas remanescentes que se integraram à sociedade nacional e os africanos e afro-descendentes [...]

Nesse sentido, sobressai a importância de se considerar a transmissão linguística irregular na formação da identidade sociolinguística brasileira, aplicando-a não apenas no tocante à participação africana, mas também à indígena. Por outro lado, fatos da sócio-história do Brasil conduz a se ver a população africana como os grandes difusores do “português geral brasileiro”. Entre esses fatos, destaca-se, primeiramente, a intensa participação de negros africanos e de seus descendentes na demografia histórica do Brasil em comparação com a extrema redução dos índios, conforme evidencia o quadro seguinte, elaborado por Mussa (1991, p. 163), que considerou dados de diversas fontes, inclusive do primeiro censo realizado no Brasil por José de Anchieta no ano de 1583:

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
mulatos	-	10%	19%	34%	42%
brancos brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Quadro 1: Demografia histórica da sociedade brasileira, segundo proposta de Mussa (1991)

Assim, embora não ignore a participação indígena na difusão do português modificado na sócio-história do PB, Mattos e Silva (2001) traz informações pertinentes para sustentar a hipótese de que a população de origem africana constituiu a força motriz para difundir o português no Brasil em detrimento das línguas indígenas e, mais ainda, que foi a responsável por generalizar as características motivadas pelo contato entre línguas na formação do PB. Embasando-se na leitura da obra *Liberdade por um fio: a história dos quilombos no Brasil*, a pesquisadora apresenta as conclusões expostas por Funari (1996) e Price (1996) de que, nesses considerados “espaços ilegítimos da escravidão”, a língua utilizada era a portuguesa e não outras de origem banto, de forma tal que os africanos e seus descendentes difundiram o “português geral brasileiro”.

A título de ilustração da importância do contingente africano no povoamento do Brasil, apresenta-se o quadro seguinte, divulgado por Venâncio (2007, p. 362), com base nos estudos de Alencastro (2000), Serrão (1982) e Godinho (1975). Comentando o quadro, o autor explicita que o processo de colonização brasileira foi “uma invasão de povos europeus e uma invasão forçada de povos africanos”, com a

predominância da segunda, de maneira que, do ponto de vista da formação da população colonial, a *América portuguesa* deveria se chamar *América africana*.

Período	Portugueses	Africanos
1651-1700	100.000	360.000
1701- 1800	800.000	1.700.300
TOTAL	900.000	2.060.300

Quadro 2: Estimativas de migração para o Brasil, apresentada por Venâncio (2007, p. 362)

A propósito, embora nunca tenha havido uma democracia racial no Brasil⁶⁶, foram muito frequentes relações de troca de experiências culturais e linguísticas entre brancos e negros, a exemplo do que demonstra Gilberto Freyre, no livro *Casa Grande & Senzala*. A esse respeito, Silva Neto (1963[1950]), utilizando diversos depoimentos sobre a sócio-história brasileira, traz trechos que demonstram que o convívio entre culturas diversas foi uma tônica na história do Brasil, exercendo influências múltiplas na formação do PB, de maneira a configurá-lo de forma diversas do PE, como se pode ver nestes trechos:

Maria Graham, que visitou o interior do Estado do Rio, em 1823, observou que “as escravas da casa... tinham sido... na maior parte criadas nas casas de suas senhoras”. Viu “crianças de todas as idades e cores correndo de um lado para outro parecendo que eram tratadas tão ternamente como se fossem da família”[...] “quantas vezes, escreve Lacerda, “não temos visto senhores que não hesitam em trazer seus pequenos mulatos à mesa da família?”(SILVA NETO, 1963, [1950] p. 112)

[...] O viajante Mathison viu, numa fazenda perto do Rio, um grupo de belas crianças negras brincando em frente da casa; e no meio deles um jovem irmão do proprietário, rapazinho de cerca de quatorze anos, que tinha sido educado dessa maneira... com os negros”[...] (SILVA NETO, 1963, [1950] p. 42)

Nesse cenário de multilinguismo, obviamente, não é de surpreender que tenha havido mudanças linguísticas “de baixo para cima” (LABOV, 2008 [1972]). A acuidade de Silva Neto, ainda na década de cinquenta do século passado, já o levava a identificar tal fato:

⁶⁶ Sobre a persistência do preconceito racial no Brasil, em diferentes momentos de sua história, recomenda-se a leitura do livro de Fernandes (1972).

Na variegada sociedade colonial brasileira, o cume da pirâmide social estava exposto, de certo modo mais do que hoje, às influências das classes sociais inferiores. Trata-se, aliás, de um fato bem conhecido em sociologia: a *influência inversa*, isto é, aquela que se exerce do “inferior” sobre o “superior”. (SILVA NETO, *op. cit.*, p. 110)

Por outro lado, essas interferências não levaram à formação prototípica de um crioulo⁶⁷, ainda mais porque, no século XVIII, a vinda de muitos portugueses, com o ciclo do ouro e com a transferência da família real em 1808 aumentou a facilidade de acesso à língua-alvo por falantes não nativos do português. Foi marcante para a feição da norma brasileira também a vinda de imigrantes europeus e asiáticos, no final do século XIX e início do XX, para trabalharem no Brasil (a princípio, concentrados em estados das regiões Sul e Sudeste e agregados ao estrato baixo da sociedade), os quais também adquiriram a língua portuguesa em condições especiais: como língua segunda e livre de normatizações.

Portanto, no século XIX, intensifica-se a polarização sociolinguística, presente desde os primeiros anos da colônia, pois a incipiente elite cultural brasileira esforça-se para retirar de cena os matizes que revelassem a ancestralidade da nação brasileira, marcada pela ruralidade e pela língua formada por diversos contatos linguísticos. Assim, as características do PB, moldadas desde o início da colonização por processos de transmissão linguística irregular, passou a sofrer uma forte tentativa de ocultação por parte daqueles que mantinham fortes elos com a Europa (PAGOTTO, 1998), embora ainda subsistam de forma inequívoca na fala de segmentos populares e, até mesmo, na fala dos escolarizados, em face das interferências múltiplas.

Desse modo, a língua portuguesa no Brasil, afetada por processos de transmissão linguística irregular, inicialmente, na aprendizagem dos índios e, mais tarde, dos negros, foi incorporando fatos linguísticos comuns em situações de contato entre línguas. No decorrer dos séculos, esses fatos foram sendo mais difundidos social e espacialmente. Essa difusão se deve, sobretudo, ao fato de os europeus (asiáticos, alemães e italianos) generalizarem esses fatos – inclusive no estrato socioeconômico mais alto da sociedade – e pelo constante deslocamento de escravos nos diversos ciclos econômicos na história brasileira (LUCCHESI, 1998, 2002, 2009, entre outros;

⁶⁷ Segundo Lucchesi (2009, p. 62-71), os fatores que impediram a formação de um crioulo no Brasil foram: a taxa da população falante de língua portuguesa, nunca inferior a 30% da população, vindo, inclusive, a aumentar no século XIX; a baixa perspectiva de vida dos escravos, aliada a uma ausência efetiva de vida social e familiar e aos seus sucessivos deslocamentos, dificultando a nativização da língua-alvo; a concorrência com línguas francas; o incentivo à proficiência do português; a integração do negro na sociedade brasileira, principalmente com a miscigenação.

LUCCHESI e BAXTER, 2009 e MATTOS E SILVA, 2000, 2002, 2008, entre outros). Assim, o projeto da elite brasileira não conseguiu homogeneizar e nem europeizar o PB, mesmo porque, conforme se demonstra nas duas subseções seguintes, outros fatos socioculturais, além da demografia histórica, foram mais imperativos na constituição brasileira da língua portuguesa.

2.3.2 Fluxos migratórios: o constante deslocamento de pessoas e de culturas

As informações sobre a história sociodemográfica brasileira apresentadas anteriormente demonstram que a maioria da população do Brasil, em seus primeiros quatro séculos, foi composta por indivíduos não europeus, não nativos da língua portuguesa e que estavam alocados no estrato sociocultural baixo, dado que basicamente viviam para servir aos anseios mercantilistas portugueses. Nessa situação, foram essas pessoas (principalmente de origem africana) as principais difusoras da versão modificada da língua portuguesa, fruto da sua transmissão irregular.

A grande parcela de negros, índios e mestiços que compunham a massa trabalhadora do Brasil, em seus primeiros séculos, foi obrigada a constantemente migrar em razão das novas demandas de mão de obra. Inicialmente, trabalharam na lavoura de cana-de-açúcar e, de forma secundária, de fumo, algodão e cacau, limitando-se ao litoral. Com o declínio dos lucros na lavoura canavieira e com a descoberta das minas de ouro no século XVIII, foram penetrando o interior do país. Essa interiorização da variedade modificada da língua portuguesa foi intensificada com a emergência das plantações de café a partir do século XIX. A esse respeito Holanda (1963) assinala o fato de os colonizadores do Brasil utilizarem técnicas agrícolas muito elementares, próximas às empregadas pelos indígenas, o que ocasionava o desgaste precoce dos solos, obrigando os proprietários a procurarem novas terras. Nesse sentido, eram constantes os deslocamentos dos escravos mesmo antes da descoberta de pedras e metais preciosos em Minas Gerais.

Nesse quadro de ampla difusão do português adquirido livre de normatizações, de “oitiva”, como segunda língua, consolidaram-se os matizes que deram o tom do português brasileiro, de maneira que se iniciava a polarização sociolinguística do Brasil, principalmente nas concentrações urbanas que já existiam. De um lado, o português “modificado”, falado pelo extenso contingente populacional do

Brasil e, de outro, o português idealizado pela escassa elite brasileira, zeladora dos padrões linguísticos e culturais lusitanos.

Certamente, foi essa natureza bipolarizada do português brasileiro, antevista por Silva Neto (1963[1950]) e sistematizada por Lucchesi (1994, 1998, 2001, 2002, 2006, 2009) que levou Teyssier (1994 [1982]) a garantir que as diferenças linguísticas, no Brasil, são mais sociais do que espaciais. E não é difícil entender por que essa realidade se formou, desde que se correlacione a demografia histórica brasileira aos constantes deslocamentos dos falantes do português popular brasileiro. Sobre isso se posiciona Lucchesi (2009, p.48): “Esse constante e massivo deslocamento de populações pobres, que já havia se verificado com o fenômeno das bandeiras, pode explicar em boa medida a homogeneidade diatópica das variedades populares do português do Brasil”.

Assim, como preconceito social e linguístico correlacionam-se, as marcas características das variedades populares brasileiras não demoraram a ser estigmatizadas, uma vez que aqueles que estudaram e/ou que são favoráveis à europeização da cultura brasileira tiveram acesso às avaliações negativas sobre essas variedades. Dentre esses aspectos estigmatizados, sem dúvida, a ausência da concordância entre verbo e sujeito, matéria desta tese, é a marca linguística “denunciadora” da origem popular do falante, independentemente de sua origem geográfica.

Retomando a discussão sobre as duas principais propostas para a gênese dos fatos linguísticos definidores do PB, especificadas no início deste capítulo – a da deriva e a da transmissão linguística irregular –, afirma-se que, devido aos fatos sócio-históricos arrolados neste capítulo, avulta a importância de se considerar a importância do contato entre línguas na formação do português popular brasileiro. Fica evidente que a razão das semelhanças em diversas amostras do português popular do Brasil relaciona-se à sua origem amalgamada por processos de transmissão linguística irregular.

O abismo que separa a fala culta da popular no Brasil, com diferenças de usos e de tendências consideráveis, não pode ser correlacionado a uma deriva linguística. É mais coerente interpretá-lo à luz de uma consistente análise sócio-histórica, correlacionando-a a análises empíricas, feitas a partir de dados linguísticos controlados por meio de um aparato teórico-metodológico que dê conta da sistematização entre língua e sociedade. Nesse sentido, além da demografia histórica e do deslocamento constante dos “atores” da formação da nação brasileira, reforçou a constituição do PB o atraso de urbanização (e da consequente economia industrial) e de

políticas de escolarização; fatos esses que, interligados, fundiram e espalharam as características do PB. Esses dois processos são abordados a seguir.

2.3.3 Urbanização e escolarização: dois processos tardios

2.3.3.1 Urbanização no Brasil numa perspectiva sócio-histórica

Nos estudos que tratam da história social brasileira, é recorrente a exposição acerca do passado rural do Brasil. De fato, até os dias atuais, é possível observar características relacionadas a essa ruralidade no que diz respeito a fatos linguísticos, culturais, folclóricos etc, principalmente em localidades mais afastadas dos grandes centros e nas periferias das grandes cidades, não obstante a difusão dos meios de comunicação de massa e do sistema viário ocorrido no país a partir da década de quarenta do século passado. Nesse sentido, é muito conhecida a seguinte citação de Cunha (1985, p. 17):

O Brasil foi, no decurso de mais de três séculos, um vasto país rural. Suas cidades e vilas, quase todas costeiras, de pequena densidade demográfica e desprovidas de centros culturais importantes, nenhuma influência exerciam nas longínquas e espedejadas povoações no interior.

Os estudos sociológicos brasileiros são unânimes em enfatizar a primazia da cultura rural no Brasil, de maneira que Holanda (1963) afirma que, no Brasil-colônia, mal existiam tipos de estabelecimento humano intermediários entre os meios urbanos e as propriedades rurais; os primeiros, restritos à faixa litorânea e as últimas espalhando-se pelas regiões interioranas, à medida que as terras eram desbravadas e se sucediam os ciclos na produção agropecuária.

Assim, toda a história brasileira alicerçou-se fora dos meios urbanos, pois, conforme já se evidenciou neste texto, a colonização portuguesa no Brasil teve por base a exploração agrária e, mais do que isso, a construção de uma sociedade ligada a sistemas de valores e costumes muito diferentes dos de sociedades urbanas industrializadas. A esse respeito Holanda (1963, p. 57) ressalta a diferença entre **civilização de raízes rurais** e **civilização agrícola**, destacando que a primeira foi o caso do Brasil, onde todos os trâmites políticos, sociais e econômicos existiam em

dependência do meio rural⁶⁸, mesmo depois de proclamada a sua independência política. Afirma o autor:

É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação européia: as cidades são virtualmente, senão de fato, simples dependências delas. Com pouco exagero pode dizer-se que tal situação não se modificou essencialmente até à abolição. 1888 representa o marco divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data assume significado singular e incomparável. (HOLANDA, 1963, p. 57)

O conceituado historiador menciona, inclusive, que, no Brasil colonial, as terras destinadas à lavoura eram moradias habituais dos grandes latifundiários, de modo que as suas residências nas cidades permaneciam vazias durante o ano, só sendo ocupadas em ocasiões de festejos.

Coincidentemente, é a partir da extinção do tráfico daqueles que sustentavam as atividades rurais no Brasil, em 1850, que ocorre uma onda de ações que introduzirão uma aparência urbana no país: a fundação do segundo Banco do Brasil e do Banco Rural, a criação de estradas e o uso de técnicas modernas agrárias. Conseqüentemente, incrementam-se medidas cidadinas, começadas após a vinda da Corte Portuguesa em 1808. Contudo, segundo já se mencionou, não serão facilmente apagadas as características rurais na sociedade brasileira, pois, além de serem poucos os centros urbanos, as primeiras ocupações burocráticas e profissões liberais foram exercidas por lavradores e donos de engenhos. Nesse sentido, embora tenham permanecido uma série de características relacionadas ao patriarcado rural, a exemplo da ausência de escolarização, é possível afirmar que a grande clivagem entre as classes alojadas “na casa grande” e “na senzala” continuam a existir e a se acentuar. Sobre isso, posicionou-se Holanda (1963, p. 76):

Um dos efeitos da improvisação quase forçada de uma espécie de burguesia urbana no Brasil está em que certas atitudes peculiares, até então, ao patriarcado rural, logo se tornaram comuns a todas as classes como norma ideal de conduta. Estereotipada por longos anos de vida rural, a mentalidade de casa-grande invadiu assim as cidades e conquistou todas as profissões, sem exclusão das mais humildes. É bem conhecido o caso testemunhado por um John Luccock, no Rio de Janeiro, do simples oficial de carpintaria que se vestia à maneira de um fidalgo, com tricórnio e sapatos de fivela, e se recusava a usar das

⁶⁸ Atente-se para a autonomia dos engenhos na época colonial, onde havia uma autossuficiência dos mesmos, contando com escolas de primeiras letras, comércio, capelas etc.

próprias mãos para carregar as ferramentas de seu ofício, preferindo entregá-las a um prêto.

Desse modo, a incipiente população urbana dava continuidade a traços típicos da sociedade patriarcal e escravocrata, deixando de ser uma sociedade dividida em castas para sê-lo em classes, de forma que aqueles que queriam se identificar com a classe dominante reproduziam as peculiaridades da sociedade senhorial, oprimindo aqueles que foram maioria na demografia histórica brasileira: os africanos, indígenas e seus descendentes. Certamente, aí se explicam, em grande medida, a origem do preconceito linguístico no Brasil.

Para Bortoni-Ricardo *et al* (2008, p. 230), a proporção que o modo burguês de vida ganhava importância, aprofundava-se uma clivagem entre a cultura urbana e a cultura interiorana:

As cidades se tornaram por excelência o *locus* da cultura de letramento, enquanto no interior se perpetuava uma cultura predominantemente oral. Segundo CÂNDIDO (1964), o modo de vida no campo preservou os elementos da cultura caipira, condicionados pelas suas origens nômades e pela sua economia de subsistência. O processo de industrialização só começou no Brasil no final dos anos 40 do século XX. Inicia-se aí a segunda fase de urbanização. Segundo Pereira de Queiroz a ausência de uma base industrial nos séculos XIX e começo do século XX determinou que apenas algumas poucas cidades desenvolvessem um sistema social estratificado. Nas cidades menores e em regiões mais pobres foram mantidas a uniformidade e a tradição do modo rural de vida.

A autora defende que a urbanização criou um confronto entre os padrões citadinos, influenciados pela industrialização, e o meio rural tradicional, levando as cidades a assumirem uma posição de superioridade em relação à vida interiorana. Ao correlacionar essa dualidade *rural-urbano* com o repertório sociolinguístico das comunidades, Bortoni-Ricardo (2004, 2005) postula um aparato metodológico em que se delineiam dois contínuos: o de urbanização e o de letramento. No primeiro, compreende as comunidades rurais mais isoladas até os grandes centros, estando entre esses dois polos, estende-se uma zona “rurbana”. Afirma a autora acerca desse primeiro contínuo:

Todo falante do português do Brasil situa-se em um ponto determinado desse contínuo, mas pode movimentar-se em direção a qualquer dos pólos, dependendo de sua rede de relações sociais, sua inserção em práticas sociais letradas e participação no sistema de

produção, bem como seu gênero, faixa etária e outros componentes de sua identidade social. O contínuo de urbanização permite ainda distinguir regras variáveis graduais, presentes ao longo de todo o contínuo, e regras descontínuas, características do repertório das populações situadas no pólo rural e na zona urbana (BORTONIRICARDO *et al*, 2008, p.231).

No contínuo do letramento, aloca práticas sociointeracionais, sendo os seus extremos o polo com atividades letradas e o com atividades relacionadas à oralidade, mas considerando sempre as gradações possíveis entre esses dois polos.

Assim, não obstante o surgimento de centros urbanos a partir do século XIX, é possível afirmar que o básico da situação sócio-histórica do Brasil foi muito lentamente alterado, já que a grande maioria da população brasileira continua alijada de processos que lhes concedam os plenos direitos de cidadania. Sobre essa questão, posiciona-se Lucchesi (2009, p.52):

Portanto, desde o início do empreendimento colonial, em meados do século XVI, até o final do século XIX, a organização socioeconômica do Brasil pouco se alterou. Tratava-se de uma sociedade predominantemente rural, com modestos núcleos urbanos, que mantinham uma incipiente vida institucional, à qual só uma pequena elite tinha acesso. Já a grande maioria da sua população – constituída por índios, africanos e mestiços – era mantida sob a mais violenta exploração e totalmente segregada da vida institucional ou de qualquer cidadania.

Nesse sentido, é possível afirmar que essa situação diglósica brasileira ainda perdura, pois, como bem assinalou Fernandes (1972, p. 66), até mesmo em São Paulo, maior cidade brasileira, ícone da modernização e industrialização do Brasil, a população negra, vítima da escravidão, “foi também vitimada pela crise do sistema escravista de produção”. Destarte, a expansão urbana e industrial e a modernização ainda não produziram efeitos bastante profundos para modificar a extrema desigualdade racial e social erigida no passado. Têm-se aí as bases da polarização sociolinguística brasileira, tão bem definida por Lucchesi (1994, 1998, 2001, 2002, 2006).

No plano linguístico, fica evidente, portanto, que a variedade modificada do português, alterada por profundas modificações induzidas pelo contato entre línguas e pela transmissão linguística irregular do português, iniciadas em contextos rurais, perpetuou-se, principalmente, entre a população pobre do Brasil, mesmo depois de proclamada a abolição da escravatura (e com um aumento da urbanização brasileira), pois, sem condições de se integrarem ao “mundo dos brancos”, os africanos, índios e

seus descendentes tiveram apenas alternativas deploráveis como opções de inclusão na nova ordem social, entre essas se destacam, por exemplo:

Primeira, o regresso às regiões de origem (ou de origem de seus ascendentes), isto é, a alguma área rural do Nordeste ou a alguma comunidade estagnada ou atrasada do interior de São Paulo, Minas Gerais ou Rio de Janeiro. Tal solução implicava a submersão numa economia natural de subsistência. Segunda, a permanência como trabalhador rural, passando, em geral, do antigo senhor para um novo empregador [...] Terceira, a concentração numa cidade grande, como São Paulo, e a conglomeração nas favelas. Esta solução subentendia o desemprego permanente ou temporário para o homem, o parasitismo e a sobrecarga para a mulher e a anomia geral para todos. [...] Quarta, a fuga para cidades pequenas, em que o trabalhador semi-especializado, o trabalhador especializado ou o artesão poderiam resguardar-se da competição com os brancos, estrangeiros ou nacionais, e começar vida nova. Tal solução implicava uma aceitação voluntária de posições desvantajosas, sem esperanças em relação ao futuro. (FERNANDES, 1972, p. 66-67)

Desse modo, com essa parcela da população, sem maiores oportunidades de contato com variedades cultas do português e sem contar com um sólido e eficiente sistema educacional – que poderia mais rapidamente levar à aquisição de estruturas mais próximas da norma padrão (ou seja, à aquisição de um padrão culto) –, mantém-se, em grande escala, a realidade variável, heterogênea e polarizada do português (LUCCHESI, 2002, p. 76). De um lado, uma leva de “mulatos sabidos” que, cientes do prestígio da norma culta, buscam utilizar padrões que o distingam de seus ascendentes, e, de outro, uma grande parcela da população que, ao usarem as suas vozes, sofrem discriminação e preconceito, por “denunciarem” as suas origens espaciais e sociais desprestigiadas. Na próxima subseção, explana-se acerca da importância de se focalizarem aspectos educacionais no debate sobre a formação e a caracterização do PB.

2.3.3.2 Escolarização no Brasil numa perspectiva sócio-histórica

A propósito do fator escolarização em perspectiva histórica no Brasil, julga-se importante, primeiramente, fazer algumas considerações sobre a situação atual. Assim, numa exposição em que se amalgamam dados sincrônicos e diacrônicos, acredita-se chegar a algumas conclusões sobre a influência do fator escolarização na constituição do PB.

Recentemente, em 08 de setembro de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os resultados da *Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios* (PNAD), no que se refere à taxa de analfabetismo no Brasil. Os resultados mostram que ainda é bastante alto o número de pessoas que não têm acesso à escolarização, não tendo, assim, condições de exercerem plenamente a sua cidadania, acarretando uma série de consequências políticas, econômicas e sociais ao país. Segundo a pesquisa, há 14, 1 milhões de analfabetos no Brasil, na faixa etária acima dos quinze anos, o que corresponde a um percentual de 9,7% da população nessa faixa etária.⁶⁹ O quadro seguinte demonstra a evolução dos índices de analfabetismo no Brasil:

1970	33,60%
1980	25,5%
1991	20,1%
2000	13,6%
2009	9,7%

Quadro 3: Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil

Fonte: Adaptação de Síntese de Indicadores Sociais - SIS (2000) e SIS (2010)

Observa-se que, realmente, houve uma redução nas taxas de analfabetismo, embora o critério adotado tenha sido submetido a um maior rigor na classificação de uma pessoa como alfabetizada. Por outro lado, segundo Bortoni-Ricardo *et al* (2008), o Quinto Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), divulgado em setembro de 2005 pelo Instituto Paulo Montenegro - IPM⁷⁰, mostrou que só 26% dos brasileiros na faixa de 15 a 64 anos de idade são **plenamente** alfabetizados. Desses, 53% são mulheres, 47% são homens e 70%, jovens de até 34 anos.

Assim, apesar dos avanços alcançados e de toda a adoção de medidas para se melhorar a educação pública no Brasil, a situação ainda é problemática. Para se ter uma ideia, por exemplo, de acordo com estudo da Unesco, divulgado no ano de 2003, comparado com outros países em desenvolvimento da América Latina, o Brasil tem um

⁶⁹ É sabido que os critérios utilizados para avaliar se uma pessoa é ou não alfabetizada tem mudado ao longo dos anos. Segundo Mortatti (2004, p. 18-19), até 1940, esse critério se baseava na declaração das pessoas a respeito de sua capacidade de ler e escrever o próprio nome; a partir do censo de 1950, o critério passou a se basear em uma definição mais ampliada de alfabetizado, pois passou a se considerar se a pessoa era capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecesse, descartando-se os casos em que a pessoa apenas soubesse assinar seu próprio nome. É possível, ainda, avaliar o nível de letramento das pessoas, medindo-se, inclusive, as suas capacidades de plenamente fazerem usos das práticas sociais de leitura e escrita.

⁷⁰ Disponível em: <www.ipm.org.br>. Acesso em 26 de junho de 2006.

dos maiores *déficits* educacionais abrangendo a população com mais de quinze anos, conforme demonstra o quadro seguinte:

Brasil	13,6
Colômbia	8,4
Chile	4,2
Argentina	3,2

Quadro 4: Taxas de analfabetismo na população de mais de 15 anos em países da América Latina
Fonte: BRASIL, Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mapa do Analfabetismo no Brasil.** MEC/Inep [2003], p. 6 *apud* WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2003.** Brasília: Unesco, 2004, p. 41.

Admitindo que as pessoas que tiveram acesso à escolarização são os prováveis usuários das normas cultas do PB (já que mantiveram um maior contato com a norma padrão), é possível afirmar que, no Brasil, ainda existe uma situação sociolinguística bipolarizada, abrangendo o **português culto** e o **português popular**. Nesse sentido, considerando ainda a alta taxa de analfabetos funcionais⁷¹ na faixa etária de pessoas acima dos quinze anos, sobressai, nos resultados da SIS (2010), o percentual de brasileiros com incipiente contato com a cultura letrada e, conseqüentemente, com pouco acesso às normas cultas do PB. Segundo a pesquisa, 20.3% do total de brasileiros com mais de quinze anos de idade são analfabetos funcionais⁷². Assim, pode-se calcular que mais de 30% da população na faixa etária acima dos quinze anos têm poucas chances de serem representantes de usuários da norma culta.

Se para definir um falante como culto for adotado o critério utilizado no Projeto NURC⁷³, isto é, o de ter o falante concluído o nível superior de escolarização, ainda mais se destacará o disparate na bipolarização sociolinguística brasileira, uma vez que apenas 10,6% do total da população brasileira possuem curso superior completo, segundo a SIS (2010).

Obviamente, essa defasagem em relação à escolarização da sociedade brasileira tem raízes no passado do Brasil, refletindo as políticas elitistas executadas ainda durante a época colonial e imperial e nos primeiros anos da república. Assim, discorre-se sobre essa situação pretérita nos próximos parágrafos.

A partir do século XVI, com o movimento renascentista, vive-se, na Europa, um período de expectativas em relação à educação. Nesse período, assume um lugar de

⁷¹ Percentual de pessoas com menos de quatro anos de estudo. Aí, podendo incluir, até mesmo, pessoas que exclusivamente assinam o próprio nome.

⁷² Atente-se para o alto valor em números absolutos de brasileiros nessa situação. Segundo dados da UNESCO, no ano de 2002, havia 32,1 milhões de analfabetos funcionais no Brasil, o que representava 26% da população de quinze anos ou mais de idade.

⁷³ Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta, implantado no Brasil em 1969.

destaque a revalorização dos clássicos gregos e latinos, com o desenvolvimento dos *studia humanitatis* e a redescoberta dos estudos da eloquência. Como salienta Miranda (2007, p. 114), os pais esforçavam-se para dar aos seus filhos uma educação humanística, voltada para o saber enciclopédico, com uma educação “completa” que permitisse aos jovens ocupar um lugar de destaque na sociedade:

Mesmo longe das grandes cidades, muitos pais programavam para os seus filhos uma formação humanística, por ela ser a condição de acesso a uma carreira pública. De facto, não bastava ser educado na *ars dictaminis*, nem sequer possuir um curso de Leis. Era necessário possuir uma boa preparação nos *studia humanitatis*, um bom conhecimento dos oradores, poetas e historiadores latinos (a gramática, a retórica e a poesia), bem como a língua grega.

Aos saberes tradicionais, acrescentavam-se a dialética, a eloquência, a crítica literária, a gramática, a prosa artística e a matemática. Unia-se, pois, o saber científico e o literário. E os esforços para tal feito não eram poupados, contudo, se o Humanismo trazia para a educação uma renovação profunda e radical, faltavam instituições capazes de concretizar esse ideal; faltava a elaboração de programas aptos à realização da *humanitas* comum; faltavam também mestres que dessem corpo a essa nova hierarquia de saberes e escolas que pudessem proporcionar a todos (religiosos e leigos, com e sem privilégios sociais) a nova forma de dignificação humana que era a formação intelectual, herdeira do legado greco-romano e judaico-cristão. Para se ter uma ideia da situação, basta mencionar, por exemplo, que os mestres de primeiras letras em Lisboa no século XVI eram em número de aproximadamente trinta e quatro e apenas 9% dos juizes de Coimbra usavam o vernáculo, assinando o próprio nome (CURTO, 1998, *apud* MATTOS E SILVA, 2004c, p.282).

Segundo Miranda (2007, p. 16), foram os jesuítas que tiveram a missão de propagar a nova mudança do ensino. Os missionários portugueses da fé e do saber criam, então, *A Ratio Studiorum*⁷⁴, o primeiro plano de estudos sistemático (documento oficialmente publicado em 1599), acompanhado de regulamento para a organização escolar, válido onde quer que a *Companhia de Jesus* fosse: na Europa, na Índia ou no Brasil. Porém, inicia-se, nesse momento, a segregação educacional que será uma tônica no Brasil, haja vista que “o plano legal (catequizar e instruir os índios) e o plano real se

⁷⁴ De acordo com esse plano dos estudos jesuíticos, além das aulas elementares de ler e escrever, eram oferecidos três cursos: o de Letras, o de Teologia e o de Ciências Sagradas, de nível superior e destinado, principalmente, à formação de sacerdotes.

distanciam” (RIBEIRO, 1995, p. 23), pois os índios foram catequizados, recebendo apenas instrução elementar, que permitisse a comunicação, e os instruídos foram os filhos dos colonos, os futuros sacerdotes e profissionais liberais na colônia. Sobre essa questão, Miranda (2007, p. 17) assinala: “Embora a educação fosse uma questão essencial para todo o fenômeno do humanismo, os *studia humanitatis* continuavam confinados a grupos de eruditos, príncipes e cortesãos, famílias de uma certa condição social, ou eclesiásticos”. Já havia, portanto, uma desigualdade educacional na Europa renascentista e nas colônias portuguesas.

Nos séculos XVI e XVII, prosseguiu o ensino sob tutela dos jesuítas, até que, no ano de 1759, a Companhia de Jesus foi atingida pela reforma pombalina na educação. Foram expulsos os jesuítas de Portugal e de todos os seus domínios e o ensino organizado em cursos foi substituído por aulas avulsas (as *aulas régias*), de retórica, grego, latim e filosofia. Foi ainda instituída a cobrança do “subsídio literário bem como a criação do cargo de Diretor Geral. Porém, essa reorganização só se deu após treze anos, ficando o Brasil sem políticas de ensino por mais de dez anos, portanto. (RIBEIRO, 1995, p. 34).

Sobre as informações sobre esse período da Educação no Brasil, vale destacar a contribuição dada por Luís dos Santos Vilhena, um português que viveu na Bahia no século XVIII. Vilhena foi professor régio de língua grega na cidade da Bahia, redigiu vinte e quatro cartas e as endereçou a dois amigos fictícios, Filopono e Patrífilo. As primeiras vinte cartas foram escritas em 1798 e 1799, estando o trabalho concluído em 1802. A partir desse acervo, pode-se ter ideia das mazelas de ser um professor naquele período.

Surge a figura do professor leigo. E, em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, verifica-se uma mudança considerável na Educação e na cultura: criação das primeiras unidades de ensino superior (faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro), da Imprensa Régia e da Biblioteca Pública. Quanto ao pagamento dos professores, desde àquela época, este seria menosprezado por aqueles incumbidos para tal fim:

[...] foi o resultado o não se pagar aos Professôres mais que um de três, quatro e mais quartéis vencidos, deixando-os passar pelas amarguras da indigência a não quererem com grave prejuízo seu assentir na conveniência sórdida de quem a fama publicava que a fazia com os filhos das três fôlhas, eclesiástica, militar, e literária. (VILHENA, 1969, p. 278)

Vilhena ainda informa acerca da dificuldade que havia na Bahia em se recrutar estudantes, pois existia uma aversão aos professores, além de os estudantes serem retirados da sala de aula por soldados:

Indizível é, meu caro amigo, a aversão que nesta cidade há à corporação dos Professores, gente de nenhuma entidade na Bahia, membros da sociedade para quem se olha com a maior indiferença, e displicência suma; quem acreditará que foi tratado com soberano desprezo um Professor, que representa ter-lhe um seu aluno rebelde, e malcriado metido pelas janelas da Aula que tem cheia de estudantes, um tiro de chumbo? É igualmente para notar o ver que se bloqueiam, e invadem as Aulas Régias, e que sem atenção a cousa alguma se arrancam delas para soldados os estudantes mais hábeis, e aplicados, sendo ignominiosamente tratados pelos executores daquelas diligências os Professores respectivos, que em serviço Soberano e da pátria se têm empenhado em instruí-los, em aproveitá-los [...] (VILHENA, 1969, p. 278)

A triste similaridade entre a educação pós-colonial e a atual no Brasil – no que se refere ao despreparo de parte do professorado e ao desrespeito dos alunos para com a sua própria formação –, pode ser depreendida a partir da leitura dos seguintes trechos da carta de Vilhena:

Não há dúvida que na aluvião de indivíduos, que sem seleção se enviavam há poucos anos para a América revestidos com a capa de mestres, quando nem o nome de discípulos lhes convinha, vieram alguns que bem mereciam mandá-los outra vez servir seus amos, ou para outros empregos semelhantes, privados, ou destituídos inteiramente de ciência, e morigeração [...] (p. 280)

Uma outra desordem é o usual costume de não virem os estudantes para a Aula antes das nove, ou dez horas da manhã, e das quatro para as cinco da tarde, sem que jamais os professores tenham meios para conseguir o contrário; se succede repreender algum estudante a não ser por ele descortejado, ou por quem o domina, não volta de ordinário à Aula [...] (p. 282)

Nesse sentido, se o ensino jesuítico tinha pouco alcance social, essa situação, no Brasil, teria se agravado com as reformas pombalinas, que implantaram o ensino público sob responsabilidade direta da Coroa Portuguesa, uma vez que faltavam professores e as escolas não estavam em todas as localidades, de maneira que muitos acabavam recebendo as instruções por parte de seus próprios parentes ou por professores particulares, no próprio ambiente doméstico. Essa precária situação levou a que Gandra (2010, p. 51) afirmasse o seguinte:

[...] em 1818, momento em que as reformas pombalinas já estavam bem consolidadas, apenas 2,5% da população masculina livre, em idade escolar, eram atingidos pelas aulas régias em São Paulo, o que provavelmente era a regra geral do Brasil (SILVA, 1997 *apud* VILLALTA, 1997, p. 357)

Havia, assim, nos anos dos setecentos e início dos oitocentos, uma acentuada elitização do ensino público, e, em face da precária escolarização da população do Brasil da época, pode-se deduzir que havia também uma restrita situação de ensino realizada em âmbito privado ou doméstico. Essa situação começou a ganhar novos contornos a partir da segunda metade do século XIX, no período pós-abolicionista e republicano.⁷⁵ Nesse contexto, a escolarização passa a ser incentivada, pois, além de ser vista como essencial pelas elites e camadas médias em ascensão, havia também um estímulo em razão de mudanças socioeconômicas, pois, de uma cultura predominantemente oral, a urbanização crescente e as mudanças daí advindas demandavam a necessidade da escrita para se efetuar as transações que esse sistema emergente criava (BARROS, 2005). Saliente-se que o incentivo à educação, como uma maneira de se construir uma civilização “moderna” e “avançada” já constava no *Programa dos Candidatos Republicanos*, editado em 1881 (*apud* Chelbauer, 1998, p. 55).

Noemi Pereira de Santana (2009) salienta que esse período do Brasil caracteriza-se por situações, como: o ideal de educação para todos, a padronização linguística e a difusão e sedimentação da cultura escrita:

No Brasil, principalmente na segunda metade do século, o olhar dos governantes se direcionou à escola como instituição apropriada para controlar as classes populares, diante das transformações sociais, e como canal de formação de cidadãos capazes de seguir o ideal civilizatório, nele contido o domínio da leitura e escrita por todos. (NOEMI SANTANA, 2009, p. 79)

Aumentava, pois, a tentativa de instituir a escolarização no país. Várias medidas foram criadas para tal fim, conforme aponta o estudo de Nunes (2009) e o de Souza (2009). Nesse período, implementa-se o processo de instrução pública no Brasil, sendo este entendido como “o processo de sistematização da escola como instância educativa, tanto no Instruir como no Educar, que tendeu a ampliar-se e a tornar-se

⁷⁵ Havia, segundo Hilsdorf (2001, p. 71), o argumento iluminista de que “sem luzes os povos jamais serão felizes”.

massiva a partir do século XIX” (MAGALHÃES, 1996, 10/12, *apud* SOUZA, 2009, p. 161). Aumentaram, inclusive, o número de escolas privadas ao final desse século.

Fazendo-se um paralelo com essas modificações sociais, não se pode deixar de pensar na Revolução Industrial que trouxe à cena a burguesia. Assim, entende-se que os burgueses precisavam de mão de obra qualificada para suas indústrias, sendo, portanto, essa necessidade uma das razões pelas quais tanto se investiu em Educação naquele século.⁷⁶

Assim, destacam-se as sucessivas reformas de Instrução Pública, com novos Regulamentos de Ensino, decretos e normas suplementares. As reformas destinadas ao sistema educacional no Brasil foram necessárias e tardias, haja vista que, em seguida à Independência, o país estava carente de medidas destinadas à Educação. Nunes (2009, p. 121), por exemplo, assinala que, no período pós-independência, o que havia sido feito para a instrução pública na Bahia fora consequências da Reforma Pombalina (1759). Curiosamente, medidas que efetivamente visavam à melhoria do ensino só vieram a se efetivar no período do reinado de Pedro II, conforme se depreende do trecho seguinte:

O período do reinado de Pedro II na Bahia se caracterizou pela efetiva organização do arcabouço do sistema provincial de ensino público. Não só houve uma expansão da rede de escolas primárias em toda a província, como se intensificou a formação de professores, a fiscalização de seus trabalhos pelos inspetores paroquiais, estabeleceu-se um Conselho especificamente destinado a regular as questões de ensino, criou-se o cargo de Diretor Geral dos Estudos para responsabilizar-se pelo sistema e cuidou-se da formação de professores nas duas Escolas Normais de Homens e de Senhoras, e da instrução secundária no Liceu provincial. (NUNES, 2009, p. 154)

Porém, no texto da constituição de 1824, já se percebia que o sistema de educação sofreria mudanças. Determinava, por exemplo, a gratuidade para o ensino primário. Essa medida foi reforçada pela decisão nº 182, de 1825, em que o imperador D. Pedro I oficializava a adoção do método lancasteriano⁷⁷, também denominado de *Ensino Mútuo*. Houve também, nesse período, uma preocupação com o salário do professor, sendo instituído que o professor não deveria receber ordenado abaixo do valor de mil e quinhentos mil réis anuais, devendo as Rendas Gerais do Império cobrir essa despesa quando o subsídio literário não fosse suficiente. O método lancasteriano

⁷⁶ Essa correlação entre o Iluminismo e a Revolução Industrial Inglesa é muito bem definida em Schelbauer (2005) e Thompson (1997).

⁷⁷ Alunos mais adiantados ou monitores lecionavam a colegas menos preparados sob a supervisão de um professor. As salas de aulas eram “militarmente” arrumadas e as turmas tendiam a ter numerosos alunos.

tinha como objetivo inicial tornar os operários dóceis e instruídos: ensinar a ler, escrever e contar, por meio de uma disciplina punitiva e cronometrada, dado que o tempo determinava todas as ações pedagógicas (NUNES, 2009).

Em 1827, é promulgada Lei de 15 de outubro, cujo Artigo Primeiro assegurava que, em todas os locais (fossem cidades, vilas e lugares ais povoados), deveriam existir escolas de Primeiras Letras, quantas fossem necessárias. Interessante é observar que a formação aligeirada de professores, prática tão comum no Brasil, já havia naquela época, pois a lei também previa que professores sem a qualificação adequada fossem recebê-la em escolas das capitais, cobrindo eles próprios as despesas. Essa mesma lei determinava a idade de vinte e cinco anos como mínima para o magistério e diferenciava os conteúdos de ensino para estudantes do sexo masculino e feminino.

Passado o período do Primeiro Império, quando comandava D. Pedro I, a Regência Trina continuou a tomar uma série de medidas que consolidavam a criação de uma cultura escolar no Brasil. Em 1832, diminui-se, por exemplo, a idade mínima para o exercício do magistério de vinte e cinco para vinte e um e, na Bahia, foram criadas mais setenta escolas de Primeiras Letras, juntando-se às noventa e quatro já existentes “A província da Bahia ficava, assim, com 164 escolas de primeiras letras, 150 para meninos e 14 para meninas, ampliando sua rede escolar” (NUNES, 2009, p. 129). Em 1835, uma importante medida foi tomada, a que criava a Assembléias Legislativas Provinciais que eram incumbidas de tratar de aspectos referentes à instrução pública, instância responsável por uma série de medidas referentes ao cotidiano escolar. Houve, portanto, uma expansiva disseminação da escolarização na Bahia no Período Regencial. Durante o Reinado de D. Pedro II, inicia-se a criação de medidas para concretizar o funcionamento das Escolas Normais na Província⁷⁸, destinadas à formação para o magistério e, em 1842, criou-se o Conselho de Instrução Pública na Bahia.

A despeito dessa aparente preocupação com a melhoria na Educação na Bahia, a situação continuou, durante muito tempo, a ser precária. Nunes (2009, p. 147) informa, por exemplo, que Manoel Pinto de Souza Dantas, o presidente da Província da Bahia, declarou em 1866, que “a instrução primária muito deixava a desejar por não estar bem disseminada, apesar de com ela se despender cerca de quarta parte da renda

⁷⁸ As Escolas normais foram oficialmente criadas em 1836, mas só passaram a funcionar em 1841. A demora se deu, entre outras razões, porque os dois concursados para o ensino na instituição foram à França adquirir formação adequada para à área de formação de professores.

da província”. Faltavam, sobretudo, instalações apropriadas para o funcionamento das escolas, comprometimento de alguns professores e consciência de alguns pais, alunos e, até mesmo de professores, do valor da educação formal.

O hiato entre o ideal estabelecido e os resultados era um fato, pois, segundo dados dos Censos (IBGE), os índices de analfabetismo na Bahia eram altos e só aumentavam, embora houvesse várias medidas para o “exterminar”: em 1872, 81,9% e, em 1889, 91,3%⁷⁹. No Brasil, com uma população de 4.600.000 indivíduos, o índice de analfabetos era de 80% entre a população livre, ou de 86% quando consideradas as mulheres; e, entre a população escrava, o índice de analfabetos era de 99,9% (BORIS FAUSTO, 1994, p. 137 *apud* MATTOS E SILVA e SOUZA, 2005, p. 02). Portanto, o quadro educacional ainda era dos mais desanimadores:

Na segunda metade do século XIX, muitos professores ainda não tinham formação adequada, além disso, eram mal remunerados e tinham de assumir as despesas com os locais de trabalho. Por outro lado, os alunos, embora se matriculassem nas escolas, não freqüentavam as aulas, e suas famílias não empreendiam esforços para tal fim. (NOEMI SANTANA, 2009, p. 92)

Desse modo, se, de acordo com Houaiss (1985, p. 88-89), no correr dos séculos XVI a XVIII, os portugueses plenamente escolarizados representariam algo entre 0,5 a 1% da população brasileira, o que dizer desse percentual entre a população de origem africana? Sobre essa questão, discorre-se na próxima seção. Ressalte-se que, partindo da premissa de que neste trabalho, o tema escolarização no Brasil não é central – sendo focalizado apenas em vista de contribuir para o debate acerca da formação do PB –, o mesmo não é muito detalhado, de modo que muitos aspectos foram omitidos. Por outro lado, como se defende a tese de que o contato entre línguas e culturas foi importantíssimo para a feição brasileira da língua falada no Brasil, explana-se, também de forma sucinta, sobre a educação da população negra no Brasil e também sobre a educação em Portugal.

2.3.3.3 História da escolarização da população negra no Brasil

⁷⁹ Esse aumento de 10% pode ser explicado pelo fato de que, após 1888, os africanos e afro-brasileiros entraram nas estatísticas oficiais, pois, oficialmente, já não eram mais considerados “peças”.

Em razão da escravidão estabelecida no Brasil por quatro séculos, as desigualdades sociais mantêm-se presentes, mesmo já tendo se passado mais de um século da abolição desse regime de trabalho. Nesse sentido, Barros (2005, p. 10), comentando o gráfico seguinte elaborado por Henriques (2001), afirma que a desigualdade no acesso à escola entre brancos e negros vem sendo historicamente reafirmada na sociedade brasileira.

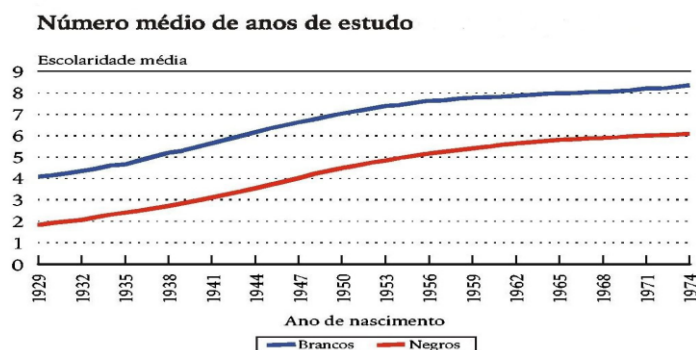


Figura 1: **Comparação entre número médio de anos de estudo entre brancos e negros**
Nota: A população negra é composta por pardos e pretos.

Fonte: HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil:** evolução das condições de vida na década de 90, IPEA, 2001, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999. *apud*. Barros (2005).

Dados como os apresentados na Figura 1, evidenciam as dificuldades enfrentadas pela população negra para frequentar a escola no Brasil. As origens dessas dificuldades são várias, passando desde a discriminação sofrida pelos africanos e afrodescendentes no espaço escolar, até o não entendimento dos próprios negros acerca da importância da instrução formal e, até mesmo, as dificuldades de sobrevivência dos libertos. Nesse sentido, tal como ocorreu com a falta de oportunidades de trabalho e de moradia, o negro ficou também desassistido, após a abolição da escravatura no Brasil, no que concerne a sua inserção na escola. Gonçalves (2000), por exemplo, chega à conclusão de que as crianças nascidas de mães escravas após a Lei do Ventre Livre não contaram com nenhum apoio por parte do Estado para se tornarem escolarizadas. Para o autor, as irmandades negras é que teriam buscado oferecer instrução aos integrantes dessa camada populacional.⁸⁰

⁸⁰ No ano de 2000, Oliveira (2003, 2006) localizou na irmandade negra denominada *Sociedade Protetora dos Desvalidos*, fundada em Salvador no ano de 1832, um acervo com atas escritas por africanos e negros brasileiros forros. Sobre esse acervo e estudos dele decorrente, ver Lobo e Oliveira (2009).

A propósito, ao investigar a escolarização da população negra em São Paulo no intervalo de 1870 a 1920, Barros (2005) localizou um relatório escrito pelo professor responsável pela escola do 8º Distrito (Largo do Arouche), enviado para o Inspetor Geral de Instrução Pública, referente ao segundo semestre de 1877, o qual pode ser visto como emblemático acerca da situação difícil enfrentada pelos africanos e seus descendentes para se escolarizarem: “Consideramos que nesse documento o Professor Antonio Rhormens sintetiza de modo exemplar, ao que parece, as tensões e significados decorrentes da presença da população negra na escola paulistana no período”. (BARROS, 2005, p. 50). Desse relatório, destacamos o seguinte trecho:

“Não tendo limite o numero de alumnos que devão ser admitidos nas escolas publicas, e não podendo o professor fazer escolha delles, devendo acceitar a todos, da-se um facto que mais reverte em prejuizo dos bons que em proveito dos maus. Refirome a certa classe de alumnos cujo contacto com os outros é pernicioso: são esses negrinhos que por ahi andão, filhos de Africanos Livres, que matriculão-se, mas não frequentão a escola com assiduidade, aparecendo la uma vez por outra, de modo que nenhuma utilidade tirão da escola; mas deixão nella os vicios de que se achão contaminados; ensinando aos outros pratica de actos e uso de expressões abominaveis, que aprendem ahi por essas espeluncas onde vivem. Para estes devião haver escolas aparte, pois é notavel a tendencia que para elles tem os bons meninos.”

Assim, nesse importante polo de escolarização do Brasil no período em que tanto se buscava escolarizar a população brasileira, embora as crianças negras livres pudessem, oficialmente, frequentar escolas, a companhia desse tipo de aluno parecia incomodar, pois era visto como uma ameaça aos bons costumes das crianças brancas e da elite. Sobre isso, Barros (2005a, p. 81) pronuncia-se:

Acreditamos, portanto, que dificuldades criadas e não superadas no acesso à escolarização da população negra podem ser entendidas como uma das respostas, por parte da população branca, à igualdade trazida pelo fim do regime escravista, resultando na manutenção da desigualdade de acesso e permanência na escola que se evidencia até os nossos dias.

Oliveira e Lobo (2009) chegam à mesma conclusão de que o critério da cor da pele atuava na seleção de alunos no acesso à escolarização. Os autores narram, por exemplo, com base em Fraga Filho (1996), a proibição sofrida por rapazes negros presos nas ruas de Salvador de ingressarem na instituição *Arsenal de Aprendiz de Marinheiro*, onde “meninos de rua” eram alfabetizados:

Disso, pode-se observar que as poucas oportunidades de o contingente de ancestralidade africana obter o ingresso para o mundo das letras não se distribuíam de modo igualitário entre todos: a cor da pele entrava em cena e, quanto menos escura, maiores as diminutas chances de letramento. (OLIVEIRA e LOBO, 2009, p. 30-31)

Sobre as questões comentadas nesta seção, Mattos e Silva, Oliveira e Lobo (2007) publicaram um texto fruto das suas investigações sobre indícios de letramento de africanos e afrodescendentes na segunda metade do século XVIII, buscando dados em espaços institucionais e extra-institucionais, nesses últimos, principalmente, no que se refere a documentos referentes a irmandades. Na parte I do estudo, de responsabilidade de Mattos e Silva, a autora explicita, com base em autores como Ribeiro (1995) e Mattoso (1992), que embora existam provas de que africanos e seus descendentes buscassem instrução e contato com a leitura e a escrita desde o século XVI, não há como afirmar que tais práticas eram comuns entre essa população no período pós-pombalino. A autora deixa como pauta de pesquisa a investigação sobre o letramento entre muçulmanos de origem africana, moradores na Bahia oitocentista:

Do que pude ler sobre a instrução em espaços institucionais, na segunda metade do século XVIII, não deparei nenhum indício de participação nas aulas régias pombalinas de africanos e afrodescendentes. Nesse sentido, no período jesuítico, a *questão dos pardos*, já no século XVII, e a ‘penetração’ dos jesuítas nas senzalas são indicadores de que, no tempo da Companhia de Jesus, teria havido a possibilidade de menos discriminação para os segmentos menos privilegiados da sociedade colonial. (MATTOS E SILVA, 2007, p. 379)

No que se refere a esse período do século XVIII na Bahia, a *Carta V* de Vilhena (1969, p. 189), deixa claro que o letramento na Bahia nesse século era praticamente inexistente, mesmo entre a população branca, conforme o trecho seguinte: “[...] são uns mulatos ou negros tão estúpidos, que eu não conheci ainda um que soubesse ler, ou escrever o seu nome, e se algum branco exercita a arte, nada difere daqueles quanto à instrução”. Tal trecho deixa entrever a origem “interiorana” e de tradição oral da nação brasileira atual. Ressalta-se que, entre os escravos, a taxa de analfabetismo era de 99,9% (MATTOSO, 1992) e eles eram em número expressivo no Brasil oitocentista. Sobre essa elevada taxa de analfabetismo entre os escravos, destaca-se que, ainda no século XIX, vigorava uma série de leis que proibiam a frequência de

escravos à escola, a exemplo do Regulamento de 22 de abril de 1862, promulgada pelo governo da Província da Bahia⁸¹.

Em razão dos aspectos comentados nesta seção, fica fácil entender as motivações da defasagem escolar da população de ancestralidade africana no Brasil. A *Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2010*, que teve como principal fonte de informações a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009*, já mencionada anteriormente, divulga que, de 1999 a 2009,

houve um crescimento da proporção das pessoas que se declaravam pretas (de 5,4% para 6,9%) ou pardas (de 40% para 44,2%), que agora em conjunto representam 51,1% da população. A situação de desigualdade por cor ou raça, porém, persiste. A taxa de analfabetismo das pessoas de quinze anos ou mais de idade revelada é de 13,3% para a população de cor preta, de 13,4% para os pardos contra 5,9% dos brancos. Outro indicador importante é o analfabetismo funcional (pessoas de quinze anos ou mais de idade com menos de quatro anos completos de estudo), que diminuiu de 29,4% em 1999 para 20,3% em 2009. Essa taxa, que para os brancos era de 15%, continua alta para pretos (25,4%) e pardos (25,7%). (SIS, 2010)

Segundo o documento, a população branca de quinze anos ou mais tinha, em média, 8,4 anos de estudo em 2009, enquanto entre pretos e pardos, a média era 6,7 anos. Os patamares são superiores aos de 1999 para todos os grupos, mas o nível atingido tanto pelos pretos quanto pelos pardos ainda é inferior ao patamar de brancos em 1999 (sete anos de estudos).

Em relação ao ensino superior, é explicitado no SIS (2010):

No ano de 2009, 62,6% dos estudantes brancos de 18 a 24 anos cursavam o nível superior (adequado à idade), contra 28,2% de pretos e 31,8% de pardos. Em 1999, eram 33,4% entre os brancos contra 7,5% entre os pretos e 8% entre os pardos. Em relação à população de 25 anos ou mais com ensino superior concluído, houve crescimento na proporção de pretos (2,3% em 1999 para 4,7% em 2009) e pardos de (2,3% para 5,3%). No mesmo período, o percentual de brancos com diploma passou de 9,8% para 15%.

Concluindo esta subseção, é pertinente destacar que as instâncias educativas brasileiras não se prepararam adequadamente para receber essa nova parcela da população que começou mais a adentrar nas escolas a partir da segunda metade do século passado, de maneira que a falta de uma pedagogia culturalmente sensível pode

⁸¹ Informação presente na Parte II, escrita por Oliveira, no texto de autoria de Mattos e Silva, Oliveira e Lobo (2007).

explicar em boa medida o fracasso escolar dos alunos das camadas mais baixas da sociedade brasileira.

2.3.3.4 Comparação entre a escolarização brasileira e a portuguesa

Fazendo-se uma breve incursão sobre a escolarização em Portugal, evidencia-se que esse país também não tem uma longa tradição de ensino.⁸² E, em alguns aspectos, até esteve atrás do Brasil em termos de políticas públicas destinadas à educação. Em Portugal, por exemplo, apenas no ano de 1870 foi criado o primeiro *Ministério da Instrução Pública*, algo já existente no Brasil logo nos primeiros anos após a sua independência. Compreende-se, assim, que o sistema escolar português não contava com um efetivo controle nem com planejamentos. Sobre isso, ao discorrer acerca de medidas de controle do ensino em Portugal, posiciona-se Carneiro (2003, p. 19):

Como prevíamos, não detectamos muitas situações desse tipo no primeiro meio milênio de Portugal como nação, pois, nessa fase da vida nacional, o ensino não foi objecto de muita atenção por parte dos responsáveis pela administração do País. Foi preciso continuar até depararmos com a acção dos jesuítas, e com os efeitos do pombalismo e do liberalismo, de que resultaram alterações sociais, diferentes perspectivas de vida, novas estratégias para promoção do ser humano e maior vitalidade para o ensino.

De modo geral, a população portuguesa não era escolarizada (COELHO, 1973, p. 62-64 *apud* CARNEIRO, 2003, p. 37): “Até D. Dinis, nenhum dos nossos reis assinou do seu punho qualquer documento, e o mesmo se deu com personagens de alta importância social... No clero, havia indivíduos, que aliás ocupavam por vezes boas posições, inteiramente analfabetos.”

Dessa forma, no fim do século XVI, era mínima a preocupação do poder real com a instrução do povo que residia neste extremo da Europa, mas, curiosamente, havia uma preocupação com a instrução dos seus colonos, tratando de alfabetizar os autóctones, enviando-lhes, inclusive cartilhas.

Nesse sentido, destaca-se que, quando da fundação de Portugal como nação independente, havia uma preocupação em divulgar a instrução popular, pois, segundo

⁸² De igual modo, salienta-se a sua origem rural, com base, entre outros autores, em Cunha (1972, p. 70-73).

Carneiro (2003, p. 35), no Concílio de Latrão, realizado em 1179, determinara-se o estabelecimento de escolas em todas as catedrais. Contudo, essa determinação não se concretizou na prática, existindo apenas uma associação entre Igreja e instrução e, fora desse âmbito, escassas foram iniciativas relacionadas com a instrução, que, por sua vez, visavam a instruir poucos. Essa associação intensificou-se, no século XVI, quando a supremacia da Igreja Católica estava sendo ameaçada pelo protestantismo, e Inácio de Loyola faz surgir a Companhia de Jesus no ano de 1534, só perdendo força, quando o Iluminismo fez a Igreja perder mais importância e o Estado assumir responsabilidade na difusão do ensino.

O século XVI é marcado também pelas primeiras normatizações da língua vernácula e pela criação da imprensa, com a primeira publicação de livro de autor nacional em 1516; esta, aliás, tardiamente criada, tendo em vista que, no restante da Europa, já terem sido impressos vários livros nesta mesma época.⁸³ Assim, embora, no Brasil, apenas tenha havido livros impressos a partir do século XIX, há algo em comum entre os dois países, a falta de docentes preparados para o magistério. Sobre isso informa Coelho (1973, p. 71 *apud* Carneiro, 2003, p. 62-63): “[...] o ensino popular livre, entregue a mestres incompetentes, desgraçados que muito provavelmente recorriam “in extremis” àquele meio de vida, sempre miseravelmente remunerados”. Outra similaridade é que os dois países foram atingidos pela reforma pombalina, ficando, em Portugal, também, o ensino desassistido por mais de uma década.

Nesse cenário, formaram-se as condições para a educação atual em Portugal. Segundo o Censo de 2001, 9% da população com mais de dez anos (atingindo quase um milhão de pessoas) era analfabeta naquele ano, sendo esta a maioria residente na região sul. Ainda assim, embora, Portugal seja o país com maior taxa de analfabetismo da Europa, apresenta, nos últimos trinta anos, uma redução de 17%, conforme ilustra o quadro a seguir:

Ano	Situação
1900	73%
1911	69%
1920	65%
1930	60%
1940	52%
1950	42%

⁸³ Holanda (1963, p. 119) chama atenção para a diferença entre a América Espanhola e a Portuguesa, no que diz respeito à imprensa e ao número de diplomados em cursos superiores.

1960	33%
1970	26%
1981	21%
1991	11%
2001	9%

Quadro 5: Taxa de analfabetismo em Portugal ao longo do século XX

Fontes: CANDEIAS, António et al. (2007). **Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX**. Os Censos e as Estatísticas: Fund. C. Gulbenkian, p.40 e **Recenseamento da População e Habitação (Portugal) - Censos 2001** (quadro 1.03, População residente segundo o nível de ensino atingido e taxa de analfabetismo), Instituto Nacional de Estatística).

O Censo de 2001 revela ainda que a redução do analfabetismo ao longo dos anos deve-se, essencialmente, à escolarização progressiva dos jovens, mas também à morte das pessoas idosas, aquelas que mais contribuem para a grande percentagem de pessoas analfabetas.

Diante desse quadro, faz-se uma indagação acerca das divergências entre o PB e o PE. Se não é possível afirmar que a origem dos fatos característicos da gramática brasileira se deva a ausência de uma forte estrutura educacional no Brasil, tendo em vista que, em Portugal, isso também ocorreu, onde buscar explicações para essas divergências? Acredita-se que na demografia histórica brasileira (abordada na seção 2.2.1. desta tese) e no consequente contato entre línguas que dela decorreu.

Quanto à presença africana em Portugal, afirma-se que foi muito menor do que se deu no Brasil, pois, embora os escravos fossem vendidos em Portugal e na Europa, foi com a exploração das colônias americanas que o tráfico atingiu grandes proporções.

O primeiro lote de escravos africanos transportados para Portugal foram os que a tripulação do navegador Antão Gonçalves comprou na costa do Argüim (hoje Mauritânia) em 1441, estendendo-se o tráfico até 1761, quando este foi abolido pelo Marquês de Pombal na Metrópole e na Índia, só durando, portanto, cerca de 300 anos a exploração de mão de obra escrava africana. Especula-se que muitos tenham voltado para a África ou seguiram à força para o Brasil, onde teriam continuado a saga da escravidão, enquanto os libertos acabariam se extinguindo naturalmente. No Brasil, por outro lado, o número de africanos importados, era muito alto ainda no século XIX, com todas as atividades britânicas de repressão ao tráfico, até chegar ao ano de 1850, com o fim do tráfico de escravos, como destaca Holanda (1963, p. 61):

1845	19.463
1846	50.354
1847	56.172
1848	60.000
1849	54.000
1850	23.000

Quadro 6: Número de africanos importados, segundo Holanda (1963, p. 61)

Acredita-se que essa temática da presença africana em Portugal precisa ser mais bem avaliada, mas, em todo caso, para o objetivo deste trabalho, julga-se que é possível explicar as origens do PB pela história de contato entre línguas diversas na sócio-história brasileira. Reproduz-se aqui a posição expressa em Bortoni-Ricardo *et al* (2008, p.227-228), que sintetiza a posição assumida ao longo desta tese:

Seja como for, o contato entre as línguas, a ausência de um sistema educacional e a ínfima circulação de textos escritos em português - já que até 1809 era proibida na Colônia qualquer atividade de imprensa - contribuíram para formar no Brasil uma variedade dialetal de português oral, muito distinta da língua falada e escrita em centros urbanos em Portugal e, posteriormente, no Brasil. Com pequenas diferenças regionais, essa variedade difundiu-se por todo o território brasileiro, com mais vitalidade nas grandes extensões rurais, pois nas cidades incipientes iria concorrer com o português lusitano, já em vias de padronização na sua modalidade escrita.

2.4 FINALIZANDO O CAPÍTULO

A temática focalizada neste capítulo apresenta-se como um vasto campo para pesquisas. É tarefa para muitos estudiosos, munidos de diferentes arsenais teórico-metodológicos e com diferentes fontes de dados. Somente assim, poderá a constituição do português brasileiro ser mais bem avaliada. Considerando os aspectos aqui discutidos, entende-se que o debate sobre a história sociolinguística do PB é fundamental para um entendimento contextualizado acerca da identidade linguística brasileira. Assim, evitam-se afirmações genéricas e focalizam-se os fenômenos linguísticos encaixados na estrutura histórico-social mais ampla da comunidade de fala analisada. Considera-se ainda que a hipótese interpretativa da *transmissão linguística irregular* é consistente para formação do PB.

As diferenças linguísticas marcantes entre os usos cultos e populares – não apenas em termos de frequências, mas também de avaliação social e de tendências de mudanças – levam a sustentar essa hipótese. Cita-se, por exemplo, o fato de, em comunidades fortemente ligadas pelo contato entre línguas, como o das comunidades rurais afro-brasileiras, os mais jovens utilizarem mais marcas explícitas de concordância de número do que os idosos, fato que, por si só, já é suficiente para derrubar a hipótese de uma deriva secular da língua portuguesa em direção a perdas de concordância e número.

Nesse sentido, é válido retomar as posições assumidas por Tarallo (1993) e Lucchesi (1994, 1998, 2001, 2002, 2006, 2009). O primeiro autor defende no citado estudo que o comportamento do PB em relação à variedade lusitana estaria, a partir do final do século XIX, tomando novos rumos, principalmente no que se refere ao comportamento das orações relativas e da retenção pronominal em sentenças matrizes e encaixadas. Assim, postula que o PB, em vez de estar caminhando rumo ao português europeu (PE), (o que seria esperado em situações de descrioulização) estaria se distanciando desse, de maneira que já se poderia defender a existência de duas gramáticas, a brasileira e a lusitana. Já Lucchesi, a partir de uma visão bipolarizada do PB e baseando-se tanto em fatos da história sociolinguística brasileira quanto em análises empíricas, argumenta que, nas variedades populares, ocorre o processo inverso ao descrito por Tarallo, dado que tendem a se aproximar das normas cultas (mais próximas do português de Portugal).

Assim, em relação aos assuntos tratados neste capítulo, ficou evidenciado que a presença de africanos no Brasil colonial e imperial foi muito marcante para a constituição da realidade linguística brasileira. Também ficou explicitado que os outros aspectos socioculturais focalizados (o constante deslocamento de escravos, a precária escolarização da maioria da população brasileira e a predominância de comunidades rurais no Brasil até o final do século XIX) tiveram importância e, mais do que isso, que estão intimamente relacionados ao primeiro fator social citado e, de certa forma, são decorrentes dele, dado que foram os africanos e seus descendentes os mais atingidos pela tardia escolarização e urbanização brasileiras. Daí, ser fundamental o conhecimento da história social do português brasileiro.

Por outro lado, acredita-se que novas evidências empíricas a partir de pesquisas sócio-históricas e linguísticas com dados de comunidades de fala mais heterogêneas, isto é, com amostras do português culto e do popular darão mais

sustentabilidade ao debate acerca da formação do PB e de sua realidade sociolinguística atual. Por esta razão, para se realizar esta pesquisa, escolheu-se um *corpus* do falar feirense representativo de diferentes níveis (norma popular – rural e urbana – e a culta urbana). Dessa forma, como já afirmado no capítulo anterior, o estudo lançará luzes sobre a polêmica formação da língua portuguesa do Brasil, além de reunir elementos que permitam investigar quais as consequências do estreitamento das redes sociais empreendido no Brasil, a partir da intensificação de processos de urbanização, bem como a partir da democratização de acesso ao ensino. Para atingir esse feito, é primordial conhecer as características sócio-histórico-culturais da comunidade de fala pesquisada. Por essa razão, delinea-se, no próximo capítulo, um panorama com as principais características do município de Feira de Santana-Ba.

CAPÍTULO 3 – A COMUNIDADE DE FALA

Neste capítulo, descrevem-se algumas das principais particularidades geográficas, socioculturais, históricas, demográficas e político-econômicas do município onde a comunidade de fala desta pesquisa está inserida. O principal propósito é apresentar informações que subsidiem a análise sociolinguística da concordância verbal no português falado no município. Assim, enquanto, no capítulo anterior, foi discutido o contexto sócio-histórico de formação do PB, neste se particulariza o enfoque, traçando-se um panorama das principais características atuais e históricas do município de Feira de Santana-Ba. Nesse sentido, salienta-se, mais uma vez, nesta tese, que as pesquisas sociolinguísticas devem se pautar não apenas em informações linguísticas, mas, de forma basilar, em informações sobre o contexto sócio-histórico-cultural e geográfico que, de certa maneira, moldam a fala dos informantes, na medida em que “o falante encerra em si a síntese do geográfico com o social”, conforme assinala Cardoso (2010, p. 12).

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BA: UMA INTRODUÇÃO

Feira de Santana é uma cidade do interior do estado da Bahia com características de “cidades desenvolvidas”, possuindo uma população de 556.642 habitantes⁸⁴. Em termos populacionais, é o maior município interiorano do norte-nordeste do Brasil, tendo, inclusive, uma população mais numerosa do que nove capitais brasileiras: Aracaju-SE, Boa Vista-RR, Cuiabá-MT, Florianópolis-SC, Macapá-AP, Palmas-To, Porto Velho-Ro, Rio Branco-AC e Vitória-ES.

O município está dividido em bairros (na sede) e em distritos, sendo estes últimos em número de oito: Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro (antigamente, denominado Ipuçu), Humildes, Jaquara, Jaíba, Maria Quitéria (antigamente, São José das Itaporocas), Matinha⁸⁵ e Tiquaruçu.

A distância entre a sede do município de Feira de Santana e a capital da Bahia é de apenas 108 km. É uma cidade de fácil acesso, pois se encontra num dos

⁸⁴ Censo do IBGE (2010).

⁸⁵ Matinha, antigo povoado do distrito de São José das Itaporocas, era denominado *Matinha dos Pretos*, e passou a ser considerado distrito de Feira de Santana a partir de 2008, com o Decreto nº 7.462, de 21 de fevereiro de 2008. Foi neste distrito onde foram gravadas as entrevistas da zona rural utilizadas nesta tese.

principais entroncamentos de rodovias do norte-nordeste brasileiro, funcionando como ponto de passagem do tráfego viário com destino a cidades do Brasil e a cidades do próprio Estado. A situação de entroncamento rodoviário faz com que *Feira* (como é também chamada) seja muito conhecida, de modo que é muito comum encontrar pessoas de outros estados brasileiros que conhecem ou já passaram por Feira de Santana.⁸⁶

No município, há o encontro das BR's 116 (Norte e Sul) e 324, além de existir o acesso à BR 101. Na figura seguinte, pode ser visto a localização dos municípios circunvizinhos e o sítio da sede do município, circunscrita pelo Anel de Contorno. Salienta-se que devido à expansão imobiliária, acelerada nas últimas cinco décadas, já há muitos bairros para além do Anel de Contorno em Feira de Santana.



Figura 2: Representação espacial do Município de Feira de Santana.

Fonte: Feira de Santana-Ba, Brasil. Disponível em: <http://maps.google.com/>. Acesso em 24.out.2011.

⁸⁶ Cabe salientar que, já nas suas origens, Feira de Santana caracterizava-se por ser um lugar de passagem de viajantes, vaqueiros e tropeiros, pois, no seu território atual, estava a *Estrada das boiadas*, por onde eram conduzidos animais comercializados em Cachoeira, Santo Amaro e Salvador.

A cidade é também sede da *Região Metropolitana de Feira de Santana* (RMFS), sancionada pelo Governador Jacques Wagner, em 06 de julho de 2011, entrando em vigor no dia 07 de julho do mesmo ano, data em que o Decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado. Ressalva-se que as duas regiões metropolitanas existentes na Bahia (a de Salvador⁸⁷ e a de Feira de Santana) são vizinhas, havendo municípios que pertencem a diferentes regiões metropolitanas, apesar de vizinhos, como é o caso de Amélia Rodrigues e São Sebastião do Passé, respectivamente pertencentes às regiões metropolitanas de Feira de Santana e de Salvador.

A Região Metropolitana de Feira de Santana engloba seis municípios: Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Tanquinho, São Gonçalo e Feira de Santana, atingindo uma população total de 672.701 habitantes. Após a segunda fase de incorporação da RMFS, incluir-se-ão as cidades de Anguera, Antônio Cardoso, Candeal, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Serra Preta e Riachão do Jacuípe.

Todas as cidades que fazem ou farão parte da RMFS mantêm estreitas relações comerciais com Feira de Santana, estando os seus moradores em frequentes contatos, alguns trabalhando e morando em cidades vizinhas, recorrendo à Feira de Santana quando precisam de serviços médicos, educacionais, comerciais e de lazer especializados. Assim, segundo informações do *site* Wikipédia⁸⁸, após a segunda fase, a região metropolitana feirense contará com uma população estimada de 848.647 habitantes. Desse modo, as duas regiões metropolitanas da Bahia contarão com uma população de 4.423.451 cidadãos, divididas em 29 cidades que somam praticamente 30% da população do Estado.

Geograficamente, Feira de Santana localiza-se numa zona de transição entre o Recôncavo Baiano e o Semiárido, precisamente no agreste baiano⁸⁹, embora seja conhecida por “Princesa do Sertão”, alcunha conferida por Ruy Barbosa, quando de sua visita à cidade no ano de 1919.

Feita essa breve exposição acerca do município de Feira de Santana na atual conjuntura político-econômica baiana, cabe explanar sobre a configuração sócio-

⁸⁷ Compõem a RMS os municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Dias d’Ávila, Simões Filho, Candeias, S. Francisco do Conde, Madre de Deus, Itaparica, Vera Cruz, Pojuca, São Sebastião do Passé e Mata de São João.

⁸⁸ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Feira_de_Santana#Regi.C3.A3o_Metropolitana_de_Feira_de_Santana>. Acesso em 06.out.2011.

⁸⁹ Segundo Santos e Pinho (2003, p. 73), tradicionalmente ‘agreste’ significa uma zona de transição entre a faixa litorânea e a zona semiárida. Atualmente, os estudiosos do assunto não fazem distinção conceitual entre *agreste* e *semiárido*, adotando unicamente a denominação *semiárido*.

histórica do Município, pondo em destaque a sua caracterização sociocultural, geográfica e político-econômica numa perspectiva histórica. Para tanto, julga-se fundamental situar tais características no âmbito das diversas regiões que formam o estado da Bahia. A próxima subseção centra-se nesse aspecto.

3.1.1 Um município entre o Semiárido (o interior/ o sertão) e o Recôncavo (“o litoral mais próximo”)

A Bahia é um estado com grande diversidade em sua geografia física e econômica, de modo que é mais apropriado falar-se em “Bahias”: uma mais ligada ao litoral e outra, ao interior. Segundo informações divulgadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)⁹⁰, a maior parte de seu território (564.692,67 km², cerca de 68,7%) encontra-se na região semiárida, embora possua o maior litoral do Brasil, medindo 1.183 km, abrigando uma variedade de ecossistemas.

O mapa seguinte ilustra a posição singular do município de Feira de Santana, estando a meio caminho, entre o recôncavo e o sertão, funcionando como um portal para a região semiárida, algo que pode significar uma riqueza em suas normas linguísticas, vindo a abrigar características peculiares dos falares do interior e do litoral. Nesse sentido, vale destacar que Silva Neto (1963 [1950]), ao tratar do período de formação do PB, traçou uma distinção entre a língua da costa e a do interior; distinção válida, considerando-se a situação bipolarizada do seu contexto de formação, sobre a qual se explanou no capítulo anterior.

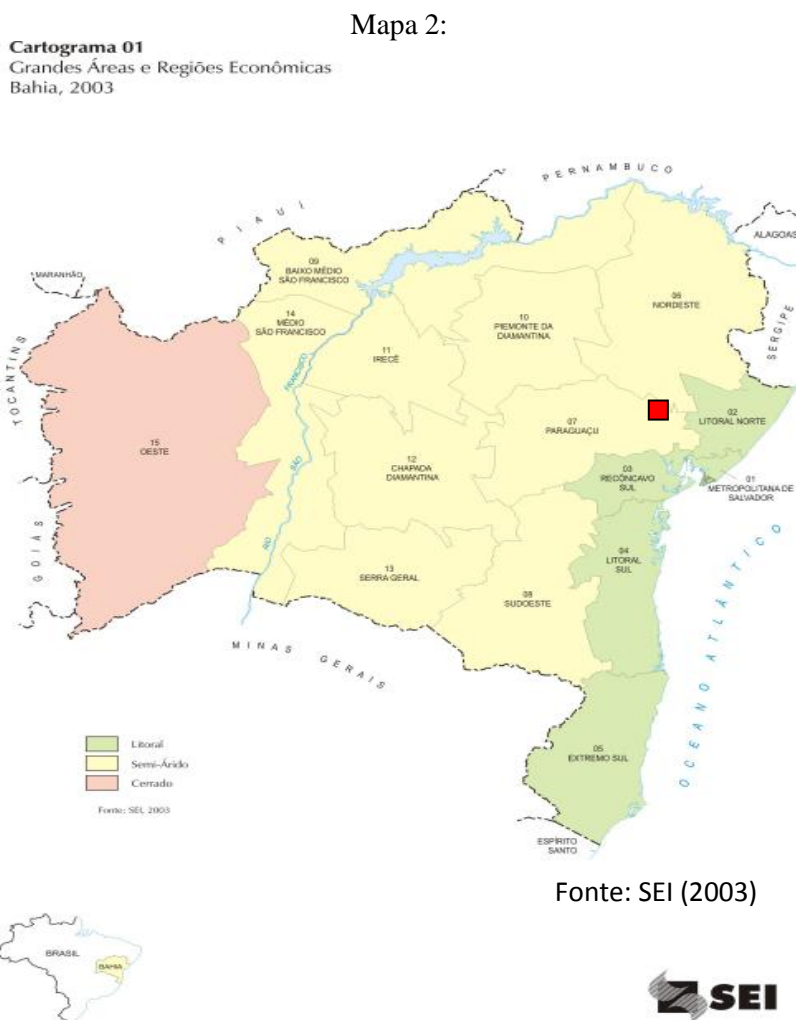
Mapa 1:
Localização de Feira de Santana na Bahia



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Feira_de_Santana

⁹⁰ Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em 09. out.2011.

O próximo mapa melhor ilustra a posição intermediária de Feira de Santana, localizada na chamada *Região do Paraguaçu*. Nele, são apresentadas as quinze regiões econômicas da Bahia, em que a maioria (as nove em amarelo) está na região semiárida:



Na próxima seção, discutem-se assuntos sobre a história do povoamento de algumas regiões baianas, finalizando com uma ênfase à região do Paraguaçu, especificamente ao município de Feira de Santana. Nesse sentido, coaduna-se com Almeida (2005), no sentido de que informações extralinguísticas são fundamentais para o entendimento de questões linguísticas. Assim, pronuncia-se a autora:

A meu ver, a consideração de aspectos que definem o processo de ocupação de terra e conseqüentemente o “tipo” de ocupantes, o tipo de contato entre as pessoas envolvidas na ocupação e produção rural baiana, é relevante para os estudos sociolinguísticos, porque fornece indícios sobre a forma de interação e contatos linguístico-culturais distintos, e sobre o avanço e a consolidação da língua portuguesa nessa região. (ALMEIDA, *op. cit.*, p. 46)

Convém, pois, descrever as peculiaridades sócio-histórico-culturais e demográficas do município onde foram gravados os dados utilizados nesta tese, com o intuito de propiciar uma melhor compreensão dos aspectos que influenciaram a formação e a caracterização atual da realidade linguística feirense. Nas subseções 3.3.1 a 3.6, focalizam-se essas questões, mas, antes disso, situa-se a questão no âmbito da formação das regiões baianas.

3.2 OCUPAÇÃO E (RE)POVOAMENTO⁹¹ DE REGIÕES BAIANAS⁹²

O processo de povoamento do estado da Bahia não foi muito diferente do que ocorreu no restante do Brasil. Nos primeiros séculos da colonização, houve um maior agrupamento da população ao longo da planície costeira (LEÃO, 1989).

Em linhas gerais, como informam Carneiro e Almeida (2007, p. 434), o processo de urbanização na Bahia, resultou, além de antigos aldeamentos indígenas, de centros administrativos, de serviços religiosos, de áreas de *plantation*, de fazendas de agropecuária e da exploração mineral, além de quilombos. Certamente, essa diversidade no processo de interiorização da Bahia gerou a diversidade territorial do Estado, pois, de modo geral, a ocupação dos territórios ocorre associadamente com a atividade econômica.

O predomínio da costa perdurou até o findar do século XVII, mesmo após a ordenação da Coroa Portuguesa para serem criadas povoações pelo Recôncavo, com o objetivo de serem oferecidos serviços jurídicos à população. Sobre o predomínio inicial da região litorânea durante o processo de colonização lusa, pronunciaram-se Araujo e Araujo (2009, p. 110):

Contudo, pode-se afirmar que, durante os dois primeiros séculos de povoamento da província da Bahia, os elementos urbanos apresentavam uma localização definida pela sua maritimidade. De fato, naquele contexto histórico, era muito mais preferível estar próximo ao mar, com facilidade de transportes, a estar no interior, onde não havia estradas, havendo, sim, o desconhecido e povoado por aborígenes, alguns dos quais canibais. Essa situação veio a mudar consideravelmente com o cultivo da cana-de-açúcar, do fumo, do café e de outros produtos alimentícios no Recôncavo, principalmente nos

⁹¹ Segundo informa Almeida (2005, p.48), Flexor (1996) utiliza o termo *(re)ocupação* por conta de o território da Bahia já ser habitado por índios antes da colonização portuguesa.

⁹² Algumas reflexões e algumas partes do texto desta subseção, notadamente, às que se referem ao povoamento do Recôncavo, foi publicada em Araujo e Araujo (2009).

espaços onde hoje se localizam os municípios de Cachoeira, Valença e Nazaré.

Assim, paulatinamente, além da costa litorânea, o Recôncavo Baiano também foi preferido para a ocupação pelos portugueses, devido à facilidade de acesso, por via marítima e fluvial, e também pela riqueza de suas terras, como se pode confirmar pela leitura do seguinte trecho, de autoria de Vilhena (1969, p. 175):

[...] sem contradita, o melhor terreno da comarca é o que se designa pelo nome de Recôncavo; e assim se chama uma porção de superfície de seis a dez léguas de largura, que rodeia, em quase toda a sua extensão, a magnífica baía, que a província tem nome; ela pode ter trinta léguas de circuito. É ali que se estabeleceram, desde há três séculos, vastos engenhos de açúcar e fazem-se grandes culturas de tabaco, que tornarão sempre esta região do Brasil a mais opulenta do Império. Um solo negro, que os habitantes chamam de massapé, e cuja fertilidade, tornada proverbial, apreço inexaurível, é o que principalmente reserva à cultura da cana-de-açúcar.

Os municípios do Recôncavo, região que teve grande importância no povoamento do território baiano, circundam a *Baía de Todos os Santos* e algumas estão situadas na Região Metropolitana de Salvador (criada em 1973), estando todos localizados na parte côncava da Bahia, voltados para o interior do Estado, podendo essa configuração geográfica ter dado origem ao nome *Recôncavo*. Segundo informa Brandão (2007, p. 54), “se respeitados os seus limites históricos e culturais”⁹³, quarenta municípios compõem o Recôncavo: Amélia Rodrigues, Aratuípe, Cachoeira, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Almeida, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Dias D’Ávila, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Itanagra, Itaparica, Jaguaripe, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Maragogipe, Mata de São João, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Salinas da Margarida, Santo Amaro da Purificação, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Felix, São Gonçalo dos Campos, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Simões Filho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Varzedo, Vera Cruz e Salvador.

⁹³ Santos (1998[1959]) defende que, embora se trate de uma representação geográfica, o Recôncavo Baiano representa mais um conceito histórico do que uma unidade fisiográfica. Por essa razão, considerando aspectos exclusivamente geográficos, alguns pesquisadores não consideram os municípios da Região Metropolitana de Salvador como pertencentes ao Recôncavo. Neste estudo, julgou-se pertinente considerá-los, por se entender que dessa forma as motivações sócio-históricas desta tese são preservadas, isto é, preserva-se a distinção entre a formação sócio-história do interior e do litoral (este abrigando a costa marítima e o Recôncavo). Coaduna-se, pois, com Santos (*op. cit.*).

A riqueza do solo e a abundância de águas no Recôncavo proporcionaram a realização de diferentes atividades econômicas, de modo que abriga subsistemas distintos. Sobre isso explana Brandão (2007, p. 53), citando o trecho extraído de Santos (1998[1959]), a seguir:

O Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico que mesmo uma unidade fisiográfica [...] [Aos] caracteres fisiográficos correspondeu uma diferente utilização do solo, que, ainda hoje [1959], de certo modo perdura. Os solos pobres do cristalino serviram a culturas alimentares, tanto no norte quanto no sul. Os tabuleiros terciários foram o habitat ideal para o fumo. A série Santo Amaro deu o fôfo massapê, onde há quatrocentos anos se planta incessantemente a cana-de-açúcar. Esta, aliás, em período de maior procura, desbordou seu limite ecológico e avançou por áreas diferentes, sobretudo as da formação São Sebastião, mas tem recuado, conquanto as usinas continuem guardando essas terras como reserva de lenha para suas fornalhas. A unidade do Recôncavo provinha e provém [1959] das relações mantidas de longa data entre suas várias porções com vocação e atividade diferentes (Recôncavo canavieiro, Recôncavo fumageiro, Recôncavo mandioqueiro e da cerâmica, sem falar nas zonas pesqueiras beirando mais proximamente o litoral, e do Recôncavo ao norte da cidade, servindo-a de lenha e carvão vegetal) [parêntesis no original]. Salvador presidia a esse espaço, coordenando as suas funções diretoras.

Devido às condições climáticas favoráveis, o Recôncavo atraiu a atenção de colonizadores – ávidos por obterem retornos financeiros com a sua onerosa empreitada de “tomar posse da *terra descoberta*” –, haja vista que, de imediato, não foram encontrados pedras ou metais preciosos, tampouco especiarias; restando a exploração agrícola. Assim, a região recebeu uma grande leva de escravos africanos para o trabalho nas diferentes atividades agroexportadoras, sendo a principal delas a canavieira.⁹⁴

Com a cana-de-açúcar, foram criados latifúndios no Recôncavo Baiano, já a partir do século XVI, pois, como a cana-de-açúcar era praticamente escassa na Europa e ainda houve uma grande adaptabilidade sua ao solo brasileiro, a cultura canavieira concentrou-se ao longo de todo o litoral do nordeste brasileiro. O Recôncavo mostrou-se particularmente favorável a esse projeto agroexportador, tendo se tornado, ao lado de Pernambuco, o grande centro produtor de açúcar da colônia, firmando-se como um dos

⁹⁴ Segundo Araujo e Araujo (2009, p. 111), além da qualidade do solo, favorável ao cultivo da cana-de-açúcar, a proximidade com o porto da cidade da Bahia favorecia uma significativa concentração de engenhos espalhados pelo Recôncavo. Vale lembrar que, no Recôncavo, deságuam três importantes rios: o *Jaguaripe*, o *Subaé* e o *Paraguaçu*, que, no passado, favoreciam bastante a circulação de pessoas, animais e produtos entre diversas cidades do interior e do interior também para a capital.

principais núcleos de povoamento do espaço brasileiro, contabilizando uma massa de africanos e afrodescendentes.

Como já se abordou anteriormente, o cultivo do café e do fumo foi muito importante para a presença africana no Recôncavo. Segundo Leão (1989), o café fora introduzido na Bahia depois de 1723 e se difundiu pelo Recôncavo e Capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro.

Assim, como revela Azevedo (1957), ao iniciar o século XVII, “o Recôncavo já se achava povoado havendo mãos de 90.000 pessoas, sendo destas 50.000 escravos”, fazendo surgir, no final do século XVII, para integrar a rede urbana do Recôncavo, da qual a cidade de Salvador também fazia parte, três vilas: Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira e São Francisco da Barra de Sergipe do Conde (cf. ARAÚJO, 1970). E, já no início do século XVIII, foram criadas as vilas de Santo Amaro da Purificação, de São Bartolomeu de Maragogipe, de Abrantes do Espírito Santo e da Abadia. Portanto, como se presume, o cultivo da cana-de-açúcar teve um importante papel no processo de urbanização do Recôncavo Baiano.

No final do século XVI, Soares de Souza contava no Recôncavo 36 engenhos moentes e correntes: “vinte e um que moem com água e quinze que moem com bois”. E mais quatro engenhos estavam sendo construídos. No início do século XVIII, conforme estimativa de Antonil (1982), existiam “cento e quarenta e seis engenhos de açúcar moentes e correntes, além dos que se vão fabricando, uns no Recôncavo, à beira-mar, e outros pela terra dentro, que hoje são de maior rendimento”.

Já, para o século XIX, Araujo (2006) encontrou 1018 registrados no livro de “Matrícula dos Engenhos da Capitania da Bahia pelos Dízimos Reais”, registrados entre 1807 e 1874, na província da Bahia, dos quais 807 localizavam-se na comarca da cidade da Bahia. Havia uma relativa concentração de engenhos tanto no termo⁹⁵ da cidade Salvador, quanto nas vilas, como São Francisco da Barra de Sergipe do Conde e Santo Amaro da Purificação, grandes áreas produtoras de açúcar do Recôncavo:

⁹⁵ De acordo com Prado Jr. (1999, p. 306), ao Brasil, Portugal estendeu tanto sua forma de organização do espaço como seu sistema político, não sendo criado nada de novo. Dividida em comarcas, a capitania (durante o século XIX, passa a se chamar província) constituía-se a unidade administrativa central. Estas eram compostas de termos, divididos, por sua vez, em freguesias.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENGENHOS – COMARCA DA BAHIA⁹⁶

TERMOS	N ^{os} DE ENGENHOS	%
BAHIA (SALVADOR)	167	20,7
SÃO FRANCISCO	141	17,5
SANTO AMARO	136	16,8
CACHOEIRA	88	10,9
AGUA FRIA	81	10,0
ABADIA	62	7,7
MARAGOGIPE	48	5,9
JAGUARIPE	44	5,5
ABRANTES	24	3,0
ITAPIRUCU	16	2,0
Total	807	100,0

Nos termos de Salvador, São Francisco do Conde e Santo Amaro, concentrava-se 55% dos engenhos localizados no Recôncavo e, conseqüentemente, um grande contingente de escravos. E deste percentual, 37,6 % estava localizado no termo de Salvador. Segundo o autor, a existência de engenhos nas freguesias⁹⁷ do termo da cidade de Salvador permite verificar a proximidade entre as áreas urbana e rural, pois, mesmo ficando a maioria dos engenhos concentrada nas chamadas freguesias “rurais” da cidade, era possível encontrá-los nas chamadas freguesias “urbanas”, a exemplo das freguesias de Nossa Senhora da Vitória, Santo Antônio além Carmo e Nossa Senhora das Brotas. A presença de engenhos nas freguesias urbanas da cidade da Bahia poderia ser explicada pelo aspecto rural também presente em algumas dessas freguesias, que abrigavam inúmeras roças, chácaras e fazendas⁹⁸. A tabela 2 mostra a distribuição dos engenhos nas freguesias do termo da cidade da Bahia⁹⁹:

⁹⁶ Cf. Araujo (2006, p. 99).

⁹⁷ As freguesias eram, *lato sensu*, conjuntos de paroquianos, povoações sob o ponto de vista eclesiástico. Mas, tomando por base a definição cunhada por Nascimento (1986, p. 29), a uma freguesia corresponde “um espaço material limitado, divisão [político-administrativa] e religiosa da cidade, onde estavam localizados os habitantes, ligados à sua igreja matriz [e por isso, deviam tomar] parte de suas solenidades, ali realizavam seus batizados, casamentos e [serem] sepultados”. Este, embora pudesse ser dividido em bairros ou distritos, tinha por unidade mínima o quarteirão.

⁹⁸ Remete-se o leitor ao caráter rural da sociedade brasileira, discutido no capítulo 2 desta tese.

⁹⁹ Segundo Araujo (2006, p. 55-56), a área inicial do termo da cidade da Bahia (como era conhecida Salvador até o século passado) corresponde, atualmente, ao território dos municípios de Amélia Rodrigues, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Jacuípe, Dias D’Ávila, Itaparica, Lauro de Freiras, Mata de São João, Pojuca, Madre de Deus, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Saubara, Simões Filho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Vera Cruz e parte dos municípios de Coração de Maria, Itanagra e Salinas das Margaridas.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENGENHOS FREGUESIAS DA CIDADE DA BAHIA¹⁰⁰

TERMOS	N ^{os} DE ENGENHOS	%
SÃO PEDRO NO SAUIPE DA TORRE	37	22,2
SENHOR DO BONFIM NA MATA	20	12,0
N S DA ENCARNAÇÃO EM PACÉ	20	12,0
SANTO AMARO DA IPITANGA	14	8,4
N S DA PIEDADE EM MATOIM	10	6,0
N S DO Ó EM PARIPE	10	6,0
S MIGUEL EM COTEGIPE	06	3,6
SANTO ANTONIO ALÉM CARMO	04	2,4
SANTO AMARO EM ITAPARICA	04	2,4
SÃO BARTOLOMEU EM PIRAJÁ	03	1,8
N S DA VITÓRIA	02	1,2
N S DAS BROTAS	02	1,2
S. VERA CRUZ EM ITAPARICA	01	0,6
OUTROS (PRÓXIMOS A RIOS)	34	20,3
Total	167	100,0

Em um desses engenhos, o “Engenho Freguesia, localizado na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade em Matoim, foram feitas, segundo Pinho (1982), duas avaliações de escravos, que deixa bem evidente uma realidade social marcada pelo contato de povos e culturas, entre estes, o das línguas em contato, sobressaindo a diversidade de línguas africanas. A primeira foi realizada perante o Juiz de Órfãos Joaquim Anselmo Alves Branco Munis Barreto em 15 de março de 1811. Arrolaram-se 82 escravos, assim etnicamente distribuídos: 13 crioulos, 28 pardos, 16 da costa, 07 jejes, 04 mulatos, 03 nagôs, 02 angolas e 01 mina. Em 14 de fevereiro de 1832, realizou-se a segunda com evidente redução do número de escravos para trinta e quatro: 15 criolos, 13 pardos, 09 cabras, 04 ussás, 04 mulatos, 04 jejes, 02 mestiços, 01 mina e 01 mendobi.

Embora não seja possível precisar o número de escravos africanos trazidos para Recôncavo, variável de engenho para engenho, pode-se afirmar, com base nas duas avaliações realizadas no “Engenho Freguesia”, que era bastante diversificada a situação de contato entre línguas, algo que favoreceria, certamente, a modificação na estrutura da língua portuguesa, em decorrência da aprendizagem precária por parte da população de origem africana, conforme se discutiu no capítulo 2 desta tese. Nesse sentido, Mendes (2007 apud LIMA, 2008, p. 55) posicionou-se, afirmando que o Recôncavo é “uma grande nação”, uma das maiores “encruzilhadas étnicas” que ocorreu no Brasil.

¹⁰⁰ ARAUJO (2006, p. 100).

Destarte, ao associarem a organização social escravocrata, composta por escravos com diversas ocupações, ex-escravos e homens livres (em sua maioria de origem não nobre) à sócio-história da realidade linguística brasileira, Araujo e Araujo (2009, p.116), assim concluem:

Tal organização social desautoriza quaisquer afirmações genéricas acerca de uma realidade linguística una e indivisível para o PB, bem como para a região do Recôncavo da Bahia, para a qual se pode veicular a princípio uma situação linguística polarizada: de um lado, aqueles que se encontravam no topo da pirâmide com acesso à educação e, do outro, uma grande maioria da população alijada da educação, visto que não tinha como custear os estudos no Colégio dos Jesuítas e sua conclusão na Europa.

Afora a região do Recôncavo da Bahia, há de se refletir sobre o processo de constituição sócio-histórica de outras regiões baianas, procurando dessa reflexão buscar elementos que venham a elucidar a formação do PB. Já foi comentado neste texto que grande parte do território da Bahia está na área denominada semiárida. Essa, por sua vez, comporta uma diversidade geoambiental, que deu margem a diferentes processos de exploração colonialista. A região abriga, por exemplo, áreas em que houve a extração de metais e pedras preciosas, como a Chapada Diamantina, e outras com baixa produtividade econômica devido à pouca fertilidade de seus solos. A região do Semiárido abriga, portanto, áreas que se contrapõem no que diz respeito ao padrão de urbanização (CARNEIRO e ALMEIDA, 2007) ¹⁰¹.

Para a explanação acerca do povoamento do Semiárido Baiano, região onde Feira de Santana está inserida, há que se citar a contribuição do poeta e jurista feirense Eurico Alves Boaventura que, após mais de vinte anos de pesquisa, escreveu um livro, por ele definido como de memória “não é um livro de história [...] é a minha história do

¹⁰¹ Almeida (2005) analisou o uso variável no preenchimento de sujeito referencial, a partir de dados orais coletados em duas microrregiões baianas representadas por três comunidades (Barra/Bananal, Mato Grosso, ambas localizadas na Chapada Diamantina) e Matinha (na zona rural de Feira de Santana, estando na região do Semiárido). A autora partiu da premissa de que os estudos demográficos contribuem para o entendimento “sobre a constituição e a consolidação do português em áreas rurais onde houve contato entre o português, em maior ou menor escala, e as línguas africanas e brasílicas, entre outras, e onde o processo de escolarização é recente”. (p. 45). Atende-se ao fato de que as comunidades estudadas pela pesquisadora possuem formações sócio-histórico-demográficas diferenciadas, as primeiras originadas nos chamados “ciclos do ouro” (século XVIII) e a segunda, nos “ciclos da agropecuária” (século XVII a XIX, segundo Neves, 2008). Os resultados apontaram para uma pequena diferença entre as comunidades da Chapada e a do semiárido, sendo que, nesta última, havia o favorecimento do sujeito nulo, pelo fato de seus moradores serem mais escolarizados, já que as marcas morfológicas podem identificar o sujeito nulo. Sobre a pouca diferença dos resultados, a autora, perspicazmente, frisa que mesmo na zona de mineração, o contato entre portugueses e africanos não foi muito intenso como nas áreas de *plantation*.

sertão e dos seus tabaréus [...]”. Com essa obra, apesar da preocupação do autor em não apresentá-la como de cunho histórico ou sociológico, o autor realizou um profundo estudo sobre a formação e o desenvolvimento da aristocracia rural nos sertões da Bahia, baseando-se, inclusive, em vasta pesquisa documental e bibliográfica, centrando na região em que nasceu.

Abordando a oposição Recôncavo/ Interior, anteriormente focalizada nesta tese, Boaventura (1989, p. 16) defende uma distinção radical entre essas duas regiões, vinculando o sertão à “civilização do pastoreio”, a qual no seu entendimento agregou uma série de distinções socioculturais, econômicas e demográficas:

Se, geograficamente há quem alargue até os nossos Campos das Itaporocas o Recôncavo, até mesmo além, social e economicamente se define o Recôncavo apenas no estreito limite dos engenhos levantados na terra de Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe e Jaguaripe. Depois destas lindes, já não há mais Recôncavo no ponto de vista que se apresenta neste trabalho. Outra vida, outra economia, outra cultura. É sim, o domínio integral da civilização do pastoreio. É a amplidão própria para o eco triunfal e forte da voz do vaqueiro.

Com essas palavras, ratifica-se a particularidade da cidade de Feira de Santana, de ser de transição entre o Recôncavo e o Sertão propriamente pastoril, mas “que já é a paisagem do pastoreio em toda a sua plenitude” (BOAVENTURA, *op. cit.*, p.17). A região está localizada no polígono das secas, com clima quente e com baixos índices pluviométricos, possuindo vegetação seca, do tipo caatinga, excetuando a pequena área do distrito de Humildes (4% do território do Município).

O autor também enfatiza, em várias passagens de seu livro, a relação diferenciada entre escravos e senhores nas duas regiões baianas:

Morre o Recôncavo, quando as espátulas do canavial cedem lugar ao flácido flabelar festivo do capinzal, das capineiras. Além do horizonte descrito, já se não ouvem gritos histéricos de feitores sádicos, mas sim da melopéia do aboiado, conduzindo a vida e o rebanho para a alegria do sertão imenso. Imenso como um coração. (BOAVENTURA, *op.cit.*, p. 17)¹⁰²

¹⁰² Essa relação “menos hierarquizada” entre senhores e escravos será retomada nesta tese, principalmente, quando se tratar das relações de *meação* e *compadrio*, apontadas por Neves (2008) como típicas das atividades agropecuárias nas regiões sertanejas baianas.

Lins (1971 apud BOAVENTURA, op. cit. p. 09)¹⁰³ compara a obra desse autor à *Casa grande e senzala*, pondo em destaque suas diferenças, pois enquanto Freyre (1980 [1933]) retrata fidalgos que “comumente viviam nas costas dos negros, que não só suavam por eles nas plantações de cana e nas caldeiras dos engenhos, como ainda os carregavam nas redes e cadeirinhas de arruar”, o de Boaventura retrata uma relação menos hierárquica entre senhores e escravos:

o volumoso trabalho do poeta baiano mostra uma aristocracia suarenta, requeimada de sol que, em vez de se deixar transportar pelos escravos, nas padiolas, rasgava as roupas no cerrado, correndo atrás de boi bravo, nos seus cavalos de campo. (LINS, 1971 apud BOAVENTURA, 1989, p. 09)

Neves (2008), ao discutir aspectos significativos do processo de formação e evolução socioeconômica e político-cultural do Alto Sertão da Bahia (especificamente sobre o espaço onde hoje se localiza a cidade de Igarorã, na região socioeconômica da Serra Geral, no sudoeste da Bahia), demonstra como o povoamento do interior compeliu a produção de subsistência, gerando autonomia de abastecimento e mercado colonial com o excedente produzido.

O autor afirma que essa nova dinâmica, integradora de várias regiões interioranas, promoveu um sistema socioeconômico contrário à planificação do colonizador (que era pautada no latifúndio, na monocultura e no escravismo, mas que só foi executada, em sua totalidade, apenas no litoral, como destaca Neves, 2008, p. 183). Para o autor, boiadeiros e tropeiros do alto sertão da Bahia expandiram seus negócios para diversas regiões, tanto do interior da província quanto para outras províncias, tendo tido grande participação no “povoamento” do interior:

Para subsistirem numa zona sujeita a secas prolongadas, distante cerca de 800 quilômetros do Recôncavo, o litoral acessível mais próximo, homens se integraram no convívio social, econômico, político e cultural, associados a outros grupos semelhantes, e formaram comunidades mais amplas, que alargaram as fronteiras com suas tropas e boiadas para além do desconhecido. (NEVES, *op. cit.*, p. 84)

¹⁰³ Ressalva-se que o livro de Boaventura só foi editado e publicado em 1989, pelo Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, embora a introdução da obra seja datada de 1953. Assim, em 1971, o jornalista e político baiano Wilson Lins, ao tempo em que comparava a obra de Boaventura à *Casa grande e senzala*, clamava, no *Jornal A Tarde*, para que os originais da obra boaventuriana não demorassem a encontrar um editor, algo que, infelizmente, aconteceu, pois só dezoito anos depois do seu clamor, foi publicado o livro. Esse artigo de Lins foi anexado a obra de Boaventura (1989).

O autor frisa que, nas áreas sertanejas baianas, houve a policultura, originando certas atividades de escambo, arquétipos das feiras livres atuais, mas, principalmente, a pecuária¹⁰⁴:

A pecuária firmou-se, desde cedo, como um dos principais fatores de povoamento dos sertões brasileiros. Sua expansão pelo interior do Brasil começou pela Bahia. Ao reservar os massapés do Recôncavo para a cultura da cana, o governo metropolitano português instigou a ocupação do interior. Através de Carta Régia de 1701, proibiu a pecuária a menos de 10 léguas da costa atlântica. (NEVES, 2008, p. 185)

As origens do povoamento do interior da Bahia remontam já ao final do século XVI, atrelado ao regime colonial português das Capitânicas Hereditárias, no qual sesmarias (principal sistema agrário no Brasil colonial) eram distribuídas aos que quisessem, “pessoas cristãs, sem foro, salvo o dízimo de Deus à Ordem de Cristo”, devendo explorá-las até um prazo máximo de cinco anos, sob pena de tornarem-se terras devolutas. (cf. ANDRADE, 1990, p.26). Essa autora salienta que a distribuição das sesmarias era uma forma de garantir a posse da terra, “dividir para povoar”, tendo sido extinta por D. Pedro apenas em 1822.¹⁰⁵ Assim, paralelamente à extração do pau brasil e do cultivo da cana-de-açúcar no litoral, a ocupação portuguesa no Brasil passa pela distribuição de terras no interior¹⁰⁶.

Outra forma de propriedade de terra no interior do Brasil colonial foi o apossamento, concretizado na Bahia por meio de duas famílias: Dias d’Ávila e Guedes de Brito, precisamente pelos descendentes dos Senhores Garcia D’Ávila e de Antonio de Brito Correia (pai de Antônio Guedes de Brito), que expandiram as sesmarias

¹⁰⁴ Destaca o cultivo do algodão, consorciado com o de milho e de feijão, cujas safras eram transportadas em lombos de animais até a *Villa de Cachoeira*, para, de lá, serem transportadas à *cidade da Bahia*, por via fluvial. Como se vivia a Revolução Industrial, a produção algodoeira seguia para a Inglaterra, gastando nas estradas de chão o mesmo tempo que se gastava nos navios até Liverpool ou Manchester, até que se construiu a ferrovia no Recôncavo. (cf. NEVES, 2008, p. 193). Portanto, o interior vinculava-se ao litoral por meio da circulação de pessoas que comercializavam o excedente da produção sertaneja em feiras de produtos e/ou de gado, não obstante a inexistência de estradas, possuindo “unicamente trilhas feitas pelos cascos de animais” (APEB, 1862, *apud* NEVES, 2008, p.213), situação propícia para o desenvolvimento de Feira de Santana, conforme se discutirá adiante.

¹⁰⁵ A autora salienta que, nas Cartas Régias de 1698 e 1699, a Coroa portuguesa anunciava a cobrança de foros, “sendo que a de 1699 advertia que os sertões, ainda despovoados, causavam grandes prejuízos ao desenvolvimento da Colônia.” (ANDRADE, 1990, p. 31).

¹⁰⁶ Para Andrade (1990, p. 44), no início do período de povoamento de Feira de Santana, já se estava numa terceira fase da criação de gado na Bahia, quando a pecuária tornou-se autônoma da agricultura, deixando de ser subsidiária da monocultura açucareira, ou seja, nessa terceira fase o gado não serviria mais apenas para carregar as safras.

recebidas, no século XVI, por seus pais. Desse modo, no dizer de Antonil (1982[1711]), “sendo o sertão da Bahia tão dilatado, ...quase todo pertence a duas famílias...”.

Realmente, a extensão das áreas de propriedade das duas famílias era enorme. Os d'Ávila foram possuidores do maior latifúndio das Américas, a Casa da Torre (*Morgado da Casa da Torre*), com sede na atual Praia do Forte (município de Mata de São João, na Bahia), atingindo até o Piauí e, há quem afirme que até o Maranhão. Já, os Guedes de Brito edificaram o *Morgado da Casa da Ponte*, tendo expandido as sesmarias recebidas pela família, muitas vezes, pela conquista de territórios indígenas. Desse modo, na prática, poucas sesmarias precisaram ser doadas nos sertões da Bahia, pois funcionou mesmo o arrendamento feito por essas famílias, embora fosse uma prática ilegal, conforme destaca Neves (2008, p. 104). Em ambas as propriedades, exerceu-se, principalmente, a pecuária, com enormes rebanhos, associadas a certas culturas, como fumo e algodão.

3.2.1 Ocupação e (re)povoamento em Feira de Santana-Ba

É no contexto de expansão pelo interior, exposto acima, muito difundido por sertanistas bandeirantes na Bahia, que remontam as origens do povoamento de Feira de Santana. Sobre essa temática, Andrade (1990) realizou uma rica pesquisa sobre a atuação do bandeirante João Peixoto Viegas. A pesquisadora se junta a outros estudiosos, a exemplo de Godofredo Filho (1976), Galvão (1982), Boaventura (1989), Oliveira (2000), Freire (2011), entre outros, no sentido de desmitificarem o discurso sobre as origens do povoamento do município de Feira de Santana, associado tradicionalmente ao casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão.

No âmbito da visão tradicional, tem-se a publicação de Poppino (1968). O brasileiro defende que a cidade se desenvolveu a partir da fazenda do casal Barbosa e Brandão, precisamente em torno da capela erguida em homenagem a seus santos padroeiros. “Bons cristãos, construíram uma capela próxima da casa de residência, dedicada a Santana e a São Domingos” (POPPINO, *op. cit.*, p. 20). Em torno dela, teria surgido um povoado que deu origem à Feira de Santana, no século XVIII, visto que a capela foi se tornando ponto de encontro para o povo do distrito, bem como ponto de parada para os viajantes que transitavam para a Capital, Santo Amaro e outros lugares. De acordo com essa interpretação, no primeiro quartel do século XVIII, passou a existir uma feira periódica, que se tornou uma parte da vida econômica e social de toda a

circunvizinhança, principalmente após a decadência da feira do Capuame¹⁰⁷, dando origem à Feira de Santana.

Por outro lado, os estudos que polemizam essa visão tradicional, e até mesmo mítica, em torno do casal salientam a necessidade de recuar ao século XVII as origens do povoamento do município. Andrade (1990), por exemplo, constrói sua base investigativa em torno de dois pontos de partida: o **mito**, em torno do casal Araujo/Brandão e o **silêncio**, pela omissão de João Peixoto Viegas no povoamento de Feira de Santana. Em linhas gerais, para a autora, o fato de o bandeirante português ser um cristão novo foi um motivo para ser banido como personagem principal desse processo histórico, em detrimento do “fervoroso” casal de católicos.

João Peixoto Viegas foi um português que veio ao Brasil e conseguiu angariar grande prestígio na colônia, tendo exercido, inclusive, vários cargos importantes, como o de tesoureiro e provedor da Santa Casa de Misericórdia, escrivão das Bulas, vereador, juiz ordinário, entre outros. Contudo, é possível afirmar que um dos motivos de sua prosperidade, além da influência dos laços que mantinha com a Coroa, foi a sua capacidade de guerrear e, em algumas vezes, de “apaziguar” o enorme contingente de índios paiaias que habitavam a região. Segundo apontam estudos históricos, acumulou muitas terras, após ter comprado, por volta de 1650, a Sesmaria dos Tocós das mãos de João Lobo Mesquita que, por sua vez, havido comprado dos Guedes de Brito. A sesmaria incluía os Campos das Itapororocas, Jacuípe e Água Fria. No sítio das Itapororocas (atual distrito de Maria Quitéria), João Peixoto Viegas e sua família construíram sobrados, casas e fazendas, formando o Morgado de São José, que deu origem ao arraial e freguesia do mesmo nome. Mais tarde, no século XVIII, por questões de herança é que os descendentes da família de Peixoto Viegas dividiram a sesmaria em fazendas, sendo uma delas a que deu origem a fazenda Sant’Ana dos Olhos d’Água, de propriedade do casal Araújo/Brandão.

Até o início do século XIX, Santana da Feira era apenas um distrito da Freguesia de São José das Itapororocas, vindo a se tornar povoado em 1819. Quatorze anos mais tarde, precisamente em 09 de maio de 1833, foi criado o termo da Villa de Santana (sem ter sido freguesia)¹⁰⁸ e, em 18 de setembro de 1833, a partir do

¹⁰⁷ Primeira feira de gado da Capitania, estabelecida por Francisco D’Ávila, em 1614. Localizava-se na Paróquia de Santo Amaro de Pitanga, próxima a atual Camaçari, tendo grande prestígio até 1820 (cf. ANDRADE, *op.cit.*, p. 41).

¹⁰⁸ Para Oliveira (2000, p.10), o fato de se vincular o surgimento de Feira de Santana à fazenda de Araujo/Brandão, além da intenção de silenciar outras vozes na construção do desenho urbano, “essa

desmembramento do termo da Vila de Cachoeira conforme resolução provincial do Conselho do Governo da Província instalou-se o Município. Em 1846, foi criada pela Lei Provincial n.º 243, de 19 de março, a paróquia de Santana, quando da transferência da sede da freguesia de São José das Itaporocas. E, em 16 de junho de 1873, a Vila de Santana foi elevada à categoria de Cidade com a denominação de “Cidade Comercial de Feira de Santana”, pela Lei Provincial n.º 1320 (Andrade, 1990, p. 33/34). A cidade teve o nome reduzido para Feira em 1931 e, finalmente, em 1938, passa a se chamar definitivamente *Feira de Santana*.

Da situação sócio-história do município de Feira de Santana, pode se presumir uma situação de contatos linguísticos e culturais diversos. Houve uma intensa atividade pecuária e comercial que propiciou um apurado tráfego de pessoas pelo sítio geográfico da cidade, destacando-se a figura do vaqueiro, certamente de origem indígena ou africana (negros libertos integrados nas relações socioeconômicas) ou, ainda, portuguesa de origem não nobre.¹⁰⁹

Tal contexto sócio-histórico, demográfico e econômico sugere uma realidade linguística polarizada, tal como esboçada no capítulo 2 desta tese, em virtude das diferentes culturas em contato, destacando-se as línguas dos indígenas, as dos escravos africanos e a do colonizador branco. De um lado, havia fazendeiros, comerciantes, representantes da Igreja e do Estado e militares graduados, subordinados aos modelos advindos de Portugal; do outro, vaqueiros, roceiros, meeiros e escravos, que adquiriram o português como língua materna a partir de um modelo adquirido como segunda língua por seus pais.

Na próxima seção, discute-se a situação de contatos linguísticos decorrentes da demografia histórica baiana e, especificamente, feirense. A intenção é trazer elementos para se discutir a formação e a consolidação da língua portuguesa na região estudada, além de oferecer embasamentos para melhor se interpretar os resultados

versão possui outros objetivos mais localizados, entre estes destacaria a necessidade da afirmação da ‘Petrópolis baiana’ [que] era o terceiro distrito de maior população perdendo para Santa Bárbara e para São José da Itaporocas, este a antiga sede administrativa”. Tal situação de desvantagens levou, segundo o autor, uma parcela da cidade a buscar meios para tornar Feira de Santana o principal sítio de significado da história local, a começar pela transferência da sede administrativa do poder político para o então povoado de Santana dos Olhos d’Água, quando ela não era nem sequer uma freguesia. Como poderá se comprovar adiante, bem como pela criação da Região Metropolitana de Feira de Santana, foi um projeto que logrou êxito, pois, não demorou para “Feira” ser, de fato, uma “princesa”, perdendo em importância sócio-econômica apenas para a “rainha” Salvador.

¹⁰⁹ Acredita-se ser mais seguro afirmar que, pelo menos até o início do século XVII, os vaqueiros tinham uma origem indígena, pelo fato de os índios possuírem mais habilidades em embrenharem-se pelos caminhos do sertão. Após esse período, os vaqueiros deveriam ser mestiços, com ascendência indígena, negra ou mesmo branca.

acerca da realidade sociolinguística atual da comunidade investigada nesta tese, precisamente sobre o uso variável da concordância verbal de número.

3.3 ALGUMAS QUESTÕES SOBRE CONTATOS LINGUÍSTICOS NA BAHIA: DADOS SÓCIO-HISTÓRICO-DEMOGRÁFICOS

A explanação sobre os contatos entre povos de diferentes etnias no período anteriores ao século XX exige a busca por informações em diversas fontes, pois, como admite Neves (2008, p. 18), os recenseamentos brasileiros passaram a registrar dados distritais apenas a partir de 1920. Assim, para a escrita dessa seção, foi preciso considerar estudos realizados por historiadores que, por sua vez, utilizaram-se de pesquisas em correspondências entre autoridades municipais e distritais, notas cartoriais, inventários *post mortem*, escrituras de escravos, correspondências particulares, cartas de alforrias entre outras fontes historiográficas, além de informações divulgadas pelos Censos.

Conforme foi abordado na seção anterior, as diferentes atividades econômicas exercidas na Bahia, quando no período da Colônia e do Império, proporcionaram diferentes contatos entre portugueses, indígenas, africanos e mestiços. Assim, partindo da crença de que os contatos linguísticos são fundamentais para a formação e consolidação das variedades linguísticas, esta seção objetiva apresentar dados que propiciem a recomposição da sócio-história da língua falada em Feira de Santana.

Primeiramente, cabe salientar que os estudos sobre a escravidão na região semiárida da Bahia ainda carece de mais atenção por parte dos estudiosos. Nesse sentido, Silva (2011, p. 19), ao tratar da historiografia baiana das décadas de 1990 e 2000, constata que, das 146 dissertações de mestrados defendidas no Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, no período de 1992 a 2007, 68% tiveram como recorte espacial a cidade de Salvador e a Região Metropolitana, 14% o sertão baiano, 5% a região sul do Estado e 3% de outros Estados (Sergipe, Pará, Mato Grosso e Ceará). Focando mais diretamente a escravidão oitocentista, a autora salienta que, desde as primeiras décadas do século XX, grande parte de pesquisadores, ocupou-se da instituição da escravidão: “O que fazer com a população negra e mestiça deste país? Essa era a questão que atormentava grande parte dos pensadores do Brasil, mesmo antes da ruína do império.” Não obstante isso, em sua pesquisa, Silva (*op. cit.*) identificou

apenas 31% de trabalhos da produção historiográfica do Programa da UFBA com temática na escravidão e nos destinos da população negra e mestiça na Bahia. Mais ainda, a autora destaca como a temática da escravidão, nos sertões baianos, tem sido tão timidamente tratada nos estudos realizados no âmbito do Programa:

[...] percebo que, somente nos últimos anos do século XX, a historiografia baiana teria, timidamente, tocado na imensidão de nossos sertões. No que tange a essa aproximação, salienta-se que 30% dos trabalhos sobre o sertão baiano dedicam-se a escravos e ex-escravos, o que redundava em 4% do total das 146 dissertações de mestrado defendidas na UFBA entre 1992 e 2007. (SILVA, *op. cit.*, p. 21)

Das afirmações da autora, presume-se que a história da população de origem africana tem sido mais investigada nos espaços do Recôncavo açucareiro, de modo que a inserção da população africana e afrodescendente nas “terras de dentro” carece de mais estudos.

No que tange às regiões sertanejas, considerando a diversidade de atividades econômicas desenvolvidas durante os séculos XVI e XIX, é lícito afirmar que os contatos não se deram de maneira uniforme. Na região de mineração na Chapada Diamantina, nos atuais municípios de Jacobina, Rio de Contas e Lençóis, houve, por exemplo, uma maior exploração da mão de obra escrava em comparação com o que houve na área pastoril. Não obstante essa maior presença de escravos, a presença africana foi mais tardia e mesmo momentânea, já que muitos afrodescendentes migraram para outras áreas após o esgotamento das jazidas mineradoras (principalmente, para as áreas pastoris). Nessa região, também deve ter havido muitos escravos brasileiros, que migraram do estado de Minas Gerais.

Neves (2008), no estudo já amplamente citado nesta tese, descreve bens inventariados, de modo a proporcionar elementos para se discutir o cotidiano de comunidade sertaneja alvo de sua pesquisa (na região da Serra Geral), apresentando as suas principais atividades agropecuárias e comerciais e, conseqüentemente, os contatos linguísticos delas decorrentes. Nos inventários apurados, entre outros bens, são elencados “engenhoca de moer canas”, plantações de milho, de mandioca e de algodão, jóias, balanças de pesar ouro, oratórios, imagens sacras, descascadores e prensas de algodão, quantias de dinheiro, mas, principalmente, a presença de animais, de cabeças de gado vacum, cavalos. Já o número de escravos pode ser considerado reduzido,

conforme se nota na tabela seguinte, em que se elencam apenas os dados referentes à escravaria:

TABELA 3
QUANTIDADE DE ESCRAVOS CONSTANTES EM INVENTÁRIOS
POST MORTEM NA REGIÃO DO ALTO SERTÃO DA BAHIA, COM BASE NA
DESCRIÇÃO FEITA POR NEVES (2008, p. 194-205)
1758 – 1895

Nome do proprietário do espólio	Propriedade	Quantidade de escravos
Matias João da Costa	Brejo das Carnaúbas	23
Estevão Pinheiro de Azevedo	-----	08
Caetano de Freitas	Riacho Bonito	07
Francisco Martins Abreu	Sítio Boa Vista	66
Francisco Fialho de Carvalho	-----	08
Francisco Caires Ferreira e Joana	-----	48
Angélica de Azevedo		
Francisco Xavier de Carvalho Cotrim	-----	25
Antonio Pinheiro de Azevedo	-----	14
Luiz Ribeiro de Magalhães e Silva	Grão Mogol	55
Vitorino Xavier do Rego	-----	63
Joaquim Pinheiro de Azevedo	-----	18
Filipe Joaquim de Azevedo Cotrim	-----	23
Antonio Joaquim Xavier de Carvalho Cotrim	-----	24
Tito de Souza Fagundes	-----	07
Francisco Xavier de Carvalho Cotrim	Olho d'Água	14
João Pereira da Costa	Jardim	07
Amélia Rosa de Novais Rego	-----	06
Angélica de Brito Gondim	-----	10
Francisca Teresa do Rego	-----	38
Joaquim Xavier do Rego	-----	09
José Joaquim Saraiva e Isabel	-----	03
Maria de Jesus		
Inocência Fagundes de Brito	-----	05

Cabe destacar que os grandes proprietários distribuía os escravos em pequenos grupos por várias de suas unidades agrárias e pecuárias, de modo que o número de escravos por propriedade poderia ser menor do que os que aparecem na tabela acima.

O estudo de Neves (2008) tem o mérito de focalizar a escravidão colonial fora das regiões dos centros movimentados da economia da época, tratando, inclusive, das policulturas de abastecimento do mercado interno. Nas áreas de abrangência de sua pesquisa, a escravidão desenvolveu-se articulada com a meação¹¹⁰:

A escravidão se desenvolveu no Alto Sertão da Bahia ao mesmo tempo e articulada com a meação. Choupanas de agregados confundiam-se com casebres de escravos. Contudo, as informações sobre meeiros, agregados ou não, tanto na documentação utilizada por esta pesquisa, como na historiografia tradicional sobre o sertão, são escassas e pouco esclarecedoras. (NEVES, 2008, p. 263)

O autor afirma que, nos séculos XVIII e XIX, as policulturas agropecuárias do Alto Sertão da Bahia não necessitavam de empreendimentos vultosos nem empregavam trabalhadores assalariados permanentes e, muito raramente, contratavam feitores, predominando os pequenos plantéis de escravos, administrados pelos próprios senhores ou sozinhos nas pequenas unidades produtora¹¹¹. Já, no Recôncavo, havia a contratação de trabalhadores remunerados como capelãs, feitores, mestres-de-açúcar, caixeiros, barqueiros etc. Na documentação examinada, encontram-se poucos cativos especializados, exceto os vaqueiros, pois, em algumas propriedades, o manejo do gado, constituía atividade do proprietário e de sua família, de modo que, “até quando desenvolvida como atividade extensiva, a pecuária emprega pouca mão-de-obra” (NEVES, *op. cit.*, p. 264).

A tabela seguinte resume os resultados da investigação realizada por Neves (2008) em 20% dos inventários *post mortem* do município de Caetité, autuados entre 1880 e 1887, que integram o acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), sendo examinados os espólios que possuíam fazendas na atual jurisdição de Igaporã. O pesquisador ressalta que 53% dos inventários registraram de um a dez escravos e 73% apresentavam menos de vinte, “inclusive velhos e crianças, maioria dos cativos em alguns plantéis” (p. 269). Em suma, o autor afirma que os inventários dos 30 proprietários por ele pesquisados somam 522 escravos e a média aproximada é de

¹¹⁰ Vianna Filho (2008[1946], p. 185) destaca que a meação era mais um sistema de colaboração do que de subordinação, exigindo-se apenas duas qualidades: fidelidade absoluta e domínio completo da região.

¹¹¹ Na pecuária pós-escravista, remuneravam-se administradores de fazendas e vaqueiros, conforme condições específicas, definidas em contratos verbais de trabalho, pelo sistema de “sorte” ou “de giz”. (NEVES, *op. cit.*, p. 265).

dezoito escravos por unidade agrária.¹¹² A tabela seguinte reproduz os resultados encontrados:

TABELA 4 ¹¹³
Frequência de escravos por plantel
1768 – 1833

Nº de escravos	Nº de plantéis
Menos de 05	05
De 06 a 10	11
De 11 a 20	06
De 21 a 50	06
Mais de 51	02

FONTE: APEB. Judiciário, Inventários

A próxima tabela, também apresentada por Neves (2008), traz indícios de que os escravos que havia no Alto Sertão já tinham uma maior proficiência no português, já que eram brasileiros em sua maioria: dos 522 escravos, 76% eram brasileiros e 12% africanos e mais 12% sem declaração étnica ou foram reconhecidos como pretos:

¹¹² O autor ressalva que os inventários da amostra realizada, por serem de épocas diferentes, em alguns casos, trazem os mesmos escravos em mais de um documento, por haver espólios de herdeiros.

¹¹³ Reprodução da tabela divulgada em Neves (*op. cit.*, p. 270).

TABELA 5 ¹¹⁴
 Origem, cor e gênero dos escravos
 1768 – 1883

Origem / cor	Homens	Mulheres	Não identificados	Total
Africanos	53	11	-	64
Angolas	21	3	-	24
Minas	6	1	-	7
Benguelas	4	-	-	4
Hauçás	2	-	-	2
Nagôs	2	-	-	2
Congos	1	-	-	1
Rebolos	1	-	-	1
Africanos (sem ident.)	16	7	-	23
Brasileiros	206	186	3	395
Crioulos	113	103	1	217
Cabras	52	55	1	108
Mulatos	23	16	1	40
Pardos	16	12	-	28
Mestiços	2	-	-	2
Sem Identificação	34	27	2	63
Não declarados	25	23	2	50
Pretos	9	4	-	13
TOTAL GERAL	293	224	5	522

¹¹⁵ FONTE: APEB. Judiciário, Inventários

Segundo informa Pondé (1971 apud ALMEIDA, 2005, p. 54), no município de Itapicuru-Ba, na região socioeconômica nordeste, no século XIX, predominou também a pecuária, sendo a situação equivalente ao que ocorreu em Igarorã, havendo entre 1850 e 1870, maioria de escravos brasileiros, 77,55% (152/196) e apenas 22,44% (44/196) de africanos, conforme ilustra a tabela seguinte:

TABELA 6
 Origem, cor e gênero dos escravos
 1850 – 1870
 Alto Sertão – Região Nordeste-Itapicuru

ORIGEM / COR	HOMENS	MULHERES	TOTAL
AFRICANOS			44
Africanos	06	-	06
Nagô	16	02	18

¹¹⁴ Reprodução da tabela divulgada em Neves (*op. cit.*, p. 277).

¹¹⁵ Nos esclarecimentos feitos por Neves (*op. cit.*, p. 276), “crioulo”, qualquer negro nascido no Brasil. “Cabra”, crioulo filho de mulato e negro, de cor mais escura do que o mulato. “Mulato, expressão pejorativa, mestiço de branco com o negro. “Pardo”, designativo de cor entre branco e preto, talvez intermediação de mulato e branco. “Mestiço”, apenas alusão genérica atribuível a qualquer miscigenado.

Angola	13	03	16
Jejê	01	02	03
Moçambique	01	-	01
BRASILEIROS			152
Crioulos	51	21	72
Cabras	24	12	36
Mulatos	24	18	42
Indígenas (vermelhos)	-	01	01
Cablocos	-	01	01
SEM IDENTIFICAÇÃO	14	03	17
Pretos	-	01	01
TOTAL GERAL	150	64	214

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. In: PONDÉ (1971 apud ALMEIDA, op. cit., p. 56)

Pina (2000, 2001) estudou a escravidão na região da Chapada Diamantina, especificamente no município de Mucugê (antiga Santa Isabel do Paraguaçu), que teve seu apogeu com a extração de diamantes na segunda metade do século XIX. A autora argumenta que parte do contingente de escravos que para lá foram trabalhou antes nas minas do Rio de Contas e outra parte nas lavouras ou pecuária nas fazendas sertanejas, e, por conta do período, eram brasileiros em sua maioria (cf. ALMEIDA, 2005, p. 53). A autora desconsidera a existência de possíveis habitantes colonizadores antes da descoberta de metais e pedras preciosos na região. No que se refere às minas baianas, encontrou na documentação a presença marcante da população de etnia não branca, possuindo os inventários de dois a três escravos, com predominância de brasileiros pardos e cabras.

Já, a tabela seguinte, extraída do texto de Almeida (2005, p.52)¹¹⁶, ilustra como a região da Chapada foi densamente povoada por escravos negros de origem africana no século XVIII:

¹¹⁶ Ao comparar as tabelas 5, 6 e 7, a autora posiciona-se: “Como se vê pela comparação das três tabelas acima, o número de escravos arrolados em uma matrícula de apenas dois anos na região de Rio de Contas é superior aos números arrolados, a partir da análise de vários inventários, para um período de mais de cem anos no que diz respeito a Igaporã e vinte anos no que diz respeito a Itapicuru. Outra diferença que poderia apresentar consequências lingüísticas diferenciadas é o fato de que em Rio de Contas, no século XVIII, há uma grande concentração de escravos africanos, ou seja, escravos que ou ainda não sabiam o português ou o sabiam como segunda língua”.

TABELA 7:
Origem, cor e gênero dos escravos – 1748 a 1749
Chapada Diamantina – Rio de Contas

ORIGEM/COR	1748		1749		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	
AFRICANOS					764
Costa da Mina	174	32	152	25	383
Angola	150	54	118	34	356
Moçambique	04	-	08	-	12
Benguela	06	-	-	02	08
Cabo Verde	05	-	-	-	05
BRASILEIROS					103
Rio de Contas	21	13	26	05	65
Salvador	04	03	07	06	20
Vale dos Santos	01	-	01	05	07
Maragogipe	01	-	01	03	05
Minas Gerais	-	-	01	01	02
Cachoeira	-	01	-	01	02
Pernambuco	-	-	01	-	01
São Paulo	-	-	01	-	01
SEM NATURALIDADE	01	-	13	05	19
TOTAL GERAL					886

A relação senhor/escravo na região da Chapada é apontada por Pina (2000, 2001) também como mais “íntima”, principalmente devido à confiança que teria que ter o proprietário da mina, para evitar roubos de diamantes. Almeida (2005, p. 53) suspeita que a relação não fosse tão próxima como nas regiões agropecuárias, mas admite que deveria ser menos hierárquica do que nas zonas de *plantations* (Recôncavo).

Sobre a escassez de escravos no sertão da Bahia, no período colonial e imperial, cabe fazer algumas observações finais. Nesse sentido, são pertinentes as considerações feitas por Luiz Vianna Filho, importante político e intelectual baiano. Para Vianna Filho (2008[1946], p. 181), “o sertão não foi hostil ao negro”, apenas a sua organização econômica o repeliu, haja vista que o escravo negro foi associado, primeiramente, ao açúcar, depois às minas, e mais tarde às plantações de café, de modo que, na economia das caatingas e dos campos pastoris, “foi um elemento deslocado”.

Para isso, segundo o autor, concorriam múltiplos fatores:

- (i) O alto preço em desacordo com a pobreza das explorações da região;

- (ii) A própria natureza dos serviços locais, reclamando apenas limitado números de trabalhadores afeitos ao conhecimento geográfico dos tabuleiros sem fim, e destinados a uma constante mobilidade no rastro dos animais tresmalhados;
- (iii) A impossibilidade duma severa fiscalização, como a que exerciam, nos canaviais e nas minas, os feitores atentos.

Assim, conclui:

Caro, ignorando a região, sempre disposto à fuga, o negro não oferecia, no sertão, as mesmas vantagens que dele fizeram o trabalhador indispensável do litoral. Excetuadas as zonas auríferas e diamantíferas, a cuja exploração se adaptava perfeitamente, não houve para ele um lugar na vida sertaneja. Um outro existia, desempenhado [*sic*] a função de criado ou de lacaio. E quando muito foi um elemento de passagem, transitando pelas estradas do interior como tropeiro ou carregador, ou como parte mínima de alguma *bandeira*. Nas demais atividades, o precioso colaborador do branco foi o índio, e depois, aos se alastrar a miscigenação, o mameluco ou curiboca. (VIANNA FILHO, *op. cit.*, p. 182)

Quanto à presença indígena na região semiárida, também importante vetor para a gênese das modificações da língua portuguesa no Brasil, há alguns estudos que trazem informações a esse respeito. Nesta tese, já foi comentada a presença de índios paaiás na região do semiárido, precisamente, na região do Paraguaçu, onde hoje se localiza o distrito de Maria Quitéria, antigo São José das Itapororocas. Para a região da mineração, também há registros da presença indígena, muitos deles levados por bandeirantes paulistas para explorarem as minas. Na Bahia, há municípios com maior predominância de descendência indígena, por exemplo, no sul do estado, na região de Porto Seguro e na região nordeste da Bahia, também na zona semiárida, a exemplo do município de Cícero Dantas. Salienta-se que os remanescentes indígenas são todos falantes do português.

É possível sustentar que, no interior sertanejo da Bahia, dado o baixo número de escravos negros, o povoamento tenha ocorrido, inicialmente, por indígenas e, mais tarde, por sertanejos filhos mestiços de portugueses com índias. Como salienta Vianna Filho (2008[1946], p. 183), o conquistador português logo percebera a superioridade dos índios para se embrear nas matas, vencendo obstáculos naturais e transpondo rios, além de serem “mais baratos”. As expedições das bandeiras, por

exemplo, muito se serviram da presença indígena. Ainda segundo Viana Filho (*op. cit.*), por exemplo, o famoso sertanista Matias Cardoso Almeida, ao chegar à Bahia, em 1690, trouxe mais de 100 homens brancos e grande número de índios e não há nenhuma referência ao elemento negro. Da mesma forma, o eminente Cristóvão de Barros Cardoso trouxe, em suas expedição à Bahia, 150 brancos e mamelucos e 3.000 frecheiros (*sic*) tapuias.

Ao tratar da paisagem humana do pastoreio, Boaventura (1989, p. 73-75), defende a existência de uma “gente diferente da que vivia no trabalho da zona marítima”. Para o estudioso, não houve muita mestiçagem com o negro, havendo mais a mistura do “sangue índio” com o “sangue português”:

O pouco preto, elemento em geral negróide e não negro propriamente, que penetrou a catinga nordestina e se infiltrou nas terras que se espreguiçam além do vale do Paraguaçu, em meio às águas do Rio de Contas e frente aos barrancos do São Francisco, dilui-se na grossa mistura já encontrada de sangue índio e sangue português principalmente. Absorveu-o o sangue indígena. É o fenômeno que se denuncia a toda hora nas paragens sertanejas, na fisionomia acobreada dos seus habitantes atuais, já na delicadeza de linhas de alguns de pele mais escurecida, ou na finura do cabelo solto, ou na mediana estatura, ou mesma na mentalidade, o que delata, de certo modo, parentesco bem próximo com o indígena, de estatura mais modesta, mais para brevilinear que longilinear, ao que se afirma. Veja, por exemplo, o cearense, em cujo caldeamento preponderou, por muito tempo, o elemento aborígine, conforme repete Gustavo Barroso. (p. 75)

O autor também cita a presença holandesa no povoamento de terras interioranas sertanejas:

De ponta a ponta. Com o flamengo veio gente outra origem, de outra raça. Brancas ou claras. O branco luso, em época anterior, havia marcado vigorosamente a sua entrada pelo sertão. Enxameiam por toda parte belos perfis de mulheres brancas e se encontram constantemente trabalhadores de pele alva e até alourados. Conheci no Nordeste famílias inteiras, cujos componentes, mesmo os homens, traziam na face um róseo finíssimo, a par de traços limpos e nobres. E os narizes finos, os cabelos, que voam soltos, povoam os recantos mais longínquos e escondidos do Estado. (p. 73-74)

Sobre essa ascendência indígena da população das terras do sertão, Silva (2011) enfatiza a observação feita por José Calazans no sentido de destacar o fato de a obra *Os sertões*, publicada em 1902 – há apenas 14 anos após a extinção do sistema escravista no Brasil –, não trazer em nenhuma página a palavra *escravo* e nem

escravidão. Nesse sentido, Silva (op. cit.) chega a levantar o questionamento de que a postura de Euclides da Cunha, bem como de outros estudiosos da época, poderia ser uma forma de branquear a população brasileira, vendo no índio uma figura mais heróica do que na do negro do litoral. Questionamento válido, mas que não encontra respaldo à luz dos testemunhos expostos nesta seção, pois, como informam os estudiosos, foi, de fato, em menor número a presença de africanos nas regiões sertanejas durante o seu povoamento.

Ao final desta seção, ressalta-se que não se fez uma exposição mais detalhada sobre a presença portuguesa na região do semiárido baiano, por se julgar que essa não foi muito diferente do que ocorreu em outros interiores brasileiros, ou seja, foram portugueses e/ou seus descendentes, sem muita instrução, que vieram habitar as terras interioranas baianas¹¹⁷. Sobre essa questão, Neves (2011), amparado no ramo da história denominado *História de família*, destaca que poucos membros da nobreza portuguesa fixavam-se no Brasil após a exoneração dos cargos que ocupavam, permanecendo apenas representantes da pequena aristocracia rural, que formaram a base da elite colonial, os representantes desta, por sua vez, raramente preferiam “isolar-se” no sertão, distante dos núcleos urbanos. Esse mesmo autor declara que, na região do Alto Sertão da Bahia, o ápice da ocupação portuguesa se deu no século XVIII, após a descoberta de jazidas, tendo congregado muitos portugueses, que lá se misturavam com baianos e paulista ao conseguirem arrendamentos de terras. O Alto Sertão da Bahia, segundo informa o autor, também atraiu a presença de mouros, judeus e ciganos, que fugiam das perseguições na Europa, optando pelo isolamento dos sertões.

3.3.1 Uma “pausa” em Feira de Santana

Para Poppino (1968), as origens da população de Feira de Santana têm estreitas relações com a da costa, mais do que a do interior. Assinala o autor que os índios rapidamente desapareceram do município, antes mesmo de 1950, tendo havido grande miscigenação com negros e índios e apenas 10% da sua população tem ascendência europeia. Contudo, ao contrário do que ocorreu na costa, na região de Feira de Santana, os portugueses natos constituíam uma raridade, tendo havido mais fazendeiros de origem portuguesa. Europeus de outros países apenas vieram para a

¹¹⁷ Uma abordagem da situação desses portugueses foi feita no capítulo anterior.

região no século XIX, mas muito poucos, por ocasião da construção da ponte em Cachoeira. Para o autor, gente de ascendência europeia sempre constituíram uma minoria em Feira de Santana, representando, em 1950, não mais do que um décimo dos habitantes do município. Acrescenta o autor:

Um quarto da população era formada por negros, enquanto o restante se constituía de mulatos. No particular, o município representava bem o Estado como um todo, porque os mulatos predominavam na população da Bahia. (POPPINO, 1968, p. 309).

Tomando por base a composição racial, Poppino (*op. cit.*, p. 79-80) propõe quatro estratos para a sociedade feirense do século XIX, não restringindo a estrutura social ao binômio senhor/escravo, e defende que a origem racial, de certo modo, indicaria a ocupação do povo do município. No primeiro, além dos fazendeiros e comerciantes, faziam parte desse estrato os representantes da Igreja e do Estado e militares graduados. Esses eram considerados brancos, mesmo que apresentassem traços visíveis de ascendência índia ou negra. O segundo estrato era formado pelo vaqueiro de origem indígena e depois por mamelucos. Não recebiam remuneração por sua atividade, mas, em troca de seu trabalho, recebiam um percentual em gado, equivalente a $\frac{1}{4}$ das crias decorridos cinco anos acumulados. O terceiro era formado por pequenos lavradores, os denominados roceiros, que constituíam a maior parte dos habitantes, além de ex-escravos que vendiam produtos na feira. E, por fim, o quarto era constituído por escravos, quase sempre comprados pelos fazendeiros em outras localidades e até mesmo no próprio termo da Feira de Santana. Na sua pesquisa, o autor afirma que o número de roceiros sempre foi superior ao de escravos na região.

O povoamento da região de Feira de Santana não se deu forma pacífica. “Os primeiro povoadores tiveram de enfrentar os perigos de uma guerra com os índios e de um ataque por bando de negros [fugidos dos engenhos do Recôncavo]” (POPPINO, 1968, p. 80) Apesar dos conflitos que promoveram a fuga dos indígenas para além da Serra da Jacobina, alguns indígenas foram inseridos no processo das relações socioeconômicas, ao passo que se desenvolvia a atividade criatória, delineando a composição racial da população. Alguns se dedicavam ao cultivo de fumo ou tornavam-se vaqueiros. Houve muita miscigenação nessa região, principalmente pelo fato de poucas mulheres de origem portuguesa terem ido ao sertão antes que a situação ficasse mais pacífica com os índios da região, no século XVIII.

Quanto à inserção do africano no processo produtivo das fazendas de gado, esta não se deu demograficamente de forma equânime. Diferentemente da zona canavieira do Recôncavo, onde os engenhos possuíam muitos escravos, Feira de Santana se caracterizava pela pequena concentração de escravos nas fazendas, uma média de cinco a doze por propriedade (LIMA, 1992, p. 73). Fazendeiros ricos possuíam alguns escravos domésticos como forma de demonstrar um *status*. No geral, contudo, evitava-se ter escravos na região de Feira de Santana, pelo tipo de atividade que, não exigia muita mão-de-obra, além de significarem um empate de capital.

De acordo com Poppino (op. cit., p. 92-93), apenas no século XIX, necessitou-se de um maior número de escravos na região de Feira de Santana, devido ao cultivo do algodão, para fornecerem matéria prima à indústria têxtil de Cachoeira. Ressalta ainda que esses escravos eram quase todos já nascidos na Província. Para o autor, a população escrava no município nunca foi grande, pois, como informa o recenseamento de 1872, havia em Feira de Santana somente pouco mais de quatro mil escravos.

Freire (2011), ao estudar as temáticas do povoamento, da produção agropecuária e do trabalho escravo na comarca de Feira de Santana (1850-1888), demonstra, com base em inventários, que a Vila de Feira de Santana era muito ligada a atividades agropecuárias. Diferentemente de outros autores, esse pesquisador defende a existência de um número considerável de escravos na região onde hoje se localiza o município. Para tanto, atribui o cultivo de policulturas na região: fumo, mandioca, cana-de-açúcar, milho e feijão e algodão, que demandavam mais trabalhadores do que nas regiões onde apenas se criava gado.

No entendimento de Freire (2011, p. 390), Feira de Santana, além de estar numa zona de transição geográfica entre o Sertão e o Recôncavo, estaria numa mutação econômica, “onde a união pecuária com a agricultura se revelava na mais perfeita combinação a demarcar essa região”, proporcionando diversos tipos de povoamento.

Assim, além de estar muito ligada à civilização de pastoreio, já em suas origens, originando a famosa feira de gado, que marcou a história da cidade até um passado recente (encontrando ainda ecos na venda de gado às segundas-feiras, no Campo do Gado hodiernamente), caracterizou-se também por ser um grande entreposto comercial, que comercializava o excedente da produção agrícola cultivada em suas terras, bem como o couro resultante da pecuária (cf. ANEXOS A e B).

Segundo informa Freire (2011), as atividades agrícolas proporcionaram a presença de escravos desde o início da colonização, principalmente tendo-se por base os assentos eclesiásticos da paróquia de São José das Itapororocas, iniciados em 1698. A tabela seguinte aponta, inclusive, a situação da sede do município, onde mais se concentrava a população de escravos:

TABELA 8: REPRODUÇÃO DA TABELA “população livre e escrava termo de Feira de Santana, 1835”, apresentada por Freire (2011, p. 391)

LOCALIDADE	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	% DE ESCRAVOS EM RELAÇÃO À POP. TOTAL
São José das Itapororocas	1.679	1.104	2.783	39,7
Sant'Anna da Feira	2.242	557	2.799	20,0
Santa Bárbara	2.105	811	2.916	27,8
N.S. do Bom Despacho	1.413	524	1.937	27,0
N.S. da Ajuda do Limoreiro	1.006	540	1.546	35,0
Sr. Do Bomfim do Calumbi	1.002	408	1.410	29,0
São Simão	997	574	1.571	36,5

Fonte: APEB, seção Colonial/Providencial, série Polícia, março 5684.

O autor citado acima compara a presença de africanos e afrodescendentes na cidade de Feira de Santana com a realidade de Conceição do Coité, estudada por Rios (2003), demonstrando a diferença na atividade econômica que teria gerado, por sua vez, uma diferenciação no processo de povoamento, pois enquanto em Coité havia poucos escravos, em Feira de Santana, houve propriedades com mais de cinquenta escravos,

Na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, zona de produção essencialmente de pecuária, Iara Rios, ao cruzar dados de várias fontes, como cartas de alforria e escrituras de compra, venda e hipoteca de escravos, encontrou 169 proprietários escravistas – correspondentes a 92% do total – com até cinco escravos nas fazendas dessa freguesia, entre o período de 1856 a 1883 (RIOS, 2003:60). Esses dados apresentam outra realidade, numa região essencialmente de pecuária, onde o uso da mão-de-obra escrava não se mostrou inteiramente necessário, ou o trabalho era aliado à mão-de-obra familiar (FREIRE, 2011, p. 401).

No âmbito dessa polêmica quanto à presença de escravos nas origens do povoamento de Feira de Santana, há que se citar que há estudos, entre os quais Poppino (1968), que citam a presença de negros fugidios no sertão, que teriam

formado pequenos quilombos em suas matas. Sobre essa questão, o entendimento que se sustenta nesta tese é o de que a maior concentração de escravos no município de Feira de Santana deva se dado mais a partir do século XIX, com a plantação de lavouras de algodão e também com o recebimento de muitos ex-escravos que vieram trabalhar em Feira de Santana. Nesse período de final do século XIX e início do XX, há de também se considerar que muitos brancos e mestiços migraram para Feira de Santana para trabalharem na cidade, que, a esta altura, já desenhava esta que seria sua forte vocação: a de ser um polo comercial.

A seguir, será discutida a dinâmica de dois processos fundamentais para a consolidação da bipolarização do português no diassistema brasileiro, por consolidarem a situação de polarização sociolinguística e socioeconômica ocorrida na sócio-história do PB, a saber: as tardias urbanização e escolarização. A respeito do processo de urbanização, destaca-se a sua importância para a constante vinda de migrantes para Feira de Santana, atraídos pelas oportunidades de trabalho que a cidade oferecia, a qual influenciou na composição demográfica no Município. Ressalta-se que, essa questão da migração é discutida na próxima seção, e não nesta que trata da composição étnica numa perspectiva histórica, devido à sua estreita relação com a urbanização em Feira de Santana-Ba.

3.4 QUESTÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO EM FEIRA DE SANTANA: PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA-CULTURAL

A totalidade dos estudos consultados para a elaboração desta pesquisa salienta o rápido desenvolvimento urbano do município de Feira de Santana-Ba. Destacam que, de uma singela feira de gado, o município transformou-se numa cidade com características de cidades desenvolvidas/modernizadas. Como se discorrerá a seguir, alguns desses estudos demonstram que houve um projeto construído por uma elite poderosa que buscou apagar as marcas de um passado rural tão marcante no município (cf. OLIVEIRA, 2000, 2011).

Sobre o considerado rápido desenvolvimento urbano do Município, Poppino (1968) chama atenção para o fato de Feira de Santana ter prosperado, em menos de um século e meio; crescimento acelerado que, por sua vez, teria acontecido também em outras cidades do Brasil a partir do século XIX. Mas, para o autor, o caso de Feira de Santana é singular, dado que a Bahia estava justamente em declínio, em comparação ao

que houve nos áureos tempos do período colonial. Para Poppino (op. cit.) são notáveis as forças políticas, econômicas e sociais que impulsionaram o notável desenvolvimento em Feira de Santana-Ba.

Se Feira de Santana abrigou uma importante feira de gado, atraindo pessoas de diversas regiões para a compra de gado e de produtos no período colonial, também, no período republicano, continuou a atrair pessoas, mas, principalmente pelo seu rico comércio, consolidando-se como “um empório do sertão”, denominação atribuída comumente por jornalistas da época, conforme informa Oliveira (op. cit., p. 09). Essa característica atratora do município não cessou no século XX, tendo atraído, inclusive, muitos migrantes nordestinos que se instalaram na cidade de Feira de Santana para atuarem no comércio, como, aliás, pode ser aferido pelos nomes de pioneiras lojas do comércio local, como *A Cearense*, *Sobral*, entre outras. No século XXI, Feira continua a atrair pessoas, provenientes de cidades circunvizinhas, mas também de outros estados, para trabalharem em suas indústrias.

Assim, após a Segunda Guerra Mundial, a cidade de Feira de Santana, congregou mais motivos para aumentar o desenvolvimento de indústrias na região. Segundo Poppino (op. cit.), principalmente, porque, entre os anos de 1940 e 1950, houve um incremento no estabelecimento comercial na cidade em virtude do crescimento populacional, do progresso dos transportes e da dificuldade de importação de produtos. Desse modo, se até os anos 1940, a indústria era incipiente, apenas com aproveitamento de carne e de gêneros alimentícios, hoje, conta com vários outros produtos, inclusive, com fábricas multinacionais, como a da Nestlé. O Município saiu, pois, da condição de comunidade rural para a de centro comercial e industrial de grande importância no Estado da Bahia e do Brasil.¹¹⁸

Nesse sentido, considerando a dinâmica urbana da cidade nos dias atuais, é surpreendente que, até 1850, nenhum dos distritos do Município dispunha de fontes públicas e, na cidade de Feira de Santana, só havia uma única fonte para servir a viajantes e a residentes que não dispusessem de poços em suas casas; isso mesmo após 1860. A pavimentação pública também era muito incipiente nesse período, cabendo aos próprios moradores pagarem as despesas com o calçamento de suas ruas. O primeiro hospital da cidade foi construído no ano de 1865 (POPPINO, 1968, p. 34).

¹¹⁸ A partir da década de 1970, o desenvolvimento industrial da cidade foi impulsionado com a criação do Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS) e do Centro Industrial Subaé (CIS), que atraíram ainda mais migrantes de todas as regiões para a cidade, que vislumbravam possibilidades de trabalho e ofertas de serviços.

Portanto, as características da cidade, até o final do século XIX, moldavam-se ao que se tinha no restante do Brasil, isto é, um país com características eminentemente rurais. Uma grande parte da população dedicava-se, pois, a atividades agrícolas, sendo a população do município, prioritariamente, residente na zona rural. Segundo Poppino (*op. cit.*, p. 188-189), o recenseamento de 1872 mostrou que quase 90% da população adulta se constituíam de agricultores: “de um total de 33 mil habitantes acima de 16 anos, aproximadamente 29 mil”. O autor destaca que, no Censo de 1920, novamente a população foi categorizada conforme as profissões e predominavam atividades agrícolas em sua população. Em 1940, 78% dos habitantes do município se incluíam na população rural. Já em 1950, esse número cairia para 68%. Esse autor indica que, a partir dessa década, com o crescimento das atividades comerciais e industriais, a população rural diminuiria ainda mais. Sobre essa questão do impacto da industrialização no aumento demográfico no município, a tabela seguinte permite se observar a predominância urbana da população feirense nas últimas décadas.

TABELA 9 – CRESCIMENTO ABSOLUTO E RELATIVO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA 1940 - 2010

POPULAÇÃO RESIDENTE						
ANOS	TOTAL		URBANA		RURAL	
		(%) ⁽¹⁾		(%) ⁽¹⁾		(%) ⁽¹⁾
1940	83.268	-	19.660	-	63.608	-
1950	107.205	28,75	34.277	74,35	72.928	14,65
1960	141.757	32,23	69.884	103,88	71.873	-1,44
1970	187.290	32,12	131.720	88,48	55.570	-22,68
1980	291.504	55,65	233.905	77,58	57.599	3,65
1991	406.447	39,43	348.973	49,20	56.875	-1,26
2000	480.949	18,33	431.730	23,71	49.219	-13,46
2010	556.642	15,74	510.637	18,28	46.007	-6,53

FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS apud ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE FEIRA DE SANTANA (2012)

(1) Variação percentual com o período imediatamente anterior.

Acreditando que os estudos da área de História em muito auxiliam as análises sociolinguísticas, destaca-se que foram muito importantes para a escrita desta tese a pesquisa realizada pelo historiador Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira (cf. OLIVEIRA, 2000). O autor, ao estudar o período de 1883 a 1937, analisou os processos de destruição da ordem rural em Feira de Santana. A hipótese central foi a de

que, durante os anos finais do século XIX e as três primeiras décadas do XX, houve profundas mudanças na cidade e que “essas transformações, articuladas entre si, produziram novidades em termos de modelos de sociabilidade, gerando um novo padrão de comportamento público e uma nova ‘urbe’ ”. (*ibid.*, p. 17). Na interpretação do autor, essas mudanças estariam inseridas no ideal republicano e estariam em consonância com as ideias iluministas de trazerem progresso, pautadas na ciência e na razão e, não raro, na crença de que uma sociedade sem mestiçagem e com padrões urbanos seria mais propícia para ser “evoluída”. No que diz respeito à sociedade feirense, o autor assim pronuncia-se:

A construção de um novo comportamento público foi feita em meio a vários conflitos, destacadamente contra as heranças da cultura negra, dos vaqueiros e de outras formas de ação que lembrassem o passado pastoril da cidade. Feira de Santana então é transformada em uma verdadeira arena de conflitos, na acepção de Henri Lefebvre, na qual o centro era a escolha das melhores maneiras de organização da população no espaço público, com a exclusão daqueles setores indesejáveis às novas formas de sociabilidade. (OLIVEIRA, *op.cit.*, p. 18)

De modo perspicaz, o autor destaca que a influência dos ideais republicanos ecoou no cotidiano das cidades brasileiras e até mesmo na literatura que se produzia na época. Assim, pautando-se em documentos, como textos jornalísticos, atas da Câmara de Vereadores, artigos, poemas, o pesquisador demonstra, por exemplo, que houve propostas de mudanças nas formas de construção das residências na cidade. Nesse sentido, ao comentar a solicitação feita, em 1917, pelo Desembargador Felinto Bastos de que fosse feita uma reforma na igreja Senhor dos Passos (no cento da Cidade) e em casas antigas localizadas também no centro, o autor informa que, em 1907, já havia sido sancionada uma lei municipal que “estipulava uma altura mínima de cinco metros para a construção do pé direito e proibia a caiação em cor branca. Também foi proibida a construção de casas de parede e meia” (OLIVEIRA, *op. cit.* p. 40). Essas mudanças provocaram conflitos, conforme observa Oliveira (2000, p.25):

Em uma cidade construída no interior da Bahia, com sólidas bases rurais, certamente a chegada de tais novidades provocaram conflitos, uma vez que ficaram em choque as duas principais características de Feira de Santana: de um lado o passado rural e do outro o fortíssimo incremento do comércio e o conseqüente desenvolvimento urbano.

O historiador realizou uma rica pesquisa em jornais que circularam em Feira de Santana durante o período focalizado em seu estudo e concluiu que estes funcionaram como instrumento de transformações a favor de um ideário urbano em detrimento do rural, mais, inclusive, do que como um instrumento de divulgação. Em suma, atuaram na formação do imaginário urbano na cidade. Nos jornais consultados, foram encontrados vários discursos que comprovam que o projeto “civilizatório” era uma tônica na pena dos jornalistas, a exemplo do que se tem no trecho seguinte:

ANIMAES SOLTOS

Continúa a vagar pelas ruas da cidade, contra expressa determinação do código de posturas, uma porção considerável de animaes de toda espécie, cuja acção damnha e maléfica ainda em local de numero passado especificamos.

Contra esse grande abuso, clamamos e clamaremos com todas as nossas forças e esperamos que, quando a administração municipal que se finda já não corrija o mal, a administração futura, em quem recaem as esperanças de todos, sane por completo essa falta de comprimento a lei fazendo desaparecer uma macula que ennegrece o alabastro dos nossos créditos de povo civilisado. (Folha do Norte de 17-12-1912. MCS/CENEF apud OLIVEIRA, 2000, p. 42)

Em sua tese de doutoramento, o autor continua a discorrer sobre o conflito rural e urbano em Feira de Santana (OLIVEIRA, 2011). Discute, por exemplo, uma matéria jornalística, datada de 04 de maio de 1929, em que a chamada elite culta feirense manifesta o seu desejo de que a Feira se assemelhasse, cada vez mais, à capital:

Rejubilem-se os caminhões. Carroças na capital só até 31 de dezembro. Uma lei do Conselho Municipal da cidade do Salvador proíbe o tráfego de carroças a partir de 1º de janeiro de 1930. Os pobres muares que subiam o Taboão, o Caminho Novo, a Água Brusca, Montanha, Santa Tereza e outras ladeiras da capital, às vezes sobre desproporcionadas cargas, irão resfolegar do Ano Bom em diante e os carroceiros que vão desde já procurando outra vida; porque, felizmente para eles vão ficar esquecidas suas barbaridades revoltantes, como ficaram olvidadas as dos aguadeiros, que já há muitos anos deram o fora do perímetro urbano da capital. Quando será que também nos veremos livres dos daqui?¹¹⁹

Fazendo uma correlação com a formação da língua falada em Feira de Santana, presume-se que os usos linguísticos característicos dos falares rurais teriam sofrido, até de forma inconsciente, também uma forte campanha no sentido de serem

¹¹⁹ Folha do Norte de 04 /05/1929, número 1033, p.1. MCS/CENEF. In: Oliveira (2011, p. 34-35).

banidos do espaço urbano. Considera-se que nesse contexto sócio-histórico, seriam muito mais “adequados” os falares que mais se aproximassem de usos urbanos/letrados; não cabendo, assim, a expressão da ausência de concordância plural nas formas verbais. Tal questão terá que ser avaliada durante a análise dos resultados do trabalho empírico. São perguntas como esta que se pretende responder: Que regras de concordância terá uma pessoa que internalizou seus padrões linguísticos no período pós-republicano, notadamente, em Feira de Santana, a partir da década de 1930, quando é intensificado o discurso da inferioridade do homem do campo?

Sobre esse aspecto, Clark (1991, p. 110 apud OLIVEIRA, 2000, p. 29) discorre sobre como os padrões de urbanidade difundem-se pelas diferentes espaços da sociedade. O geógrafo defende a tese de que tais padrões se impõem coercitivamente sobre as populações, chegando ao ponto de os traços que remetem a uma tradição rural serem rejeitados:

(...) é conveniente que se explore os efeitos exercidos pela vivência conjunta em vilas e cidades sobre as pessoas (...). De início, essas mudanças estão restritas a, e são experimentadas por aqueles que realmente residem na cidade, mas, com o passar do tempo, são difundidas e adotadas por aqueles que vivem nas áreas rurais, de tal modo que o conjunto da sociedade passa a ser dominado por valores, expectativas e estilos de vida urbana. (...)

Coadunando com esse ponto de vista, o entendimento sobre a realidade sociolinguística feirense sustentado nesta tese é o de que a cidade de Feira de Santana, dada a sua forte atuação na construção do imaginário urbano na redondeza, exerceu e exerce grande influência na configuração linguística de comunidades de fala de cidades próximas, funcionando como um centro de difusão. Assim, no que se refere ao índice de concordância padrão para os dados coletados na zona rural do município de Feira de Santana, espera-se que o mesmo seja inferior aos coletados na zona urbana, contudo, supõe-se que a diferença não seja tão acentuada, como deve ter sido em décadas passadas ou deve ainda ser em falares rurais em municípios menos *urbanizados*. Esse entendimento embasa-se no fato de a comunidade rural investigada nesta tese, a da Matinha, ter moradores que, apesar de morarem na zona rural, mantêm frequentes

contatos com a “cidade” (algo que pode gerar influências múltiplas, tanto o rural no urbano quanto o urbano no rural¹²⁰).

A respeito dessa complexa situação de Feira de Santana-Ba, Almeida (2005), no estudo já citado neste capítulo, ponderou as possíveis influências na cidade da seguinte forma, destacando o imbricado jogo de relações rural/urbano:

Assim, apesar de ser um médio centro urbano, penso haver em Feira de Santana¹²¹ uma maior integração entre campo e cidade. Na cidade propriamente dita, hipotetizo que, tanto em termos culturais como em termos lingüísticos, haveria muitos traços rurais trazidos por esses migrantes da zona rural do município e das ‘pequenas cidades rurais’ da região. Esses traços que não seriam mais simplesmente rurais, mas ‘rurais /urbanos’, (cf. Bortoni-Ricardo), pois sofreram transformações quando da integralização com o urbano. Esse fato se daria principalmente nas zonas suburbanas, nas quais há toda uma cultura do rural, como, por exemplo, a criação de galinhas, o plantio de pequenas hortas nos quintais, o uso generalizado de chás para curar doenças, a existência da figura da rezadeira, sendo os quintais cheios de ‘memórias do campo’. Já na zona rural do município, bastante integralizada com a zona urbana, encontra-se, além, claro, de marcas da vida urbana, como eletrodomésticos sofisticados quando a condição financeira o permite, culto às festas da cidade, por parte dos jovens, como a micareta e o carnaval, toda uma atitude urbana (por parte dos jovens e alguns de meia idade) que se percebe através das roupas, do jeito de falar e se portar, apesar de existirem grupos que estão trabalhando para preservação da cultura do homem da roça, como é o caso do grupo Quixabeira. Além disso, também por parte dos jovens, parece existir uma atitude mais cuidadosa com a fala como se quisessem, intuitivamente, tê-la legitimada como urbana, fazendo um esforço que resulta em um número menor de características que são conhecidas como próprias de falares do campo. Assim, se de alguma forma o lingüístico reflete o social, penso que tais fatos possam ser indícios que a variedade urbana popular feirense tem muito do rural e vice-versa.

Terminando esta seção, focaliza-se uma questão que muito se relaciona com o processo de urbanização em Feira de Santana (quer seja como causa, quer como consequência). Trata-se do elevado crescimento populacional no município, ocorrido devido à migração para a sua sede de um grande contingente de pessoas oriundas de

¹²⁰ Em vista da alta valorização do *modus vivendis* urbano, nos dias atuais, julga-se que é mais forte a influência do falar urbano no rural, embora o contrário não deva ser descartado.

¹²¹ Neste local do trecho, a autora (ALMEIDA, 2005) inseriu a seguinte nota: “A situação de Feira de Santana é bastante complexa, como tentei mostrar em um trabalho apresentado no seminário ‘Parlendas do Vasto Sertão, na UEFS, 2001. Apesar de todos os processos de urbanização ocorridos no município, fica a impressão de que seus dialetos rurais já não são tão arcaizantes e simplificados, apesar de todo o município conservar algumas características ruralizantes, mesmo em sua zona urbana. É bom deixar claro que nos dialetos rurais baianos não são encontrados alguns fenômenos que são encontrados no dialeto caipira, por exemplo”.

diversas cidades do interior e de regiões rurais, gerando sérios conflitos na cena urbana do Município, à medida que os novos moradores penetravam no “endeusado” espaço urbano. Como teriam reagido “feirenses da gema” em relação aos migrantes? De antemão, responde-se que, diante da forma como se instaurou a conjuntura urbana em Feira, certamente, os vaqueiros, os roceiros, não mais seriam tolerados na “Princesa do Sertão”, que,urgia que fosse vista como a “Petrópolis Baiana”. Nesse sentido, ainda mais preconceito e discriminação sofreriam os “nortistas”, como eram chamados os migrantes que advinham de outros estados do Nordeste. Sobre isso, transcreve-se o trecho seguinte, extraído de um texto escrito por um importante promotor e jornalista, no mais antigo periódico em circulação em Feira de Santana, o *Jornal Folha do Norte* :

Meu caro Aloísio

(...) a população sofreu uma extraordinária mudança.

Há nortistas e nortistas com todos os sotaques e todas as peixeiras.

Este é o alvorecer da segunda metade do século na província com o pernosticismo da capital.

(1951 – Hugo Navarro)¹²²

Como já observou Oliveira (2000, p. 11), os eventuais confrontos criminais que houvesse na cidade, teriam que ser creditados às pessoas que vinham de fora, sem um passado local que servisse como referência. Assim, sem dúvida, a presença dos migrantes funcionou como uma ameaça ao sucesso do projeto de tornar *Feira* uma “Princesa”, que deveria ficar atrás apenas da rainha *Salvador* no que se referia aos padrões concebidos como “civilizados”. Assim, não tardaram de serem ouvidas na cidade vozes saudosistas, reclamando a preservação de valores mais genuinamente feirenses. A título de ilustração, cita-se o caso do renomado jurista Felinto Bastos, que, no século XIX, atribuiu a crise da fé na cidade à presença de comerciantes “de fora” (que deixavam de ir às missas em dias de feira).

O trecho seguinte proporciona também a se perceber o quanto que era ameaçador aos feirenses a vinda de tantos “nortistas” à cidade:

O crime de domingo último. Domingo p. passado um bárbaro crime de morte abalou a cidade logo às primeiras horas da noite. O comerciante Valmir Borborema, paraibano, de 32 anos de idade e aqui domiciliado há cerca de dois anos, matou um individuo em Campina

¹²² Apud Almeida (2005, p. 78)

Grande, sendo preso, julgado e condenado, evadindo-se da cadeia para vir fixar residência nesta cidade, como ultimamente vem fazendo os ladrões e assassinos acossados pela polícia dos Estados do Norte (...).¹²³

E, como assinala Oliveira (2011, p. 27), a nota jornalística, não causaria tanto impacto se não ocupasse o lugar que ocupava na cena cultural da cidade:

O discurso do medo não faria sentido se não fosse socializado, se não circulasse nas mais variadas camadas da população, ganhando uma economia própria, ativando sentimentos de rejeição, criando pertencimentos.

A notícia seguinte levantada por Oliveira (2011) também serve para discutir a questão do rural *versus* urbano em Feira de Santana:

Festa típica caipira¹²⁴

O Sr. Terêncio Barros Velozo, funcionário do Banco do Brasil na Agência do Rio de Janeiro, adido ao quadro da Agência desta cidade, aproveitando a passagem de data em que se completaram 10 anos de casado, serviu-se da oportunidade para se despedir de seus colegas e amigos mais íntimos, oferecendo-lhes deliciosa festa caipira, sábado último, em virtude de se ter esgotado o prazo de sua adição e se achar próxima a sua partida para a Capital Federal. Na residência do Sr. Delorisano Bastos, contador da filial do referido Banco, nesta cidade, onde o Sr. Velozo e sua exma. família se acham hospedados, foi organizada, em um dos compartimentos, artística PAIOÇA, rigorosamente ornamentada, como é de praxe se fazerem nas festanças da roça. Ao som de bem ensaiada orquestra a cargo do Professor Estevam Moura, com o concurso de Sinhô Pinto (absoluto da sanfona), Rubino Borges e Arlindo Santos, tiveram início as danças, em um ambiente de grande entusiasmo, sempre crescente. Foram cantados desafios à viola, várias toadas sertanejas, “cateretês”, “emboladas”, e canções outras, próprias do momento. Dirigida e ensaiada pelos técnicos Srs. Geminiano Ramos Lima e Arthur Froés da Motta, a QUADRILHA- verdadeira tradição dos costumes da nossa gente-, ressurgiu vitoriosa, desafiando com seu ritmo elegante e singeleza da sua forma, ou loucos fox-trots, rumbas, e tantas outras danças importadas e extravagantes, que tanto têm contribuído para o aniquilamento da arte coreográfica entre nós. O Sr. e Sra. Álvaro Rocha - Libóro e Grigora -; Sr. e Sra. Delorisano Bastos - Nerecio e Honóra-; Sr. e Sra. Terêncio Velozo - Fulôrenço e Esculastra - Sr. e Sra. Celso de Carvalho - Felipe e Cilira - ; Sr. e Sra. José Mello Messias - Janjão e Fulo-; Jurandir Dias dos Santos - Cazuzo e Felismina -; Sr. e Sra. José Joaquim Ferreira - Procopi e Bastiana -; Sr. e Sra. Arthur Froés da Motta - Ciariáco e Genuveva -. Foram oradores oficiais Felipe Bartaza que fez uma “Alovação” ao distinto casal, produzindo alentado discurso; Nerecio, que fez, com muita graça, em versos caipiras de sua lavra, a descrição do primeiro encontro e a vida dos festejados; Bastiana que fez a entrega de custoso mimo, em nome das Senhoras dos colegas de Fulôrenço. A originalidade ambiente esta fartamente documentada nas chapas que foram batidas ao magnésio, pelo hábil fotógrafo Naftalino Vieira (...).

¹²³ Jornal Folha do Norte de 20 ago. de 1949, número 2091, p.4. MCS/CENEF. In: Oliveira, 2011, p. 27.

¹²⁴ Folha do Norte de 08/10/1938, número 1526, p.4. MCS/CENEF.

A interpretação feita pelo historiador que encontrou o documento foi no sentido de mostrar o quanto pessoas cultas/ urbanas colocam-se distantes de um mundo popular/rural. Isso mesmo, em 1938, período em que, conforme foi discutido neste capítulo e no anterior, havia fortes tradições rurais no Brasil e, sobretudo, em Feira de Santana, com um passado eminentemente rural/ sertaneja:

Realizada fora do período junino, provocada por motivos alheios às realizações de colheita e demandada por agentes históricos cujas vidas eram desenvolvidas em ambientes e trabalhos típicos do meio urbano, o festejo, ao que parece, estava mais para paródia do que para tradição. (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 102-103)

Nesse sentido, considerando-se as questões que vêm sendo discutidas neste capítulo, principalmente acerca das múltiplas influências na configuração linguístico-cultural do município – que tornaram os limites entre o rural e o urbano, cada vez mais, tênues –, sobressai a importância da descrição dos padrões de concordância verbal no português falado em Feira de Santana, notadamente por ser esse fenômeno um estereótipo sociolinguístico nas variedades urbanas. Como será que, no século XXI, encontram-se entrelaçadas os padrões urbanos e rurais na cidade? Como estão configuradas as normas culta e popular? Constituem-se normas estanques ou já se observam um contínuo, com aproximações? Qual é a identidade linguística da fala feirense? Estas são questões a que se espera responder com os resultados da análise dos dados de fala. Por ora, ilustra-se a característica “acolhedora” do município com o depoimento dado por um dos entrevistados da amostra pesquisada (um homem da faixa 1, com 35 anos, feirense e filho também de feirenses), no qual é perpetuada a boa receptividade dos feirenses para com os migrantes, o que, na sua opinião, é diferente do que ocorre em outros municípios baianos:

“Esses local quando a gente chega assim, não é bem chegado, não é bem vindo, né? Então o povo não olha bem assim, não lhe agasalha como Feira de Santana assim. Se você chegar e não tiver lugar pá ficar sempre tem um lugarzinho assim, o pessoal nem conhece, mas consegue assim uma dormida pá dá um dia, qualquer coisa. E lá não é assim, né? Qualquer coisa tá muito bom, mas é aquela coisa assim: Bom dia! Boa tarde! E fechando suas portas parecendo até que é vagabundo né? Feira de Santana não! É aquela coisa, né? Não é abrir as portas pá todo mundo, né? Mas quem chega tombém é bem acolhido em Feira de Santana”.

3.5 QUESTÕES SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO EM FEIRA DE SANTANA: PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA-CULTURAL

Atualmente, a cidade de Feira de Santana abriga um largo contingente de instâncias educativas. Possui diversas escolas de educação infantil, de nível fundamental e médio, além de instituições de ensino superior. A Educação Básica é disponível à população pelo sistema privado, municipal e estadual, enquanto o superior fica a cargo de faculdades particulares e uma pública estadual. Desde 2013, há também uma universidade federal na cidade (a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB).

Observa-se, na cidade, um grande interesse por parte da população em instruir-se, algo que pode ser observado pelo número de pessoas já adultas que têm voltado a estudar, seja para concluir um curso superior, seja o ensino fundamental e/ou médio.

Os estudos sobre a história da educação no município, contudo, demonstram que essa não é a realidade que se tinha em tempos pretéritos. Poppino (1968, p. 14), por exemplo, afirma que, no ano de 1950, apenas um pouco mais de 10% da população do município votava nas eleições municipais devido ao grande índice de analfabetismo que imperava na região, além da apatia geral da população em relação à política. Ressalta-se que essa realidade era de se esperar para um município com fortes raízes rurais, em que os lavradores, geralmente, não permitiam que seus filhos deixassem a roça para ir à escola. Além disso, é o próprio autor citado acima que informa que nunca houve por parte dos políticos locais maior preocupação em manter escolas no campo e criar leis que obrigassem a instrução da sua população, salvo o que passou a ocorrer após o maior crescimento comercial e industrial, no período pós 1950, quando os governos estadual e municipal entenderam que se necessitaria de pessoas escolarizadas para trabalharem nesses ramos da economia. No geral, contudo, pode-se afirmar que, até a década de 1980, ainda se tinha um grande número de crianças e adultos analfabetos no município, embora a cidade “gozasse de facilidades educacionais superiores às de qualquer outro município do interior da Bahia.” (POPPINO, 1968, p. 15)¹²⁵

¹²⁵ Nesse sentido, atende-se para a situação de influências múltiplas de “baixo para cima” e “de cima para baixo” que ocorreram no município, haja vista que a cidade continuou a ser um ponto de múltiplos contatos, pelo fato de ter recebido muitas pessoas que vinham de distritos, cidades vizinhas e da zona rural, onde havia um sistema de ensino ainda mais incipiente.

A situação do século XIX, no que tange à educação no município, era bastante precária e destoante do que pregava a Constituição de 1834 (o direito à educação primária), pois, até 1860, apenas havia duas escolas de instrução primária públicas no município e não havia escolas de educação secundária na comarca de Feira de Santana até 1853. Não obstante essa precariedade, como informa Poppino (*ibid*, p. 106), a posição de Feira de Santana era mais adequada do que a que se tinha na maioria das comarcas do interior da Província no ano de 1860: “os 370 estudantes na comarca representavam quase 10% de todos os estudantes matriculados nas escolas fora da Capital”.

Assim, semelhantemente ao que se expôs no capítulo anterior sobre a implementação de políticas públicas em relação à educação no Brasil, em Feira de Santana houve esforços para a construção de uma sociedade escolarizada a partir do período republicano. Para Oliveira (2000, p. 54), já no final do século XIX, a elite feirense movia ações “para superar aquilo que eles chamavam de atraso cultural da região [...]”. Esse historiador cita, inclusive, um texto enviado pelo intendente ao Conselho Municipal em 1923, que reclamava a criação de escolas rurais, ficando clara a ideia de que a educação seria uma forma de tirar a população “das amarras da ignorância”. A propósito, vale destacar que, na virada do século XIX para o XX, a maioria da população baiana era analfabeta, onde

um expressivo contingente populacional era descendente de escravos e lutava com extrema dificuldade pela sobrevivência, numa economia em franca estagnação e com perda de representatividade no cenário econômico e político nacional, que, nessa época, passava pela consolidação do pólo hegemônico no Sudeste, com a economia cafeeira. (SOUSA, 2001, p.36)

Nesse âmbito, merece destaque a iniciativa da criação da Escola Normal em Feira de Santana. Fundada no ano de 1927¹²⁶, a qual foi tema de reivindicações constantes nos jornais do início do século XX, segundo identificou Oliveira (*ibidem*). A ideia básica da época era a de que, com a criação de uma escola de formação de professores no município, finalmente, os seus habitantes poderiam ser majoritariamente alfabetizados.

¹²⁶ Houve mudanças no nome dessa escola: Escola Normal de Feira de Santana (1927), Escola Normal Rural de Feira de Santana (1935) e, novamente, Escola Normal de Feira de Santana (1941). No ano de 1962, com uma lei promulgada pelo então governador Juracy Magalhães, a Escola Normal passou a ser denominada de Instituto de Educação Gastão Guimarães e muda-se de prédio.

Sobre o impacto da criação da Escola Normal em Feira de Santana, Sousa (2001) realizou profundo estudo, focalizando o período de 1925 a 1945. Observa-se em seu texto que houve, de fato, uma preocupação em construir uma nação brasileira sobreposta ao real e transformá-la com “as luzes da educação”. Merece especial destaque a leitura do capítulo 3 da sua obra, intitulado “Luz do saber aos sertões”, em que a autora analisou a possibilidade de a Escola Normal ter sido disseminadora de educação pelo sertão. Para tanto, pesquisou discursos referentes à sua fundação, bem como investigou os destinos das normalistas ao se formarem, ou seja, para onde e se iam lecionar? Para Sousa (op. cit, p. 33), durante as décadas de 1920 e 1930, a sociedade brasileira “foi alvo de uma contundente intervenção por parte de setores intelectuais médios, tanto no discurso quanto nas ações e práticas, no intuito de modificar seus modos de vida e costumes no então presente [...]”. O trecho seguinte, extraído da obra da autora demonstra a importância da cidade de Feira de Santana como polo educacional e a preocupação por parte da elite da época de banir as marcas da ruralidade:

A inauguração da Escola Normal de Feira de Sant’Anna

A Feira culta deixou-se polarizar por intenso jubilo vendo traduzida para a realidade uma de suas lídimas aspirações – o instituto de ensino normal, aparelhamento indispensável a derrama de educadores, de tanto havemos mister para a *alfabetização das populações ruraes de que a urbs se viu a tornar centro e núcleo de irradiação intellectual*. (Folha do Norte, 4/6/1927). In: Sousa (op. cit. p. 66).

Como se percebe com a leitura do trecho, era uma tônica o desejo de apagar as marcas da ruralidade na região, de maneira que a Escola Normal em Feira de Santana tinha, de certa forma, “a missão” de preparar professores(as) para atuarem na zona rural, embora com currículo estruturado de forma mais curta. Ressalta que mesmo com um currículo mais simplificado, esses normalistas teriam uma melhor formação, pois era muito frequente a existência de professores leigos na zona rural. Observa-se, nesse sentido, que o projeto da Escola Normal em Feira de Santana foi bem sucedido, pois a mesma contava com mais estudantes matriculados em comparação com outras que existiam na Bahia. O trecho seguinte corrobora com essa afirmação:

nossa Escola Normal serve a quarenta e nove localidades sertanejas e à Capital, que lhe manda 187 filhos e filhas aspirantes à profissão de mestres e mestras scientes de que tem de exercer o magistério no interior do Estado” (Folha do Norte, 1930. In. Sousa, 2001, p. 138).

Não obstante o sucesso da cidade de Feira de Santana como centro aglutinador de normalistas, salienta-se que os esforços em “equipar as salas de aula dos sertões com bons profissionais” não logrou êxito por completo, pois como informa Sousa (ibidem), houve muitas reclamações acerca da formação e da atuação dos professores que lecionavam na zona rural, como pode ser visto no trecho seguinte, em que o presidente da Sociedade Agrícola de Alagoinhas reclama da qualidade do ensino prestado por professoras da zona rural, além das suas frequências às aulas:

Mestres há que ganham pouco, mas por falta de um regimen pouco ensinam (...) se é que V. Ex^a deseja prestar bons serviços à Bahia o melhor será dar instrução ao filho do trabalhador rural que não a tem e se vier a tel-a necessário se torna ser fiscalizada, porque o horário atual e o flauteio verificado nas escolas rurais é inútil pensar ou sonhar em um Brasil melhor. (In: SOUSA, op. cit. p. 149)

Ainda no que diz respeito à escolarização da população de Feira de Santana, numa perspectiva histórica, almejou-se, nesta tese, apresentar um quadro em que fosse elencada a contagem da população do município estratificada por nível de escolaridade, tal como fora apresentado no tocante à urbanização (cf. Tabela 9). Contudo, esbarrou-se em dificuldades de encontrar dados demográficos de décadas anteriores ou imediatamente posteriores a 1950, mesmo tendo se recorrido a pesquisas em anuários estatísticos na própria sede do IBGE em Feira de Santana e não apenas feito uma pesquisa virtual (em páginas da internet). De igual modo, não foram encontrados estudos sobre a situação educacional do município nessas décadas. Assim, são expostas, a seguir, as informações a que se teve acesso até o momento.

ANOS	GRAU DOS CURSOS				
	TOTAL	PRÉ ESCOLAR	FUNDAMENTAL	MÉDIO	SUPERIOR
1980	83.683	48.340	18.035	15.492	1.816
1991	119.631	11.333	94.810	10.685	2.803
1996	153.265	18.185	114.540	17.169	3.371
2000	205.741	21.333	137.442	41.143	5.660

Quadro 7: Pessoas de 4 anos ou mais de idade que frequentam escola por grau de cursos no município de Feira de Santana 1980/2000

Fonte: IBGE apud ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE FEIRA DE SANTANA (2012)

Almeida (2012) também investigou a situação educacional de Feira de Santana e, igualmente, esbarrou na dificuldade de encontrar censos demográficos ou estudos sobre essa temática, conforme se constata no seguinte trecho:

Vale ressaltar que encontramos dificuldades com esse período por não termos localizado estudos dedicados a escrever essa história. Partimos, então, para a análise dos censos demográficos. Nesse caso, encontramos ainda dificuldades em relação aos números divulgados pelo IBGE. A contagem, por exemplo, de pessoas com ensino primário completo era realizada a partir da idade de 10 anos. Ora, sabemos que, mesmo hoje em dia, crianças com 10 anos, em sua maioria, não concluíram ainda o antigo primário. (ALMEIDA, 2012, p. 10-11)

Assim, a autora apresenta resultados, mesmo destacando que eles podem não representar fidedignamente a realidade, devido à ressalva exposta acima. A partir deles, por exemplo, encontrou, para a década de 70, um percentual de 49% de indivíduos com o antigo primário completo em Feira de Santana e chama atenção ao fato que, na capital, esses números eram menores, ou seja, 42%. A porcentagem de indivíduos com ensino médio completo é alarmante - apenas 8% das pessoas acima de 17 anos em Feira de Santana e 7% em Salvador. E, assim, conclui: “Se os índices na década de 70 eram tão baixos, o que se poderia imaginar das três primeiras décadas do século?” (ALMEIDA, op. cit, p. 11).

Diante das questões discutidas neste capítulo, especialmente nas duas últimas seções, fica evidente que os dados sócio-históricos feirenses são similares aos vivenciados na sócio-história do PB, arrolados no capítulo anterior. A partir do século XX, os fatos levam a crer que houve uma aproximação dos extremos dialetais brasileiros, em função da “modernização” do país, com a criação de indústrias e de rodovias, com uma maior interação entre as camadas baixas e altas da escala socioeconômica nacional, que podem estar agindo como um centro irradiador linguístico ou, até mesmo, como “homogeneização” de normas, diminuindo o abismo que separava, nitidamente, a fala das pessoas das camadas populares da fala das pessoas das camadas médias e altas. Assim, a pesquisa sociolinguística realizada com este estudo permitirá analisar em que nível se encontra esse entrecruzar-se de normas na área estudada, que se caracteriza, inclusive, por ser um centro de confluência de culturas, dado a sua condição de maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste do Brasil. Os resultados encontrados ajudarão a esclarecer, portanto, se a realidade linguística

brasileira ainda é constituída de dois subsistemas distintos – as normas cultas e as normas populares – ou se está em processo de aproximação desses subsistemas.

3.6 A COMUNIDADE DA MATINHA

A Matinha está localizado a 14 quilômetros da sede do município de Feira de Santana. Como já se expôs anteriormente neste texto, apenas no ano de 2008, tornou-se distrito, pois, antes era um povoado do distrito de Maria Quitéria (antigo São José das Itapororocas). Atualmente, localiza-se na zona rural de Feira de Santana, sendo a sede do distrito de mesmo nome, já que o distrito conta com os povoados Olhos D'Água das Moças, Candéal, Santa Quitéria, Moita da Onça, Vila Menilha, Baixão, Tupi, Alto do Tanque, Tanquinho, Alto do Canudo, Alecrim Miúdo, Jacu, Capoeira do Rosário, Candeia Grossa, Jenipapo e Matinha, a sede do Distrito.¹²⁷ A figura seguinte mostra a localização do distrito:

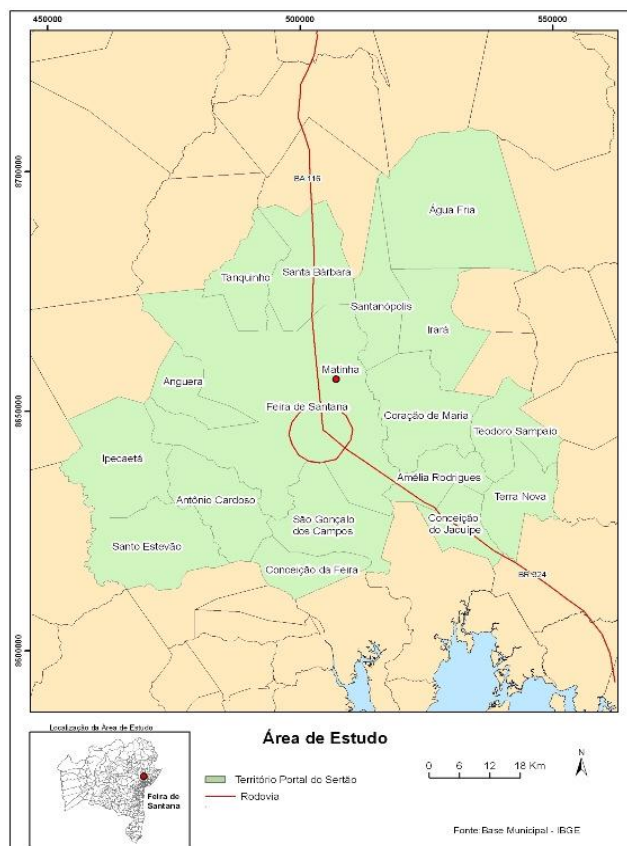


Figura 3: Representação espacial do Distrito da Matinha.
Fonte: IBGE – Base Municipal

¹²⁷ As entrevistas do Projeto *A língua Portuguesa do Semiárido Baiano*, que forneceram os dados analisados nesta tese, foram gravadas nos povoados Olhos d'Água das Moças e Matinha.

Uma primeira observação que deve ser feita acerca da dinâmica sociocultural do distrito é a que já foi feita por Almeida (2005, p.81), isto é, a do limite tênue entre o rural e o urbano nos dias atuais. A autora pronuncia-se acerca do povoado da Matinha da seguinte forma: “Assim, esse povoado mais parece uma área agrícola dentro dessa imensa zona urbana”.

Nesse sentido, cabe salientar que existem, na sede e na zona rural do distrito, escolas de ensino fundamental, postos de saúde, transporte regular que liga ao município sede e um contato muito grande com a cidade, pois os moradores vendem a sua produção agrícola nas feiras de Feira de Santana. Além disso, o distrito encontra-se em um evidente processo de urbanização.

Percebe-se, principalmente na fala de entrevistados jovens, um “conflito” entre o viver urbano e o rural, conforme pode ser visto no trecho seguinte:

A vida é... Fica naquela, né? Naquela dificuldade, você sabe que aqui não tem como você tirar um dinheiro, não tem uma empresa, não tem um... Não tem um meio... um meio de você sobreviver, ter uma vida estável, é naquela né, naquela dificuldade. Você sente falta de tanta coisa que... que num tem. Então é isso, as coisa aqui não é... é assim essa decadência aí, né. Não é brincadeira não. (inf. 1, masc., jovem, curso primário completo).

Indo na mesma linha do que se fez para o município de Feira de Santana nesta tese, ou seja, uma exposição sobre a sócio-história local e regional, convém fazer algumas observações sobre as origens do distrito da Matinha, a fim de se buscar elementos que venham a esclarecer os resultados linguísticos. Algo que se faz a seguir.

As origens da comunidade não é muita precisa. Há estudiosos que a focalizam como de origem quilombola, enquanto outros, como de origem natural, isto é, formado a partir de um agrupamento em torno de uma igreja, algo muito comum na formação de diversos povoados e cidades baianas/brasileiras.

Sé (2009), em seu trabalho monográfico de final de curso de História na UEFS, baseando-se na memória coletiva dos moradores da Matinha, defende que a comunidade é fruto de uma das principais formas de resistência à sociedade escravista no período pós-abolicionista¹²⁸, o aquilobamento. Contudo, para o autor, seria um quilombo no sentido mais amplo (cf. REIS e GOMES, 1996), muito comum no sertão baiano, inclusive; que não o do exclusivamente modelo palmariano. Esses quilombos do

¹²⁸ Para Sé (ibidem), mesmo após a abolição da escravatura, os africanos e afrodescendentes teriam sofrido as consequências de um sistema embasado “numa mentalidade escravista”.

sertão da Bahia teriam sido formados por escravos que escapavam dos engenhos do Recôncavo. Nesse sentido, os pesquisadores que defendem a origem quilombola para a Matinha afirmam que a Fazenda Candéal, extensa propriedade localizada onde hoje é a Matinha, abrigou uma série de escravos fugidios no século XIX. Para esses estudiosos, a fazenda foi, paulatinamente, sendo dividida por seus herdeiros até que uma parte dela, denominada Matinha, deu origem ao Distrito. O nome Matinha faz referência a “Matinha dos Pretos”, a mata onde os escravos teriam se refugiado.

A outra versão para a origem do Distrito faz referência ao cruzeiro erguido na comunidade, por evocação a São Roque, feita por uma antiga moradora da região, a Dona Antônia (ou a Madame da Matinha, como é referenciada por antigos moradores da comunidade), a qual, com muitas posses, ergueu o cruzeiro, para pagar a promessa, no sítio onde seria construída a igreja matriz do Distrito¹²⁹, a rua da Matinha, apresentada abaixo:



Figura 4: Foto de rua da Matinha

Fonte: <http://porsimas.blogspot.com/2010/08/matinha-colbert-na-festa-de-sao-roque.html>

¹²⁹ Para Sé (2009), é a partir do cruzeiro que o povoado passa a ter um núcleo central, que se tornaria mais tarde cenário para os principais acontecimentos sociais da comunidade.

O motivo para a promessa feita pela antiga moradora teria sido o surto que atingia a vizinhança no ano de 1920, a peste bubônica: Se a peste não atingisse a região, o cruzeiro seria erguido. Algo que aconteceu em vista da não incidência da peste na comunidade.

A respeito da polêmica acerca da origem do povoado, esclarece-se que, tomando como ponto de partida a dinâmica de vida atual observada na comunidade, os indícios são muito poucos a favor de um possível núcleo quilombola, pelo menos se pensando no sentido tradicional de núcleo de resistência negra.¹³⁰

Nesse sentido, entende-se, nesta tese, que o distrito da Matinha exemplifica uma comunidade de fala rural não isolada, em que a fala de seus moradores é típica da norma popular brasileira. Entende-se, ainda, que por ser uma comunidade originada numa fase em que a língua portuguesa já estava mais consolidada no espaço brasileiro, as marcas de uma aquisição imperfeita do português, como a que se teve em Helvécia-Ba (cf. BAXTER, LUCCHESI e GUIMARÃES, 1997) são menos perceptíveis.

Assim, acredita-se que deve estar havendo na fala dos moradores da Matinha uma normatização no sentido de aproximar-se dos falares urbanos, como pode ser notado pela extrema valorização que os seus moradores dão aos valores urbanos na comunidade. A respeito disso, cita-se a forma saudosa com que a *Missão Rural* é lembrada por moradores antigos da Matinha. A Missão Rural foi uma iniciativa do governo federal do final da década de 1940, que levou, para algumas comunidades rurais, médicos, assistentes sociais, educadores em geral, os quais ajudaram a transformar o povoado em uma comunidade com maior organização urbana. Remete-se ao depoimento de Dona Joana, dado a Frederico Sé (cf. SÉ, 2009):

Antes da Missão Rural ninguém conhecia nada, antes da Missão Rural ninguém conhecia nada, o povo andava na Feira era que nem uma raposa amarrada chegava ali na pracinha vendia nas barraquinhas debaixo dos pés de árvore e depois voltava com os cestos de balaio na cabeça e a Missão Rural ensinou muitas coisas à gente.

¹³⁰ Até hoje, a Matinha não se autoidentificou enquanto comunidade negra rural quilombola (CNRQ) junto à Fundação Palmares.

3.7 SÍNTESE: CONSIDERAÇÕES PARA UMA SOCIOLINGÜÍSTICA HISTÓRICA DA LÍNGUA FALADA EM FEIRA DE SANTANA-BA

As questões enfocadas neste capítulo visaram a proporcionar um melhor entendimento sobre as características sócio-histórico-culturais da comunidade de fala focalizada nesta pesquisa. Considera-se que, dada às singularidades do município de Feira de Santana (com um acelerado desenvolvimento urbano nas últimas décadas), os resultados da análise empírica irão trazer elementos para melhor se discutir a realidade linguística brasileira neste início do século XXI. Assim, acredita-se que a realidade ostentada com os resultados desta pesquisa funcione como “espelho da realidade sociolinguística brasileira”.

Desse modo, este trabalho surge como uma contribuição a ser dada no desvendamento da realidade linguística brasileira, divulgando não só traços identificadores da estrutura sociolinguística da região de Feira de Santana, como também fornecendo algumas contribuições sobre o processo de formação do PB, a partir de um trabalho comparativo de dados coletados na região de Feira de Santana com outros coletados em outras regiões.

Tem-se consciência de que a concordância verbal número-pessoal já é um tema muito estudado no Brasil. Mas, optou-se, assim mesmo, por investigar esse fenômeno, por se entender que este pode servir para traçar um perfil sociolinguístico da região de Feira de Santana, constituindo-se, assim, em um fundamental instrumento para conduzir o ensino de gramática nas escolas da região, de forma mais condizente com a sua realidade, sendo possível a produção de materiais didáticos mais adequados à realidade linguística feirense.

A escolha do tema decorre do fato de a ausência da concordância verbal ser uma variação linguística sociocultural, o que é essencial para se observar o *continuum* dialetal brasileiro. Será possível com este estudo investigar, então, em que nível desse *continuum* está o falar feirense, quer seja mais próximo dos falares cultos, quer dos populares, traçando-se o perfil da comunidade de fala em estudo.

Nas pesquisas realizadas sobre essa temática, observa-se que, via de regra, quando se analisa a variante popular, centra-se em amostras da variante urbana. Por esta razão, para se realizar a pesquisa aqui projetada, escolheu-se um *corpus* representativo da região de Feira de Santana, em diferentes níveis (norma popular – rural e urbana – e a culta urbana), realizando-se, também, um estudo comparativo a partir da análise de

dados coletados em outras regiões. Portanto, a opção por se trabalhar nessa pesquisa com um *corpus* representativo dos dois polos da realidade sociolinguística brasileira, o culto e o popular, justifica-se por se observar que os estudos linguísticos realizados sobre o assunto anteriormente exposto, geralmente, tomam a língua portuguesa do Brasil sem se atentar para as especificidades sócio-históricas das comunidades de fala que formam a variante brasileira da língua portuguesa.

No próximo capítulo, é apresentada uma revisão acerca do fenômeno linguístico escolhido para se discutir a constituição sócio-histórica feirense: a concordância verbal de número.

CAPÍTULO 4 – O FENÔMENO EM ESTUDO

Já foram discutidas, nesta tese, questões que se julgam fundamentais para a análise das regras de concordância verbal (CV) da comunidade de fala estudada. Inicialmente, conduziu-se a discussão com o propósito de minimizar a posição assumida por muitos estudiosos de que os fatos linguísticos devam ser investigados por meios de aspectos estritamente linguísticos. Assim, no capítulo 1, foi apresentado o contexto em que se formou a teoria sociolinguística, bem como os principais fundamentos dessa teoria. Em seguida, foram abordados aspectos referentes à história social do português brasileiro, tendo sido focalizadas, no capítulo 2, questões gerais sobre o seu processo de formação e, posteriormente, no capítulo 3, outras mais específicas, concernentes à sócio-história do município onde foram coletados os dados para esta pesquisa. Já, neste capítulo, será focalizado o fenômeno linguístico escolhido para consubstanciar a discussão acerca da formação e da caracterização da realidade sociolinguística brasileira atual: as relações de concordância estabelecidas entre o sujeito e o verbo. Ficará evidenciado que o fenômeno escolhido é pertinente para a análise sócio-histórica que se pretendeu realizar com este estudo.

4.1 A CONCORDÂNCIA VERBAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS ESTUDOS SOBRE A FORMAÇÃO E A DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Por se partir da ideia de que o contexto sócio-histórico-cultural do período da transplantação da língua portuguesa para o Brasil foi basilar para imprimir as características que hoje tem o PB, escolheu-se investigar o fenômeno variável que envolve as marcas de concordância de número no verbo. Conforme será comentado adiante, o cancelamento das marcas plural, tanto nos nomes quanto nos verbos, é bastante estudado no Brasil, justamente por ser muito frequente e, também, por identificar o vernáculo brasileiro em oposição a outras variedades da língua portuguesa, especialmente a lusitana.

Nesse sentido, a vernaculidade brasileira é muito bem expressa por meio da não realização das marcas de número nas formas verbais e isso é um forte indício de que os quatro primeiros séculos da história do Brasil, marcados pela presença constante da população de origem africana – acompanhadas de políticas públicas segregatícias e oligárquicas –, foram decisivos para dar origem às principais características do PB.

Ressalta-se que historicamente as principais vítimas do sistema social excludente brasileiro foram os africanos e afro-descendentes (como se demonstrou nas seções 2.2 e 2.3) e são, exatamente, com informantes mais relacionados a esse contingente populacional que são encontrados os maiores índices percentuais da variante zero nos verbos, além de uma variação bem estruturada, atingindo maiores contextos linguísticos. Assim, o uso variável na morfologia flexional dos verbos incide sobre um campo bastante frutífero para a investigação variacionista e para o escrutínio da história sociolinguística brasileira. Nesta seção, são feitas considerações destacando os resultados de pesquisas já realizadas que são aplicáveis a esse segundo tipo de abordagem.

Para começar, salienta-se a discrepância entre o amplo e estruturado quadro de variação que se observa na concordância verbal no português brasileiro em relação ao que se observa no português europeu. Nesse sentido, Isabel Monguilhott é autora de importante estudo contrastivo sobre a CV com a terceira pessoa do plural (P6) com dados sincrônicos e diacrônicos no que tange a essas duas variedades do português. Em sua tese de doutorado, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (cf. MONGUILHOTT, 2009), a pesquisadora utilizou como *corpora* dados selecionados em trinta e duas entrevistas do tipo diálogo entre informante e documentador (DID), sendo dezesseis realizadas em Florianópolis e as outras dezesseis em Lisboa. Isso para a análise sincrônica; já, para a diacrônica, utilizou dez peças de teatro do século XIX e dezoito do século XX, sendo a metade escrita por autores catarinenses e a outra metade por autores portugueses.

A análise diacrônica focou a transição do português, nas duas variedades, na passagem do século XIX para o século XX. A pesquisadora encontrou poucos dados de ausência de marcas de plural, de modo que não pôde realizar uma análise sociolinguística com pesos relativos. Apesar dessa limitação, encontrou um aumento do uso variável no século XX em ambas as amostras. Os seus resultados indicaram que, no século XIX, deveria haver um sistema com concordância obrigatória com sujeito posposto tanto para o PB como para o PE. A explicação para tal fato pautou-se no estudo de Coelho, Monguilhott e Martins (2008), que demonstra que, nos anos de 1800, havia mais possibilidades de posposição, devido à ordem SV estar menos enrijecida na língua portuguesa, o que favorecia o reconhecimento da categoria de sujeito.

No tocante à pesquisa sincrônica – que mais diretamente se relaciona ao objeto de estudo desta tese –, a autora utilizou o arcabouço teórico-metodológico da

Sociolinguística Variacionista e da Dialektologia Pluridimensional, tendo encontrado os seguintes resultados:

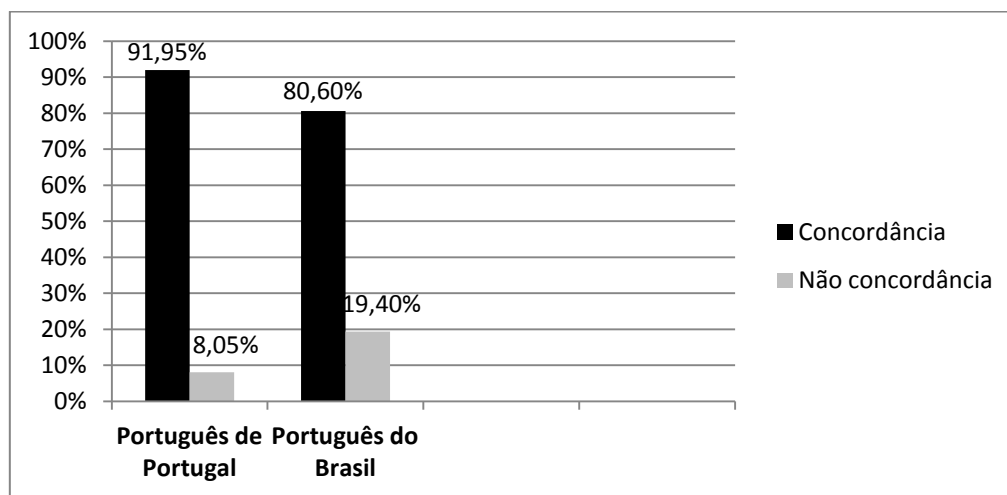


Gráfico 1: Distribuição geral dos resultados de Monguilhott (2009)

Como ilustram os gráficos, há, nas duas variedades do português, o predomínio da aplicação da regra de concordância padrão¹³¹. Por outro lado, é preciso ressaltar a observação já feita por alguns sociolinguistas, entre os quais Scherre e Naro (2003, p. 153), de que os números, por si só, são insuficientes para a compreensão dos fatos linguísticos variáveis, sendo imprescindível a interpretação qualitativa dos mesmos. Dessa forma, são feitas, a seguir, algumas considerações acerca dos resultados encontrados por Monguilhott (*op. cit.*).

Primeiramente, chamam atenção as conclusões da autora para a variação no PE. As ocorrências de não aplicação da regra padrão de concordância na fala, que contabilizaram 8,0%¹³² dos dados com sujeitos de terceira pessoa do plural, estão muito relacionadas ao contexto de posposição do sujeito, conforme fica subtendido no trecho:

Dentre as variáveis, o Programa Goldvarb (2001) selecionou, por ordem de relevância: traço humano no sujeito, posição do sujeito em relação ao verbo e tipo de verbo. As variáveis saliência fônica,

¹³¹ A escolaridade de seus informantes ia desde o ensino fundamental incompleto até o superior completo. Portanto, esses resultados refletem realidades diferentes de outros estudos que privilegiam ora falantes do português popular rural e/ou *rurbano* ora do culto, em que, no primeiro tipo de norma, encontram-se percentuais bem mais baixos de aplicação da regra padrão de marcação de plural.

¹³² Dos 807 dados investigados, 742 foram com marcas de concordância explícita e 65 com a variante zero.

paralelismo formal e tipo de sujeito não foram selecionadas (MONGUILHOTT, 2009, p. 144).¹³³

Cabe destacar a estrutura diferenciada da variação nas duas variedades, pois, conforme será apresentado adiante, a quase totalidade dos estudos realizados sobre a concordância verbal com P6 no PB, desde o trabalho precursor de Lemle e Naro (1977), mostra a importância das variáveis saliência fônica e paralelismo formal.¹³⁴ Inclusive, no próprio trabalho de Monguilhott, esse resultado foi encontrado, quando se trata de dados do PB, conforme se depreende do trecho seguinte:

Considerando todas as variáveis controladas, o Programa Goldvarb (2001) estabeleceu a seguinte ordem de relevância: saliência fônica, paralelismo formal, posição do sujeito em relação ao verbo, idade/escolaridade, traço humano do sujeito e diatopia (MONGUILHOTT, 2009, p. 116).

Nesse sentido, é importante comentar também os trabalhos realizados pelas pesquisadoras Ernestina Carrilho e Filomena Varejão, que utilizaram dados do português europeu. Carrilho (2003) investigou a CV de terceira pessoa do plural, adotando a vertente formalista dos estudos linguísticos e considerando dados do projeto *Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe* (CORDIAL-SIN), tendo encontrado na posposição do sujeito uma forte motivação para o não uso das marcas de número nos verbos. Mais do que isso, a autora salientou que a não marcação de concordância no verbo com sujeito posposto “ocorre apenas em construções com predicados verbais que

¹³³ Os fatores que favorecem a concordância no PE foram: [+humano], SN anteposto e verbo intransitivo prototípico. Já os que a desfavoreceram foram o traço [- humano], SN posposto e intransitivo não-prototípico, verbo inacusativo não-prototípico e verbo cópula. Frisa-se que todos os fatores que desfavoreceram a CV no PE relacionam-se ao contexto de posposição do sujeito, uma vez que a inacusatividade ocorre mais com sujeito inanimado e posposto (COELHO, 2000) e a posposição relaciona-se ao tipo de verbo (ZILES, 2000). Quanto aos fatores sociais, os fatores **jovem/ensino superior** (.61) e **velho/ensino superior** (.59) foram selecionados como favorecedores da aplicação da concordância, o que indica que o fenômeno se relaciona com a escolaridade e não com a faixa etária ou uma projeção histórica da variável. Ressalta-se que o fator **velho/ensino fundamental** apresentou peso .49, enquanto **jovem/ ensino fundamental**, .30. “No que se refere aos resultados dos grupos de fatores extralinguísticos, geográficos e sociais, aqui apresentados, constatamos que, na nossa amostra do PE, os informantes com as seguintes características mostraram maior favorecimento da marcação da concordância verbal de terceira pessoa do plural: *jovens com ensino superior, do sexo feminino, pertencentes a redes sociais bem integradas e com muita mobilidade, moradores/nativos da Região Central, pertencentes à zona urbana*” [grifos nossos] (MONGUILHOT, 2009, p. 167).

¹³⁴ Ressalta-se que Guy (1981, 1989) expõe que o que ocorre no PB – o apagamento de marcas de número nos verbos, principalmente em contextos menos salientes e com a presença mais nas formas em que a distintividade entre formas de P3 e de P6 é maior – é o que se espera em casos de descrioulização. Já quanto ao paralelismo formal, há estudos que mostram a atuação do *Princípio da Coesão Estrutural*, o qual, em linhas gerais, está relacionado ao processo de coocorrência de gramáticas no processo de descrioulização (LUCCHESI, 2000), enquanto outros defendem a repetição mecânica de formas (SCHERRE, 1998, p. 42).

não selecionam argumento externo referencial, em casos de construções com verbo inacusativo e construções predicativas”, conforme informa Monguilhot (*op. cit.*, p. 35).

Varejão (2006) investigou o fenômeno da concordância verbal de terceira pessoa do plural, também com dados do CORDIAL-SIN, porém numa perspectiva variacionista. Dos 2520 dados investigados, 223 (8,85%)¹³⁵ não apresentaram marcas de concordância. A análise mostrou que a posição do sujeito em relação ao verbo e as formas verbais menos salientes são os mais significados para o desfavorecimento da marcação da concordância. A autora cita ainda os resultados da pesquisa realizada por Peres e Mória (1995) acerca da variação na concordância verbal de número em textos escritos contemporâneos no português europeu. Esses autores encontraram, basicamente, a ausência de marcas de concordância em “pontos críticos”, a exemplo de construções com sujeito pronominal *que/quem* e formado por expressões partitivas, a exemplo de “a maioria dos” e “*nenhum dos + nome plural*”, ou ainda, sujeito acompanhado pela preposição *com*.

Indo na direção dos mesmos resultados acima comentados, ou seja, para aqueles que apontam variação na CV como um fenômeno esporádico no PE, a pesquisa realizada por Gandra (2009), já citada na seção 2.1.2 desta tese, demonstra que de 904 ocorrências de verbos com sujeito referencial de terceira pessoa do plural, coletadas na fala de informantes analfabetos ou com baixa escolaridade – também com dados do mesmo projeto português –, apenas 32 ocorrências (3,5%) são da variante zero. A autora ainda ressalta que, dessas, 14 orações possuem sujeito posposto, quase todas com estruturas predicativas ou verbos inacusativos. Assim, retirados esses casos de posposição, os casos de cancelamento de marcas da CV estariam no percentual de 1,96%.

Os dados do CORDIAL-SIN também serviram para a investigação realizada por Araujo (2010a, 2011a, 2012), só que para pesquisas sobre a concordância verbal com a primeira pessoa do Plural (P4). Para essa pessoa gramatical¹³⁶, foi encontrada apenas uma única ocorrência de caso de ausência de marcas de plural (de um total de

¹³⁵ Percentual muito destoante do que ocorre na fala popular brasileira. Os resultados de Varejão (2006) estão mais próximos do que ocorre na fala culta brasileira, conforme revela o estudo de Graciosa (1991, p.57), que, tomando por base dados de informantes cultos cariocas, encontrou um percentual de apagamento de marcas de número no verbo na ordem de 5%.

¹³⁶ Depois, discute-se o caráter mais estigmatizante da ausência de marcas CV em P4, mais do que em P6.

128 dados), contabilizando 0,8% ¹³⁷. Ressalta-se, contudo, que a aplicação da concordância pode ser vista como categórica, não apenas pelo índice de aplicação que se aproxima dos 100%, mas também pelo fato de o exemplo encontrado ser considerado caso de concordância facultativa, até mesmo, pela tradição gramatical: *sujeito composto em posição pós-verbal*. Os resultados de concordância verbal com P4 foram comparados com dados do PB, cujas características sócio-culturais dos informantes são equivalentes as dos informantes europeus ¹³⁸, sendo o índice de ausência de marcas explícitas de CV encontrado de 40,9%. Julga-se que o percentual só não foi maior em face da alta frequência do uso da forma pronominal *a gente* com formas verbais não marcadas na amostra brasileira, principalmente entre os informantes mais jovens, **sendo que esses dados não foram computados**. Apresenta-se, a seguir, um gráfico com os resultados:

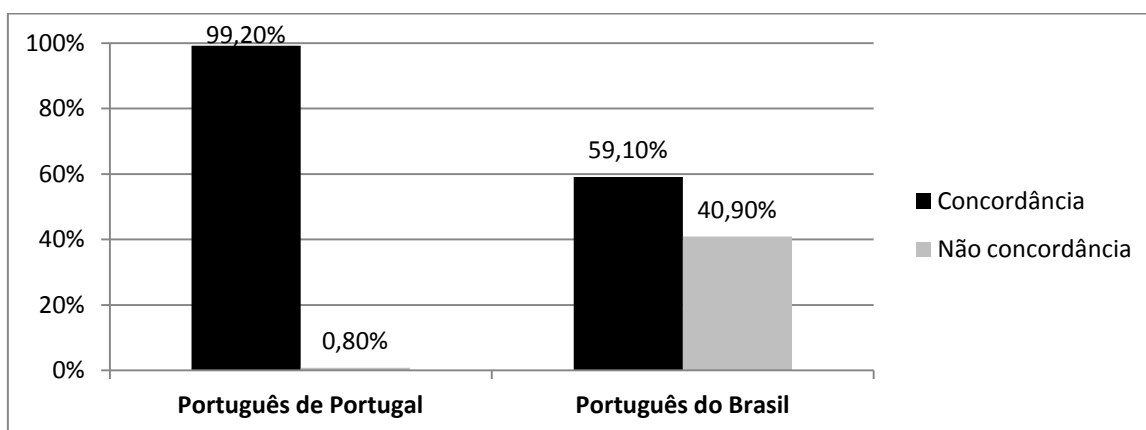


Gráfico 2: Distribuição geral dos resultados de Araujo (2010a, 2011a)

Dessa forma, entende-se que a variação na morfologia flexional de número no PB é uma particularidade da gramática brasileira, ao contrário do que ocorre no PE, em que a variação pode ser considerada um fenômeno marginal. São, pois, duas gramáticas distintas. Nesse sentido, conforme o que será comentado ainda nesta tese, os resultados da variação com a fala popular europeia estão muito mais próximos do que ocorre na fala culta brasileira, já que esta se aproxima da norma padrão, que, por sua vez, está em maior consonância com a variedade lusitana da língua portuguesa.

¹³⁷ A ocorrência encontrada foi “*ERA eu e o meu marido; fiz isso muitos anos.*”. Trata-se de uma resposta dada por uma mulher da faixa mais alta quando indagada pelo inquiridor sobre quem trabalhava na fabricação dos tecidos (Inq: E eram os homens que faziam?).

¹³⁸ Doze informantes, com pouca ou nenhuma escolarização, residentes na zona rural do município de Feira de Santana-Ba. Acervo do Projeto “A língua portuguesa do semiárido baiano – fase 3”.

Assim, algumas considerações sobre como se expressava a solidariedade entre o núcleo do sujeito e o verbo no que diz respeito à categoria gramatical de número no português antes do século XVI, são importantes para se asseverar uma continuidade ou inovação do PB. Segue-se, pois, a recomendação feita por Mattos e Silva (1998, p. 167) de que é necessário “uma volta pelo passado remoto do português, tanto europeu como brasileiro, para verificar se dele se pode depreender informação histórica que possa fornecer elementos para melhor explicitar a realidade atual”.

Investigações em textos portugueses anteriores à normatização linguística têm mostrado a falta *ocasional* da concordância entre o sujeito e o verbo. Segundo Souza (2004, p.03), o primeiro a documentar a variação na concordância verbal durante o período arcaico foi Huber (1986[1933]), que mostrou o caráter categórico da regra, embora tenha apresentado exemplos em que não havia aplicação da regra prevista, atribuindo para tal fato, explicações semânticas e sintáticas, como a concordância semântica e a posposição do sujeito.

O estudo de Mattos e Silva (1989) sobre a versão trecentista dos *Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório* também aponta para a tendência geral para aplicação da regra de concordância no período arcaico da língua portuguesa. A pesquisadora demonstra a interferência semântica como favorável para a não presença das marcas formais de concordância, a exemplo do que ocorre quando há sujeitos coletivos, e variáveis sintáticas, como a distância do sujeito em relação ao verbo e a posposição.

Silva (2005) destaca a importância da concordância semântica para o cancelamento da regra de concordância padrão. Recuando mais na história, informa que, no latim arcaico, a concordância embora se baseasse num forte sistema de casos em que o sujeito geralmente levava o verbo para o plural ou para o singular, apresentava a tendência da concordância pelo sentido, tornando-se rara essa tendência no período clássico. O autor cita o exemplo extraído em Lívio (59 a.C. – 19 d. C.), um homem culto, com base em Bourciez (1956, p. 104): “Cetera multitudo frequenti agmine **petunt** Thessaliam”.

Observa-se, portanto, uma convergência das pesquisas, pois os estudos consultados assinalam que havia uma solidariedade morfossintática entre o verbo e o sujeito das orações em períodos pretéritos da língua portuguesa. Nesse sentido, Souza (2005), ao investigar também a variação na concordância verbal de número referente à

P6, utilizando, por sua vez, documentos notariais¹³⁹, analisou 886 ocorrências, encontrando 872 (98,4%) com marcas explícitas de plural e 14 (1,6%) sem marcas formais. O autor atribui o baixo índice da variante zero ao tipo de texto, “carregada de fórmulas e construções cristalizadas” (p.03). Salienta, contudo, que a ocorrência dessa variante está associada aos seguintes contextos: (i) de casos facultativos da regra geral da concordância segundo a prescrição gramatical; (ii) de sujeito referencial expresso, já que foram encontradas apenas duas ocorrências com ausência de marcas explícitas no verbo com sujeito nulo; (iii) de menor saliência fônica, no que se refere à oposição singular/plural. Assim sendo, os contextos apontam para a excepcionalidade do uso da variante zero no português arcaico.

Naro e Scherre (2007, p.58), por sua vez, ao investigarem a concordância verbal em oito textos pré-clássicos editados por diferentes autores, encontraram ocorrências em que a concordância com P6 é “relativamente” variável:

[...] encontramos mais de 200 ocorrências de formas verbais de terceira pessoa singular em ambientes em que a norma exigiria obrigatoriamente formas plurais de terceira pessoa. A proporção de dados sem concordância varia um pouco de texto para texto, mas normalmente é menos do que 1%. Na versão portuguesa da *Demanda do Santo Graal*, por exemplo, há cerca de 20 dados sem concordância e 4.700 dados com concordância, de tal forma que a falta de concordância neste texto é de aproximadamente 0,4%.

Os autores destacam que, dos 235 dados com ausência de marcas de concordância, a maioria ocorrem em contexto de posposição de sujeito inanimado e de separação do verbo por muitas sílabas de material interveniente. Apesar dos resultados das frequências brutas, eles asseveram que os pesos relativos calculados levam a sustentar que os fatores sistematizadores da CV no português medieval são os mesmos que controlam a variação no PB, principalmente a saliência fônica e a distância entre o sujeito e o verbo. Assim, argumentam sobre o comportamento da CV no PB e no PE defendendo que “as diferenças são uma questão de grau, não de tipo” (p. 65), ou seja, que seria mais em termos de frequência de uso das formas sem concordância, tendo mudado, no PB, apenas o peso do *input*.

Sobre as questões expostas por Naro e Scherre (2007), salienta-se novamente, nesta tese, a importância de se estudar os usos linguísticos inseridos na

¹³⁹ O *corpus* foi extraído de noventa e dois documentos, de caráter particular, do Noroeste de Portugal e da região de Lisboa, editados por Martins (2001) e Maia (1986).

estrutura social mais ampla da comunidade de fala. Assim, não se pode ignorar a natureza distinta da variação na CV no PB em relação ao que ocorre no PE, sobretudo, pelo fato de a variante zero servir como verdadeiro estereótipo sociolinguístico no Brasil¹⁴⁰, associado à população socioeconomicamente menos favorecida ao longo da história brasileira. Do mesmo modo, observando a estrutura linguística, é digno notar que há amplamente ausência de marcas formais de concordância no vernáculo brasileiro, inclusive, em contextos mais salientes, como em “*nós é fraco*” e “*eles veio*”, ao passo que, no PE, a variação está associada a contextos estruturais específicos, como a posposição do sujeito e distância entre sujeito e verbo, contextos esses que também são essenciais para a variação na norma culta brasileira.

Silva (2005), que trilha caminhos diacrônicos no estudo da variação da concordância verbal no PB, também postula a natureza distinta do fenômeno no PE, conforme se observa no trecho seguinte:

Creemos que a variação na concordância verbal tenha como causa principal fatores sintáticos (a distância entre sujeito e verbo) e fatores semânticos (concordância *ad sensum*, no caso do coletivo) que se repetiriam em períodos posteriores da nossa história linguística e que se repetem na realidade oral de muitos falantes do português do Brasil. Não cremos, contudo, que tais fenômenos do português arcaico tenham sido os responsáveis por desencadear os níveis de concordância verbal observados por nós em três comunidades do interior do Estado da Bahia.

A ausência de concordância no português popular não está em uma raiz do português arcaico que aqui se desenvolveu mais do que em Portugal, mas na situação do contato que produziu uma erosão de estruturas que por influxo de fatores externos estão sendo recuperadas. Não se encontram na língua portuguesa arcaica construções que se assemelham ao que vemos no português popular do Brasil (SILVA, 2005, p.196).

Desse modo, acolhendo a ideia do autor da citação supra e considerando o quadro em que se formou o PB (vide capítulo 2 desta tese), postula-se que o conhecimento das características do português rural afro-brasileiro é importante para a compreensão do tema da concordância verbal. Assume-se que a fala de habitantes dessas comunidades rurais guardam preciosas informações sobre a constituição e a formação do vernáculo brasileiro, haja vista que essas comunidades “mais isoladas” do desenvolvimento industrial situam-se no extremo sociolinguístico brasileiro e seus habitantes expressam o vernáculo nacional.

¹⁴⁰ Cf. termo laboviano, LABOV, (2008 [1972], p.360).

Nessa linha de raciocínio, Lucchesi, Baxter e Silva (2009) salientam a importância do estudo sobre a concordância verbal, tanto para discutir as características sociolinguísticas do PB em oposição do PE quanto para fomentar o debate sobre a importância do contato entre línguas na constituição da realidade linguística brasileira.¹⁴¹ Os autores discutem o *continuum sociolinguístico* do PB, salientando a frequência diferenciada de uso do morfema de plural na norma urbana culta, nas comunidades rurais afro-brasileiras, e nas intermediárias (a norma semiculta urbana e as populares rurais/ rurbanas). Assim se pronunciam os autores:

As variedades populares que têm a sua formação mais fortemente marcada pelo contato entre línguas são aquelas que apresentam as menores frequências de uso do morfema de número, ao passo que as variedades urbanas cultas e semiculta, que só indiretamente foram afetadas pelo contato em sua formação histórica, são aquelas que apresentam os maiores índices de aplicação da regra de concordância. Além disso, na norma popular, as diversas comunidades de fala apresentam um cenário de mudança em curso no sentido do incremento da aplicação da regra de concordância, o que vai de encontro à hipótese lançada por Naro (1981) de que no PB estaria em curso um processo de perda das marcas de concordância e desautoriza a visão da ação de uma deriva secular, defendida por Naro e Scherre (1993, 2007). (LUCCHESI, BAXTER e SILVA, 2009, p. 333-334)

Portanto, para além do quadro diferenciado em relação aos percentuais de aplicação *versus* não aplicação das regras de concordância de número, os autores demonstram as tendências distintas de mudança observadas nas comunidades afro-brasileiras, em que os informantes mais jovens exibem maiores índices de aplicação da regra, o que leva a se postular uma mudança aquisicional e não uma perda contínua e gradual de marcas da morfologia flexional de número. Os autores expõem, inclusive, que, no passado, a erosão na morfologia, além de ter sido maior (os mais velhos são os que mais usam a variante zero), atingiu também a primeira pessoa do singular – isso pelo menos nas localidades em que o contato entre línguas foi mais intenso, como ocorreu em Helvécia-Ba, em cujos dados foi encontrado o índice de 18% de não

¹⁴¹ Rodrigues (1987, p.01), de maneira análoga, considera a concordância verbal como “uma área da gramática intimamente entrelaçada com os domínios social e cultural, donde a aplicação dessa regra, por parte de falantes analfabetos ou semi-escolarizados, em tese, ser diferente da sua aplicação: (1) na língua padrão escrita; (2) na fala normal das classes educadas ou de estratos socioeconômicos superiores; (3) nos veículos de comunicação de massa, como rádio e televisão, situações em que a regra aplicada é, ou deve ser, a preconizada pela gramática normativa”.

aplicação da regra de concordância de número com essa pessoa¹⁴², principalmente com dados de informantes mais velhos.

Quando são cotejados resultados de alguns estudos sociolinguísticos sobre a concordância verbal realizados com dados do PB, fica evidente a situação polarizada da realidade sociolinguística brasileira. Vislumbra-se, inclusive, um *continuum* sociolinguístico ao longo das suas diferentes variedades. Os gráficos abaixo, elaborados a partir de informações divulgadas em Baxter, Lucchesi e Silva (*op. cit.*, p. 348) ilustram essa afirmação:

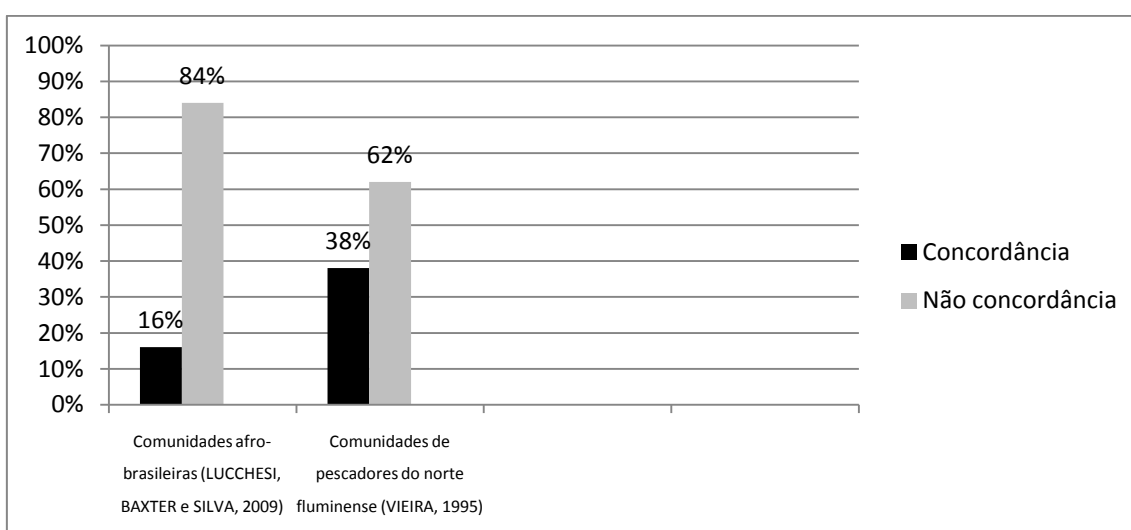


Gráfico 3: Resultados gerais de estudos sobre a concordância verbal com P6 no português popular

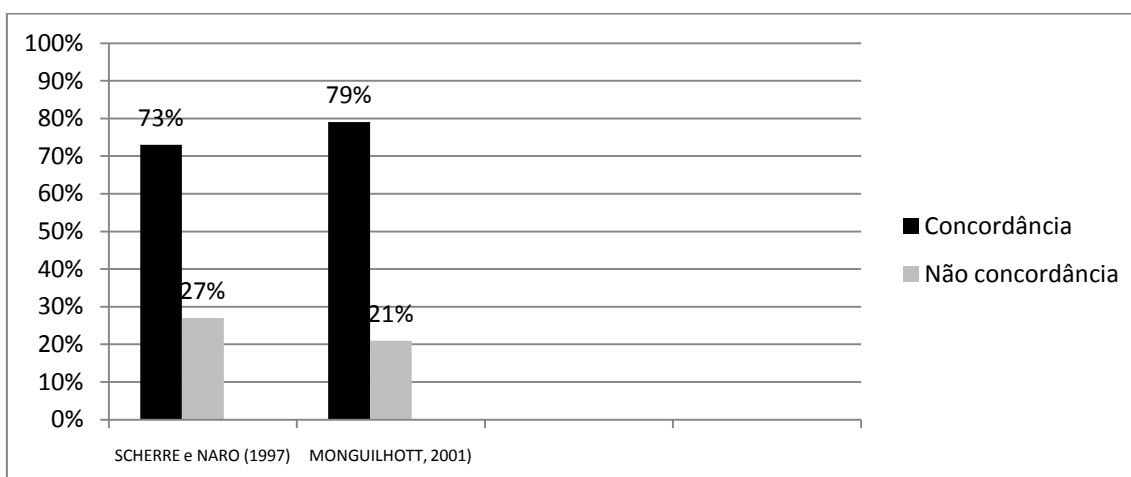


Gráfico 4: Resultados gerais de estudos sobre a concordância verbal com P6 com informantes escolarizados (4 a 11 anos de escolarização)

¹⁴² Os autores (cf. LUCCHESI, BAXTER e SILVA, 2009, p. 346) notam a semelhança entre o que ocorre em Helvécia e em dialetos crioulos de Cabo Verde e o crioulo de Damão (na Índia).

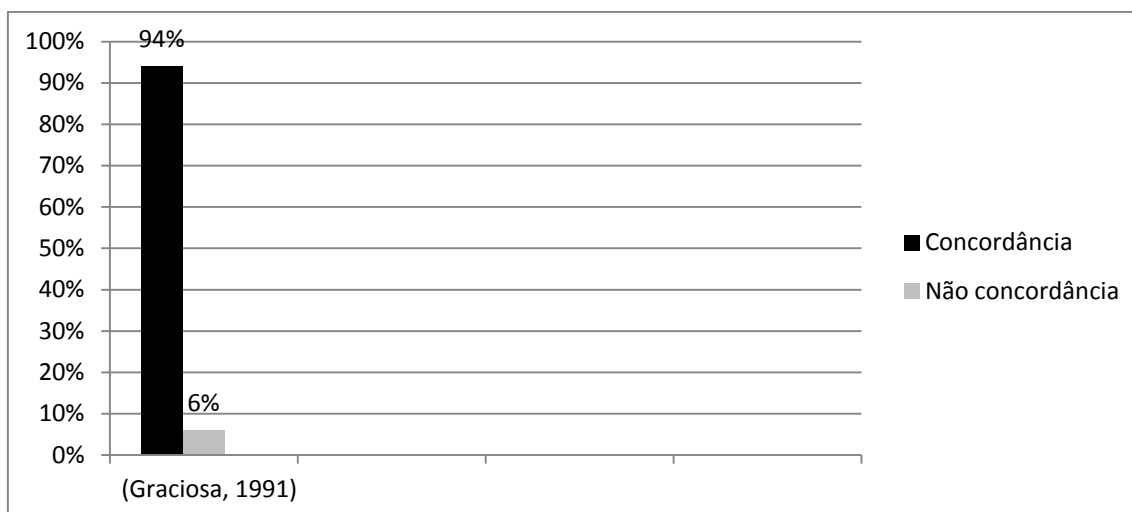


Gráfico 5: Concordância verbal com P6 com informantes cultos

Nesse sentido, os autores fazem constatações interessantes, como a de que, enquanto, nas comunidades urbanas, vislumbra-se um caso de variação estável ou um ligeiro declínio na aplicação da regra entre os mais jovens, nas rurais afro-brasileiras (as mais afetadas pelo contato entre línguas na sócio-história do PB), vislumbra-se um quadro de mudança em curso, induzido por “mudanças vindas de cima”, a partir da maior integração rural/urbano. Assim, ressalta-se a semelhança do PB com o que se observa no português do Tongas (descendentes de africanos continentais que vivem em São Tomé e Príncipe), conforme informam Lopes e Baxter (2011, p.42). As informações da tabela seguinte confirmam tal semelhança, mostrando, de forma muito clara, a aquisição de marcas da morfologia flexional na fala dessa variedade do português constituída numa complexa situação de contato:

Tabela 10 – A Faixa etária e a aplicação da concordância verbal com sujeitos P1, P4 e P6 no português dos Tongas, segundo estudo de Lopes e Baxter (*op. cit.*)

Faixa etária	P1	P4	P6
	<i>PR</i>	<i>PR</i>	<i>PR</i>
1 – (20-40 anos)	0.94	0.96	0.84
2 – (41-60 anos)	0.40	0.50	0.26
3 – (61 + anos)	0.10	0.09	0.02

Fonte: Lopes e Baxter (*op. cit.*, p. 42)

Embora a maior parte dos estudos que tratam da concordância verbal de número no PB tenha focalizado a 3ª pessoa do plural (P6), o estudo da variação com a 1ª pessoa do plural (P4) também fornece elementos para se discutir a importância do

contato entre línguas na sócio-história brasileira, além do polarizado quadro da formação da população brasileira, que levou à bipolarização de normas linguísticas na atual conjuntura. Acredita-se que a ausência de marcas de número nas formas verbais concernentes à P4 é ainda mais típica da vernaculidade nacional e da herança advinda da transmissão linguística irregular do português. Algumas evidências levam a sustentar tal hipótese, a exemplo dos resultados das pesquisas desenvolvidas por Bortoni-Ricardo (1985) e Rodrigues (1987)¹⁴³, as quais se centraram em dados orais gravados em periferias de grandes cidades (respectivamente, Brasília e São Paulo), cujos informantes são migrantes do interior, quer seja do próprio estado ou de outros estados, com características socioculturais parecidas. A seguir, comentam-se esses estudos, que trazem importantes elementos para se entender como se estrutura a variação na CV nas normas populares do PB.

O estudo realizado por Rodrigues (1987) traz uma análise variacionista sobre a concordância verbal com P4 e P6. A autora demonstra como a variedade popular falada por migrantes moradores de favelas em São Paulo é exemplar para se entender como as suas particularidades regionais típicas da zona rural ou das cidades do interior do Brasil¹⁴⁴ assumem, nas grandes cidades, características de variedades sociais. Nesse sentido, a autora argumenta que, para se livrar do estigma e ter chance de “sobreviver” nas grandes cidades, o migrante tenta substituir traços linguísticos de sua região por outros típicos do espaço urbano de que passa a fazer parte, procurando acomodar-se ao *modus vivendi* urbano.

A pesquisa teve como *corpus* **693 dados** de formas verbais de P4 e **1356** de P6. A disparidade no número de ocorrências é interpretada pela pesquisadora devido à concorrência com a forma pronominal *a gente* que, àquela altura, já concorria com o pronome canônico *nós*. Ressalta-se que a autora não considerou esses dados, isto é, a variação na expressão de número nas formas verbais com o sujeito *a gente*.

¹⁴³ Até onde se tem notícias, a pesquisa de Bortoni-Ricardo foi a primeira a focalizar, com aparato teórico-metodológico consistente, a variação na concordância verbal referente à primeira pessoa do plural no PB.

¹⁴⁴ A procedência rural desses migrantes em São Paulo é indicada por Rodrigues (*op. cit.*, p.96) da seguinte forma: “Outro traço identificador desse estrato populacional é o de sua procedência. Tivemos oportunidade de confirmar que, em São Paulo, grande parte dessa população analfabeta ou semi-alfabetizada é proveniente da zona rural ou, no caso das gerações mais novas, descendentes de migrantes rurais, não só do interior do Estado, mas de todas as regiões do Brasil”. Indo na mesma direção, Bortoni-Ricardo (1985) denomina essas comunidades populares habitantes das periferias das grandes cidades como “rurbanas”, por conservarem muitos dos traços dos dialetos rurais, conforme já fora exposto nos capítulos 2 e 3 desta tese.

As pesquisas com dados de P4 revelam que, quando a forma padrão é uma proparoxítona, as formas verbais de primeira pessoa do plural não são realizadas pelo falante popular em São Paulo, independentemente do sujeito utilizado (a *categoria vazia*, o *SN composto* ou o *pronome nós*). Tal fato é interpretado pela autora não como uma deriva secular da língua, conforme se depreende do trecho: “podemos pensar que no português popular do Brasil, o fenômeno sincrônico da redução de formas verbais proparoxítonas do tipo falávamos a falava é favorecido por outras forças, além da natureza fonética” (p.153).

Projetando o fenômeno para a passagem do latim ao português, a autora argumenta, com base em Lausberg (1965, p. 154), que, nos *romances*, dependendo da intensidade da primeira sílaba postônica, poderia resultar o total desaparecimento ou da última sílaba postônica, a de articulação menos intensa (tepidu > prov. tibe), ou da sílaba média das proparoxítonas, **conservando-se a última sílaba pós-tônica** (tepidu > fr. tiède). Essa observação é muito pertinente ao escopo desta tese, pois, traz fortes indícios de que o processo de redução das formas verbais proparoxítonas que se observa na fala popular brasileira tem motivações muito mais sócio-históricas do que estritamente linguísticas (aspectos fônicos). Nesse sentido, embora até então, a pesquisadora não tivesse se posicionado acerca do debate sobre a formação do PB, é visível que a sua intuição arguta já a levava a fazer conjunturas a esse respeito, segundo deixa transparecer no trecho:

O falante popular usa *falava* por falávamos, *vendia* por vendíamos, *partia* por partíamos. Trata-se de uma extensão do uso da forma não-marcada de 3ª pessoa do singular, que passa a ocupar a posição de uma forma que, por ser proparoxítona, não faz parte do repertório desse grupo de falantes. Não se pode falar, portanto de mudança fonética típica da deriva do português, que, em princípio, não incorpora a regra da síncope de sílabas átonas finais.¹⁴⁵ (RODRIGUES, 1987, p. 180)

A propósito, os resultados das variáveis sociais utilizadas no trabalho de Rodrigues (*op. cit.*) também fornecem evidências para se discutir questões referentes à constituição do PB, bem como para se atestar o caráter mais popular/vernacular do cancelamento de marcas com dados de P4. Essas variáveis serão discutidas com maiores detalhes no próximo capítulo. Por ora, destaca-se, por exemplo, que, quando foi

¹⁴⁵ No romance lusitânico, ocorreu a síncope vocálica e não a síncope silábica, como ocorreu em outras línguas românicas.

controlada a variável *sexo*, os seus resultados indicaram que são as mulheres que menos realizam as marcas de número nos verbos, favorecendo, inclusive, a não aplicação desta regra de plural, conforme demonstra a tabela seguinte¹⁴⁶:

Tabela 11 – Reprodução da tabela apresenta por Rodrigues (*op. cit.*, p. 200) concernente aos resultados da variável *Sexo*

P4			
Fator	Subfatores	Frequência	PROB.
Sexo	1 Masculino	114/310 = 37%	.43
	2 Feminino	207/383 = 54%	.57
P6			
Sexo	1 Masculino	367/511 = 72%	.53
	2 Feminino	591/845 = 70%	.47

* Valores referentes à “variante zero”.

Ressalta-se que a diferença maior entre os pesos referentes aos dois sexos está na concordância com P4. A autora interpreta esse resultado expondo que, socialmente, a não aplicação com P4 é mais saliente do que com P6, destacando, ainda, o fato de as mulheres, no português popular “rurbano” em São Paulo, ficarem mais circunscritas a trabalhos domésticos e terem, assim, menos acesso ao português urbano.¹⁴⁷ Bortoni-Ricardo (1985, 2011), demonstrou que a urbanização dos dialetos rurais se dá basicamente com o reconhecimento, por parte do migrante, de que seus usos linguísticos são estigmatizados, tendo encontrado resultados que atestam que ocorre entre esses informantes um aumento de uso da variante *–mos* por conta da socialização do migrante no espaço urbano, enquanto para P6 não havia inovação ou mudança em relação ao seu dialeto de origem; sendo os resultados para essa última variável próximos aos encontrados por Naro (1981) para o dialeto carioca.

Por sua vez, o controle da variável *idade*, de certa forma, trouxe resultados que levam a se constatar a predominância da regra não padrão nas normas populares, de

¹⁴⁶ Salienta-se o caráter diferenciado na norma popular rural e rurbana, haja vista que, em estudos realizados com dados de comunidades urbanas, atesta-se o contrário, isto é, as mulheres usando mais formas de prestígio, como demonstram os estudos de LABOV (1976, p. 331) e de TRUDGILL (1974, p. 94).

¹⁴⁷ Coelho (2006), em sua dissertação de mestrado na USP, intitulada *É nós na fita! Duas variáveis lingüísticas numa vizinhança da periferia paulistana (o pronome de primeira pessoa do plural e a marcação do plural no verbo)*, atesta como, de fato, na periferia de São Paulo é estigmatizado o uso do pronome *nós* sem a concordância verbal de número explícita. Mais ainda, o autor conclui que o uso da variante zero é “exagerado” entre os mais jovens como uma forma de resistência aos valores urbanos, pois a usam com maior frequência, mesmo sendo os mais escolarizados da sua amostra.

modo que a regra padrão deve ser adquirida por pressões sociais nas cidades grandes. São os migrantes das faixas 2 e 3 (respectivamente, *36 a 50 anos* e *mais de 51 anos*) que mais usam as marcas de plural nas formas verbais. A autora especula da seguinte forma acerca da variável idade:

A probabilidade de os falantes da 1ª faixa etária cometerem erro de concordância verbal, tanto em P4 como em P6, é praticamente a mesma (Prob. .67 e .66, respectivamente), e acentuadamente maior do que a dos falantes das outras duas faixas etárias. Estes dados nos levam a inferir que a regra da não-concordância verbal, de fato, faz parte do conjunto de regras que os analfabetos e os de baixa escolaridade estabelecem sob pressão de seus pares, na fase de aquisição do seu vernáculo. Confirma-se, assim, a hipótese que vem sendo discutida nesta tese de que a concordância verbal é adquirida por forças de padrões urbanos, associadas às normas de prestígio (RODRIGUES, 1987, p.219).

Para finalizar esta seção, apresentam-se algumas conclusões que podem ser formuladas a partir das questões expostas: (i) a erosão na morfologia flexional no PB é um fenômeno estruturado e é um *estereótipo sociolinguístico* associado à população pobre, com baixa ou nenhuma escolarização, associado ainda a moradores oriundos de comunidades rurais; (ii) no que se refere à variante zero do plural das formas verbais no PE, constata-se que a mesma ocorre de forma marginal e esporádica, muito associada a contextos que geram dúvidas até mesmo em informantes cultos brasileiros ou portugueses; (iii) a história sociolinguística brasileira marcada por uma situação de contato massivo e radical entre línguas, e acompanhada de processos de discriminação e exclusão da população de origem africana no Brasil, foi decisiva para o quadro tão estruturado de variação na concordância verbal de número no PB, embora não tenha provocado uma erosão total na flexão de pessoa e número do verbo; (iv) os resultados de pesquisas com dados do português arcaico e com dados do português europeu contemporâneo desautorizam a se postular a continuação no PB de uma deriva secular da língua portuguesa no sentido de perdas progressivas de marcas de plural nos verbos; (v) a direção da mudança linguística projetada com dados no PB, no que concerne à variação na concordância verbal de número, sugere a hipótese de aquisição de regras.

Na próxima seção, faz-se uma revisão dos estudos realizados sobre a variação no uso da concordância verbal de número no PB, discutindo-se alguns dos principais resultados alcançados. Já na seção subsequente, apresentam-se as

contribuições almeçadas com este estudo, quando são apresentados os objetivos e as hipóteses aventadas para esta tese.

4.2 A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: A CONTRIBUIÇÃO DE ALGUNS ESTUDOS

Conforme já é possível depreender a partir das ideias já expostas neste texto, o entendimento que aqui se sustenta para o quadro de ampla variação na morfologia verbal no PB é o de que as condições sócio-históricas em que se formou a língua portuguesa no Brasil foram decisivas para a existência de uma variação tão estruturada na concordância de número entre o sujeito e o verbo de orações da fala brasileira. Para esse entendimento, parte-se dos resultados de pesquisas realizadas com diferentes variedades do português, de maneira que alguns desses resultados são comentados nesta seção.

Compreende-se que a variação na concordância verbal é um dos efeitos mais notáveis da realidade linguística bipolarizada do PB, a qual assim se apresentava desde o seu processo de formação. O estudo realizado por Souza (2011), por exemplo, atesta essa visão bipolarizada na morfologia verbal decorrente do processo sócio-histórico que opunha a fala de uma elite minoritária à fala de um enorme contingente populacional formado por pessoas com pouca ou nenhuma escolarização e, principalmente, ligadas à ancestralidade africana. A autora, ao investigar quarenta e oito entrevistas gravadas na capital da Bahia, com informantes estratificados em quatro faixas etárias (15-24 anos; 25-35 anos; 45-55 anos e acima de 65 anos), em três níveis de escolarização (fundamental, médio e universitário), revela a correlação entre a ausência de marcas explícitas de concordância verbal de 3ª pessoa do plural e a escolarização baixa dos informantes, mesmo nos dias atuais, conforme se constata na tabela seguinte extraída de seu texto:

Tabela 12 – Concordância verbal e escolaridade, segundo estudo de Souza (2011, p. 188)

Escolaridade	Frequência		P.R
Fundamental (1 a 5 anos)	518/1050	49%	.22
Média (11 anos)	784/1200	65%	.36
Superior (mínimo de 15 anos)	1036/1118	92%	.85
TOTAL	2338/3368	69%	

As conclusões do estudo de Souza (*op. cit.*) vão ao encontro do que se tem sustentado neste estudo, pois demonstram o quanto a variante padrão de concordância

verbal de número é associada a quem tem prestígio na sociedade e o quanto estimula aqueles que tentam galgar melhores posições sociais a usá-la. Desse modo, entende-se por que razão, nas normas cultas e semicultas urbanas, cujos usuários são mais conscientes das implicações sociais dos usos linguísticos, essa variação tem se mostrado estável (cf. GRACIOSA, 1991; SCHERRE e NARO, 1997; OLIVEIRA, 2005; MONGUILHOTT, 2001, 2009, entre outros), ao contrário do que acontece nas populares rurais e *rurbanas* (cf. NINA, 1980; VIEIRA, 1995; LUCCHESI, BAXTER E SILVA, 2009, entre outros), em que se veem índices mais baixos de aplicação da regra padrão e um aumento da frequência de aplicação da concordância padrão entre os informantes mais jovens.

Dessa forma, aceita-se a existência de duas gramáticas da língua portuguesa falada no Brasil, ou, mais precisamente, vislumbra-se o abismo que separa as variedades cultas das populares (LUCCHESI, 1994). Interpreta-se, assim, a diferença dos resultados das pesquisas já realizadas sobre a CV no Brasil. Os trabalhos de Rodrigues (1987) e Monguilhott (2001), por exemplo, servem para revelar a bipolaridade de normas existentes. A primeira autora considerou apenas informantes com pouca ou nenhuma escolarização (migrantes de regiões interioranas moradores de periferias de São Paulo) e encontrou um percentual de 71% de não realização das marcas de concordância verbal de número referente à P6, enquanto a segunda, que considerou informantes com quatro a onze anos de escolarização (moradores da cidade de Florianópolis), encontrou apenas 21%. Portanto, os resultados praticamente se invertem a depender das características socioculturais da comunidade de fala investigada.

Nesse sentido, as conclusões dos pioneiros estudos dialetológicos realizados no Brasil coadunam com a explicação defendida neste trabalho para o alto nível de variação na concordância verbal no português brasileiro, pois atestam a procedência rural/interiorana (no sentido de *não citadino/não urbanizado*) das variantes com ausência de marcas explícitas de número nos verbos. Essas largamente utilizadas no Brasil colonial e imperial por uma grande massa de pessoas de origem africana, sem escolarização e que adquiriram o português como uma segunda língua.¹⁴⁸ A seguir, são apresentadas as principais constatações desses estudos precursores.

¹⁴⁸ Gonçalves (2007) investigou 3.642 dados extraídos de 36 entrevistas sociolinguísticas gravadas no interior de Minas Gerais e encontrou como favorecedores à não aplicação da concordância padrão os fatores *informantes da área rural e informantes com idade superior a 63 anos*, além dos fatores linguísticos *verbos “regulares”, sujeito posposto ao verbo*. Os fatores extralinguísticos, a nosso ver, coadunam com a hipótese reitora deste estudo.

O trabalho minucioso de Amaral (1976[1920]), embora ainda não dotado do rigor científico hoje requerido para pesquisas linguísticas, traz uma descrição do português falado na antiga província de São Paulo, demonstrando o quanto que havia modificações na estrutura da língua portuguesa na fala de pessoas não diretamente ligadas à elite, indicando, inclusive, que essas também não estavam imunes a propagarem tais simplificações. O trecho seguinte comprova essas afirmações:

Tivemos, até cerca de vinte e cinco a trinta anos atrás um dialecto bem pronunciado, no território da antiga província de S. Paulo. É de todos sabido que o nosso falar caipira – bastante característico para ser notado pelos mais desprevenidos como um sistema distinto e inconfundível – dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência. (AMARAL, *op. cit.*, p. 11)

Mais adiante, o autor salienta que, à medida que o sistema educacional foi se expandido pelo estado de São Paulo e o trabalho escravo sendo substituído pelo assalariado (quando o Estado foi se “modernizando”), esse falar caipira foi ficando “acantado em pequenas localidades que não acompanharam de perto o movimento geral do progresso e subsiste, fóra daí, na boca de pessoas idosas, indelevelmente influenciadas pela antiga educação” (AMARAL, *op. cit.*, p. 12). A propósito, como a Dialectologia Tradicional Monodimensional inquiria apenas a fala de informantes mais idosos, nascidos em comunidades rurais e com pouca mobilidade social, as informações documentadas por esses primeiros estudiosos são valiosas para se observar como se estruturava a variação na flexão verbal de número em regiões interioranas do Brasil entre as décadas de 1920 a 1950 do século passado.

A obra de Amaral (*op. cit.*), em sua maior parte, trata de questões sobre o vocabulário relacionado a atividades pecuárias e agrícolas utilizado por pessoas do interior. Contudo, nas páginas iniciais, o autor apresenta traços característicos da fonética e da sintaxe da fala das pessoas “caipiras”, sendo impressionante a riqueza de detalhes e a consonância de sua descrição ao que seria divulgado pelos estudos linguísticos anos mais tarde. Há exemplos de vários usos comuns na fala popular brasileira, que envolvem processos fonológicos, perífrases verbais com gerúndio, variação na flexão de gênero etc.

Quanto à flexão de número, objeto de estudo desta tese, o autor trata de casos de ausência de marcas tanto em nomes quanto em verbos. Demonstra que, como

sinal de pluralidade, o *s* desaparece no que se refere à concordância nominal: *os pau, os nó, os ermão, os papé*, as *fro(r)*, *os urubu*, conservando-se nos adjetivos determinativos e nos pronomes: *duas casa, minhas fiia, arguas pessoas, aquêles minino, os ingrêis (ingleses), as páiz (pazes), as côr (cores)*.¹⁴⁹

Quanto à morfologia verbal, o autor aborda tanto a variação no uso da flexão de pessoa quanto de número. Em sua descrição, afirma que, no que se refere à pessoa,

só se empregam corretamente as formas de 1ª e 3ª pessoas. A 2ª pessoa do sing., embora usada às vezes, por ênfase, assimila às formas de 3ª: *Tú num cala essa boca? Tú vai?* A 2ª do plur. aparece de quando em quando com suas formas próprias, no imperativo: *oiai, cumei*. (AMARAL, 1976 [1920], p. 55)

Para a flexão de número, o autor mostra que a forma plural se confunde, por vezes, com a do singular, enfatizando também a variação entre os morfemas padrão de número e os seus alomorfes:

O plural da 1ª pessoa perde o *s*: *bamo, fomo, fazêmo*. Quando esdrúxula, a forma se identifica com a do sing.: *nóis ia, fosse, andava, andasse, andaria, fazia, fizesse, fazeria*. Nas formas do pretér. perf. do indica. dos verbos em *ar*, a tónica muda-se em *e*: *trabaiêmo* = trabalhamos, *caminhêmo* = caminhamos.

O plural da 3ª modifica-se: *quérím, quiríum, quizerúm, quêirum; ándum, andávum, andárum, ándim*. No pres. do ind. de *pôr, ter, vir*, as formas da 3ª pessoa são: *ponham, tenham, venham*.

Nesse sentido, é preciso destacar que, na análise dos dados deste trabalho, as formas alomorfe não padrão (a exemplo do que se vê nas formas “cantemo”, “comeru”, “vamo”) são considerados como marcas da concordância de número, de modo que apenas são considerados casos de ausência quando a ocorrência se identifica com formas do singular, como ocorre, por exemplo, em “nós brinca”, “eles ia”.

A contribuição dessa fase pioneira dos estudos dialetológicos para o estudo da concordância verbal pode ser observada também nos trabalhos de Antenor Nascentes e Mario Marroquim, que documentaram a ausência de marcas de plural nos verbos, respectivamente nos anos de 1922 e 1945.

Nascentes (1953[1922]) descreveu as peculiaridades do “linguajar carioca”, mostrando as simplificações que ocorriam na fala popular, tal como fez Amaral

¹⁴⁹ Esses exemplos estão apresentados nas páginas 29 e 52 da obra de Amaral (1976[1920]).

(1976[1920]), e referiu-se ao caráter redundante na concordância na língua portuguesa. O pesquisador assevera, no capítulo referente à morfologia, que as formas verbais se igualam, de modo que os pronomes pessoais passam a fazer o papel de morfemas. Para o autor, a falta de concordância entre o sujeito e o verbo era generalizada, como se percebe na sua afirmação: “com suas deturpações, o povo, como fez com as flexões nominais, corrompeu as flexões verbais, resultando daí as faltas de concordância” (NASCENTES, 1953 [1922], p.94).

Morroquim (1945), focalizando a língua falada por analfabetos nos estados de Alagoas e Pernambuco, também atestou a não aplicação da regra explícita de concordância verbal. O pesquisador, da mesma forma que Nascentes (*op. cit.*), salienta o caráter redundante da concordância: “A simplificação atingiu a pessoas e tempos, mas sobretudo a pessoas, ficando reservado quase que só aos pronomes o papel de as determinar” (MARROQUIM, 1945, p. 123).

Teixeira (1938, 1944) estudou a fala popular mineira e a goiana, utilizando a perspectiva dialetológica em ambos os estudos. A realidade linguística mineira é apontada como bipolarizada pelo autor, conforme informa Vieira (1995, p. 26): “Em seu estudo, Teixeira constata ser esse [o da ausência de flexões verbais] um traço marcante da língua das classes “incultas” mineiras, ao contrário das “semicultas” que, segundo ele, fazem a concordância regularmente”. Salienta-se que o uso da variante zero, disseminado das marcas de concordância verbal no dialeto mineiro, foi também documentado no estudo realizado, posteriormente, por Veado (1982).

No tocante ao dialeto goiano o autor afirma: “O fato mais geral na língua popular goiana é a invariabilidade do verbo na sua concordância com o sujeito” (TEIXEIRA, 1944 *apud* Vieira, *op. cit.*, p. 27). De forma interessante, o autor toca na questão da participação das línguas autóctones e africanas para a existência do amplo quadro de variação na morfologia verbal no PB:

A ausência da ação disciplinadora da escola concorreu para que os processos das línguas indígenas e africanas se generalizassem na língua popular dialetal, uniformizando as pessoas verbais geralmente. (TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 103, *apud* VIEIRA *ibidem*)

Ada Natal Rodrigues descreveu o dialeto caipira na região de Piracicaba com a perspectiva formal e é taxativa ao comentar o acentuado cancelamento da marca

de número nas formas verbais, ficando a pluralidade marcada apenas nos determinantes, conforme abona a citação seguinte:

O constituinte Tp contém os elementos P (pessoa), N° (número), que permitem formular a regra de concordância entre o sintagma nominal sujeito e o sintagma verbal. Na estrutura superficial, no entanto, os elementos redundantes de concordância (todos os constituintes são marcados pelo plural, já que o singular é a forma não-marcada) são reduzidos de tal forma que há uma grande simplificação do sistema de concordância, com transformações morfofonológicas e morfossintáticas tanto no sintagma nominal sujeito como no sintagma verbal. (RODRIGUES, 1974, p. 68)

Alguns exemplos fornecidos pela autora são: (i) “*Tudo os patrão quer que nós vai trabalhar com eles*”; (ii) “*Nós fica perdido, né?*”; (iii) “*O que nós vai fazer?*”.

No tocante à região focalizada neste estudo, Gomes Filho (1981) estudou a fala de trinta moradores da sede do distrito de Maria Quitéria (São José das Itapororocas), politicamente pertencente ao município de Feira de Santana-Ba. O pesquisador, orientado pelo Prof. Nelson Rossi, dispôs-se a realizar um trabalho descritivo em uma comunidade de fala menos urbanizada, numa época em que as atenções voltavam-se para os falares cultos urbanos. Desse modo, embora o seu trabalho, não tenha priorizado uma metodologia laboviana, e sim a descrição do falar da comunidade, possibilitou à constatação de que, àquela altura, a variação no uso das marcas de número nos verbos existia no dialeto em questão.

Gomes Filho (*op. cit.*) investigou o uso variável com P4 e P6, tendo como base trinta entrevistas de meia hora cada, com um total de trinta informantes nativos e sem histórico de viagens longas, categorizados segundo os critérios *escolaridade*, *idade* e *sexo* (os dois equitativamente distribuídos). Considerou três níveis de escolaridade (Ø – analfabetos; 1- mobralsenses; 2- estudantes da então 8ª série do primeiro grau). Para a idade, os informantes foram divididos em intervalos de cinco anos, da seguinte forma: para os sem escolaridades e mobralsenses, as idades iam de 28 a 33 anos e, para os estudantes, iam de 14 a 19 anos, com exceção de um informante que tinha 23 anos.

Quanto à P6, os resultados revelaram que, em termos percentuais, havia maior aplicação da regra padrão na fala dos estudantes do nível 2, do sexo masculino, ao que atribuiu o papel da ação normativa da escola. Quanto à P4, o autor expõe que foi muito recorrente em seu *corpus* “apócope no MNP, como em *nós conhecemo, falemo, pegamo, passemo*” (p. 67), formas essas considerados por ele como com aplicação da

regra de CV. Ressalta ainda que ocorrências de formas verbais com sujeito de P4 foram reduzidas, pois o contexto da entrevista favorecia mais a ocorrência de formas de P1 ou de P6, sendo as de P4, de certa forma, induzidas pelo entrevistador a aparecerem. Chama a atenção o fato de terem sido registrados dados, como “*a gente fizemo*”, raras mesmo em dialetos populares. Do mesmo modo, chama atenção o fato de a maior frequência do uso padrão da CV com P4 ser encontrada com os informantes do sexo masculino, o que era esperado por ser o dialeto popular, muito ligado à dinâmica rural. Assim, as mulheres usam a variante padrão com P4, nos índices de 33,3%, 73,6% e 83,3%, respectivamente com escolaridade 0, 1 e 2, ao passo que os homens usam-na, com essas escolaridades, respectivamente com os seguintes índices percentuais: 100%, 81,2%, 79,4%.

Diante dos testemunhos de dialetólogos e filólogos do início do século passado, fica comprovada a origem popular da ausência de marcas formais de plural nos verbos. Destaca-se, daí, a importância de estudos com dados do português popular contemporâneo falado em cidades do interior, permitindo que se observe como se encontra o *continuum* sociodialetal brasileiro atualmente. Assim, torna-se possível investigar como se encontra o processo de variação no uso das marcas flexionais de número e de pessoa, que era geral no interior do Brasil do início do século XX.

Mesmo após a divulgação de descrições e estudos mais aprofundados sobre a variação nas marcas flexionais dos verbos, autores de gramáticas normativas continuam a prescrever ainda usos pautados na tradição gramatical, sem problematizar junto aos seus alunos os possíveis fatores que levam ao apagamento das marcas de plural nos verbos¹⁵⁰, algo que, se fosse feito, levaria a um ensino, de fato, produtivo. Sobre isso já se pronunciaram Lemle e Naro (1977), Mollica (1993) e Vieira (2007), quando defendem que o professor de Língua Portuguesa, em sua tarefa de ensinar outra variedade do português a seus alunos (a norma padrão ou, até mesmo, a culta formal¹⁵¹), deva dar mais ênfase aos aspectos em que a variedade do aluno mais difere do modelo que se almeja ensinar, priorizando, dessa forma, exercícios com verbos em contextos menos salientes e de sujeitos pospostos e mais distantes em relação aos verbos. Vieira (*op. cit.*, p. 99) assim se pronuncia:

¹⁵⁰ Embora, de maneira tímida, avanços já podem ser notados. Alguns autores de gramáticas e livros didáticos, atendendo ao que pregam os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), têm considerado exemplos da fala popular ao tratarem do tema da CV.

¹⁵¹ Para Parkvall e Álvarez López (2003, p. 113), “as normas cultas representam versões faladas do português brasileiro padrão, descrito nas gramáticas normativas”.

Os autores [refere-se à Lemle e Naro, 1977] recomendam, ainda, o “princípio didático” de que as explicações e os primeiros exercícios devem priorizar os contextos em que estudante já concretiza a estrutura em questão. Posteriormente, as atividades de fixação de conteúdo deveriam focalizar os pontos em que se verifica maior discrepância entre a norma dominada pelo aluno e a norma que se pretende ensinar.

Evidencia-se, nessa proposta, a idéia de que, didaticamente, se deva partir dos fatos que apresentam menor dificuldade ao aprendiz para, então, alcançarem os níveis de maior complexidade, conforme o “princípio da complexidade crescente”. No caso da concordância verbal, o ponto de partida será a exploração dos casos em que, normalmente, se flexiona o verbo. De acordo com a saliência fônica, por exemplo, os verbos de maior diferenciação entre as formas singular e plural constituirão o modelo para os menos salientes.

Partindo desse ponto de vista e dos seus próprios resultados de pesquisa sobre a variação na concordância verbal com a terceira pessoa do plural na fala de pescadores do norte fluminense com pouca ou nenhuma escolarização (cf. VIEIRA, 1995), a autora propõe que o professor inicie o ensino de concordância, apresentando orações em que existam: a) formas verbais no singular e no plural com alto nível de saliência fônica; b) verbos precedidos de sintagma nominal sujeito com mais marcas de plural; c) verbos precedidos de verbos com marcas de plural; e d) orações com sujeito anteposto, de referência animada, e próximo do núcleo verbal; e que, posteriormente, enfatize nos exercícios propostos: a) formas verbais de baixa saliência fônica; b) verbos precedidos de sintagma nominal sujeito com menos marcas de plural; c) verbos precedidos de verbo sem marca de plural; e d) orações com sujeito posposto, de referência inanimada, e distante do núcleo verbal (cf. VIEIRA, 2007, p. 100-101).

Diante de contribuições como essas dadas por cientistas da linguagem/língua, fica evidente que as pesquisas linguísticas não estão desvinculadas das atividades de ensino da norma padrão nas escolas, de modo que correlações entre linguística e ensino podem ser notadas. Apesar disso, os responsáveis pelos meios de comunicação de massa ainda não compreendem esses avanços e teimam em divulgar ideias equivocadas sobre os objetivos e as metodologias do ensino de Língua Portuguesa.¹⁵²

Nesse sentido, as gramáticas tradicionais, desconsiderando pesquisas sobre variação e mudança na concordância verbal, apresentam-na como se fosse um assunto

¹⁵² Remeta-se o leitor a toda polêmica que envolveu algumas colocações pautadas em pesquisas linguísticas presentes no livro didático “Por uma vida melhor”, da “*Coleção Viver, aprender*”, no ano de 2011, no Brasil.

bem simples e não passível de dúvidas nos usuários, quando, na verdade, é sabido que o mesmo é complexo e gera dúvida até mesmo entre falantes cultos. Os compêndios, de maneira geral, limitam-se a informar que o verbo deve concordar (em número e pessoa gramatical) com o sujeito da oração, expondo que, quando este apresentar apenas um núcleo (sujeito simples) e for pluralizado, o verbo deve ficar no plural e concordar com a pessoa gramatical a que se refere (por exemplo: Os meninos comem muito). Já, quando tiver dois núcleos (sujeito composto), a variação é permitida, sendo apresentados os casos de concordância facultativa, a exemplo do que ocorre em casos de núcleos do sujeito ligados pela conjunção **ou** com sentido de exclusão “Roma ou Viena será a sede das próximas Olimpíadas” (exemplo: de Terra, 1991) (cf. ALMEIDA, 1999; BECHARA, 2001; CUNHA e CINTRA, 1985; ROCHA LIMA, 2002; CEGALLA, 1990, dentre outros). Os contextos em que a tradição gramatical admite concordância variável são descritos com pormenores na seção 5.3 no capítulo seguinte, onde são apresentados os contextos em que alguns dados foram excluídos nesta pesquisa.

4.2.1 Algumas questões Pontuais

Quando se trata de concordância, a tradição gramatical, de forma consensual, a conceitua como o acontecimento sintático pelo qual um termo sofre flexão quanto às categorias gramaticais de gênero, número e pessoa para ficar em conformidade morfológica com outro termo com que mantém relação de dependência. No caso da CV, o verbo depende do sujeito e, assim, flexiona-se em relação a este termo. Contudo, embora pareça, este fenômeno não é tão simples, dando margem a uma série de usos variáveis, por envolver, dentre outras razões, assuntos de ordem semântica e/ou estruturais¹⁵³. Nesse sentido, a complexidade das questões o faz merecer uma análise formal, algo que é feito, sucintamente, nesta subseção.

A revisão bibliográfica já apresentada nesta tese ratifica que a concordância verbal no PB não pode ser descrita em termos de regras categóricas, sendo melhor se sustentar a existência de regras variáveis. A propósito, Lucchesi (2011) discute questões

¹⁵³ Castilho (2009, p. 412) ressalta que, em português, a relação de CV não é assimétrica, pois enquanto o verbo concorda com o sujeito isso não se dá com os argumentos internos nem com os adjuntos, embora chame atenção à possibilidade de a forma verbal concordar com outros termos da oração que não apenas o sujeito no PB não padrão, como, por exemplo, acontece com concordância verbo-adjunto adnominal genitivo; fornecendo o seguinte exemplo: “*O aumento desses crimes estão provocando situações irreversíveis*”.

sobre os limites da variação, precisamente sobre a variação e a invariância nas línguas, discussão essa que pode ser correlacionada ao estudo da CV.

A discussão do autor que, de certa forma, revisita questões discutidas em trabalho anterior (LUCCHESI, 2004), centra-se nos caminhos epistemológicos da ciência da linguagem no que se refere aos objetos de estudo de três dos modelos teórico-metodológicos que se debruçam sobre a estrutura/funcionamento das línguas: o **estruturalismo**, o **gerativismo** e a **sociolinguística**. Focalizando mais esses dois últimos (os principais modelos acerca da questão estrutural das línguas), o autor aborda a incongruência entre estudar as línguas como construto mental da espécie humana (daí o seu caráter invariável, como postulam os gerativistas) e como um produto sócio-histórico (daí o seu caráter variável, como postulam os sociolinguistas). O trecho seguinte ilustra esse ponto de vista:

Qualquer que seja o ponto em que se aborde o fenômeno lingüístico, se encontrarão estruturas que resultam da interação dos processos cerebrais e estruturas mentais da faculdade da linguagem com as interferências contingenciais que se verificam no processo histórico de constituição da língua. (LUCCHESI, 2004, p. 216)

Como se percebe, estudar as línguas de uma forma **ou** de outra, de maneira excludente, torna-se falho. Então, muito perspicazmente, o autor apresenta uma agenda de pesquisa para a linguística, salientando a necessidade de uma abordagem de estudo que integre consistentemente a dimensão biológica/ mental do indivíduo e a dimensão sócio-histórica, conforme se revela no fragmento abaixo:

Esse entendimento deve ser buscado na incapacidade de a sociolingüística incorporar, na sua representação do objeto de estudo, a dimensão estrutural e estruturante do fenômeno lingüístico, embora esse modelo tenha contribuído de forma decisiva para uma apreensão mais adequada da língua em sua dimensão sócio-histórica. A questão que se coloca, então, para a sociolingüística é desenvolver, ou incorporar criticamente, uma teoria que dê conta da sistematicidade da linguagem, a partir de sua acertada concepção de língua, para o que já dispõe de um sofisticado material de verificação empírica. (LUCCHESI, *op.cit.*, p. 218)

É ressaltado, pois, nessas contribuições de Lucchesi (*op. cit.*, 2011), a incapacidade, de um lado, do gerativismo, em dar conta da variabilidade dos usos lingüísticos concretos e, por outro, da sociolinguística, em proporcionar análises lingüísticas mais abrangentes, considerando a invariância das línguas, isto é, o correlato

mental subjacente nos usos linguísticos¹⁵⁴. Isso faz suscitar questões, como: o que faz existir processos variáveis em certos aspectos da gramática e em outros não? Essas são discussões importantes, mas que, para o escopo desse trabalho, não se pretende esgotar ou mesmo focalizar de forma mais direcionada, pretendendo, por outra, apenas tecer algumas observações sobre a variação e a invariância no tocante ao tema da concordância verbal no português brasileiro; ficando essas questões na pauta de estudos futuros.

Nesse sentido, apresentando um enfoque mais formal do tema da CV, primeiramente, chama-se atenção ao fato de a concordância verbal ser importante para a identificação do sujeito e do objeto direto da oração (constituintes com potencial referencial) no PB, como destaca Perini (2008, p. 103-111). Assim, por exemplo, em uma sentença com dois sintagmas nominais, como “João viu as meninas”, a identificação do sujeito é dada pela concordância. Já em “João viu a menina”, a posição pré-verbal assumida por “João” o faz ser identificado como sujeito, uma vez que ambos SN’s são de 3ª pessoa do singular e, portanto, candidatos em potencial para assumirem a categoria de sujeito. Por questões como essas é que Perini (*loc. cit.*) demonstra que “Belisquei a menina” é gramatical, ao passo que “Beliscou a menina” ou “Beliscava a menina” só o são em contexto anafórico, já que, nestas duas últimas sentenças há muitas interpretações semânticas (*eu, ele, ela, você, a gente*, dentre outras se for considerada a norma popular). Desse modo, o autor formula a seguinte regra de identificação do sujeito: “**o sujeito é um SN cuja pessoa e número sejam compatíveis com a pessoa e número indicados pelo sufixo de pessoa-número do verbo.**”, fazendo as seguintes ressalvas: **(i)** se na oração só houver um SN nessas condições, esse SN é o sujeito; **(ii)** se houver mais de um SN, então o sujeito é o SN que precede imediatamente o verbo; **(iii)** mas se o SN em questão for um clítico (*me, te, nos, se*), ele não conta, e o sujeito é o SN precedente. (PERINI, *op. cit.*, p. 108). Para o autor, essa regra se aplica a verbos com estrutura que se denomina transitiva, composta de **(Sujeito-Agente) + verbo + sufixo de PN-Agente + SN-Paciente**.

Sobressai-se, pois, a autoridade da concordância na identificação do sujeito, de modo que sentenças como * *A menina quebramos a janela* e **Morri um gato* (exemplos de Perini, *op. cit.*, p. 116-117) são agramaticais. A partir disso, observa-se

¹⁵⁴ Por outro lado, salienta-se que há estudos que já defendem que a Língua-I de cada indivíduo é constituída de uma gramática nuclear e uma **periferia marcada**, onde valores paramétricos opostos ao da gramática nuclear podem estar presentes (cf. KATO, 2005).

que há uma interface semântica na relação sujeito-verbo, sendo mais forte a relação entre o sujeito e a pessoa gramatical da forma verbal do que entre esse e o número, razão pela qual orações como “vi a janela” faz o usuário identificar a pessoa do sujeito (*eu*) por outras relações que não pela presença do SN *janela*. Disso decorre que a variação na concordância verbal com a pessoa gramatical é menos frequente do que com o número.

Assim, há muita variação no PB falado quanto ao plural nas formas verbais, sendo, cada vez mais comuns frases como: “Esses menino(s) come muito”, embora, como observa Perini (2010, p. 273), “[...] todas as variedades do PB têm **alguma** concordância verbal, porque nenhuma aceita **eu chegou* ou **ela cheguei*”. Pode-se ver, então, que há um limite na variação, já que a interface sintaxe-semântica faz com que o falante rejeite certas construções. Assim, entende-se por que, no PB, a variação na concordância verbal de número é muito mais recorrente do que a de pessoa, segundo foi afirmado acima. Sobre isso, afirma Castilho (2010, p. 273):

A concordância de pessoa parece mais forte que a de número. Encontramos “discordâncias” de número, como em *eles vinha todo dia pedir comida*, mas a discordância de pessoa parece impossível, como em **eu perdeu a paciência*, mesmo entre falantes que produziram a sentença anterior.

Nesse sentido, Bybee (1985) traz resultados de pesquisas que são importantes para se entender por que razão a variação de número é mais produtiva do que a de pessoa. Ao tratar da morfologia nominal e verbal, a autora focaliza a relação entre significado e forma, pondo em destaque as possíveis relações entre sufixos flexivos e aspectos semânticos e cognitivos. A investigação pautou-se na análise de cinquenta línguas de tronco e características diferentes, fazendo, pois, não apenas uma descrição do uso variável dos morfemas, mas também os correlacionando a aspectos mentais/ formais.

Bybee (*op. cit.*, p. 13) postula o princípio da relevância, segundo o qual “um elemento significativo é relevante a outro elemento significativo se o conteúdo semântico do primeiro afeta diretamente ou modifica o conteúdo semântico do segundo”. Nesse caso, uma categoria gramatical irá ter importância diferenciada a depender de como interfere no conteúdo semântico de um lexema. A autora demonstra que categorias mais relevantes tendem a ocorrer mais próximas do radical e, ainda, que

categorias derivacionais ocorrem mais próximas do radical do que as flexionais, sendo, portanto aquelas mais relevantes do que essas.

Assim, no que se refere às categorias de uma forma verbal (**valência, voz aspecto, tempo, modo e concordância**), a pesquisa da autora apontou o *aspecto* como menos passível de variação do que a de *concordância* (número-pessoa), haja vista que, nas línguas investigadas, 72% delas o *aspecto* estava presente na base verbal, enquanto em apenas 56% estava presente a *concordância*. A maior relevância determinará, pois, a frequência morfológica dos termos.

Portanto, fazendo a interconexão sintaxe-semântica proposta no trabalho de Bybee (*op. cit.*), o *aspecto*, o *tempo* e o *modo* seriam muito mais invariantes nas línguas do que a *concordância* (de pessoa, de número e gênero), pois os primeiros referem-se ao processo descrito pela forma verbal em si, ao passo que a segunda seria muito mais funcional do que formal, já que indicaria apenas os participantes do processo (os argumentos verbais). A título de exemplificação, uma forma verbal como estudávamos (estuda + -va + -mos), o morfema número-pessoal (NP), mais distante do radical, é mais variável, porque menos significativo para o sentido do radical do que o morfema modo-tempo-aspecto (MTA). Assim, se o falante disser “eu comi bolo” é semanticamente distinto de dizer “eu comia bolo” (envolve mudança aspectual) ao passo que, se ele disser “eles comeram” ou “eles comeu”, a informação acaba sendo a mesma, o que “licencia” a variação.

O trabalho de Bybee (1985) permite compreender por que há tanto espaço para a variação na concordância verbal no PB, já que *estruturalmente* ela é possível, por abranger a gramática aparente (mecanismos estruturais com pouca carga informacional). Contudo, chama-se a atenção para o fato de que esse fenômeno só irá ocorrer se as condições externas (sócio-históricas) assim o permitirem. Nesse sentido, destaca-se que há línguas em que isso não ocorre, como o italiano, excetuando-se alguns dialetos¹⁵⁵. Mais uma vez, destaca-se a sistematicidade da variação linguística; as línguas variam mais há limites e organização para tal.

O trabalho da autora também permite uma correlação com o que ocorre em línguas pidgins e crioulas. Nessas, o contato linguístico chega a gerar outra língua, marcada pela extrema redução na morfologia verbal, de maneira que é possível correr variação advinda de alterações em morfemas mais próximos ao radical, podendo existir,

¹⁵⁵ Informação extraída do texto de Rubio (2008).

por exemplo, frases como “eu comer” por “eu comi” ou “eu estava comendo”.¹⁵⁶ Mas, por outro lado, é sabido que o contato linguístico pode afetar uma língua sem gerar uma língua nova (cf. PARKVALL E ÁLVARES LÓPES, 2003; LUCCHESI, 2003), como se observa no PB, em que as reduções se aplicam basicamente às flexões de número.

4.3 A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: DEFININDO A PERSPECTIVA DE ANÁLISE

Conforme se explanou neste capítulo, a variação da concordância verbal é um tema rico que possibilita a análise de vários aspectos gramaticais e sócio-históricos do PB. Por meio desse tema, é possível, por exemplo, trazer elementos para o estudo das formas de preenchimento do sujeito, sendo possível investigar se a retenção do pronome-sujeito ocorre devido à erosão da morfologia flexional dos verbos. É possível também averiguar a interferência da implementação das formas *você* e *a gente* pronominais na aplicação ou não da concordância padrão. Em relação a esse segundo aspecto gramatical, o entendimento que se sustenta neste trabalho é o de que explicações estruturais desse tipo podem se aplicar às variedades cultas e semicultas urbanas, mas não às populares, sendo melhor correlacionar a redução da morfologia verbal ao acentuado processo de variação ocorrido na sócio-história do PB.

A propósito, em estudo anterior, Araujo (2004) identificou que, no português popular afro-brasileiro de Helvécia, a implementação da forma inovadora *a gente* na função sintática de sujeito era um caso indicativo de mudança em progresso, dado que os jovens eram os que mais a utilizavam (cf. Tabela 13, a seguir), embora fossem os que mais realizavam a concordância de número nos verbos (cf. BAXTER e LUCCHESI, 1993), ao passo que os mais idosos, informantes da faixa III, eram os que mais utilizavam a forma conservadora *nós* e utilizavam menos a regra padrão de concordância verbal de número; sendo comum entre eles construções do tipo “nós fala”. São resultados que apontam para a necessidade de se buscar explicações para a redução da morfologia flexional na formação bipolarizada do PB, com um intenso contato entre línguas.

¹⁵⁶ Os próprios dados linguísticos primários são falhos e disso decorre que a variação é radical. Assim, os pidgins e crioulos são muito propícios para se estudar a faculdade humana da linguagem, notadamente os processos relacionados à aquisição de L1 e L2.

Tabela 13 – Distribuição das ocorrências de referência à primeira pessoa do discurso no plural (*nós* e *a gente*) na função sintática de sujeito nas faixas etárias dos informantes de Helvécia-Ba

Faixas etárias	Pronomes sujeitos				
	<i>Nós</i>		<i>A gente</i>		Total
	nº. de ocor.	%	nº. de ocor.	%	
Faixa I (20 a 40 anos)	15	5,86	241	94,14	256
Faixa II (41 a 60anos)	72	51,4	68	48,57	140
Faixa III (mais de 60 anos)	100	80,0	25	20,0	125
TOTAIS	187	35,9	334	64,1	521

Por outro lado, com as profundas e contínuas mudanças ocorridas no Brasil, a partir do século XX, acredita-se que as normas entrecruzam-se, influenciando-se mutuamente (LUCCHESI, 2001). Nesse sentido, com este estudo, busca-se investigar, por meio de uma análise variacionista laboviana da concordância verbal, o perfil sociolinguístico do município de Feira de Santana, isto é, investiga-se como se caracterizam os polos sociolinguísticos no PB nos tempos atuais. Por essa razão, para se realizar esta pesquisa, trabalhou-se com um *corpus* representativo da região de Feira de Santana, em diferentes níveis (norma popular – rural e urbana – e a culta urbana). Dessa forma, o estudo lança luzes sobre a questão da formação da língua portuguesa do Brasil, além de reunir elementos que permitem investigar quais as consequências do estreitamento das redes sociais empreendido no Brasil, a partir da intensificação de processos de urbanização e de democratização de acesso ao ensino, fatores que podem estar agindo como um irradiador de normas/ de difusão linguística, diminuindo o abismo que separava a fala das pessoas das camadas populares da fala das pessoas das camadas médias e altas da sociedade.

Nesse sentido, embora os estudos sobre a concordância verbal no Brasil tenham sido inicialmente realizados com amostras da fala urbana, salienta-se que já existem pesquisas realizadas em comunidades rurais de estados brasileiros. Citam-se, por exemplo, os trabalhos de Silva (2005), Mendes (2007) e Jan Carlos Dias Santana (2009) – para comunidades na Bahia –, os de Monte (2007), Rubio (2008) – para comunidades em São Paulo – e o Gonçalves (2007) – para comunidades em Minas Gerais –, aos quais esta tese se junta.

4.3.1 Questões centrais, objetivos e hipóteses

4.3.1.1 Questões centrais

As questões norteadoras da pesquisa são:

i) o falar feirense apresenta-se dividido em dois polos: o das *normas cultas* e o das *normas populares* ou já se observa um inter cruzamento dessas normas, sem uma nítida bipolarização?

ii) a migração de uma grande leva de pessoas vindas, principalmente, do interior de vários estados para a cidade de Feira de Santana interferiu na variação da morfologia flexional de número na fala feirense?

4.3.1.2 Objetivos: geral e específicos

4.3.1.3 Objetivo geral

Com esta pesquisa, procurou-se realizar um estudo sobre a concordância verbal, de modo a possibilitar o diálogo com outras pesquisas já realizadas. Assim, almeja-se contribuir para a definição do perfil sociolinguístico da região de Feira de Santana, por meio de uma análise variacionista comparativa do padrão de uso da concordância verbal em diferentes regiões do Brasil, bem como em diversas variedades transnacionais.

4.3.1.4 Objetivos específicos

Procura-se caracterizar sociolinguisticamente o português falado no município de Feira de Santana, ampliando o debate sobre a formação e caracterização atual do PB, almejando alcançar os seguintes objetivos:

- (i) identificar as possíveis relações entre a aplicação ou não da regra de concordância de número e fatores sociais como *escolaridade*, *sexo*, *idade*, *origem do informante*;
- (ii) verificar os contextos linguísticos que porventura favoreçam a variação;

- (iii) especificar as implicações provocadas, na estrutura social da comunidade, no que diz respeito à aplicação ou não da regra de concordância de número;
- (iv) observar a variação no tempo aparente e projetar historicamente a variação, nos moldes formulados por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]).

4.3.1.5 Hipóteses gerais

Muito embora Feira de Santana tenha exemplarmente acompanhado as mudanças socioeconômicas que marcaram o início do século XX no Brasil, como, por exemplo, tendo tido um aumento considerável do número de indústrias e de rodovias, além do incremento das taxas urbanização e escolarização, partiu-se da hipótese de que ainda existe, no município, a situação de polarização sociolinguística que fora bastante acentuada na sócio-história do PB. Os argumentos que sustentam essa hipótese giram em torno do estigma que se associa à variante zero em formas verbais de primeira e terceira pessoa do plural (P4 e P6), justamente por estarem associadas aos usos linguísticos típicos da população historicamente marginalizada no passado brasileiro: os africanos e afro-descendentes.

Nesse sentido, acredita-se que a não realização das marcas de número nas formas verbais é mais recorrente na fala de indivíduos associados ao passado rural brasileiro, a saber, os de pouca escolarização e mais ligados à cultura popular/rural. Ao passo que, na fala dos indivíduos mais escolarizados, devam existir índices menores de não aplicação da regra padrão de CV, com desfavorecimento ao cancelamento da regra.

Acredita-se, inclusive, que a falta de concordância padrão com formas de P4 é ainda mais estigmatizada do que com formas de P6, principalmente se dessas últimas forem consideradas as formas de menor saliência fônica, como “eles sabe”. Sendo assim, acredita-se que é possível ocorrer certo nível de variação com P6 entre informantes cultos, mas, com P4 (usos como “nós vai”), julga-se ser quase inexistente a variação.

Quanto ao nível de variação que se espera encontrar na fala popular, parte-se do princípio de que, por ser Feira de Santana uma cidade de grande porte, a maior

cidade do interior do estado da Bahia¹⁵⁷, os índices de cancelamento da regra padrão de concordância verbal de número serão menores do que se fosse um município com características prototípicas de cidades do interior.

¹⁵⁷ Para o município, afluem pessoas de várias regiões da Bahia em busca de “itens” que as cidades grandes oferecem, como um bom centro comercial e serviços médicos e educacionais de qualidade.

2ª Parte

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS: MÉTODO E MATERIAIS

CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA E INSTRUMENTOS PARA LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, são especificados os procedimentos metodológicos adotados durante a fase de levantamento e análise dos dados desta pesquisa. Desse modo, em consonância com os pressupostos da Sociolinguística Variacionista – teoria que embasou esta pesquisa –, abordam-se questões concernentes à seleção da variável dependente, às variáveis favorecedoras das regras de concordância (padrão ou não) e aos critérios para inclusão e exclusão de dados, além de se abordar aspectos sobre a amostra que forneceu o *corpus* e sobre o instrumental utilizado na análise estatística: o Goldvarb X (cf. SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005).

5.1 A VARIÁVEL DEPENDENTE

Estipulou-se como variável dependente a concordância verbal de número com sujeitos de terceira pessoa do plural (P6) em orações finitas, ou seja, não se considerou casos de infinitivo flexionado¹⁵⁸. A variável é binária, sendo constituída pelas variantes *presença de marca de plural* (**variante padrão** ou **variante explícita**) e *ausência de marca de plural* (**variante não padrão** ou **variante zero**). Os trechos seguintes, extraídos do *corpus*, exemplificam-nas¹⁵⁹:

P6:

- (1) *Mas já tive colegas que **morreram** de acidente.* (Variante padrão ou explícita)
- (2) *Por que o progresso vai chegando e as coisa **vai** mudando, né?* (Variante não padrão ou zero)

¹⁵⁸ É bastante comentada a característica do falar feirense de usar o pronome pessoal *tu* com verbos não marcados. Esse fato serve, inclusive, para moradores de outras cidades, principalmente os da capital, identificarem quem usa esse tipo de *variante zero* como sendo típico de quem é “de Feira”. Esse uso, em Feira de Santana, pode ser facilmente ouvido na fala de pessoas escolarizadas, de profissionais de todas as áreas, sem que qualquer estigma lhes seja associado. Nesse sentido, no âmbito do Projeto “A língua Portuguesa do Semiárido Baiano – Fase 3”, algumas análises já foram realizadas, a exemplo dos trabalhos de Assunção (2008) e de Santana (2008, 2009). Nesta tese, não se considerou esse uso variável, por se entender que tal variação exigiria o estudo de outra variável dependente, qual seja, a da alternância TU ~ VOCÊ. Também se tentou investigar a variação com a primeira pessoa do plural (P4), mas, diante dos resultados iniciais para tal investigação (comentados, sucintamente, no próximo capítulo), em que foram encontrados escassos usos de forma verbal com o pronome *nós*, julgou-se mais produtivo ater-se ao uso variável com a terceira pessoa do plural.

¹⁵⁹ Todos os exemplos apresentados com numeração foram extraídos do *corpus* desta pesquisa.

Na etapa de seleção das ocorrências que construíram o *corpus* desta tese, foram consideradas variantes padrão aquelas em que se observa a presença de marcas de plural, mesmo que apresentassem alterações morfofonêmicas, como ocorre nos seguintes dados:

(3) *Aí, os cara pararo o ônibus, todo mundo armado [...]*

(4) *E agora **construio** esse outo posto novo aí.*

Foram consideradas ocorrências com referência definida. Assim, casos de referência indeterminada não foram computados.¹⁶⁰ Levantaram-se dados com a seguinte configuração: formas verbais de com *pronome pessoal* (*eles*), com *sintagma nominal simples* (*SN plural*), com *sintagma nominal composto* (*ele + SN lexical e/ou pronome de 2ª ou 3ª pessoa*) e com a *forma zero* (*sujeito desinencial com sujeito retomado anaforicamente*). Frases que exemplificam os dados: “Eles **sabe(m)**”, “O(s) **estudantes sabe(m)**”, “Ele e o irmão **sabe(m)**”, “Ele e ela/você **sabe(m)**”, “Ele, Maria e ela/você **sabe(m)**”, “Eles compraram e Ø**venderam** tudo”. Em suma, foram considerados sujeito plural, haja vista que a não concordância sujeito-verbo com sujeito singular e verbo plural é muito rara em português, abrangendo basicamente os casos de concordância semântica, como ocorrem em “O povo aplaudiram”.

Foram utilizados dados referentes aos dois grandes polos da realidade sociolinguística brasileira (as normas *culta* e *popular*), tornando, assim, possível averiguar como se estrutura, no português feirense, essa realidade bipolarizada. A análise da variação da concordância com a terceira pessoa do plural foi feita muito em razão de que há uma grande quantidade de estudos realizados sobre a P6, com amostras constituídas em todas as regiões do Brasil, algo que possibilita a comparação desses resultados com os obtidos com os dados da região pesquisada nesta tese.

Em consonância com a hipótese reitora deste estudo – a de que a sócio-história do PB (marcada por intensos contatos linguísticos e por escolarização e urbanização tardias) levou a uma acentuada erosão de marcas flexionais nos verbos, atingindo, principalmente, os afrodescendentes e os de classes menos favorecidas – entende-se que a variante com plural explícito representa a forma **inovadora** no português popular, ao passo que, no português culto e semiculto, representa a

¹⁶⁰ Na discussão dos resultados, melhor explicitam os contextos em que foram descartados alguns dados para esta tese.

conservadora; existindo, assim, na variação no uso da CV de número, processos de mudanças vindos “de cima” e “de baixo”, a depender da amostra que se considere na realidade linguística bipolarizada brasileira. Ressalta-se que, em ambas as normas do PB, a variante explícita é a variante de **prestígio**.

A partir desse entendimento sócio-histórico, explica-se por que a variação na concordância verbal tem-se mostrado estável com dados da fala brasileira urbana (MONGUILHOTT, 2001 e OLIVEIRA, 2005), dado que é estigmatizada por estar associada a pessoas que, historicamente, estiveram marginalizadas. **Freia-se, assim, a implementação da mudança para um sistema sem marcas de plural nos verbos.**

5.2 CRITÉRIOS PARA A EXCLUSÃO DE DADOS

Foram descartados alguns dados, como os de verbo *ter* e *vir* no presente do indicativo, pois a forma plural e a singular são praticamente homófonas, conforme se observa nos exemplos seguintes:

- (5) Os mestre de obra que **tem** aqui dentro já **vem** com sua equipe pronta.
- (6) ... só não pode é correr porque os colega **vem** e bate de novo.

As ocorrências com verbo **ter** usados como impessoais não foram computadas. Inicialmente, pensou-se em contabilizá-los como verbos transitivos diretos. Contudo, ao observar que, semanticamente, estes funcionam como sinônimos de existir/haver, sendo mesmo um uso impessoal, preferiu-se descartar esses dados. Os exemplos seguintes ilustram dados não considerados nesta pesquisa:

- (7) Tinha uns cais, **tinha** uns homem lá ...
- (8) Não, já **tinha** uns menino grande.

Foram descartados também casos de ocorrências de formas verbais em contextos em que a própria tradição gramatical considera facultativo o uso de marcas de plural, a exemplo do que ocorre em casos da chamada **concordância semântica ou ideológica, orações com sujeito formado por expressões partitivas + palavra no plural** e em **orações com a expressão um dos + palavra no plural + que** e usos de infinitivos flexionados. Dados nesses contextos foram descartados não apenas por ser facultativos

na prescrição gramatical, mas também e, principalmente, pelo fato de darem ensejo a outros estudos, ou seja, podem ser considerados outros fenômenos para a pesquisa. Ressalta-se que **verbos pospostos com sujeito do tipo composto** (embora facultem a não flexão) foram considerados, por permitir a investigação sobre a importância do tipo de sujeito no uso da flexão verbal.

Os exemplos a seguir ilustram os contextos em que foram descartados dados de P6:

(9) [...] O pessoal **são** ótimo também.

(10) A maioria das comida, como vatapá, caruru, feijoada, maniçoba esse negócio, só **presta** mais de um dia pô outo.

(11) A maneira dos pais **criar** hoje tá...

(12) **Pediram** noventa dias pa passar o cartão de novo...

(13) Não, o menino da mobilete que **mataram** com um tiro de piostola...

5.3 AS VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS OU OS GRUPOS DE FATORES

Conforme foi expresso no capítulo anterior, é sabido que, desde o trabalho precursor de Lemle e Naro (1977), a variação na concordância verbal de número tem sido um dos temas mais investigados no âmbito dos estudos sociolinguísticos brasileiros. Dessa forma, algumas variáveis explanatórias já se mostraram importantes para a compreensão do fenômeno, a exemplo das que controlam a *saliência fônica da oposição singular/plural*, a *posição do sujeito em relação ao verbo* e a *distância entre esses constituintes da oração*.

Assim, nesta seção, à proporção que forem listadas as variáveis independentes, serão comentados os resultados dos estudos já realizados por outros pesquisadores, os quais foram fundamentais para a formulação das hipóteses específicas desta tese. Nesse sentido, tendo em vista que se objetiva contribuir com o debate sobre a sócio-história do PB, preferiu-se começar a exposição tratando das variáveis socioculturais ou extralinguísticas.

Ressalta-se que, ao contrário dos que defende Monguilhott (2001, 2009), parte-se do princípio de que a regra da concordância verbal no PB é muito mais

motivada por influência de fatores socioculturais do que de linguísticos.¹⁶¹ Acredita-se, por exemplo, que os informantes com baixa ou nenhuma escolarização e os mais diretamente ligados à cultura rural são os que mais apagam os morfemas de plural nos verbos.

Desse modo, para o pesquisador construir hipóteses acerca das variáveis extralinguísticas ou socioculturais, é imprescindível considerar as particularidades da comunidade de fala sob análise, pois só assim poderá interpretar os seus resultados de maneira correta. Nesse sentido, é muito importante ponderar a realidade linguística bipolarizada do português, numa perspectiva sócio-histórica, para se entender as diferentes direções da concordância verbal no PB – os chamados fluxos e contrafluxos (cf. NARO e SCHERRE, 2010) – porque, dessa maneira, melhor se deslindam os processos de variação e mudança na realidade sociolinguística brasileira.

5.4 AS VARIÁVEIS SOCIOCULTURAIS: CARACTERIZAÇÃO E HIPÓTESES ESPECÍFICAS

5.4.1 Faixa etária

É uma variável de presença obrigatória nos estudos variacionistas labovianos, porque permite que se façam projeções históricas acerca do fenômeno variável, tornando possível investigar o binômio *variação-mudança*. Nesse sentido, salienta-se que, geralmente, julga-se que os mais jovens usam mais a forma considerada *inovadora desprestigiada*, enquanto os mais velhos usam mais a forma *conservadora padrão*. Tal afirmação, obviamente, não pode ser tomada como afirmação categórica, uma vez que, os estudos sociolinguísticos devam partir da consideração das particularidades que envolvem o fenômeno sob análise, além das particularidades da comunidade de fala, conforme já se explanou acima e no Capítulo 1 desta tese. Por conseguinte, é preciso ter em conta que, nem sempre, “inovar” é sinônimo de “afastar-se da norma padrão”, conforme destacou Vieira (1995, p. 113):

Outra questão relacionada à faixa etária diz respeito à interpretação da opção dos mais jovens pela concordância verbal. A hipótese inicial da pesquisa pressupunha o contrário: os mais novos apresentariam

¹⁶¹ Entende-se que Monguilhott (2001, 2009) defende a motivação mais linguística do que sociocultural para a variação na CV pelo fato de seus dados serem provenientes da fala de informantes escolarizados.

tendência ao cancelamento – a variante tomada como inovadora. Esse fato levou a alguns questionamentos sobre os conceitos de inovação e conservadorismo. Quando um estudioso estabelece que um dado traço lingüístico é inovador ou conservador, que padrão lingüístico está tomando como referência? Alguma norma lingüística está sendo privilegiada?

Nesse sentido, é interessante sublinhar que, quando se investiga o tema da CV em comunidades populares – no sentido de representarem a parcela da população brasileira historicamente marginalizada –, os resultados das variáveis *faixa etária* são diferentes daqueles que se obtêm quando se consideram amostras de fala de informantes cultos e cidadãos¹⁶², comprovando a realidade linguística bipolarizada brasileira (cf. LUCCHESI, 1994, 2001, entre outros). Bortoni-Ricardo (2011[1985]), por exemplo, ao estudar a integração de falantes provenientes do campo em Brazlândia, região administrativa de Brasília, encontrou, tal como Vieira (*op. cit.*), resultados que sugerem um processo de aquisição ou de recuperação de morfemas flexionais nos verbos, conforme revela o seguinte trecho:

Diferenças geracionais desempenham um importante papel na aplicação da regra de concordância: os jovens mostram um índice mais alto de concordância que os adultos. Esses resultados argumentam a favor da hipótese de que falantes jovens do português dialetal têm mais probabilidade de recuperar os sufixos flexionais sob a influência da língua padrão, principalmente por meio da educação formal. O parâmetro de exposição à mídia e sexo têm relativamente efeito pequeno, mas deve-se observar que as mulheres estão mais afastadas do padrão que os homens. (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 230)

Assim, quando analisada a variação na concordância verbal de número no PB, no plano da mudança e não apenas no da variação, há posicionamentos diversos quando se trata da variável *faixa etária*. Se for considerado, por exemplo, o trabalho de Naro (1981), um dos primeiros estudos em que se discutiu a influência da variável *idade* na concordância verbal de número no PB, observa-se que o autor sugere que o uso da concordância padrão estaria a caminho de perda na comunidade de fala carioca, embora alguns fatores, como a influência da mídia, seriam responsáveis para que houvesse contrafluxos nessa tendência. Já Guy (1981), por sua vez, foi menos enfático em suas conclusões, afirmando que o fenômeno da marcação de plural nos verbos no PB é um

¹⁶² Sobre isso já se explanou, nas seções 4.1 e 4.2, quando se discutiu os resultados das variáveis *sexo*, *escolaridade* e *faixa etária* em outros estudos que analisaram a CV no PB.

típico caso de variação estável; posição que pode ser considerada pertinente, especialmente ao se procurar encaixar o fenômeno na estrutura linguística e social, como se defendeu no final da Seção 5.1.

Sobre a relação variação e mudança, é importante observar que, se entre informantes cultos, está havendo um maior distanciamento da norma padrão, a força da avaliação e do encaixamento social, não licenciam a implementação de um sistema sem marcas de concordância de número nos verbos. Por outro lado, ainda que, nos dias atuais, tenha aumentado o uso de marcas de plural nos verbos, mesmo entre informantes das classes populares (por interferência de fatores como aumento de escolaridade e de maior mobilidade nas redes sociais), há fatores linguísticos que levam ao apagamento das marcas, a exemplo de *posição do sujeito, distância do núcleo do sujeito e o verbo, saliência fônica*, entre outros, fazendo com que a mudança não seja implementada nem para a perda nem para a marcação explícita de plural.

A variável foi controlada da seguinte forma:

- **Faixa 1:** informantes com 25 a 35 anos;
- **Faixa 2:** informantes com 45 a 55 anos;
- **Faixa 3:** informantes a partir de 65 anos.

O critério adotado para o estabelecimento do intervalo das faixas etárias foi o de equivalência com o que é adotado no âmbito do Projeto *Vertentes*, de maneira a tornar possível a comparação com resultados de estudos realizados por pesquisadores desse Projeto no que se refere à fala gravada em diferentes regiões do estado da Bahia. Acredita-se ainda que o intervalo entre as faixas seja adequado, pois englobam, apropriadamente, idades em que subjazem aspectos sócio-comportamentais de indivíduos jovens, adultos e idosos, respeitando-se ainda o intervalo de dez anos entre cada uma das faixas.

Partiu-se da hipótese de que os informantes mais jovens da norma popular, por adotarem atitudes que levam a um padrão linguístico “mais urbano”, exibam maiores índices de concordância verbal, favorecendo mais o uso da variante explícita do que os informantes mais idosos. Levanta-se a hipótese de que os informantes jovens da zona rural usem menos a variante padrão do que jovens da zona urbana. Essa hipótese foi formulada a partir das reflexões feitas por Lucchesi (2006), que se baseando em Nina (1980), Vieira (1997) e Silva (2003), observou que, na norma popular, o uso da

CV padrão aumenta conforme diminui a idade do falante, interpretando tal resultado como recuperação das marcas flexionais no PB.

5.4.2 Escolaridade

Trabalhou-se com esta variável partindo-se do pressuposto de que a escolarização poderia atuar como um fator favorável à aquisição do padrão culto da concordância verbal. Assim, entre os informantes mais escolarizados deve haver um maior favorecimento das marcas de número nas formas verbais. Vale salientar a discussão que se fez na seção 4.1 (cf. Gráfico 5), sobre a pesquisa realizada por Graciosa (1991), com dados de informantes cultos cariocas, tendo sido encontrados um alto percentual de concordância de número (94%), estando a variação muito motivada por fatores linguísticos, como *posposição do sujeito, distancia maior entre sujeito e verbo e isolamento do verbo na cadeia discursiva*.

Foram controlados os seguintes níveis de escolaridade:

- Nível baixo: informantes analfabetos ou que tivessem estudado por, no máximo, quatro anos;
- Nível superior: informantes com ensino superior completo com ou sem pós-graduação.

Quanto ao nível de variação, julga-se que o percentual encontrado da variante zero, com os dados dos informantes cultos, será maior do que se fossem dados de P4, uma vez que, embora a falta de marcas de plural com P6 seja estigmatizado no PB, a mesma pode ser considerada (em alguns casos) um *marcador sociolinguístico* e não um *estereótipo*, ao passo que a ausência com P4 é um caso típico de *estereótipo sociolinguístico* no PB, sendo os falantes que a usam identificados como moradores de interior ou de zona rural ou ainda de não escolarizados.

Bortoni-Ricardo (1985, 2011), considerando que há **traços graduais não padrão e traços não padrão abruptos ou descontínuos**, argumenta que as variantes da regra de concordância têm relevância socio simbólica distinta em diferentes ambientes sintáticos e morfológicos, dependendo também da frequência da regra, além do seu

nível de perceptibilidade, de modo que algumas variantes zeros nos verbos são traços graduais e outras descontínuos.¹⁶³

Assim, influenciados por fatores linguísticos ou estilísticos, informantes escolarizados podem usar a variante zero com sujeito de terceira pessoa do plural, mas, com de primeira pessoa do plural, este uso deve ser inexistente ou raro, já que esses informantes possuem em seu repertório linguístico a outra forma e têm consciência das implicações sociais do uso de ambas as variantes.

Na etapa da revisão da literatura, foi verificado que o estudo de Monguilhott (2009) controlou os grupos de fatores *faixa etária* e *escolaridade* de forma conjunta, enquanto Vieira (1995) cruzou essas duas variáveis a fim de sanar a dúvida de que o fato de os mais escolarizados de sua amostra estarem na faixa 1 não teria influenciado nos resultados que apontavam para o aumento da CV entre os mais jovens. No caso do estudo de Vieira (*op. cit.*), os resultados desse cruzamento revelaram que, independentemente da escolaridade, os informantes da faixa etária mais alta exibiam maior tendência ao uso da variante zero. Contudo, segundo aponta a própria autora, a escolaridade de seus informantes era muito ínfima, além de não ter sido controlada durante a seleção dos informantes, o que a fez ter cautela na interpretação de seus resultados.

Levando em consideração esses estudos, nesta tese, realizaram-se cruzamentos entre essas variáveis (*idade* e *escolaridade*), tendo em vista que, assim, melhor se poderia desfazer alguns possíveis enviesamentos de resultados. Pretendeu-se examinar, por exemplo, se o fator escolarização influenciaria mais o uso da CV em jovens cultos ou em idosos cultos.

5.4.3 Diazonalidade

Não há dúvida de que o ambiente rural reúne peculiaridades socioculturais que levam a que os seus padrões linguísticos e culturais sejam diversos dos urbanos. Por essa razão, desde a realização dos primeiros trabalhos que investigaram a diversidade linguística (a princípio, pelo viés dialetológico), pesquisadores clamavam pela urgência

¹⁶³ De modo análogo, Rubio (2007) compara o uso da variante zero com P4 ao do *r retroflexo* ou *r caipira*, este típico do interior paulista, sendo ambos estereotipados nos centros urbanos. Rodrigues (1987), conforme se explanou no capítulo 4, também atesta o uso mais estereotipado da *variante zero* com P4 do que com P6, pois, além de denunciar a baixa escolarização, denuncia a sua origem geográfica.

das descrições dos falares rurais antes que a “modernização” levasse à extinção de suas principais características.

A propósito, para interpretar as particularidades do falar rural em relação ao falar urbano, deve-se recorrer às condições de formação da realidade linguística brasileira, em que uma massa de pessoas sem instrução e arraigada a processos mais “tradicionais”, típicos de ambientes do interior, opunha-se a uma incipiente elite mais ligada a hábitos “modernos”, estas mais próximas ao litoral, nos pequenos povoamentos urbanos. Em outros termos, a substituição das características mais “rústicas” ocorreu de forma mais lenta no interior.

Portanto, trabalha-se com a hipótese de que existem diferenças na fala dos informantes da zona rural em relação aos da zona urbana, principalmente pelo fato de a ausência de marcas de número na flexão verbal ser um aspecto caracterizador da fronteira sociolinguística brasileira, que separa a fala culta da popular. Sob essa ótica, não se pode esquecer que os habitantes das zonas mais afastadas dos grandes centros tiveram/têm menos acesso a instâncias que levem à aquisição de padrões linguísticos da norma culta.

Por outro lado, na formulação da hipótese, julgou-se que os resultados dessa variável não seriam típicos de realidades dicotômicas: **falares urbanos versus falares rurais**, pois os dados da fala rural foram coletados numa comunidade, conforme se argumentou no Capítulo 3, com características já bem “modernizadas”, podendo ser rotulada por *rurbanas* (cf. SOUTHALL, 1973 e BORTONI-RICARDO, 1985, 2011). Aliás, julga-se que, em face do processo de urbanização da população brasileira, intensificado a partir da década de 1940, bem como devido ao uso de tecnologias e hábitos urbanos no campo, torna-se, cada vez mais, difícil realizar estudos com dados prototípicos da fala rural, embora certo nível de diferença possa ainda ser observado. Mesmo com essas ressalvas, investigou-se a influência dessa variável no uso das marcas de plural nos verbos, partindo-se do entendimento de que o cancelamento da regra padrão de concordância seja mais frequente entre os informantes da zona rural do que entre os da zona urbana.

Assim, diferenças linguísticas advindas da esfera diazonal podem ser identificadas, apesar de a comunidade estar localizada próxima a sede do município e de os seus moradores deslocarem-se muito para lá. Convém destacar que a Matinha possui uma rica história de consciência cultural, ligada à preocupação em preservar as tradições/ culturas locais, cujo exemplo mais forte pode ser visto no importante grupo

de samba de roda denominado de *Quixabeira da Matinha*, fundado pelo famoso e saudoso sambista baiano Coleirinho da Bahia. Assim, os resultados poderão também identificar a orientação dos informantes da comunidade, isto é, se orientada para a *identidade* ou para o *prestígio/status*.

Na amostra, foram analisados dados provenientes de doze entrevistas gravadas com moradores naturais e residentes da comunidade **rural** denominada Matinha, todos com pouca ou nenhuma escolarização. Esses resultados foram comparados com os dados da norma popular da **zona urbana** (trinta e seis entrevistas).

5.4.4 Relação com a migração

Esta não é uma variável comumente considerada em estudos sociolinguísticos, mas foi considerada nesta pesquisa devido às condições sócio-históricas de Feira de Santana, sobre as quais se explanou no Capítulo 3. A propósito, como já destacaram Araujo e Almeida (2010), a sócio-história do município serve exemplarmente para ilustrar os fatos vivenciados na sócio-história do PB, a exemplo dos relativamente acelerados processos de urbanização e de escolarização (cf. capítulo 2 desta tese), ambos tão marcantes na história do município.

Sobre a importância da migração na gênese de traços característicos da realidade linguística do PB, posiciona-se Bortoni-Ricardo (2011, p. 12), chamando a atenção de se investigar a amálgama *rural/urbana*:

A transformação de dialetos rurais em variedades urbanas não padrão – à qual nos referiremos como “urbanização de dialetos rurais” – está no âmago dos processos de mudança linguística e padronização da língua no Brasil. A migração de massas do campo para as cidades, a introdução em áreas rurais de um modo urbano de vida juntamente com a tecnologia e um alto nível de movimentação populacional inter-regional são, hoje em dia, as características fundamentais da sociedade brasileira e devem ser compreendidas no contexto de um país em desenvolvimento, que só recentemente emergiu de uma economia predominantemente agrária e é marcado por sérios desequilíbrios regionais e por uma perversa e persistente concentração de renda.

Assim, com esta variável, procura-se investigar a extensão dos diversos fluxos migratórios que o município congregou, procurando identificar as possíveis influências dos contatos linguísticos. Partiu-se do pressuposto de que os migrantes

abandonam traços linguísticos típicos de sua região por aqueles típicos da região que passam a ocupar.

A variável foi controlada da seguinte forma:

- Feirenses filhos de feirenses;
- Feirenses filhos de migrantes

Desse modo, fazem-se algumas ressalvas. Primeiramente, explicita-se que os informantes foram categorizados como **filhos de feirenses** e **filhos de migrantes** não por se partir da hipótese de que as crianças “imitam” a fala de seus pais ou que tomem como *input* a fala de seus familiares e não a de seus pares. O critério foi utilizado por se querer averiguar se a almejada “escalada social” por parte dos migrantes foi alcançada, ou seja, procura-se investigar se houve, de fato, uma “mobilidade intergeracional”¹⁶⁴, no sentido linguístico. Destaca-se também que este estudo poderia ter se beneficiado do estudo das *redes sociais*, como fez alguns pesquisadores, a exemplo de Bortoni-Ricardo (1985, 2011) e Monguilhott (2009), mas isso não foi feito, ficando para estudos futuros a tarefa de se incrementar os instrumentais teórico-metodológicos desta investigação.¹⁶⁵

Em síntese, a hipótese foi formulada partindo do fato de os migrantes não escolarizados ou parcamente escolarizados que migraram para Feira de Santana, em seu processo de integração com um novo grupo social, procurou incrementar diferenças linguísticas em seus padrões linguísticos. Não se esperou, contudo, que houvesse uma aproximação ou uma identidade com o falar culto, mas, tão somente, um maior distanciamento em relação à fala dos informantes que permaneceram no campo ou em cidade menores. Assim, a difusão dialetal deve ser mais forte entre os filhos de migrantes integrados, diminuindo o uso de formas estigmatizadas, passando a haver uma variação bem estruturada entre as variantes zero e as explícitas. Em resumo, à proporção que o migrante for se ajustando aos padrões econômicos e culturais da civilização urbana, tenderá a usar mais a forma de plural explícita nos verbos.

¹⁶⁴ Termo citado por Bortoni-Ricardo (2011, p. 125).

¹⁶⁵ Na coleta de dados, isto é, no processo de constituição da amostra, não foram criadas condições para se medir os graus de **integração** dos filhos de migrantes (novos vínculos de amizade com falantes sem a mesma origem migratória e de classes sociais diferentes) e, tampouco, de **urbanização**, tal como fez Bortoni-Ricardo, que inquiria seus informantes com perguntas, como “Quem são seus três melhores amigos?” e os categorizava de acordo com um índice que levasse em conta o grau de escolaridade do falante, sua mobilidade social (se ascendente ou não), sua participação em eventos urbanos, sua exposição à mídia e sua informação política.

5.4.5 Sexo do informante

A última das variáveis extralinguísticas consideradas nesta tese, a variável *sexo*, é também de presença quase que obrigatória nos estudos sociolinguísticos, tais como as variáveis *faixa etária* e *escolaridade*. Preferiu-se apresentá-la por último, após as variáveis *diazonalidade* e *relação com a migração*, porque se acreditou que, assim, ficariam mais explícitas as hipóteses formuladas para o comportamento de homens e mulheres no *corpus* analisado. Em outras palavras, supôs-se que haveria correlações entre as variáveis *sexo* e a *região de origem do informante*.

Tradicionalmente, parte-se do pressuposto de que as mulheres são mais “conformistas”, no sentido de liderarem o uso de formas recém prestigiadas, em mudanças em progresso, e rejeitarem formas estigmatizadas em variações estáveis (cf. LABOV, 2001, p. 274). Assim, quando se estuda comunidades urbanas com informantes cultos e semicultos, encontram-se resultados que se ajustam com os postulados de Labov (1975, 1981) e Chambers (1985): as mulheres estão mais expostas à correção gramatical, sendo mais sensíveis às normas de prestígio. Scherre e Naro (1997), por exemplo, encontraram resultados que evidenciavam que *anos de escolarização* e *sexo* são os grupos de fatores sociais mais relevantes para o uso de marcas de plural nos verbos.

Por outro lado, pesquisas que têm como *corpora* dados de fala popular rural e de migrantes em grandes cidades revelam uma configuração diferenciada, da mesma forma que a variável *faixa etária* (cf. subseção 5.3.1.1). Rodrigues (1987), por exemplo, discorrendo sobre o maior estigma do uso da variante zero com P4 na fala dos migrantes na favela de Carombé, em São Paulo, conclui que os informantes do sexo masculino tendem a mais rapidamente acomodar-se ao falar urbano:

E é na fala dos homens que se torna mais eloqüente tal acomodação: ele precisa substituir os hábitos da sua região de origem por novos hábitos urbanos, entre os quais avulta o comportamento verbal. Esta acomodação não se verifica apenas no plano lexical, mas também no gramatical, de que é prova indiscutível a tendência à aplicação da regra padrão de concordância verbal em P4.

Ao comparar os seus resultados de P4 com os de P6, a autora salienta que as variáveis *sexo* e *escolaridade* não se mostraram relevantes para a aplicação da regra de concordância verbal com P6 e interpreta esse resultado como decorrente do fato de a

ausência de concordância com P6 não ser tão típico do falar rural. Já, com P4, confirmou-se a interferência das mulheres, de qualquer faixa etária, no favorecimento da regra de não concordância e os homens mais velhos ao uso da regra de concordância verbal de maior aceitação social. Esses resultados foram interpretados por Rodrigues (*op. cit.*, p. 250) pela diferença do estatuto social do homem e da mulher em comunidades populares nos grandes centros urbanos.

Também Bortoni-Ricardo (1985, 2011), focalizando a comunidade rurbana de Brazlândia, evidencia o papel inovador dos homens no que se refere à aquisição de formas padrão no plural dos verbos:

A explicação para a grande distância entre o controle da regra de CV1 **[a autora refere-se à concordância com a 1ª pessoa do plural]** por homens e mulheres parece de fato surgir das diferenças na situação de dois grupos em relação à transição rural-urbana. Temos argumentado (principalmente nas seções 6.4 e 7.1.2) que os migrantes do sexo masculino estão na vanguarda do processo de ajuste ao novo ambiente urbano e, conseqüentemente, mais expostos à cultura dominante do que as mulheres. A regra de CV1 pode ser considerada como a melhor variável linguística diagnóstica desse estado de coisas entre as quatro variáveis incluídas na pesquisa. (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 237)

Baseando-se nesses resultados, a hipótese aventada nesta tese foi a de as mulheres com pouca ou nenhuma escolarização exibiriam maiores chances de externar a variante zero em sua fala, pelo fato de, nas comunidades mais carentes, terem menos oportunidades de adquirir o padrão culto.¹⁶⁶ Já os homens, por interagirem com pessoas de diversos níveis socioculturais e por terem pretensões e pressões profissionais que os levam a “querer parecer de origem não rural”, devem usá-la com menor frequência.

Nos casos dos informantes cultos, a hipótese levantada foi a de que as mulheres favoreçam a variante de plural explícito. Para tal, houve um embasamento nos resultados de pesquisas que apontam que informantes do sexo feminino são mais sensíveis à escolarização do que os do sexo masculino e, inclusive, que o fator apresenta maior polarização entre os resultados máximos e mínimos. (cf. OLIVEIRA E SILVA e SCHERRE, 1996, p. 349).

¹⁶⁶ Segundo Bortoni-Ricardo (2011, p. 264), o principal fator que parece fortalecer a difusão dialetal das mulheres é o contato intergeracional que se dá no domínio do lar, por meio de sua relação com seus filhos crescidos.

5.5 AS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS: CARACTERIZAÇÃO E HIPÓTESES ESPECÍFICAS

Conforme foi apresentado nas subseções anteriores, os resultados das variáveis controladas em pesquisas sociolinguísticas ficam mais bem delineados quando a sua interpretação é feita de forma abrangente, isto é, interligando resultados de variáveis linguísticas aos de variáveis socioculturais. Assim, ressalta-se que foi feita uma exposição desses dois tipos de variáveis separadamente apenas para deixar o texto mais didático e explicitar mais diretamente o raciocínio empregado nas interpretações dos resultados, mas a análise dos resultados é feita de forma integrada, isto é, associando variáveis linguísticas a variáveis socioculturais e vice-versa. Salienta-se que as hipóteses para as variáveis linguísticas foram formuladas muito com base em estudos prévios sobre a concordância verbal no PB, tal como se deu para as variáveis não linguísticas.

5.5.1 As Variáveis linguísticas

5.5.1.1 Realização e posição do sujeito

Ao associar a realização e a posição do sujeito no controle desta variável, coaduna-se com Silva (2005) e Lucchesi, Baxter e Silva (2009), entre outros, que partem do princípio de que a posição do sujeito na oração depende de sua realização na estrutura frasal. Salienta-se que da forma como foram controlados os fatores é possível verificar se a distância entre o sujeito e a forma verbal interfere na concordância de número entre esses dois termos. Os fatores ficaram organizados da seguinte maneira:

- Sujeito imediatamente anteposto ao verbo
(14) eles *escreve* pra ser realidade...
- Sujeito anteposto ao verbo com um ou mais constituintes intervenientes
(a partir de mais de duas sílabas)
(15) os bloco hoje *quer* vender
- Sujeito anteposto ao verbo com uma relativa
(16) muitos aqui dentro do Feira Seis, que é tirado a mestre de obra, *quer* ser dono do mundo e não é.

- Sujeito anteposto ao verbo com SPrep)

(17) esses pessoal assim de roça só **batia** com gangaço de licuri, de sola...
- Sujeito retomado por pronome relativo

(18) as amizades assim muito boa que **marcou**...
- Sujeito não-realizado com referência determinada

(19) porque os paulistas é gente boa, é educado.
- Sujeito imediatamente posposto

(20) **Foram** três, não foi?
- Sujeito posposto separado por um ou mais constituintes

(21) **Falta** agora as coisa no posto.
- Sujeito posposto ao verbo ser sem constituintes anteriores

(22) **São** doze bolsistas.

(23) Na verdade, assim, **foram** dois momentos.

(24) (...) **eram** vários irmãos, né, e eu nunca tive um quarto pra mim.

(25) (...) **foi** os religiosos que matou Jesus.

(26) E **era** umas festa boa. Micareta mesmo.

Monte (2012, p. 86) investigou a variação com P6, controlando o fator *verbo ser* separadamente dos outros verbos e levantou a hipótese de que tal verbo favoreceria a ausência de concordância verbal. Nesse sentido, ressalta-se que a análise do autor separa o verbo *ser* dos demais em qualquer contexto. Nesta pesquisa, ao contrário, esse verbo é analisado separadamente apenas no contexto apontado acima e elucidado nos exemplos (22) a (26). Cabe salientar que as formas verbais com o verbo ‘ser’ em contexto especial, da maneira como foi controlada nesta pesquisa, ocorrem em construções atributivas, apresentacionais, clivadas, pseudoclivadas, em orações com valor existencial e em designações de tempo, distância, quantidade ou valor.

5.5.1.2 Concordância nominal no sujeito

Acreditando que o Princípio da Coesão Estrutural (LUCCHESI, 2000, LUCCHESI e RIBEIRO, 2009)¹⁶⁷ atua no uso variável da CV, controlou-se esta variável, partindo-se da ideia de que nas orações em que existem marcas de concordância no SN sujeito devem existir também marcas de concordância no sintagma verbal. No processo de codificação, foram considerados os determinantes, os núcleos e modificadores, observando se estes estavam em concordância de número. Assim, por exemplo, dados como “Muitos alunos aqui fica calado...” foi considerado com concordância nominal no sujeito, ao passo que “as pernas veia vão cansando”¹⁶⁸ foi considerado sem concordância.

Os fatores controlados foram os seguintes:

- SN com concordância
- SN sem concordância

Os dados só foram considerados quando havia possibilidade de concordância padrão e de não concordância padrão. Assim, nos casos de sujeito não realizados, formados por pronomes, numerais ou pronomes com numerais, como em “Eles dois” e nos casos de coletivos com marca de plural “Os pessoal num dá muito valô”, os dados foram descartados, a exemplo de:

(27) Eles *vieram* e Ø *ligaram*.

(28) Quando os dois já se *entende*, acho que dá

Chama-se atenção para o fato de que, no controle desta variável, foram computadas ocorrências em que o sujeito era posposto, como o que se vê abaixo.

(29) *Falta* agora as coisa no posto.

5.5.1.3 Indicação do plural no SN sujeito

¹⁶⁷ “O princípio da coesão estrutural pode ser formulado com base na propensão de coocorrência de estrutura de uma mesma gramática numa determinada porção da sentença, nas situações de alternância de código, e não numa coocorrência categórica, estritamente restringida pelos princípios abstratos da gramática. Essa propensão seria condicionada, em primeiro lugar, pelo grau de coesão da estrutura delimitada. Assim, como já foi dito, haveria uma maior propensão de coocorrência de estruturas de uma mesma gramática em seus nódulos mais coesos do que nos nódulos mais periféricos” (LUCCHESI e Ribeiro, 2009, p. 151-152).

¹⁶⁸ Dados retirados do *corpus*.

Considerando que, na língua portuguesa, há várias estratégias para marcação de plural no sintagma nominal, como, por exemplo, acréscimos de morfema (geralmente, -s), presença de numerais e de quantificadores, núcleos compostos etc, controlou-se esta variável para investigar se o tipo de marcação de plural interferiria na marcação de plural no verbo das orações. Como hipótese, sustenta-se que as marcações mais evidentes/ mais salientes no nível semântico devam interferir negativamente no uso da CV, como ocorre em, por exemplo, “Todas prova *era* difícil”, em que o quantificador, por si só, já marca a pluralidade, o que pode dispensar a marcação plural na forma verbal.

Os fatores foram listados da seguinte forma:

- (30) Mórfrica (*Os meninos **chegaram**; Uns **ficaram**; Eles **comeu***)
- (31) Com numeral (***Dois** motivos são suficientes*)
- (32) Com quantificador (*muitos, vários, todos, tudo, etc.*)
- (33) Mórfrica e lexical (marcação dobrada) ou mórfrica, com quantificador e lexical (com tripla marcação) Os pessoal ficaram [dupla]; (Muitas gente **vão**; Muitos povo não **sabe** isso [tripla])
- (34) sujeito composto (Ela e ele chegaram)

5.5.1.4 Caracterização semântica do sujeito

As análises sociolinguísticas já realizadas sobre a concordância verbal são unânimes em apresentar o favorecimento das marcas de plural quando o referente sujeito é do tipo [+ humano]. De modo geral, interpretam-se esses resultados como decorrentes do fato de o sujeito prototípico em português ter o traço [+humano], por ser o responsável pelo desempenho da ação (+ agente), o que leva ao aumento da concordância entre sujeito e verbo.

Desse modo, foi decidido controlar o peso dessa variável por meio dos fatores [+ humano] e [-humano]. Nesse sentido, foi controlada de uma forma diferente de outras pesquisas em que se analisou a concordância do PB (SCHERRE, 1988 e VIEIRA, 1995), que mediram também a influência do traço de concretude (i.e. se + ou - concreto).

5.5.1.5 Tipo de verbo

Acredita-se que a carga semântico-funcional pode interferir no uso variável da concordância verbal de número (cf. GRACIOSA, 1991e SILVA, 2005). A seguir, listam exemplos retirados do *corpus* desta pesquisa:

- Transitivos
 - (35) muitos que é tirado a mestre de obra aqui no Feira Seis *quer* ser dono do mundo
- Locativos
 - (36) eles *vieram* e ligaram.
- Intransitivos
 - (37) Só *trabalham*, estudam não.
- Inacusativos
 - (38) *morreu* duzentas e poucas pessoas.
- Cópula/ de ligação
 - (39) Hoje *são* aqueles *pop star*...
- Auxiliares
 - (40) ... Agora tem coisas que *tá* faltando.
- Passivas
 - (41) os colégio mesmo *foi* reformado
- Modais, aspectuais e leves
 - (42) Ah, eles apronta tudo, tudo que eles *quer* aprontar.
 - (43) os menino *pegou* e meteu pedra na gente.
 - (44) eles *começou* a trabalhar, abrir a Rio-Bahia,
- Transitivos com sujeito paciente e verbos ergativos
 - (45) Os pneu *esvaziou*.

5.5.1.6 Saliência fônica

Naro e Lemle (1976), sem correlacionar a questão da saliência fônica da oposição singular e plural dos verbos à formação do PB, utilizaram esse grupo de fatores no estudo da CV com P6. Os autores buscaram investigar a importância da distinção singular/ plural no uso das formas verbais e comprovaram que formas mais

salientes tendem a ser mais marcadas do que as menos salientes. Naro (1981, p. 78) refinou a análise, propondo uma escala de saliência que se pauta em dois critérios, o da **presença ou ausência de acento na desinência** e o da **quantidade de material fônico que diferencia a forma singular da forma do plural**, isto é, um grupo de **tonicidade** e um grupo de **diferença de material**. A escala que mais é utilizada nos estudos que tratam da variação na CV com a terceira pessoa do plural com dados do português brasileiro é a seguinte, presente no texto de Scherre e Naro (1998, p. 03-04): ¹⁶⁹

Nível 1 (oposição não acentuada): "contém os pares nos quais os segmentos fonéticos que estabelecem a oposição são **NÃO ACENTUADOS** em ambos os membros"

1a: não envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural

- Eles **conhece0** Roma. Conhece Paris
- Ceys **conheceM**?

1b: envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural

- Eles **ganha0** demais po que eles fayz
- Eles **ganhaM** demais da conta

1c: envolve acréscimo de segmentos na forma plural

- Eles também não **diz0**
- Eles **dizEM**: "chutei tudo"

Nível 2 (oposição acentuada): "o segundo nível contém aqueles pares nos quais [os segmentos fonéticos que estabelecem a oposição] são **ACENTUADOS** em pelo menos um membro da oposição"

2a: envolve apenas mudança na qualidade da vogal na forma plural

- Os filho **tá0** pedindo dinheiro
- Eles **tã0** bem intencionados

2b: envolve acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural; inclui o par foi/foram que perde a semivogal

- Aí **bateu0** dois senhores na porta
- (eles) **bateRU** sete chapa da cabeça dele

2c: envolve acréscimos de segmentos e mudanças diversas na forma plural: mudanças vocálicas na desinência, mudanças na raiz, e até mudanças completas.

- Aí, **veio0** aqueles cara correno atrás de
- **vIERAM** os ladrões, quatro, hum?
- Agora, os vizinho daqui **é0** ótimo
- Mesmo aqueles que **Sã0** sinceros

¹⁶⁹ Os exemplos foram retirados na própria escala de saliência fônica fornecida pelos autores.

Em resumo, a variável organiza-se numa crescente hierarquia oposicional, agrupadas em dois níveis em função da intensidade dos segmentos fônicos da distinção singular/ plural. No primeiro nível, com formas átonas, há menor saliência e, portanto, menos tendência para a marcação de plural e, no segundo, com formas tônicas, mais salientes, há maior tendência para a realização de plural.

Sobre a saliência fônica, Monguilhott (2009), em sua análise comparativa da concordância com a terceira pessoa do plural (PB e PE), encontrou nesta variável o efeito mais relevante para a aplicação da CV nos dados do português brasileiro, com a posição acentuada favorecendo-a. Já, para os dados do PE, a variável não foi selecionada como estatisticamente relevante e, ainda, ao contrário do PB, com a oposição não-acentuada (nível 1) favorecendo levemente a concordância (93% contra 90% do nível 2). A autora salienta também que houve um decréscimo na categoria *c* do nível 2 (respectivamente **2a**, **2b** e **2c**: 92%, 96% e 84%), interpretando este resultado pelo fato de verbos com cópula (*e/são*) no PE ser o fator que mais desfavorece da variante explícita no PE: “O que parece ocorrer no PE é que esses pares, embora salientes, não parecem apresentar estigma social” (MONGUILHOTT, 2009, p. 151). Ao cruzar as variáveis escolaridade e saliência fônica, com dados do PE, a escala de saliência fônica também não se mostrou significativa. Convém destacar que houve, no PE urbano, maiores percentuais da variante zero de P6 com os dados mais salientes, o que leva a crer que, em Portugal, não há muito estigma com esse uso. **Portanto, sobre esses resultados, é justo interpretá-los como representativos de duas histórias sociolinguísticas distintas, a do PB e a do PE, em que, no Brasil, inevitavelmente, a ausência de plural nos verbos é associada à população marginalizada ao longo da história brasileira.** Sobre isso, destaca-se a declaração feita por Guy (2005):

[...] a escala de saliência funciona como uma escala de facilidade de aquisição. Na aquisição de uma regra por uma pessoa que não tem essa regra, a escala de saliência atuaria no sentido de que ela adquiriria primeiro os casos mais óbvios, mais salientes, e os mais difíceis de aprender seriam adquiridos só depois. Assim, esses dados podem ser interpretados como evidência de uma história em que havia uma comunidade de pessoas que não tinham essa regra de concordância, e que a estavam adquirindo através do contato com falantes nativos, que mostravam a regra nas suas produções orais. Este é o caso que existiu na história das línguas crioulas, durante os processos de pidginização e descrioulização. (GUY, op. cit., p. 26).

Assim, tendo em vista a possibilidade de comparar resultados (já que praticamente em todas as pesquisas sobre concordância verbal se considera a saliência fônica), resolveu-se utilizá-la nesta pesquisa. A hipótese sustentada é a de que a ausência de marcas de plural com os pares mais salientes seria mais frequente entre os informantes menos escolarizados, já que se supõe que os mais escolarizados é que teriam a percepção do estigma associado à variante zero. Os cultos da amostra, por sua vez, devem exibir menores índices de não realização de plural e, igualmente, apresentar um aumento considerável de plural nos pares mais salientes, muito mais do que os analfabetos e pouco escolarizados.

Portanto, para P6, os dados foram categorizados de acordo com a escala formulada por Naro (1981), anteriormente exposta.

Para esta tese, julgou-se procedente fazer algumas modificações na **redação** da escala de saliência fônica formulada Por Naro (1981). Essa decisão foi pautada no estudo de Oliveira (2005). A autora chama a atenção para a colocação feita por Câmara Jr (1992 [1970], p. 43), que afirma que “todos os fonemas vocálicos, em termos fonéticos, apresentam variação articulatória e auditiva”. Nesse sentido, coaduna-se com Oliveira (*op. cit.*, p. 99), no sentido de que

não se trata apenas de uma questão de presença ou ausência de acento, mas da nasalização ou desnasalização que há nas terminações verbais com vogal anterior, no caso 1a, e da vogal baixa, no nível 1b, como se pode notar nos exemplos com a vogal anterior: vende X vendem, em que a vogal final de –(‘vende) não é igual a vogal final de (‘vendem), da mesma maneira que ocorre com a vogal baixa de (‘ama) X (‘amam).

Assim, partindo das seguintes premissas: **(i)** tanto em 1a como em 1b ocorre alteração na vogal, **(ii)** em 2b, pode evolver também ditongação, **(iii)** em 2c, há supressão da semivogal do singular da vogal temática, resolveu-se adotar a escala de saliência fônica proposta por Naro e Scherre (1998), mas com as alterações proposta por Oliveira (2005, p. 99-100)¹⁷⁰. A seguir, apresenta a variável em sua distribuição reescrita pela autora:

Nível 1: Oposição entre vogal oral e vogal nasal e acréscimo de segmento.

Esse nível é composto de três subníveis, quais sejam:

¹⁷⁰ A própria autora assinala que as alterações centram-se na redação da escala da saliência fônica e não nos seus princípios (OLIVEIRA, 2005, p. 116).

1a. - envolve oposição entre vogal oral e vogal nasal e ditongação, quando o verbo tem na terminação plural vogais médias anteriores como em **ame / amem, vende / vendem ou parte / partem;**

1b. - envolve oposição entre vogal oral e vogal nasal e ditongação em terminações plurais constituídas de vogal central, como em: **canta / cantam, seja / sejam, partia / partiam;**

1c. - envolve acréscimo de segmentos na forma plural: **quer / querem, tráfegar / tráfegarem, partir / partirem;**

Nível 2: Oposição acentuada

2a. - envolve ditongação e/ou mudança na qualidade vocálica **está/ estão; fará / farão, irá / irão;**

2b. - acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular com modificação da vogal temática, nos casos de verbos da 1ª conjugação: **comprou / compraram, bateu / bateram, sumiu / sumiram;**

2c. - envolve acréscimo de segmento e mudança de raiz, que pode ser completa ou não **é / são, fez/ fizeram, teve / tiveram.**¹⁷¹

5.5.1.7 Efeito de gatilho (relação com o discurso do documentador)

É possível que o documentador, mesmo sendo escolarizado, dirija-se ao informante utilizando-se de verbos sem marcação explícita de plural. Assim, o efeito de gatilho foi testado com uma variável, tendo sido encontrados dados como:

(46)

DOC: Eles *acolhem* bem, né?

INF: *Acolhem* bem...

(47)

DOC: Hum. Eles já *estão* grandes?

INF: Não, *são* pequeno ainda, um tem nove, o outro tem sete, o outro tem três.

(48)

DOC: E eles *falam* que gostam de estudar lá?

INF: *Diz* que *gosta*.

¹⁷¹ Vieira (1995, p. 67-69) também formulou a redação da escala dessa variável chamando a atenção para o acréscimo do traço suprasegmental de nasalidade nos itens 1a, 1b e 1c.

A variável ficou estruturada da seguinte forma:

- Sem estímulo
Foi utilizado o recurso “não se aplica” neste caso.
- Com estímulo para a concordância (mesmo verbo)
DOC: “Eles **trabalham** muito?”
- Com estímulo para a falta de concordância (mesmo verbo)
DOC: “Eles **trabalha** muito?”
- Com estímulo para a concordância (verbo diferente, mesmo sujeito)
DOC: E como é que eles **são**?
(50) INF: “Eles **trabalham** bastante.”
- Com estímulo para a falta de concordância (verbo diferente, mesmo sujeito)
DOC: As brincadeira **mudô** muito?
(49) INF: “As brincadeira não **existe** mais.”¹⁷²

5.5.1.8 Forma do último constituinte do SN Sujeito que está antes do verbo (adjacente)

Com P6, há possibilidade de o SN sujeito ter muitos constituintes. Assim, adotando o controle utilizado por Silva (2005) e Lucchesi, Baxter e Silva (2009), foi investigado o peso dos seguintes fatores, apenas para os casos de anteposição imediata de sujeito:

- Núcleo com marca de plural
(50) “Os **meninos** encrencaram comigo”
- Núcleo sem marca de plural
(51) “As **enfermeira** deram...”
- último constituinte do SN com marca de plural
(52) os filhos dos **vizinhos** não sai de casa; as plantam que dão **flores** são essas)
- último constituinte do SN sem marca de plural
(53) “os filhos do **vizinho** não sai de casa; as plantam que dão **flor** são essas”
- Pronome *eles* (54) “**Eles** não paro quéto.”

¹⁷² Embora, nesta tese, não tenha sido controlado o fator “ausência de efeito de gatilho”, julga-se pertinente a inclusão desse fator na realização de futuras análises.

- Determinante ou modificador com marca de plural
(55) “*Os trabalhos **meus** são sempre bem feitos; **Aqueles** já foram vendidos.*”
- Determinante ou modificador sem marca de plural
(56) “*Os **meu** são esses; Os **outro** já veio.*”
- Numeral
(57) “*Sei que **dois** foram criados ali; e **quatro** estão desaparecidos.*”
- Quantificador *tudo*
(58) “*Eles **tudo** foro junto ao cinema; Eles tá **tudo** esparramado*”
- Quantificador *todos* ou *todas*
(59) “*Eles **todos** foram escolhidos; Eles foram **todos** escolhidos.*”

Com a variável, busca-se investigar qual a influência da marcação ou não de plural no último elemento do SN sujeito na marcação de pluralidade nas formas verbais.

5.6 A AMOSTRA UTILIZADA

Os dados linguísticos que constituem o *corpus* desta pesquisa foram selecionados em entrevistas do acervo do projeto de pesquisa *A língua portuguesa do semiárido baiano – Fase 3*¹⁷³, sediado no Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa – NELP, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), coordenado pela Professora Doutora Norma Lucia Fernandes de Almeida¹⁷⁴.

A amostra conta com um acervo de 72 entrevistas (quatro informantes por faixa etária, dois homens e duas mulheres) que foram gravadas com o propósito de ser representativas da comunidade de fala de Feira de Santana. Para tanto, foi imprescindível o embasamento em estudos sobre a sócio-história do município, os quais assinalaram, por exemplo, a necessidade de se analisar a relação entre migração e caracterização sociolinguística na língua falada no município.

A temática das entrevistas girou em torno de, entre outros assuntos, aspectos referentes ao cotidiano da cidade, infância dos informantes e suas profissões. Buscou-se

¹⁷³ Foram responsáveis pela gravação das entrevistas da Fase 3 do Projeto, as professoras Silvana Silva de Farias Araujo (feirenses filho de migrantes), Norma Lucia Fernandes de Almeida (feirenses filhos de feirenses), Eliana Pitombo Teixeira (cultos) e Zenaide Oliveira Novaes Carneiro (migrantes).

¹⁷⁴ Conforme foi apresentado no capítulo 3 desta tese, nas outras fases do projeto, foram constituídas amostras com entrevistas sociolinguísticas gravadas em comunidades rurais no semiárido baiano (ALMEIDA, 2008). Já, nessa terceira fase, o projeto volta-se para a comunidade urbana de Feira de Santana, município de maior representatividade demográfica e econômica da imensa faixa do semiárido baiano.

amenizar o paradoxo do observador (LABOV, 2008[1972]), deixando o informante falar o mais à vontade possível. Desse modo, os auxiliares da pesquisa (os documentadores) intervinham discretamente, apenas para estimular a fala do informante.

As entrevistas foram gravadas por estudantes dos cursos de Letras da UEFS, em nível de graduação e de pós-graduação, sendo bolsistas do projeto acima referido, bem como de outro projeto de pesquisa, intitulado *A concordância verbal no português falado na região de Feira de Santana: Elementos para a caracterização sociolingüística do português do Brasil*, coordenado pela autora desta tese¹⁷⁵. Apenas algumas entrevistas foram realizadas pelas próprias coordenadoras dos Projetos. O trabalho de gravação, armazenamento e transcrição foi supervisionado por professoras pesquisadoras desses projetos. Ambos obtiveram financiamento de Órgãos de fomento, como FAPESB e CNPq, além de contar com o apoio da própria UEFS, seja com o apoio de materiais de consumo seja com o de bolsas de iniciação científica (Probic).

Assim, procurando integrar os aspectos sócio-histórico-culturais do município aos objetivos definidos para esta tese, os informantes foram selecionados de acordo com os seguintes critérios:

SEXO	Masculino		
	Feminino		
FAIXA ETÁRIA	Faixa I (25 a 35 anos)		
	Faixa II (35 a 45 anos)		
	Faixa III (acima de 65 anos)		
CARACTERIZAÇÃO DA SUBAMOSTRA	Norma Popular	Norma culta	Norma semi-culta (Ensino Médio)
	Feirenses filhos de feirenses		
	Feirenses filhos de migrantes		
	Migrantes		
	Feirenses da zona rural 176		
	Feirenses filhos de feirenses	Feirenses filhos de feirenses	

Quadro 8: Critérios para seleção dos informantes da amostra

¹⁷⁵ Durante o meu afastamento para realização do curso de doutoramento, o projeto ficou sob coordenação da Profa. Dra. Norma Lúcia Fernandes de Almeida.

¹⁷⁶ Almeida (2005, 2008) já havia constituído uma amostra na zona rural de Feira de Santana na mesma localidade. Contudo, para esta tese, foram realizadas novas entrevistas, a fim de permitir uma comparação com as faixas etárias utilizadas na zona urbana do município. Nesse sentido, expressamos nossos agradecimentos às bolsistas Juliana Gomes de Azevedo e Rosiane Silva de Almeida pela realização do trabalho de campo.

Os resultados apresentados nesta tese são concernentes a 48 entrevistas, assim distribuídas:

- 36 com informantes analfabetos ou pouco escolarizados¹⁷⁷, sendo 12 informantes da zona rural e 24 da sede do município, sendo, estes últimos 12 filhos de feirenses e 12 filhos de migrantes;
- 12 Informantes com ensino superior completo com ou sem pós-graduação (todos informantes da sede do município, nascidos na própria cidade).

Assim, na amostra do projeto, há entrevistas que, poderão ser utilizadas em estudos futuros.

A seguir, apresenta-se a amostra de fala utilizada nesta pesquisa:

Norma Popular:

	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Faixa I (25 a 35 anos)	26 anos Pedreiro 5ª série	35 anos Vigilante 4ª série	33 anos Diarista 5ª série	31 anos Doméstica 5ª série
Faixa II (45 a 55 anos)	50 anos Entregador de recibos da Coelba 2ª série	45 anos Pintor de parede 5ª série	54 anos Empregada doméstica 4ª série	50 anos Dona de bar 2ª série
Faixa III (mais de 65)	72 anos Pedreiro 2ª série	80 anos Pedreiro/carpinteiro Analfabeto	70 anos Dona de casa 3ª série	76 anos Merendeira 3ª série

Quadro 9: Apresentação dos informantes da norma popular urbana (feirenses filhos de feirenses)

	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Faixa I (25 a 35 anos)	32 anos Comerciante 3ª série	35 anos Pintor de parede 3ª série	28 anos Ajudante de cozinha 4ª série	27 anos Dona de casa 4ª série
Faixa II (45 a 55 anos)	53 anos Representante comercial	45 anos Catador de papel 2ª série	48 anos Dona de casa 8ª série	48 anos Empregada doméstica

¹⁷⁷ A intenção era gravar apenas informantes que tivessem estudado por até quatro anos, porém, em vista da dificuldade de se encontrar informantes com essa característica (principalmente na faixa 1), foram gravadas entrevistas com informantes que estiveram na escola por mais tempo, sendo que alguns estavam concluindo o Ensino Fundamental, mas no sistema de “Aceleração”, em que se estuda duas séries em um ano. Nesse sentido, considerando a pouca qualidade do ensino que frequentaram e, principalmente, que as suas atividades profissionais não lhes proporcionam maior contato com o letramento, julga-se que a característica popular da sua norma linguística ficou preservada.

	3ª série			1ª série
Faixa III (mais de 65)	66 anos Aposentado (serviços gerais) Analfabeto	82 anos lavrador 3ª série	69 anos Aposentada (lavradora) 3ª série	66 anos Empregada doméstica 3ª série

Quadro 10: Apresentação dos informantes da norma popular (feirenses filhos de migrantes)

	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Faixa I (25 a 35 anos)	31 anos Pedreiro 4ª série	35 anos Serigrafista 5ª série	28 anos Lavradora 4ª série	32 anos Lavradora 2ª série
Faixa II (45 a 55 anos)	52 anos Pedreiro 4ª série	48 anos Vaqueiro 2ª série	55 anos Lavradora Analfabeta	55 anos Lavradora 2ª série
Faixa III (mais de 65)	74 anos Lavrador 3ª série	74 anos Lavrador e comerciante 3ª série	68 anos Lavradora Analfabeta	77 anos Lavradora Analfabeta

Quadro 11: Apresentação dos informantes da norma rural (feirenses filhos de feirenses)

Norma culta:

	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
Faixa I (25 a 35 anos)	33 anos Contador	25 anos Historiador	26 anos Enfermeira	30 anos Administradora
Faixa II (45 a 55 anos)	53 anos Engenheiro civil e professor universitário	56 anos Químico/ professor Ensino Médio	48 anos Professora universitária	45 anos Professora e mestranda em Desenho
Faixa III (mais de 65)	69 anos Economista e contador	67 Arquiteto e artista plástico	68 anos Jornalista	67 anos Pedagoga

Quadro 12: Apresentação dos informantes da norma culta (feirenses filhos de feirenses)

5.7 O SUPORTE ESTATÍSTICO

Não é exagero afirmar que sem o auxílio de programas estatísticos a pesquisa sociolinguística variacionista não seria passível de ser realizada, pelo menos com a sofisticação com que é executada nos dias atuais. Esses programas, dos quais O Varburl e suas novas versões, a exemplo do GoldVarb, são os mais populares, são

imprescindíveis, pois demonstram que a variação linguística não é caótica, permitindo que se façam projeções sobre a dimensão sócio-histórica das línguas.

Nesta pesquisa, adotou-se a ferramenta estatística do GoldVarb (2005) ou GoldVarb X¹⁷⁸, uma nova versão do programa Varbrul, que fornecem os mesmos resultados, mas com maior praticidade de manuseio, pois é situado no ambiente computacional *Windows* e não no *MS-DOS* como o Varbrul.

Em estudos variacionistas, a grande vantagem de se fazer estudos com o suporte de programas estatísticos é que, com base em variáveis independentes, calculam-se, além das frequências absolutas, as corrigidas ou os pesos relativos (valores resultantes da comparação entre todos os fatores controlados no estudo da regra variável). Assim, fornecem-se ao pesquisador, com significância estatística, valores que assinalam a importância dos fatores que são relevantes para a aplicação das regras variáveis, indicando também aqueles que são irrelevantes na sistematização da variação. Em outros termos, com o auxílio da ferramenta do GoldVarb e demais versões do Varbrul, consegue-se os seguintes resultados: (i) as frequências das ocorrências das variantes associadas a cada um dos fatores das variáveis independentes; (ii) o peso relativo de cada um dos fatores das variáveis independentes; (iii) a seleção das variáveis independentes estatisticamente relevantes; (iv) o nível de significância dos resultados obtidos.

Por outro lado, não obstante a sofisticação do método estatístico aplicado à linguística, convém destacar que este é apenas uma ferramenta de trabalho disponível ao sociolinguista em sua análise multivariada, não sendo dispensável o trabalho do pesquisador, quem, de fato, faz interpretações e generalizações a partir dos resultados fornecidos pelo programa. Sobre isso, leia-se o fragmento seguinte, extraído do texto de Guy (2007, p. 65):

[...] o trabalho quantitativo não é um substituto, mas apenas um acessório para a análise lingüística. O programa Varbrul apenas realiza manipulações matemáticas sobre um conjunto de dados. Ele não nos diz o que os números significam, muito menos faz lingüística por nós. Se estamos perguntando: “Qual seria a melhor generalização Lingüística?”, a resposta vem de nossa teoria lingüística, não de um programa estatístico.

¹⁷⁸ Cf. SANKOFF, TAGLIAMONTE e SMITH, 2005.

No capítulo seguinte, são apresentados os resultados fornecidos pelo GoldVarb, sendo apresentadas as interpretações que foram feitas no estudo das regras variáveis da concordância verbal e também são feitos comentários sobre os procedimentos adotados no uso dessa ferramenta estatística, a exemplo de amalgamentos.

5.8 SÍNTESE

O principal propósito desta segunda parte da tese foi apresentar os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa. Nesse sentido, mostrou-se como operacionalizar o que se discutiu nos capítulos apresentados na primeira parte da tese, isto é, apresentou-se como realizar análises linguísticas de forma contextualizada, aliando dados linguísticos a dados contextuais, precisamente socioculturais. Assim, espera-se que a clareza tenha sido usada de forma hábil na exposição acerca de questões como: a seleção da variável dependente, os critérios para seleção e exclusão dos dados, bem como os fatores testados na tentativa de sistematizar a variação na concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba. Portanto, neste capítulo, além de apresentar ao leitor a forma como a análise foi conduzida, procurou-se demonstrar que a variação linguística não é livre, como pressupõem os estudiosos não embasados em investigações sócio-culturalmente contextualizadas. Espera-se, pois, que tenha ficado claro que a variação é passível de sistematização, desde que sejam utilizados recursos teoricamente coerentes e metodologicamente eficazes. A seguir, na terceira parte da tese, são apresentados os resultados obtidos por meio da fundamentação teórico-metodológica adotada.

3ª Parte

ANÁLISE EMPÍRICA: A CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS FALADO EM FEIRA DE SANTANA-BA

CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados da análise qualitativa e quantitativa da variação na concordância verbal junto à 3ª pessoa do plural (P6) com a amostra do português falado em Feira de Santana-Ba (em suas variedades culta e popular). Traça-se o perfil dos padrões da concordância verbal, objetivando-se discutir a situação sociolinguística atual da comunidade de fala investigada, após a mesma ter passado por uma série de transformações na sua dinâmica sócio-demográfica. Primeiramente, são apresentados os resultados gerais, em que fica evidente a persistência da situação polarizada entre uma norma culta da elite, por um lado, e a norma popular das classes mais baixas por outro. Com o propósito de fornecer uma visão mais abrangente sobre a variação na concordância verbal, retomam-se alguns dos resultados obtidos por outros pesquisadores que investigaram dados de diversas variedades da língua portuguesa, quer seja nacionais, quer transnacionais. Em seguida, são apresentados os resultados empíricos encontrados, isto é, discutem-se os resultados da seleção das variáveis consideradas relevantes para o escrutínio da variação focalizada neste estudo, além de ser discutida também a não seleção de algumas variáveis. Por fim, apresenta-se um resumo acerca das diferenças e semelhanças encontradas nas subamostras pesquisadas.

6.1 RESULTADOS GERAIS

Seguindo a metodologia descrita no capítulo anterior, foram levantadas e codificadas todas as ocorrências de formas verbais com a terceira pessoa do plural, sendo excluídas as que se enquadravam nos critérios previamente estipulados e apresentados na seção 5.2. Perfez-se, assim, um total de 1969 ocorrências, que constituíram a base de dados desta pesquisa. Ressalta-se que, em diversos momentos das etapas de levantamento e de codificação dos dados, recorreu-se à escuta dos áudios, a fim de que fossem sanadas quaisquer dúvidas a respeito das transcrições realizadas. No conjunto total de ocorrências, obtiveram-se os seguintes resultados gerais:

Tabela 14 – Distribuição geral dos resultados nas subamostras pesquisadas

NORMA CULTA			NORMA POPULAR		
	Nº de ocor./Total	Frequência	Nº de ocor./Total	Nº de ocor./Total	Frequência
Variante padrão	619/659	93.9%	Variante padrão	321/1310	24.5%
Variante não padrão	40/659	6.1%	Variante não padrão	989/1310	75.5%

Os gráficos 6 e 7, a seguir, permitem uma melhor visualização dos resultados:

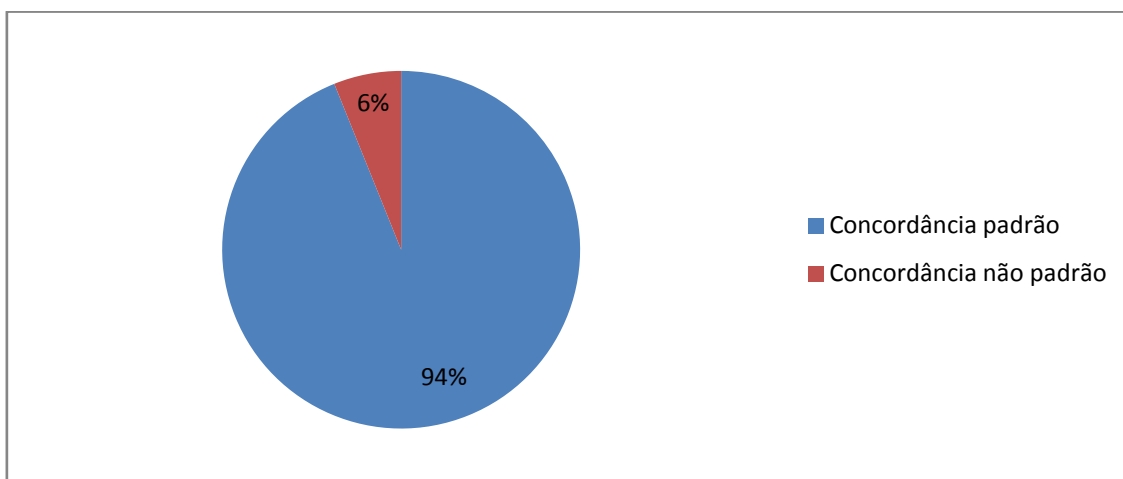


Gráfico 6 – Distribuição geral dos dados da norma culta feirense

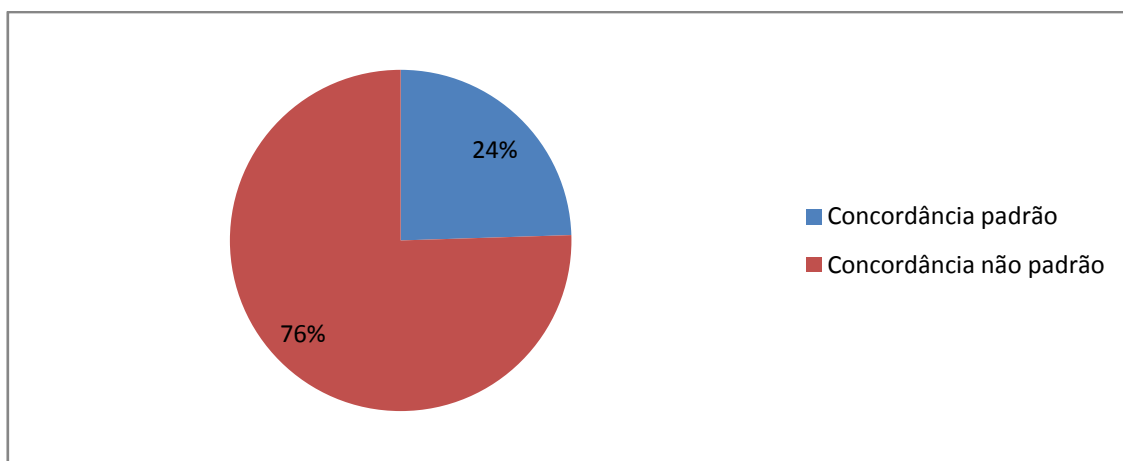


Gráfico 7 – Distribuição geral dos dados da norma popular feirense

Considerando os resultados representados acima, algumas questões já podem ser destacadas neste primeiro momento da análise. Primeiramente, destaca-se a existência de uma realidade sociolinguística bipolarizada em Feira de Santana, que reflete o panorama geral da polarização sociolinguística do Brasil (LUCCHESI, 2001, 2002, 2006). Outro fato digno de notar é a conformidade dos resultados com os obtidos por outros pesquisadores que também investigaram a fala de informantes cultos, pois a frequência de 94% de aplicação da regra padrão na CV com P6 é, por exemplo, idêntica à obtida por Graciosa (1991), a partir de dados do NURC-RJ (amostra de 1970).

Detendo-se especificamente no que é apresentado no Gráfico 7, é possível estabelecer também um paralelo com os resultados encontrados por outros pesquisadores que investigaram dados exclusivamente de fala popular, isto é, que tomaram como amostra entrevistas gravadas com informantes analfabetos ou semialfabetizados de diferentes regiões urbanas brasileiras.¹⁷⁹ Na tabela seguinte, expõem-se as frequências gerais de alguns desses estudos:

Tabela 15 – Frequência de uso da concordância verbal com P6, tomando-se por base alguns estudos sobre o português popular urbano brasileiro

Estudo	Concordância padrão	Concordância não padrão
Naro (1981)	48%	52%
Guy (1981)	43%	57%
Anjos (1999)¹⁸⁰	30%	70%
Bortoni-Ricardo (2011[1985])	35%	65%
Rodrigues (1987)	29%	71%
Silva (2005)	26%	74%

¹⁷⁹ Guardando-se as devidas proporções, já que, de acordo com o que será indicado na seção 6.5, os resultados concernentes à norma popular do *corpus* desta tese revelaram particularidades associadas aos subtipos da norma popular considerada. Em suma, os percentuais apresentados, no gráfico 2, são gerais para a norma popular feirense ao passo que, posteriormente, os resultados serão apresentados de maneira mais detalhada.

¹⁸⁰ Estes resultados percentuais para o trabalho da autora dizem respeito aos dados provenientes de informantes analfabetos. Para informantes pouco escolarizados a frequência encontrada para a concordância padrão e não padrão foi, respectivamente, 35% e 65%.

Excetuando-se os trabalhos de Naro (op. cit.) e o de Guy (op. cit), há, de fato, uma similaridade dos resultados, pois os percentuais estão muito próximos. Considerando os demais trabalhos, a diferença entre a maior frequência de uso da concordância padrão (a concernente à fala de migrantes nordestinos em Brasília) e a menor (a fala de informantes nascidos e radicados em Poções-Ba), a diferença percentual não chega a 10%.

Do mesmo modo, ao se observar os resultados de outros estudos que investigaram uma amostra mais diversificada, mas que controlaram a variável escolaridade, constata-se um desfavorecimento da aplicação da regra de concordância padrão entre informantes com escolarização nula ou baixa, conforme fica evidenciado na tabela seguinte:

Tabela 16 – Atuação do fator *baixa ou nula escolarização* na aplicação da regra padrão da concordância verbal com P6, tomando-se por base alguns estudos sobre o português urbano brasileiro

Estudo	Concordância padrão
Scherre e Naro (1997)	.39
Oliveira (2005)	.33
Resende (2006)	.19
Monte (2007)	.40
Souza (2011)	.22

Assim, em vista da realidade bipolarizada no uso da regra de concordância verbal (CV) no PB, é necessário ter cautela quando se trabalha com dados provenientes de uma amostra com diferentes perfis. Para que melhor fique entendido o que se está argumentando, retomam-se, por exemplo, os resultados alcançados por Monguilhott (2009), em sua análise contrastiva com dados do PB e do PE contemporâneos. Esses resultados já foram apresentados e discutidos no capítulo 4 desta tese, mas, por questões de clareza, reproduz-se o Gráfico 1 a seguir:

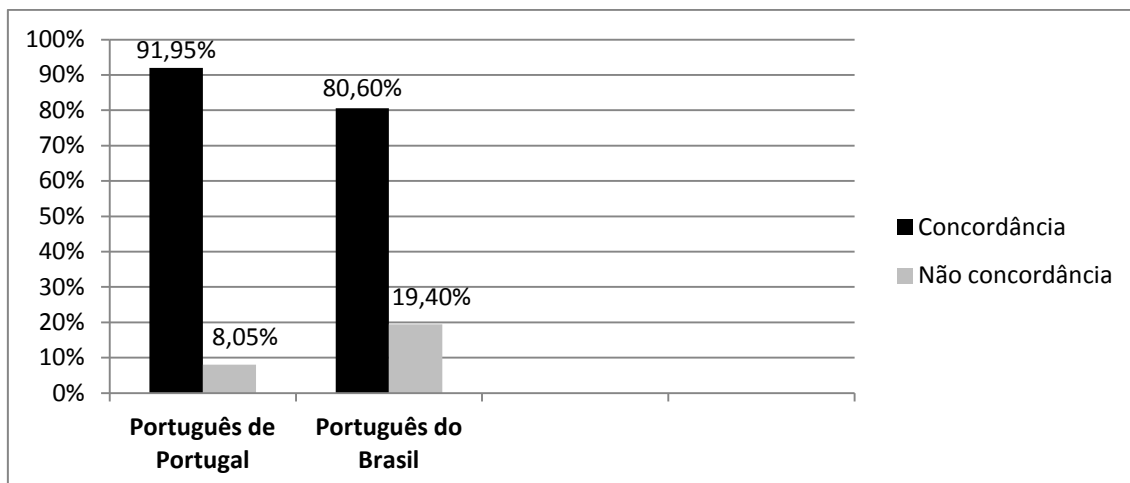


Gráfico 1– Distribuição geral dos resultados de Monguilhott (2009)

Ao ler as informações presentes no gráfico 1, um leitor não conhecedor das diferenças distribucionais no uso da CV no português do Brasil, poderia, por exemplo, inclinar-se a crer numa uniformidade entre as duas variedades do português, algo que obviamente não procede. O que incide nos resultados divulgados pela autora é que os informantes que compuseram a sua amostra estratificavam-se, no que diz respeito à escolaridade, em níveis que abarcavam analfabetos a até pessoas com ensino superior completo. Assim, no caso da variedade brasileira, o percentual de quase 81% de uso das marcas de concordância plural está muito distante do uso popular, isto é, do que ocorre na fala da maioria da população brasileira.

Da mesma forma, observe-se que, se os resultados gerais apresentados no início deste capítulo tivessem sido amalgamados, a frequência de uso da variante padrão da CV em Feira de Santana seria de 47,7%, o que obscureceria o quadro polarizado da variação. Por outro lado, não obstante a pertinência dessa ressalva, frisa-se que, para um consistente entendimento de usos linguísticos variáveis, é importante não só ponderar os resultados quantitativos, antes, torna-se imprescindível considerar o tipo de dados sob análise ou, por outra, é preciso avaliar questões qualitativas que envolvem o comportamento da variação. Assim, concomitantemente à análise quantitativa, deve ser feita também uma análise qualitativa dos resultados.

Assim, neste estudo, julgou-se necessário analisar os resultados estatísticos e qualitativos considerando-se a realidade não só heterogênea, mas também polarizada da fala feirense. Desse modo, os resultados são discutidos em duas grandes divisões, que abrigam, respectivamente, a feição do polo culto e a do popular, este último

abrangendo três subtipos, de acordo com os critérios sócio-históricos que foram controlados na investigação.

6.2 A CV COM P6 NA FALA CULTA DE FEIRA DE SANTANA: ANÁLISE QUALITATIVA

Como foi exposto acima, encontrou-se um uso majoritário da aplicação da regra padrão da concordância verbal entre os informantes com, no mínimo, ensino superior completo. Nesse sentido, o índice percentual de 96% de uso da variante com plural explícito, por si só, já poderia levar a um questionamento acerca do caráter variável do uso da concordância de número sujeito-verbo na fala dos informantes cultos. Sobre essa questão, vale destacar a categorização feita por Labov (2003) acerca de regras linguísticas. Para Labov, um fenômeno linguístico é variável (possui regras variáveis) quando as variantes em questão apresentam percentuais de aplicação que oscilem entre 5% a 95% dos casos. Abaixo desses valores, há regras semicatóricas, com percentual entre 95% a 99% e, categóricas, estas com aplicação de 100% de uma das variantes.

Nessa linha de raciocínio, se forem considerados os índices gerais relativos ao uso da concordância verbal na fala dos cultos feirenses, constata-se que se está diante de um caso de regra semicatórica, de modo que uma análise sociolinguística ortodoxa fica comprometida. Contudo, a despeito da importância da quantificação nas pesquisas sociolinguísticas, julga-se necessário associá-las a exames qualitativos, observando-se, por exemplo, o tipo de dado de que se dispõe para investigação, algo que é feito neste trabalho.¹⁸¹

Em vistas dos aspectos discutidos acima, cabe analisar minuciosamente os dados levantados na fala culta de Feira de Santana, a fim de proceder a uma classificação dos contextos variáveis, associando-os aos resultados estatísticos e, ainda,

¹⁸¹ Sobre essa questão, remete-se ao trabalho de Vieira (2011), que, ao analisar a CV no PB (Nova Iguaçu- RJ), no português de São Tomé (PST) e no PE (Oeiras- Lisboa), encontrou um percentual de ausência de marcas de plural em apenas 1% dos dados lisboetas e de 7% nos dados são-tomenses (considerando informantes com três níveis de escolaridade). Mesmo com percentuais baixos nas variedades africana e portuguesa, principalmente neste último, a autora analisou o tipo de dado que se tinha nas variedades em questão, de modo que foi feita a constatação de, fundamentalmente, contextos linguísticos pontuais da não concordância com marcas de plural nos dados no PE, que a levou a afirmar que há um caso de regra semicatórica na fala lisboeta no que concerne ao uso da CV com P6. Portanto, o veredicto da pesquisadora foi dado pela combinação de resultados quantitativos e qualitativos.

comparando-os com a realidade da fala popular. Somente desse modo é possível traçar um perfil sociolinguístico da comunidade de fala analisada.

A tabela seguinte traz os resultados advindos do levantamento realizado na amostra de fala culta:

Tabela 17 – Distribuição geral dos dados da CV com P6 na fala culta feirense

	Nº de aplic/total	Percentual
Concordância padrão	619/659	93.9%
Concordância não padrão	40/659	6.1%

Observe-se que, num total de seiscentos e cinquenta e nove dados, apenas quarenta não apresentaram marcas de concordância de número nas formas verbais com sujeito de terceira pessoa do plural.¹⁸² Nesse sentido, cabe apresentar e analisar quais os tipos de casos da não concordância padrão que se tem na fala culta feirense. Os exemplos agrupados nos itens seguintes ilustram, de modo panorâmico, a natureza desses dados (no que concerne aos seus padrões estruturais):

CONTEXTO I. Dados apontados pela literatura como desfavorecedores da aplicação da regra padrão de marcação de plural:

1.1 POSPOSIÇÃO DE SUJEITO (10 DADOS):

(60) “Então, a gente..., em termos de prejudicar, como *diz* algumas pessoas, é..., que reclamam dessas bolsas, não.”

(61) “Olha, *existe* duas formas.”

(62) “*Ficou* ele e a menina em pé, ou, de pé”.

(63) “*Existe* vários, né?...”

(64) “*Existia* pequenas brincadeira, mas não dessa forma tão violenta e agressiva quanto é hoje.”

¹⁸² Informa-se que Santos (2010) analisou dados da norma semiculta feirense (12 entrevistas) e encontrou o alto índice de 73.6% de concordância padrão. Havendo, assim, uma similaridade entre as normas culta e semiculta feirenses.

(65) “Hum-hum. Porque já *foi* procurado... esses estudantes foram procurados e..., por diversas vezes..., é... tentou-se diálogo, tentou-se um... mudar as coisa, mas é [...]”

(66) “[...] que hoje *entra* rios de dinheiro nessa cidade do governo federal e é um prefeito completamente apático, principalmente pra violência [...]”

(67) “*Foi* muita orações de filhos, de parentes e de amigos.”

(68) “mas *falta* profissionais e o ambiente não é aconselhável.”

(69) “E tem essa questão que eu gosto muito no cinema brasileiro, que *existe* alguns críticos que acha que esses filmes brasileiros estão tomando o Nordeste como cenário [...]”

Como se constata a partir dos exemplos acima, 25% dos dados de não marcação de plural nas formas verbais com P6 na fala culta envolvem casos de sujeito posposto. Deve-se destacar ainda que praticamente todas as ocorrências são com verbos inacusativos; à exceção da ocorrência (65), uma estrutura passiva (que não deixa de ser uma construção inacusativa). Portanto, trata-se de contextos reconhecidamente desfavorecedores da CV, de acordo com a literatura das análises sobre o tema.

1.2 SEPARAÇÃO ENTRE O SUJEITO E O VERBO POR UM OU MAIS CONSTITUINTES (5 DADOS):

(70) “As pessoas hoje... *vai* analfabeto, inclusive o *Fantástico* já fez esse teste [...]”

(71) “é... são tantos, [inint] são bobagens assim que, que *marca*, né?”

(72) “muitas vezes, minhas irmãs que, às vezes, *ficava* tomando conta, ou irmãos, ligavam pra Feira, que ela estava em Salvador, dizia corre... corre que vai morrer amanhã.”

(73) “O outro motivo é que os profissionais que hoje *trabalha* nas academias não têm qualificação [...]”

(74) “Porque eu acho que também essas greves acho que *denegriu* um pouco a reputação do professor, do profissional.”¹⁸³

A separação entre o sujeito e o verbo também é destacada na literatura concernente ao tema como um fator desfavorecedor da CV.

¹⁸³ A audição deste trecho de fala desfez uma possível interpretação de que “essas greves” fosse um tópico e não o sujeito.

1.3 SUJEITO COMPOSTO (2 DADOS):

(75) “É, nessa fase que eu te falei que eu perdi meio a minha juventude, os livros e a História me *ajudava* muito. Por exemplo, eu não tinha sociabilidade, mas tinha sociabilidade com os livros.”

(76) “Minha educação, a educação que meu pai e minha mãe *deu* pra gente foi perfeita... pra todos os meus irmãos, perfeita... perfeita. [...]”

A concordância sujeito-verbo também é desfavorecida em casos de sujeito composto, formado pela coordenação de dois sintagmas nominais por meio da conjunção aditiva *e*. Nesses casos, os falantes optam, muitas vezes, por uma concordância motivada por outras razões que não estritamente morfossintáticas, como, por exemplo, a proximidade de um dos elementos do sintagma nominal sujeito ou, até mesmo, por uma ênfase que queira dar a apenas um dos elementos do sujeito. Nesse sentido, como salientam Cunha e Cintra (1985), a concordância sujeito-verbo tende a ser ainda mais desfavorecida quando o sujeito composto ocupa a posição pós-verbal (e.g. “*Chegou* a Ana e o Paulo”). O mesmo pode ser dito para casos com a preposição *com*, em dados como “*Chegou* a Ana com o Paulo” ou “A Ana com o Paulo *chegou*”. Nesses casos, há um valor de adjunto adverbial de companhia na estrutura preposicionada, que pode acarretar a concordância no singular.

1.4 ESTRUTURAS COM O VERBO SER ANTEPOSTO AO SN PREDICADOR (2 DADOS):

(77) “Que, na escola particular, é um número mais reduzido, pelo menos é. Na escola pública, a gente chegou e *era* salas cheias, né?... [...]”

(78) “*é* dezessete, somos dezesseis, que um já... faleceu.”

Construções com o verbo SER nesse contexto já foram apontadas em alguns trabalhos como desfavorecedores da não concordância, pois envolvem estruturas topicalizadas, construções apresentacionais ou usos impessoais (cf. MOTA e VIEIRA, 2008), ou ainda, como define Guy (1981) não apresentam sujeito na superfície, sendo a ausência da concordância plural recuperável pelo complemento. Atente-se, ainda, ao

fato de que podem envolver também construções de foco (PERES e MÓIA, 1995, p. 473), como no exemplo dado por esses dois autores “*É* de bolos de chocolate que o Paulo gosta”. Envolve, ainda, construções existenciais, como é o caso do exemplo (77) acima.

1.5 SUJEITO RETOMADO POR PRONOME RELATIVO (2 DADOS)

(79) “*É!* Não admitia que alguém cortasse meu cabelo, porque eu passei no vestibular, foi através dos meus méritos, não devia nada a ninguém a não ser a meu pai e minha mãe que me *deu* essa condição pra que eu fizesse vestibular, passasse.”

(80) “E tem essa questão, que eu gosto muito no cinema brasileiro, que existe alguns críticos que *acha* que esses filmes brasileiros estão tomando o Nordeste como cenário, [...]”

Alguns estudos revelam que a presença do pronome *que*, sendo invariável, desfavorece a marcação de plural nas formas verbais. Naro (1981) afirma que tal pronome mascara a figura do sujeito, desfavorecendo a concordância padrão. Almeida (2006) identificou peso relativo no valor de .34 tendo como valor de aplicação o favorecimento da marca padrão, ao passo que Monguilhott e Coelho (2002) encontraram o valor de .47 (algo que também favorece levemente a variante zero), do mesmo modo que Silva (2005), com valor de .33. Já Oliveira (2005) encontrou .55 a favor de marca zero, valor que a autora considerou próximo ao ponto neutro, levando-a a não conjecturar em relação a tendências relativas a esse fator. Vieira (1995, p. 103) verificou uma diferença de comportamento entre os casos de sujeitos antepostos na oração por relativo *que* e os demais, com, respectivamente, pesos relativos nos valores de .57 e .44, “comprovando a hipótese de que a estrutura que apresenta o relativo favorece mais o cancelamento da marca de número do que as demais estruturas de SNs antepostos, o que, provavelmente, se deva ao fato esse pronome ser invariável, não marcado”.

CONTEXTO II. Dados em contextos que, de certa maneira, são apontados pela literatura como favorecedores da não marcação de plural:

2.1 INTERCALAÇÃO ENTRE O SUJEITO E O VERBO POR UMA RELATIVA, ALÉM DE CASOS COM SUJEITO ANTEPOSTO AO VERBO COM SPREP (6 CASOS):

(81) “Olhe, eu num tenho agora, c’um meu filho pequeno, eu não tenho como assistir muito jornal, essas coisas. Os programas que eu assisto *é* desenho animado [risos]”.

(82) “Tem profissionais que são formados há vinte, trinta anos, que tem algumas coisas que, se não *procura* se reciclar [...]”.

(83) “[...] que eu conheço algumas pessoas do próprio curso que fazem uma coisa que não pensavam em fazer, que *tentou* outro vestibular, e não *conseguiu* [...]”.

(84) “E Aro do Mundo discutino é... o sertão de Pernambuco... é, como a questão da água é tratada, como que as relações sociais dentro do sertão *é* marcada através da violência, esse tipo de coisa. [...]”

(85) “Porque a senhora de medicina não manja nada, os açougueiros do Centro de Abastecimento *manja* mais que a senhora!”

Começando a discutir esses casos pelos dois últimos exemplos (84) e (85), cabe ressaltar que os sujeitos dessas frases estão num tipo de estrutura “complexa”, pois incluem um sintagma preposicionado (SPrep). Assim, o sujeito por possuir modificadores que integram expressões com número distinto do núcleo nominal ou, mesmo, por distanciar-se do núcleo do predicador verbal, pode gerar a não concordância padrão entre verbo e sujeito, independentemente de expressarem noções quantitativas, coletivas ou partitivas. Quanto aos quatro primeiros exemplos deste grupo, sucede que, estando o sujeito distante da forma verbal pela existência de uma oração relativa, gera uma distância entre eles, de modo que, como exposto anteriormente, desfavorece a aplicação da concordância padrão.

CONTEXTO III. Dados em contextos apontados pela literatura como favorecedores da concordância padrão:

3.1 SUJEITO IMEDIATAMENTE ANTEPOSTO AO VERBO (seis casos)¹⁸⁴

(86) “Eles encaram tudo com mais naturalidade. Você chega ni, numa casa assim, às vezes, você nem imagina que as pessoas *sabe* qu’*é* que você [bus] qual é a sua e a pessoa fala abertamente, todo mundo respeita, você chega num lugar não é tachado [...]”

¹⁸⁴ A partícula de negação (*não*) e os clíticos *não* foram considerados como elementos intervenientes entre o sujeito e o verbo.

(87) “Então, num faltou... na questão alimentar num faltou nada. Reclama-se das liberdades de expressão, mas o... os militares não *tinha* essa inteligência toda pra [risos] [...]”

(88) “Hoje, as famílias degeneraram, os pais não têm moral pra dar aos próprios filhos, aonde os filhos *vai adquirir* moral? [...]”

(89) “são os cursos de fluxo e aceleração, onde o aluno entra analfabeto, sai mais analfabeto ainda e pra completar, os governos *deixa* todo mundo [abrir] faculdades particulares sem a mínima condição de funcionamento [...]”

(90) “[...] porque quando as pessoas me *faz* um favor, eu acho qu’eu não pago nunca [...]”

(91) “[...] as academias... não *exige* uma carteira de saúde pra que a pessoa faça sua matrícula e frequente.”

A princípio, causa estranheza a ocorrência da variante não padrão, na fala de informantes cultos, nesse contexto em que a ausência da concordância verbal é muito perceptível. Contudo, sendo considerado o fato de ser essa a posição mais usual do sujeito na língua portuguesa (a ordem SV), compreende-se o fato de terem sido encontrados esses dados. Note-se o contraste de resultados: na fala culta, foram identificadas 291 ocorrências de concordância padrão com sujeito imediatamente anteposto (97.3%) e apenas 8 da não padrão (2.7%), enquanto registraram-se, nesse mesmo contexto, **na fala popular**, apenas 149 (28%) da padrão e 383 (72%) da não padrão. Além dessa observação, ressalta-se que os verbos são pouco salientes no nível fônico, com exceção dos exemplos (88) e (90) acima.

Além destas seis ocorrências com sujeito imediatamente anteposto ao verbo, foram encontradas outras duas já anteriormente comentadas em 1.3, que foram alocadas como casos de sujeito composto, devido a essa particularidade do sujeito imediatamente anteposto.

3.2 SUJEITO REFERENCIAL NÃO REALIZADO (7 DADOS)

(92) “Muito boa. Eu tenho hoje oito irmãos comigo, são.... tivemos... meu pai e minha mãe tiveram dez filhos, tem oito vivo. *Deu* uma educação perfeita! Os oito hoje são adultos, todos são independentes, nenhum é alcoólatra, nenhum é viciado em droga e *dá* benção a meu pai todos os dias que chegam na casa dele.”

(93) “Bom... a gente tenta passar. Se eles cumprem, cumprem ... é outra história. Mas que a gente tenta passar, por exemplo, se eu estou em casa e eles vão deitar, eles ainda me pedem a benção e eu os abençoo. Se *vai viajar*, me pede a bença e eu os abençoo. *Foi criado* ainda nesse ritmo e se encontra uma pessoa mais velha, ele chama de senhor e senhora ou quando encontra com tios e tias ou os vós tem que pedir a benção.”

(94) “Esses canalhas, quando assumem o poder, eles pensam que *é* dono da... da cidade, dono do estado ou dono país, eles não são donos de nada! [...]”

(95) Academia eu não acho aconselhável, eu não quero nem que os donos de academia ouçam uma coisa dessas po... *pode* até querer me matar (risos) [...]”

“DOC: As pessoas depois terminam voltando...

(96) INF: É. Vem, *ganha* dinheiro e depois vai embora, né?”

Na maioria dos estudos, é salientado que o sujeito não realizado é um fator que favorece a concordância padrão. A explicação dada, geralmente, centra-se numa questão funcional, a da necessidade de se recuperar, nesses casos, por meio da concordância, a identificação do sujeito. Em outras palavras, a concordância licencia o sujeito nulo (CHOMSKY, 1981, RIZZI, 1988 e DUARTE, 1993, 1995). Porém, é possível recuperar a pessoa/número do sujeito por meio de outras estratégias, como, por exemplo, do discurso ou das relações pragmáticas.

Em síntese, a análise detalhada das ocorrências da falta de concordância na fala culta revelou que essas ocorrências concentram-se em contextos já amplamente divulgados pela literatura como desfavorecedores do uso dessa regra. Foram encontrados apenas treze dados em contextos favorecedores da concordância padrão (com sujeito imediatamente anteposto e com sujeito não realizado), contabilizando 32,5% (sendo considerados os quarenta dados da variante zero do *corpus* da norma culta), ou ainda 1,97% do universo pesquisado (as 659 ocorrências de formas verbais com sujeito de terceira pessoa do plural). Portanto, pode-se já concluir que a falta de concordância na norma culta é um fenômeno bastante marginal e fortemente restringido por fatores linguísticos.

6.3 A CV COM P6 NA FALA CULTA DE FEIRA DE SANTANA: ANÁLISE QUANTITATIVA

Submetidos os dados da fala culta ao programa Goldvarb X, foram selecionados como relevantes à aplicação da regra padrão os grupos de fatores *sexo*, *realização e posição do sujeito*, *faixa etária* e *indicação de plural no SN sujeito*. No Quadro 13, são apresentados os grupos, na sua ordem de seleção, além de informações estatísticas fornecidas pelo programa:

Grupos de fatores
Sexo do informante
Realização e posição do sujeito
Faixa etária do informante
Indicação de plural no SN sujeito
Input: 0.983 Log likelihood: -110.008 Significance: 0.034

Quadro 13 – Grupos selecionados como favorecedores da aplicação da regra de CV padrão na fala culta de Feira de Santana-Ba

Os grupos eliminados foram, na ordem, os seguintes: *Forma do último constituinte do SN Sujeito que está antes do verbo*, *Saliência fônica*, *Caracterização semântica do sujeito* e *Tipo de verbo*.¹⁸⁵ No final desta seção, será feita uma discussão acerca da eliminação desses grupos. Antes disso, são apresentados os resultados obtidos para as variáveis selecionadas, bem como a análise e a interpretação empreendidas, além de serem apresentados exemplos e a metodologia empregada no uso da ferramenta estatística.

6.3.1 Sexo do informante

As duas variáveis de natureza sociocultural controladas na análise da fala culta revelaram-se favorecedoras à aplicação da regra padrão (respectivamente, o sexo e a idade do informante). Esse fato coaduna com a hipótese reitora deste estudo de que a variação no uso da CV é um fenômeno morfossintático muito motivado por questões

¹⁸⁵ Os grupos *Concordância nominal do sujeito* e *Efeito de gatilho* tiveram que ser desconsiderados devido à existência de *knockouts*. Esses nocautes serão adiante comentados.

extralinguísticas e, precisamente, por fatos da história sociolinguística do PB. Nesse sentido, como já foi mencionado no capítulo anterior – e retoma-se abaixo –, a interpretação dos resultados dessas duas variáveis foi feita considerando-se as particularidades sócio-históricas da comunidade de fala analisada, evitando-se, pois, as generalizações acerca da influência do sexo e da idade dos informantes. Na tabela seguinte, estão os resultados encontrados para a variável *sexo*:

Tabela 18 – Atuação da variável *Sexo* na realização da regra padrão de CV com P6 na fala culta na Feira de Santana-Ba

Fator	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Masculino	290/326	89%	.25
Feminino	329/333	98.8%	.75

Observa-se, nas mulheres, um uso predominante da concordância padrão, só tendo sido identificados quatro ocorrências da variante zero em suas falas, enquanto que, nas dos homens, foram encontradas trinta e seis. Chamam atenção os significativos valores dos pesos relativos, quer seja atuando positivamente, quer negativamente na aplicação da regra padrão; revelando que os homens inibem o uso da regra padrão, ao passo que as mulheres o favorecem. Interpretar esses resultados impõe uma junção de aspectos a ser considerados, a exemplo da (i) identidade social dos gêneros masculino e feminino em comunidades urbanas, (ii) a natureza culta dos informantes e (iii) o tipo de fenômeno variável que está sendo investigado.

Nesse sentido, começando pela questão da natureza do fenômeno, ressalta-se que a não realização da flexão de número no PB é algo bastante marcado socialmente, sobretudo em comunidades urbanizadas, com usuários que têm consciência do estigma social associado a esse uso linguístico. A razão desse estigma vincula-se diretamente ao preconceito associado a pessoas que mais fazem uso dessa variante, que são, em linhas gerais, não escolarizadas e/ou moradoras de regiões onde o acesso à escola ou a outras instâncias de letramento é difícil. Por sua vez, pode-se ainda conjecturar que a raiz desse preconceito também se conecta ao fato de, a erosão da morfologia verbal atrelar-se à fala da população escravizada na fase em que se formava o PB.

Quanto à natureza culta dos informantes, parte-se da premissa de que os resultados expostos acima concernem à fala de pessoas com ensino superior, nascidas e

residentes numa cidade com um forte passado rural – e que, tiveram, inevitavelmente, contato com os padrões comportamentais e linguísticos de pessoas que vieram de cidades menores ou da zona rural da circunvizinhança –, e, assim, torna-se evidente que, na sua condição de cultos, demarcam a sua identidade também por meio de um falar que os distancie da fala popular. O trecho seguinte, por exemplo, extraído da fala de um informante culto, da faixa II, engenheiro civil e professor universitário, ilustra o quanto as pessoas escolarizadas polícionam-se para evitar a ausência da concordância, cometendo, por vezes, hipercorreções, como a que se constata abaixo, quando o entrevistado interrompe o entrevistador para fazer uma “correção” na sua própria fala:

INF: E retorno aos pontos... onde me marcou, e marcam, ainda muito: o mercado, feira livre... ainda gosto de fazer feira.

DOC: Hum-hum.

INF: Vou ao... a ... Centro de Abastecimento.

INF: E gosto de tá ali na feira, escolhendo os artigos, os preços e... convivendo num... naquele meio... que *tá* na minha raiz, nas minhas lembranças.

DOC: Hum-hum.

INF: A feira livre...

DOC: E...

INF: *Estão*, aliás.

Contudo, sobressai a pergunta “Por que as mulheres cultas revelam-se mais sensíveis ao uso da variante padrão nos dados analisados? Para responder a essa questão, é essencial correlacionar aspectos que envolvem o fenômeno da variação no uso da CV, bem como considerar estudos já realizados sobre o papel do gênero feminino nos casos de variação e mudança, dentre os quais sobressaem os realizados por Labov (1990, 2001).¹⁸⁶ Nesse sentido, considerando que a não marcação de plural nas formas verbais com P6 constitui um estereótipo sociolinguístico nas comunidades urbanas, sendo um fenômeno que está acima da consciência dos falantes (*changes from above*) e também uma variação estável (conforme atestam estudos já realizados no Brasil), é facilmente entendido que as mulheres feirenses cultas, sejam, nesses casos, conservadoras e conformistas, no sentido de “adequar-se” aos usos prototípicos do seu grupo sociocultural (sendo *conforming* em vez de *nonconforming*, para usar a terminologia laboviana). Portanto, num estudo sociolinguístico *stricto sensu* ou “ortodoxo”, na terminologia utilizada por Lucchesi (2012), seria facilmente interpretável o favorecimento do gênero feminino no uso da regra padrão, já que se trata

¹⁸⁶ Recomenda-se também a leitura do artigo de Scherre e Yacovenco (2011).

de um caso de variação estável¹⁸⁷. Mas, em consonância com a fundamentação teórico-metodológica desta tese, que se norteia pela necessidade da abordagem sócio-histórica do fenômeno linguístico, prefere-se interpretar esse resultado associando-os à luta feminina (no sentido de vanguarda), principalmente as das faixas III e II, para firmarem-se profissionalmente. Assim, é natural a interpretação de que essas mulheres delimitem linguisticamente a sua condição de cultas/letradas, adotando formas linguísticas conservadoras e prestigiadas no grupo de que fazem parte.

Igualmente, acredita-se que a influência do gênero do informante será mais bem avaliada por meio de cruzamento entre essa variável e a faixa etária do informante, algo que foi realizado e será abordado na Subseção 6.3.3.

6.3.2 Realização e posição do sujeito

Em alguns estudos, controlam-se as variáveis “Realização do sujeito” e “Tipo de sujeito” separadamente da variável “posição do sujeito em relação ao verbo”, ou ainda, da variável “distância entre o sujeito e a forma verbal”. Nesta tese, conforme foi explicitado na seção 5.5.2.1, optou-se por amalgamar essas variáveis. Os resultados encontrados comprovam a validade desse amalgamento, pois os resultados mostraram-se interessantes e a variável foi selecionada, ao contrário de outros estudos em que não se chegou a um consenso acerca das variáveis acima elencadas, principalmente as que se referem ao tipo do sujeito e a sua distância do verbo.

Na Tabela 19, a seguir, são apresentados os resultados estatísticos, com pesos relativos, obtidos para essa variável. Ressalva-se que os fatores *Sujeito posposto separado por um ou mais constituintes* e *Sujeito imediatamente posposto* foram amalgamados. Da mesma forma, julgou-se procedente amalgamar os fatores *Sujeito anteposto ao verbo por uma relativa* e *Sujeito anteposto com Sprep*, por razões já expostas em 6.2 (contexto II).

Tabela 19 – Atuação da variável *Realização e Posição do sujeito* no uso da regra padrão de CV com P6 na fala culta de Feira de Santana-Ba

Fator	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Suj. retomado por pronome relativo	88/90	87.8%	.63

¹⁸⁷ Guy (1981, 1989), Oliveira (2005), entre outros, revelaram essa projeção histórica da variação.

Suj. imediatamente anteposto	291/299	97.3%	.62
Suj. posposto ao verbo <i>ser</i> sem constituintes anteriores	33/35	94.3%	.44
Suj. não realizado	107/114	93.9%	.42
Suj. anteposto ao verbo com um ou mais constituintes intervenientes	47/52	90.4%	.34
Suj. anteposto ao verbo com uma relativa ou <i>SPrep</i>	33/39	84.6%	.23
Suj. posposto imediatamente ou não	20/30	66.7%	.10
TOTAL	619/659	93.9%	

Verifica-se que a retomada do sujeito por relativo e anteposição imediata do sujeito são os fatores que mais favorece a CV padrão na fala culta. Os resultados também demonstram que o que mais desfavorece a aplicação da regra padrão da CV é a posição pós-verbal do sujeito (P.R. de .10), o que ratifica um condicionamento já destacado por vários autores, como Pontes (1986), Berlinck (1989) e Coelho e Monguilhott (2007), que chamam a atenção para “o caráter menos subjetivo” do argumento que se posiciona à direita do verbo. Isso sugere que se trata de um contexto desmotivador “universal” para a aplicação da concordância, ou seja, que, independentemente da amostra analisada, a posposição do sujeito desfavorece a aplicação da regra padrão. Os outros contextos que desfavorecem o uso marcado da CV são a intercalação entre o sujeito anteposto e o verbo por relativa ou *SPrep* (P.R. de .23) e da intercalação entre os sujeito e o verbo por elementos intervenientes com mais de duas sílabas (.34). Quanto aos fatores *Sujeito não realizado* e *Sujeito posposto ao verbo ser*, os valores não se mostraram tão proeminentes, pois se encontram mais próximos ao valor neutro, tendo, respectivamente, peso relativo de .42 e .44, mas ambos desmotivando a CV padrão. Esses fatos associados à seleção dos fatores *Sujeito imediatamente anteposto* e *Sujeito retomado por pronome relativo* confirmam a hipótese de que a proximidade entre o sujeito anteposto e o verbo da oração atua

positivamente na marcação do plural explícito na fala culta, fazendo com que o falante se aperceba da “necessidade” da concordância entre esses termos.

6.3.3 Faixa etária do informante

Como já foi comentado na subseção 5.4.1 e também no Capítulo 1, o controle da faixa etária é importantíssimo nas pesquisas sociolinguísticas, pois os resultados obtidos permitem que sejam feitas projeções sobre os rumos da variação, predizendo se se trata de variação estável ou de mudança em progresso.

Quanto aos resultados obtidos nesta tese, com o controle dessa variável, acredita-se que, embora não permitam fazer projeções históricas acerca da variação, no sentido de ser cogitada, por exemplo, uma mudança em progresso, é notório que os mesmos fornecem elementos para se discutir a história sociolinguística do PB, tendo-se, por exemplo, uma visão mais delineada dos casos de intercruzamentos de normas ou dos contatos interdialetais verificados ao longo da sócio-história brasileira (LUCCHESI, 2001)¹⁸⁸. A seguir, são expostos os resultados relativos ao controle da faixa etária do informante:

Tabela 20 – Atuação da variável *Faixa etária* na realização da regra padrão de CV com P6 na fala culta de Feira de Santana-Ba

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Faixa I (25 a 35 anos)	178/191	93.2%	.40
Faixa II (45 a 55 anos)	276/302	91.4%	.31
Faixa III (Acima de 65 anos)	165/166	99.4%	.88

¹⁸⁸ Essa questão foi discutida no capítulo 2 desta tese, onde se abordam aspectos referentes à história social do PB. No capítulo 1, por sua vez, apresenta-se a fundamentação teórico-metodológica que dá ensejo a uma interpretação contextualizada dos fenômenos linguísticos variáveis.

Constata-se que os menores índices de aplicação da concordância padrão concentram-se apenas nas faixas etárias mais baixas, conforme pode ser observado no gráfico seguinte:

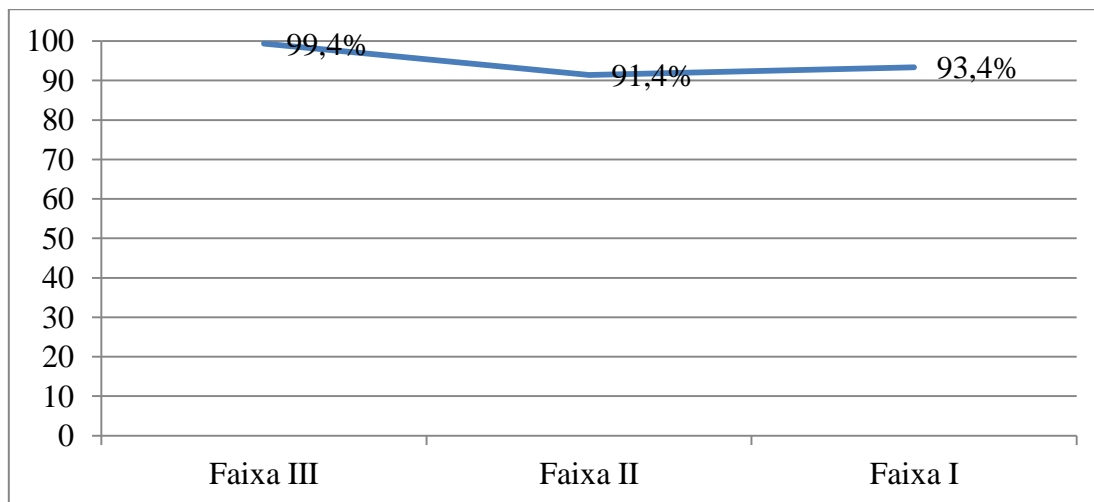


Gráfico 8 – Distribuição pelas faixas etária do uso da CV padrão na fala culta de Feira de Santana-Ba

Assim, há o favorecimento da aplicação da regra padrão apenas na faixa mais elevada, com um índice bem significativo (.88). O gráfico seguinte ilustra de forma mais nítida o comportamento dos informantes cultos (com os valores dos pesos relativos) no que diz respeito ao uso padrão da CV em função da faixa etária dos informantes:

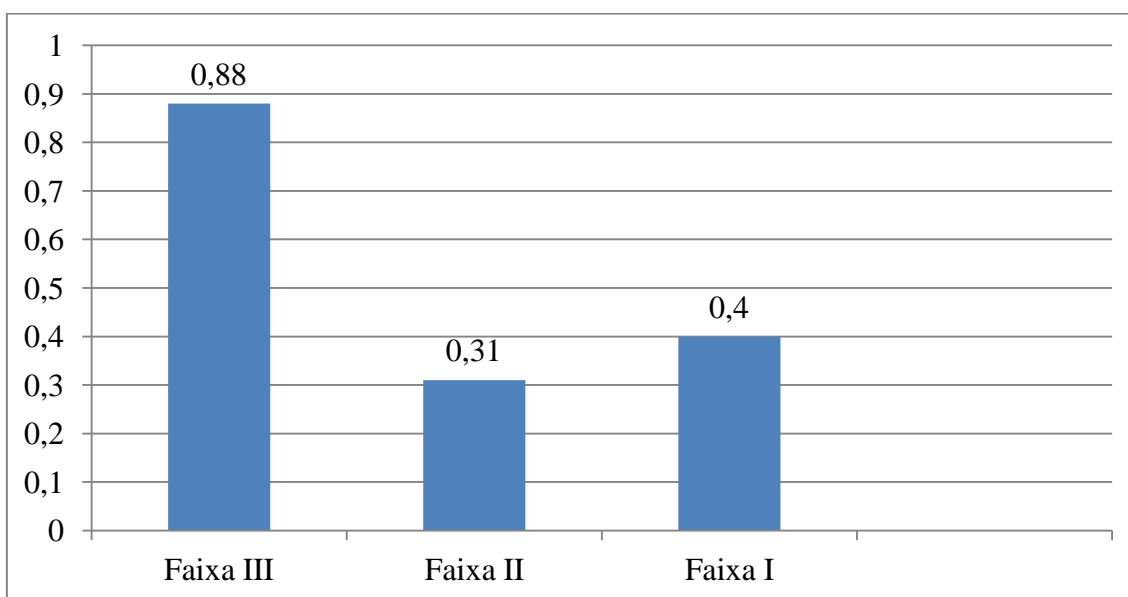


Gráfico 9 – Atuação da *faixa etária* no uso da CV padrão com P6 na fala culta (pesos relativos)

A princípio, guiando-se pelo padrão delineado no gráfico 9, com apenas os informantes mais idosos propensos a usar mais a variante padrão, os resultados poderiam levar a uma interpretação em que se destacaria uma tendência na comunidade para uma gramática sem marcas de plural na CV com sujeitos de P6. Contudo, acredita-se que não se deva chegar a essa conclusão, principalmente guiando-se apenas pela distribuição etária mostrada acima. Julga-se mais pertinente, considerar outros fatores de naturezas sociais que atuam no comportamento desse processo variável.

Nesse sentido, considerando a natureza da subamostra que se está analisando, o que se observa é um uso **inovador e não padrão**¹⁸⁹ entre os informantes jovens e adultos (de modo paradoxal, os pressionados socialmente para ingressar ou firmar-se no mercado de trabalho), e um uso **conservador e padrão** por parte dos idosos. Essa realidade difere dos resultados de outros estudos realizados com dados de amostra urbana com informantes com diferentes níveis de escolarização (SCHERRE e NARO, 1993, entre outros), em que os informantes da faixa mais pressionadas pela idade profissionalmente produtiva usam mais as formas prestigiadas. Entende-se que a disparidade de resultados relaciona-se à subamostra aqui analisada, constituída apenas por informantes com nível superior.

Assim, coadunando com Paiva e Duarte (2003) e Lucchesi (2012), para quem as diferenças de efeito associadas a faixas etárias não devam ser tomadas como indicadores absolutos e conclusivos – isto é, independentemente das características estruturais e sociais intrínsecas do fenômeno sob análise –, preferiu-se, neste estudo, não postular que há, na fala culta, uma mudança em progresso, isto é, a implementação da variante não padrão de plural nas formas verbais com P6, mas sim (e apenas) um “afrouxamento” dos rígidos padrões da CV na fala de pessoas cultas. Julga-se, assim, necessário explicitar essa interpretação, e, para tanto, é fundamental considerar dados sobre os processos de escolarização e sobre os movimentos populacionais no Brasil, ambos numa perspectiva sócio-histórica.

Tomando a hipótese clássica como referência, e considerando a média de idade das faixas etárias I, II e III (respectivamente, 28,5, 50,5 e 67,7 anos), conclui-se que os informantes internalizaram as regras de sua gramática, aproximadamente, nos

¹⁸⁹ No caso das subamostras do português popular, conforme já foi salientado nesta tese, considera a forma padrão a forma inovadora.

anos de 1997, 1975 e 1958.¹⁹⁰ Depreende-se, pois, que apenas os informantes da faixa III formaram o seu vernáculo antes da intensificação do processo urbanização em Feira de Santana, bem como dos processos de democratização de acesso ao ensino e de popularização dos meios de comunicação de massa. Sobre essa questão, chama-se atenção para os temas sobre a urbanização e escolarização apresentados nos Capítulos 2 e 3 desta tese, notadamente destacam-se as questões sobre a demografia histórica feirense, a exemplo do fato de, em 1950, o município ter apenas 32% de sua população residente no perímetro urbano e, nas décadas seguintes, esses percentuais terem se invertido, graças à migração de uma grande leva de pessoas vindas do campo e de cidades menores (FREITAS, 1998, p. 125).

Desse modo, vislumbra-se, na fala culta de Feira de Santana, uma realidade próxima ao que ocorre nos processos de mudança “de baixo para cima”, já que se observa o contexto de menor resistência nas faixas etárias mais jovens (para o uso da variante zero), essas formadas com informantes que, *a priori*, tiveram maior facilidade ao ingresso no ensino superior, dada a superação do caráter elitista, que fora acentuado em décadas pretéritas no Brasil. A propósito disso, vale destacar, o depoimento de alguns informantes homens das faixas etárias I e II que verbalizaram que foram os primeiros membros da sua família a concluir um curso de nível superior. Do mesmo modo, salienta-se a dificuldade que os pesquisadores do Projeto “A língua portuguesa do semiárido baiano – Fase 3” encontraram, para localizar informantes da faixa III, com o perfil de serem cultos e feirenses filhos de feirenses, principalmente no caso do sexo masculino. Acerca dessas constatações, salientam-se duas questões: primeiramente que, as mulheres, tradicionalmente, em Feira de Santana e em outras cidades onde a abertura de faculdades e universidades foi tardia, concluíram cursos da área de licenciatura, já que, só foram oferecidos cursos nessa área (talvez, pelo fato de serem “operacionalmente mais baratos” e também devido à necessidade de se formar futuros alfabetizadores no período pós-republicano). Outra questão que se salienta é a predominância de pessoas do sexo feminino com formação superior no Brasil, segundo pesquisas divulgadas pelo IBGE (2010).

Em vista do exposto, cabe melhor esclarecer por que, então, não se julgou oportuno considerar o comportamento “inovador” dos informantes da faixa etária jovem e mediana como um indicativo de uma mudança em progresso. Para tanto, é

¹⁹⁰ As entrevistas foram gravadas a partir do ano de 2008 a até o primeiro semestre de 2011, com exceção de dois homens cultos da faixa III, cujas entrevistas foram realizadas em março de 2012.

fundamental retomar o conceito de avaliação social, um das questões que o sociolinguista tem que considerar na execução de suas pesquisas. No caso do fenômeno variável analisado nesta tese, é por demais consabido que o uso da variante não padrão (principalmente nos contextos estruturais mais salientes) é envolto de estigma social nas variedades urbanas, de modo que esse fato torna a implementação de uma gramática sem flexão de número, no PB, algo improvável. Tal fato também serve para explicar por que razão a variante zero de plural nas formas verbais é encontrada de forma tão pontual na fala culta feirense, conforme se demonstrou na análise qualitativa apresentada em 6.2.

Dado o exposto, julga-se necessário voltar à discussão acerca da influência de gênero no uso da CV na fala culta. Procura-se, assim, aprofundar o que já fora exposto em 6.3.1 e na nota de rodapé de número 193. Para tanto, faz-se uma análise integrada das duas variáveis sociais, por meio do cruzamento das variáveis *Sexo* e *Faixa etária*, a fim de se buscar pistas para melhor entender a dinâmica do uso culto da CV com P6 em Feira de Santana. Os resultados obtidos estão expostos na tabela a seguir:

Tabela 21 – Frequência de CV padrão com P6 na fala culta segundo o cruzamento das variáveis *Sexo* e *Faixa etária*

Sexo	Faixa etária	Ocorrências/Total	Percentual
Masculino	Faixa I	86/97	89%
	Faixa II	132/156	85%
	Faixa III	72/73	99%
Feminino	Faixa I	92/94	98%
	Faixa II	144/146	99%
	Faixa III	93/93	100%
TOTAL		619/659	94%

Embora a frequência de uso seja muito elevada em todas as células, nota-se um decréscimo nos índices percentuais apenas na distribuição dos dados dos homens das faixas I e II. O gráfico seguinte possibilita uma melhor visualização dos resultados:

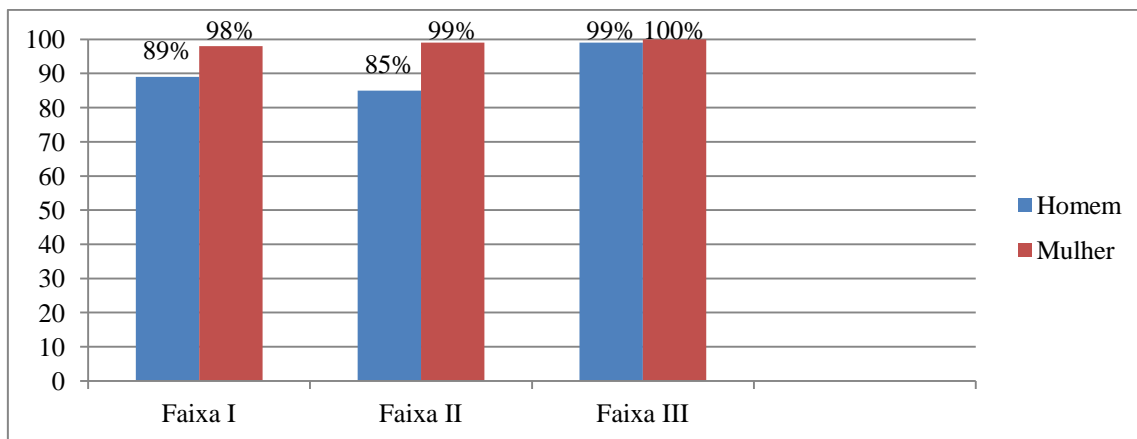


Gráfico 10 – Atuação das variáveis *sexo* e *faixa etária* uso da CV padrão na fala culta feirense

A inferência que pode ser feita é a de que as alterações sociais ocorridas no Brasil, correlacionadas a uma possível mudança na representação social “de pessoa culta” afetaram, na comunidade de fala analisada, de forma mais atuante, o gênero masculino, já que as mulheres estiveram na vanguarda na busca por formação superior e, desse modo, é entre os informantes do sexo masculino que há maior uso da variante não padrão na fala culta. Em outras palavras, constata-se que é a inserção dos homens na classe dos cultos que faz a frequência geral de uso da CV padrão, nas faixas etárias I e II, diminuir (vide gráfico 10).

Nesse sentido, embora não tenha sido controlada a variável ocupação do informante, cabe salientar que a mudança no “paradigma” de ser culto no Brasil, pode ter gerado reflexos linguísticos. Assim, por exemplo, foi observado que, na amostra culta sob análise, dois informantes do sexo masculino exercem, paralelamente, profissões que, de um modo geral, não são associadas a pessoas com nível alto de escolarização, a saber, policial militar (faixa I) e comerciante (faixa II), mas que os ajudam a complementar a renda familiar. As mulheres, contudo, exercem atividades prototípicas de pessoas com escolarização máxima.

6.3.4 Indicação de plural no SN sujeito

A última variável selecionada como relevante à aplicação da regra padrão de CV na fala culta relaciona-se com o sujeito, precisamente com o tipo de plural manifesto na sua estrutura. Nesse sentido, devido à já propagada necessidade de “solidariedade entre o sujeito e o verbo das orações”, já se esperava essa seleção pelo

programa de regras variáveis nos dados dos cultos. Na tabela 22, estão os resultados, seguidamente dos comentários que derivam da interpretação feita:

Tabela 22 – Atuação da variável *Indicação de plural no SN sujeito* no uso da CV padrão com P6 na fala culta feirense

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Mórfica	546/575	95%	.53
Com quantificador	28/31	90.3%	.46
Com numeral	24/26	92.3%	.38
Sujeito composto	17/22	77.3%	.12
TOTAL	615/654 ¹⁹¹	94%	---

Embora o único fator selecionado foi a indicação de plural no SN mórfica tenha apresentado um valor próximo ao ponto neutro, os resultados confirmam as hipóteses discutidas na subseção 5.5.2.3, evidenciando uma correlação entre o nível semântico e o morfossintático, de maneira que a marcação de plural “no sujeito com transparência da ideia de plural” (como é o caso do sujeito com quantificadores e numerais) desfavorecem a marcação de plural no verbo. Em linhas gerais, o que se constatou foi que, quando o sujeito de terceira pessoa tem a sua marca de pluralidade associada a questões do plano “do significado” e não “no da forma”, o falante culto tende a não marcar o plural no verbo e, ao contrário, quando o plural do sujeito relaciona a uma questão morfológica, o plural na forma verbal tem o seu uso favorecido; revelando, assim, uma coexistência de estruturas gramaticais. Os exemplos seguintes, extraídos do *corpus*, servem para aclarar a interpretação feita para esses resultados:

(97) “os meus pais são casados, nunca se **separaram**” (mórfica e mórfica)

(98) “todos são casados” (com quantificador)

(99) “as histórias, os livros eram meu, meus companheiros” (composto)

(100) “**Ficou** ele e a menina em pé, ou, de pé”. (composto)

(101) “Muitos dizem que a universidade” (com quantificador)

(102) “Olha, **existe** duas formas” (com numeral)

¹⁹¹ 5 dados do total do *corpus* investigado foram retirados no controle dessa variável, porque eram casos de sujeito não realizado também precedido por sujeito desse tipo.

6.4 DISCUTINDO AS VARIÁVEIS NÃO SELECIONADAS NO *CORPUS* DA NORMA CULTA

Conforme já foi afirmado anteriormente, quatro variáveis não se mostraram importantes para a sistematização do uso variável da concordância verbal com sujeito de P6. A seguir, são feitos comentários acerca dessas variáveis separadamente, em sua ordem de descarte pelo programa estatístico.

6.4.1 Forma do último constituinte do SN Sujeito que está antes do verbo

Foram controlados dez fatores para essa variável, tendo como hipótese central a de que a ocorrência cujo sujeito anteposto apresentasse núcleo ou o último constituinte com marca de plural explícito teria à aplicação da regra padrão de concordância verbal favorecida. Para dar conta dos dados encontrados, foram criados fatores que abarcassem também casos de sujeito formado por apenas o pronome pessoal *eles(as)*, bem como por numeral e pelos quantificadores *todos (as)* e *tudo* (não se levantou dado com este quantificador invariável **na fala culta**). A consideração dessa variável permite investigar também a influência do núcleo do sujeito no uso da CV, muito controlada em outros estudos. A tabela seguinte mostra a distribuição encontrada no controle dessa variável:

Tabela 23 – Distribuição das variantes da CV com P6 nos fatores da variável *Forma do último constituinte do SN Sujeito que está antes do verbo* na fala culta feirense

Fatores	Concordância padrão	Concordância não padrão	Total
Núcleo com marca de plural	130 95.6%	6 4.4%	136 41%
Pronome 'eles'	128 100%	0 0%	128 38.6%
Último constituinte do SN sem marca de plural	14 77.8%	4 22.2%	18 5.4%
Determinante ou modificador pré-nominal com marca de plural	16/16 100%	0 0%	16 4.8%
Último constituinte do SN com marca de plural	12 92.3%	1 7.7%	13 3.9%
Núcleo sem marca de plural	8 80%	2 20%	10 3.0%

Quantificador <i>todos (as)</i>	6 100%	0 0%	6 1.8%
Numeral	5 100%	0 0%	5 1.5%
TOTAL	319/332 96.1%	13/332 3.9%	332

Como é mostrado na tabela acima, ocorreram usos categóricos em alguns contextos, inclusive no caso de uso do pronome pessoal. Assim, procedeu-se à junção de alguns fatores e ao descarte do fator *numeral*, este devido ao nocaute verificado e à não pertinência de amalgamá-lo a outro fator da variável. Assim, executadas essas tarefas, chegou-se ao seguinte resultado:

Tabela 24 – Distribuição das variantes da CV com P6 após o amalgamento de fatores da variável *Forma do último constituinte do SN Sujeito que está antes do verbo* na fala culta feirense

Fatores	Concordância padrão	Concordância não padrão	Total
Núcleo com marca de plural + Último constituinte do SN com marca de plural + Quantificador <i>todos (as)</i> + Determinante ou modificador pré-nominal com marca de plural + Pronome 'eles'	292 97.7%	7 2.3%	299 91.4%
Núcleo sem marca de plural + Último constituinte do SN sem marca de plural	22 78.6%	6 21.4%	28 8.6%
TOTAL	314/327 96%	13/327 4%	327

Apesar de esse grupo de fatores não ter sido selecionado pelo GOLDVARB, pode-se observar que a frequência de aplicação da regra de concordância verbal cai significativamente quando o último constituinte do SN não exibe marcas de plural em contraste com a frequência quando o constituinte exibe uma marca de plural: 78,6% de

frequência, no primeiro contexto, versus 97,7%, no segundo. Isso pode ser visto como um indício de ausência de marca de plural antes do verbo inibe a aplicação da regra. O problema estatístico desse grupo deve estar relacionado ao baixo número de ocorrências de SNs com último constituinte sem marca de plural (apenas 28 em um total de 327). Abaixo, são mostrados alguns exemplos com a especificação da codificação realizada:

(103) “as COISAS *são* dadas na universidade” (**núcleo com marca de plural**)

(104) “umas alunas minhas de CURSINHO *são* alunas de uma professora” (**último constituinte do SN sem marca de plural**)

(105) “MUITOS *dizem* que a universidade” (**Determinante pré-nominal com marca de plural**)

(106) “Meu PAI e minha MÃE *nasceram* em Feira” (**núcleo sem marca de plural**)

(107) “As filhas mesmo das minhas CUNHADAS *falam* o português estropiado” (**último constituinte do SN com marca de plural**)

Quanto à influência das variáveis *Concordância nominal no sujeito* e *Efeito de gatilho*, infelizmente, a escassez de dados comprometeu a análise. Ocorreu que havia fatores com uma única ocorrência.

6.4.2 Saliência fônica

Ao contrário do que tem sido observado na maioria dos estudos sobre a concordância, os resultados obtidos nesta tese, no que concerne ao *corpus* da fala culta, não evidenciaram uma relação entre o uso da variante padrão e uma maior diferença fônica entre a forma no singular e no plural.

Na tabela seguinte, apresentam-se os resultados para cada fator da escala de saliência fônica adotada neste estudo (formulada por Naro, 1981). Pode-se observar que, mesmo com verbos com pouca distintividade, como é o caso do que ocorre nos subníveis 1a e 1b, há um grande uso da forma padrão, ocorrendo, inclusive, um aumento em termo da frequência geral nesse segundo subnível (de 93.9% do percentual geral passa-se a 95.7%). Assim, vê-se que a gramática da fala culta é formada, realmente, com uso da regra padrão. A não relevância desta variável com esses dados

será mais discutida nesta tese, quando se apresentarem os resultados referentes à norma popular.

Tabela 25 – Distribuição das variantes da CV com P6 nos fatores da variável *Saliência fônica* na fala culta feirense

Fatores	Concordância padrão	Concordância não padrão	Total
Nível 1: Oposição não acentuada			
1a	71 92.2%	6 7.8%	77 11.7%
1b	291 95.7%	13 4.3%	304 46%
1c	18 90%	2 10%	20 3%
Nível 2: Oposição acentuada			
2a	45 91.8%	4 8.2%	49 7.4%
2b	85 88.5%	11 11.5%	96 14.6%
2c	109 96.5%	4 3.5%	113 17.1%
TOTAL	619/659 93.9%	40/659 6.1%	659

6.4.3 Caracterização semântica do sujeito

Partiu-se da hipótese de que, nas orações cujos sujeitos tivessem como traço semântico a característica de ser o agente da ação verbal, haveria um maior uso da variante padrão da regra de concordância verbal com P6. Foi aventado que sujeito formado por um nome ou estrutura com traço [+animado] favoreceria a aplicação da regra padrão. Contudo, nos dados da norma culta, não foi encontrado nenhuma ocorrência de sujeito de terceira pessoa do plural sendo um animal, de maneira que foi controlado apenas o traço [+humano] e [-humano], sendo exemplos deste último usos com traço [-animado], como “As ruas eram esburacadas”.

Os resultados demonstraram que essa característica do sujeito não se mostra atuante na seleção da regra padrão, pois há um alto uso independentemente do traço semântico do sujeito, embora exista um leve aumento da frequência de uso com os sujeitos humanos em relação à frequência com os sujeitos com o traço [-humano] (de 93.9% contra 94.8%), conforme pode ser atestado na tabela a seguir:

Tabela 26 – Distribuição das variantes da CV com P6 nos fatores da variável *Traço semântico do sujeito* na fala culta feirense

Fatores	Concordância padrão	Concordância não padrão	Percentual das ocorrências do fator
[+ Humano]	476 94.8%	26 5.2%	502 76.2%
[- Humano]	143 91.1%	14 8.9%	157 23.8%
TOTAL	619/659 93.9%	40/659 6.1%	659

6.4.4 Tipo de verbo

Segundo o que já foi salientado no capítulo anterior, o tipo de verbo não se tem se mostrado relevante nos resultados de diversos estudos sobre a concordância verbal no PB. No geral, os estudos têm demonstrado que o efeito da saliência fônica se sobrepõe ao efeito do tipo de verbo (cf. MONGUILHOTT, 2001, 2009 e SCHERRE, NARO e CARDOSO, 2007). No caso dos dados da fala culta feirense, nem o tipo do verbo e nem a saliência fônica mostraram-se significativos em termos estatísticos para a aplicação da regra padrão. Eis os resultados encontrados para a variável “*Tipo de verbo*”:

Tabela 27 – Distribuição das variantes da CV com P6 nos fatores da variável *Tipo de verbo* na fala culta feirense

Fatores	Concordância padrão	Concordância não padrão	Total
Transitivo	289 92.9%	22 7.1%	311 47.2%
Ligação	203 96.2%	8 3.8%	211 32%
Inacusativos	26 86.7%	4 13.3%	30 4.6%
Locativos	29	1	30

	96.7%	3.3%	4.6%
Intransitivos	26 96.3%	1 3.7%	27 4.1%
Auxiliares	21 84%	4 16%	25 3.8%
Modais, aspectuais e leves	23 95.8%	1 4.2%	24 3.6%
Ergativos	2 100%	0 0%	2 0.3%
TOTAL	619/659 93.9%	40/659 6.1%	659

Mesmo tendo sido amalgamados os fatores verbos inacusativos e ergativos, não houve seleção da variável.

6.5 A NORMA POPULAR FEIRENSE

Foram depreendidas mil, trezentos e dez ocorrências de formas verbais ligados a um sujeito na 3ª pessoa do plural nas entrevistas com os informantes analfabetos ou com baixa escolarização que constituem o *corpus* do Português Popular do município de Feira de Santana-Bahia. Os resultados gerais, relativos à aplicação da regra padrão de concordância verbal são os seguintes:

Tabela 28 – Distribuição geral dos dados da CV com P6 na fala popular feirense

	Nº de aplic/total	Percentual
Concordância padrão	321/1310	24.5%
Concordância não padrão	989/1310	75.5%

Verificou-se, pois, um alto índice percentual da variante zero na fala popular. Ressalta-se que esse amplo uso da variante não padrão ocorre mesmo em contextos em que a presença do morfema de plural teria seu uso favorecido, a exemplo do que se tem em casos de acentuada diferença fônica entre a forma singular e plural, de orações com sujeito imediatamente anteposto à forma verbal, de sujeito não realizado etc, algo que indica que a ausência de flexão de número nas formas verbais caracteriza, de fato, o vernáculo popular feirense. Os exemplos seguintes, extraídos do *corpus*,

ilustram o perfil das ocorrências analisadas, sendo os cinco primeiros com a variante não padrão e, as subsequentes, com a padrão:

- (108) “No interior, se o cara roubar uma coisa, os próprio vizinho vai lá e pega.”
- (109) “Aí eles passou direto.”
- (110) “[...] só não matou porque duas pessoa tirou, mas por pouco não se matou um ao outro[...].”
- (111) “As coisa foi melhorano, começou a ter agente e tudo, a orientar a gente [...]”
- (112) “Quando eles vai botar na entrevista ou denunciar, [...]”
- (113) “Depois elas morrero [...]”
- (114) “[...] eles fizeram a planta da casa, [...]”
- (115) “Meu irmão disse que eles ganham muito vendendo cerveja ou outras coisa, [...]”

Ressalta-se também que as frequências gerais apontadas na Tabela 28, acima, ocultam algumas nuances detectadas nos resultados concernentes aos subtipos da norma popular considerada nesta tese, como, por exemplo, aqueles que se referem ao fato de os dados decorrerem da fala de feirenses da zona rural ou da zona urbana, ou ainda, nesse último caso, do fato de serem informantes filhos de feirenses ou de migrantes. Nesse sentido, na Tabela 29, essas informações são esclarecidas, em que se vislumbra, inclusive, a difusão da variante padrão: de um percentual menor, na zona rural, para um maior, na fala dos informantes feirenses filhos de feirenses (nascidos e residentes na zona urbana), embora seja pequeno o nível de gradação constatado na referida difusão:

Tabela 29 – Distribuição geral dos resultados das variantes referentes à concordância verbal com P6 pelos subtipos da norma popular feirense

Subamostra da norma popular feirense	Concordância padrão		Concordância não padrão	
	Ocor./Total	Percentual	Ocor./Total	Percentual
Norma popular rural (feirenses filhos de feirenses)	97/449	21.6%	352/449	78.4%
Norma popular urbana (feirenses filhos de migrantes)	105/435	24.1%	330/435	75.9%
Norma popular urbana	119/426	27.9%	307/426	72.1%

(feirenses filhos de feirenses)				
TOTAL	321/1310	24,5%	989/1310	75.5%

Assim, considerando que os percentuais das subamostras são muito próximos, verifica-se a pertinência da afirmação feita por Teyssier (1994, p. 98). Para esse ensaísta, as diferenças linguísticas no Brasil devem-se mais a questões socioculturais (como a escolarização) do que a espaciais:

(...) as divisões “dialetais” no Brasil são menos geográficas que socioculturais. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra.

.....
Há desse ponto de vista, uma série de níveis no “brasileiro”: no ápice, a língua das pessoas cultas (com gradações entre um registro oficial estrito e um registro familiar livre); depois a língua vulgar (popular) das camadas urbanas gradativamente menos instruídas, e, finalmente, os falares regionais e rurais.

É evidente que o ponto de vista do autor, nitidamente, exclui as variações fonético-fonológicas no PB. Para não fugir ao escopo deste trabalho, não serão discutidos com maiores detalhes essa questão. Vale salientar, no entanto, a contribuição dada por Cardoso (2006, p. 376), que, ao discorrer sobre vários fenômenos variáveis no PB, conclui:

Do exposto, afigura-se inevitável uma conclusão: não se pode afirmar que a variação no português brasileiro é prioritariamente diatópica ou predominantemente diastrática, mas como espelham os dados, diatópico-diastrática, ainda que se reconheça que, no nível fonético, ganha evidência a diversidade diatópica, enquanto o nível morfossintático parece pôr relevo a diferenciação diastrática.

A bipolaridade de normas constatada com esta pesquisa – em que se detectou 94% de uso da variante padrão, na norma culta, contra 24%, na norma popular –, comprova que o que realmente influi uso dessa variante não padrão da CV é a origem popular do informante, a qual se relaciona a um aspecto maior da história brasileira, a

saber, a escravização e a opressão de pessoas ligadas, principalmente, a ancestralidade africana, a despeito de uma elite sociocultural minoritária.

Nesse sentido, a despeito das transformações relacionadas à urbanização e à industrialização ocorridas na sociedade brasileira, a partir da segunda metade do século XX, a realidade sociolinguística brasileira mantém-se bipolarizada (com os polos culto e popular), não se verificando, pois, diferenças quantitativas acentuadas (e, nem mesmo qualitativas), ao se tomar como *corpus* amostras diversas **da norma popular** (quer seja no caso das subamostras investigadas nesta tese, quer seja no que diz respeito a outros trabalhos realizados no âmbito do Brasil). Ao menos, no que concerne ao fenômeno da variação da concordância verbal de número.

Ressalvadas essas questões, passa-se, a seguir, a expor os resultados dos fatores que se mostraram estatisticamente relevantes na determinação do fenômeno em foco. O quadro seguinte traz as variáveis selecionadas, em ordem decrescente de seleção pelo programa de processamento quantitativo GoldVarb X:

Variáveis
Saliência fônica
Concordância nominal no SN sujeito
Realização e posição do sujeito
Efeito de gatilho
Faixa etária do informante
Sexo do informante
Tipo de verbo
Forma do último SN sujeito que está antes do verbo
Input: 0.108 Log likelihood: -565.790 Significance: 0.018

Quadro 14 – Grupos selecionados como favorecedores da aplicação da regra de CV padrão na fala popular de Feira de Santana-Ba¹⁹²

As variáveis *Indicação de plural no SN sujeito, relação do informante com a migração e caracterização semântica do sujeito* não foram selecionadas, embora

¹⁹² Como os informantes da zona rural, eram todos feirenses filhos de feirenses, realizou-se o procedimento metodológico de amalgamar as variáveis diazonalidade e relação do informante com a migração e não controlar a primeira dessas. No final deste capítulo, será mostrado o resultado de uma rodada em que a variável diazonalidade foi considerada e ocorre que os resultados mantêm-se idênticos, diferindo apenas na seleção da variável diazonalidade; contudo, o nível de significância fica com um valor mais alto (.042).

esta última tenha se mostrado expressiva no nível 9 (o seguinte ao da rodada com os melhores resultados), conforme será comentado adiante.

6.5.1 Saliência fônica

A primeira variável selecionada na amostra da fala popular apresentou os seguintes resultados:

Tabela 30 – Atuação da variável *Saliência fônica* no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
1a	9/130	6.9%	.16
2a	80/198	40.4%	.32
3a	64/498	12.9%	.35
4a	52/161	32.3%	.69
5a	105/257	40.9%	.77
6a	11/66	16.7%	.73
Total	321/1310	24.5%	---

Verifica-se que os fatores pertencentes ao nível 2, oposição acentuada, tendem a favorecer uma maior marcação da regra padrão da concordância verbal de número. Os resultados encontrados corroboraram, portanto, com os alcançados em outros estudos em que a variável foi analisada (LEMLE e NARO, 1977; RODRIGUES, 1987; SCHERRE e NARO, 1997; MONGUILHOTT, 2001 e 2009; SILVA, 2003; PEREIRA, 2004; OLIVEIRA, 2005, entre outros), com a oposição acentuada favorecendo a presença de marcas explícitas de plural nos verbos, inversamente da posição não acentuada, que desfavorece a concordância verbal padrão.

Correlacionando esses resultados com a discussão sobre a formação do PB ou, precisamente, sobre a caracterização da realidade sociolinguística brasileira, é inevitável trazer à tona as colocações feitas por Guy (1989, 1981), que, contestando a tese de Naro (1981) de que estaria havendo no PB um processo de mudança rumo a um sistema sem marcas de plural, argumentou que, estaria havendo, ao contrário, um processo de aquisição de morfologia flexional, a partir dos contextos mais salientes para os menos salientes, algo típico nos processos de descrioulização. Nesse sentido, a julgar

pelos resultados expostos na Tabela 32, e, também, pela não seleção dessa variável nos dados na norma culta investigados neste trabalho, julga-se pertinente considerar como válida a contra-argumentação feita por Guy (op. cit).¹⁹³ Observa-se, pois, que as variedades linguísticas mais diretamente afetadas pelo contato entre línguas na sócio-história brasileira, bem como pelo processo de exclusão social a que estiveram submetidos os seus usuários, são as que mais evidenciam uma atuação proeminente da variável saliência fônica.

A propósito dessa questão, no que diz respeito ao português europeu popular, convém destacar que os raros estudos variacionistas realizados com rigor quantitativo também não ratificaram a importância da variável *saliência fônica*, tal como ocorre nos dados da fala culta brasileira.

No trabalho de Monguilhott (2009, p. 150), que encontrou um percentual de 8.05% de ausência de marcas de números nos verbos com P6 com dados do PE, a variável não foi selecionada, nem mesmo nos dados de informantes com apenas escolarização de nível fundamental da zona não urbana. A autora constatou, inclusive, que, com verbos com maior saliência (o fator 2c), ocorria a menor frequência de aplicação da regra padrão. Assim, atribui esse resultado ao fato de ser nesse fator que se abrigavam os dados de verbo cópula (*é/são*), tipo de verbo que desfavoreceria a marcação explícita de plural, levando-a a afirmar: “O que parece ocorrer no PE é que esses pares, embora salientes, não parecem apresentar estigma social.” Sobre isso, ressalta-se que a delimitação diferenciada que se verifica nos dados da norma popular brasileira, quando comparada com a europeia, pode ser explicada pelo grande estigma associado à variante zero no PB, ainda mais nos casos de maior percepção fônica, e que esse estigma, por sua vez, associa-se ao fato de a variante zero ser mais típica da fala de pessoas “marginalizadas” ao longo da sócio-história brasileira. Assim sendo, na variação na fala popular (caminhando para aproximar-se mais da norma culta), com processos de mudanças de “cima para baixo”, é natural que os falantes usem mais a regra padrão em contextos mais salientes, justamente por serem mais perceptíveis no nível fônico.

Rúbio (2012, p. 333), ao analisar dados do PE (*Corpus de Referência do Português Contemporâneo*), com entrevistas coletadas por pesquisadores portugueses em diversas regiões de Portugal, entre as décadas de 1980 e 1990, encontrou a

¹⁹³ Esse ponto de vista foi retomado por Guy (2005) e ratificada, conforme se expôs na seção 5.5.2.6.

frequência de 6.1% de aplicação da concordância verbal não padrão. Tendo controlado nove fatores, apenas três foram selecionados, a saber, *posição do sujeito*, *paralelismo formal discursivo* e *tipo morfológico do sujeito*.¹⁹⁴ O autor surpreendeu-se com a não seleção da variável *saliência fônica* na atuação da variante padrão, conforme se vê em sua argumentação:

Chama a atenção o fato de a categoria *saliência máxima* ter apresentado percentual menor que as demais para o emprego de verbos em 3PP (90%). A hipótese, baseada em estudos do PB, era de que esse nível de saliência apresentasse o maior percentual de CV da amostra, o que, no entanto, não ocorreu. Em análise qualitativa das ocorrências com saliência máxima que não apresentaram verbos em 3PP (10 ocorrências) foi possível constatar que, em seu total, tratava-se de contextos com o verbos *ser*, como os apresentados abaixo em (84.a), (84.b) e (84.c).¹⁹⁵

Monte (2012), que também identificou um baixo índice de da variante zero nas formas verbais com P6 (6,9%), teve, por sua vez, como *corpus* dados gravados em Évora, com informantes categorizados da seguinte forma: (i) informantes não alfabetizados, (ii) concluintes do ensino fundamental/básico na EJA (Educação de Jovens e Adultos) e (iii) concluintes do ensino médio/secundário.¹⁹⁶ A pesquisa do autor identificou uma significância da saliência fônica, de maneira que a variável foi selecionada em penúltimo lugar. Ao cruzar as variáveis saliência fônica e a variável *verbo 'ser' e outros verbos*, verificou, contudo, que o aumento da aplicação da regra padrão, aumenta mais com o verbo *'ser'*, algo que sugere que a seleção da saliência fônica tenha se dado devido à particularidade desse tipo de verbo. Ao contrastar dados do PB e do PE, em termos de resultados da variável saliência fônica, o autor chegou a conclusão de que há um comportamento diferenciado entre as duas variedades:

¹⁹⁴ Os grupos selecionados estão estreitamente relacionados a questões estruturais, a exemplo da posposição do sujeito.

¹⁹⁵ Os exemplos elencados pelo autor são: “(84.a) mas isso, felizmente *os incêndios do monte* é no verão, quando a gente vê o sol, não é, e quando há, quando há, às vezes uma pessoa se for a tempo apaga aquilo depressa.”; “(84.b) : é. e depois há, há isto que, que parece-me, parece-me que tem importância, é que, dantes a farmácia era a farmácia oficina, on[de], onde ha(...), havia... como sabem... agora *os medicamentos* é quase tudo especializado e “(84.c) *as picarias* é um género de touros só para curiosos, não, não é toureio, nem nada; largase um touro”.

¹⁹⁶ A variável *escolaridade* não foi selecionada em seu estudo, revelando frequências de uso muito próximas, em que se destaca o surpreendente índice de 91,2% de concordância padrão no fator *sem escolarização*, seguido, respectivamente, de 93,5% e 94,4%, nos fatores *ensino básico* e *ensino secundário*. Ao investigar a variação, excluindo os dados com o verbo *'ser'*, o percentual de uso da variante não padrão foi ainda menor, 4,5%.

A escala da saliência fônica na sua primeira dimensão (oposição não marcada, desfavorecendo a concordância, vs. oposição marcada, favorecendo a concordância) é mais nítida para os dados do português brasileiro. O salto do nível 1 para o nível 2 é muito significativo nessa variedade. Já no PE, a passagem do nível 1 para o nível 2 não é tão demarcada. (MONTE, op. cit, p. 149)

Assim, é notável a atuação da variável *Saliência fônica* na aplicação da regra padrão da CV no português brasileiro popular, contrastando com o que se verifica no PE e na norma culta brasileira. Nesse sentido, esse comportamento diferenciado é facilmente explicável se for considerada a história sociolinguística brasileira, em que, na norma popular, houve uma erosão da morfologia flexional no passado em função do contato entre línguas, e essa perda da morfologia flexional da língua portuguesa está sendo recuperada, por influxos de padrões linguísticos “mais elitizados”, sendo os contextos mais salientes os mais fáceis de serem adquiridos e também os mais evitados pelos falantes adquirentes da variedade padrão.

Por fim, cabe discutir o aumento do peso relativo no fator **2b** (o segundo da oposição acentuada), sendo superior ao do nível **2c**, ocorrendo, pois, uma sutil inversão na escala de saliência. Inicialmente, atribuiu-se esse resultado a uma possível influência do fator posposição do verbo ‘ser’, em construções apresentacionais ou clivadas, como em: (116) “só *foi vinte reais*”, (117) “e, depois, *foi chegado moradores e mais moradores*”, (118) “acho que *foi três dente da frente*”. Contudo, em uma análise qualitativa dos dados, observou-se que, no *corpus*, só havia uma única ocorrência de aplicação da regra padrão, com o verbo ‘ser’ com sujeito posposto, no dado “*Foram três, não foi?*”. Assim, não se julgou procedente realizar o cruzamento das variáveis *Realização e posição do sujeito* e *Saliência fônica*. Após a análise minuciosa do *corpus*, acredita-se que a referida inversão da escala de saliência fônica tenha se dado devido ao tipo de amostra de que se dispôs, isto é, *entrevista com diálogo entre informante e documentador*, que, decisivamente, leva a uma predominância do uso do tempo verbal pretérito perfeito, cujas ocorrências enquadram-se no fator 2b, levando a uma maior frequência de uso. Os exemplos seguintes ilustram os dados investigados com essa característica:

(119) “os cara que *brigou, botou* na delegacia de lá mermo.”

(120) “os dois cara *atravessou* de frente assim, *atravessou* no meu sentido.”

(121) “eles *passou* direto.”

(122) “Desceu aquele rolo de tábua e **caiu** os dois junto.”

Como não foi controlada a variável *tempo verbal*, não foi possível testar essa hipótese em termos quantitativos.

6.5.2 Concordância nominal no SN sujeito

Os resultados confirmam a hipótese aventada para esta variável: sintagma nominal sujeito com concordância padrão, isto é, com marca de plural no núcleo do SN e nos elementos a ele adjuntos favorece a marcação de plural nas formas verbais, enquanto SN sujeito sem concordância padrão a desfavorece. Os resultados estão expostos na tabela seguinte:

Tabela 31 – Atuação da variável *Concordância nominal* no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
SN sujeito sem concordância padrão	47/383	12.3%	.39
SN sujeito com concordância padrão	62/175	35.4%	.73
Total	105/558	19.5	---

Conforme se vê, a frequência de marcação de concordância verbal apresenta um aumento quando o SN sujeito exibe a concordância nominal padrão, pois o percentual geral de concordância verbal para esta variável, que é de 19.5, eleva-se para 35.4% no caso de SN com concordância padrão; ficando, inclusive, com um percentual bem superior ao aplicação da regra de concordância do cômputo geral dos dados, que é de 24.5%.

Os exemplos seguintes evidenciam algumas das ocorrências encontradas no *corpus* e a forma como foram codificadas:

(123) “Tem uns aluno que não **gosta** do professor de português [...]” (SN sujeito com concordância não padrão)

(124) “[...] as pernas véia **vão** cansando.” (SN sujeito com concordância não padrão)

- (125) “Meus estudos lá *foi* ótimo.” (SN sujeito com concordância padrão)
 (126) Eles *cortaram*, eu falei que ia botá no PROCON [...] (“Não se aplica”)

Em face dos resultados apresentados na Tabela 31, confirma-se a hipótese subjacente a essa variável, postulada com base no *Princípio da Coesão Estrutural* (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI e RIBEIRO, 2009). Ou seja, a aquisição das marcas de concordância verbal, em situações de convivência de variedades linguísticas distintas – como o que se vê na realidade linguística brasileira atual –, coocorre com a aquisição das marcas de concordância entre os elementos que compõem o SN sujeito.

6.5.3 Realização e posição do sujeito

Os resultados na amostra da norma popular no que diz respeito a essa variável, que é uma das mais relevantes para a compreensão da variação na concordância verbal, confirmaram muito do que já se constatou sobre os efeitos desse fator, por um lado, mas, por outro lado, houve resultados inesperados. Os resultados apresentados na tabela seguinte indicam que o fator *Sujeito imediatamente anteposto ao verbo* é o que mais favorece o uso da concordância verbal com P6, com peso relativo de .63, o mais elevado dentre todos os fatores controlados. Nesse sentido, considerando os resultados obtidos com os dados da norma culta, bem como os resultados dos estudos registrados na literatura com dados do português europeu, é possível postular a existência de um contexto favorecedor “universal”. O mesmo pode ser dito, no sentido oposto, em relação ao fator *Sujeito posposto*, que desfavorece o uso da concordância padrão, de modo generalizado, conforme já se expôs nesta tese e em muitas análises sobre esse fenômeno. Na análise dessa amostra esse fator exibiu o peso relativo mais baixo, de apenas .12.

Considerando os resultados expostos na Tabela 32, a seguir, verifica-se que os fatores *Sujeito imediatamente anteposto ao verbo* e *Sujeito posposto ao verbo ‘ser’ sem constituintes anteriores* são, respectivamente, os que mais favorecem o uso da concordância verbal com P6. Nesse sentido, quanto ao primeiro fator, considerando os resultados obtidos com os dados da norma culta, bem como os resultados dos estudos registrados na literatura com dados do português europeu, é possível postulá-lo como um contexto que favorece a concordância padrão, independentemente da amostra investigada, sendo um contexto favorecedor “universal”. O mesmo pode ser dito acerca

do fator *Sujeito posposto*, que desfavorece o uso da concordância padrão, de modo generalizado, conforme já se expôs nesta tese.

Tabela 32 – Atuação da variável *Realização e posição do sujeito* no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense

Fatores	Nº de ocor./total	Percentual	Peso Relativo
Suj. imediatamente anteposto ao verbo	149/532	28%	.63
Suj. posposto ao verbo 'ser' sem constituintes anteriores	30/78	38.5%	.57
Suj. anteposto ao verbo com uma relativa + Suj. anteposto ao verbo com SPrep ¹⁹⁷	8/42	19%	.51
Suj. não realizado	96/350	27.4%	.50
Suj. anteposto com constituintes intervenientes	17/88	19.3%	.45
Suj. retomado por pronome relativo	17/133	12.8%	.30
Suj. imediatamente posposto + Suj. posposto separado por constituintes ¹⁹⁸	4/87	5.1%	.12
Total	321/1310	24.5%	---

Por outro lado, o usuário da norma popular não faz mais a flexão de número nas formas verbais nos casos de sujeito nulo, embora se esperasse uma elevação do uso da flexão por razões funcionais. O valor neutro do peso relativo de .50 revela ser a variante zero natural ao vernáculo do falante do português popular de Feira de Santana. Os exemplos seguintes ilustram algumas das ocorrências desse fator encontradas no *corpus*:

¹⁹⁷ Foi feito o amalgamento em vista do baixo número de ocorrências no fator *Sujeito anteposto ao verbo com uma relativa*, apenas encontraram-se dez, sendo nove com concordância não padrão. Quanto ao fator *Sujeito anteposto ao verbo com Sprep*, foram encontradas trinta e duas ocorrências, sete com a variante padrão e vinte e cinco com a não padrão.

¹⁹⁸ Foi realizado o amalgamento dos dois fatores, tendo em vista que só foram levantadas oito ocorrências com sujeito posposto separado por um ou mais constituintes, esses com uso categórico da variante zero.

(127) “Hoje em dia é uns menino bom. Não me *toma* dinheiro. Quando eu vou lá, eles que me dá, é assim!”

(128) “DOC: A questão da sua época... você acha que os seus eram mais rígidos?
INF: É, *eram* mais rígidos... a agente trabalhava na roça...”

(129) “[...] outros fazia a máscara, *botava, ia, brincava.*”

(130) “DOC: E muitos chorava? Como é que era?
INF: Não *chorava* com vergonha [risos]”

Um valor praticamente idêntico (peso relativo de .51) foi encontrado no contexto *Sujeito anteposto ao verbo com uma relativa + Sujeito anteposto ao verbo com um SPrep*, indicando que esse fator também tem um efeito neutro sobre a aplicação da regra de concordância verbal, embora se esperasse que a presença, entre o núcleo do SN e o verbo, de constituintes normalmente extensos, que não participam do processo de concordância, tivesse um efeito inibidor sobre o emprego da regra. Esse efeito desfavorecedor apareceu levemente, com o peso relativo de .45, no caso da presença de constituintes intervenientes entre o sujeito e o verbo; contexto exemplificado abaixo:

(131) “Parece que os menino hoje já *nasce* com a maldade, né?”

(132) “Esses dois não se *batia* não.”

(133) “Eles nunca *xingaram* palavrão nenhum aqui dentro de casa.”

No que diz respeito ao fator *Sujeito posposto ao verbo ‘ser’ sem constituintes anteriores*, causou estranheza o favorecimento na aplicação da regra padrão, pois, nesses casos de estruturas predicativas, o predicador está posposto ao verbo, de modo que era de se esperar o desfavorecimento da regra padrão e não o seu favorecimento, ainda mais com um valor significativo, **.57**. Nesse sentido, foi buscada uma explicação para esse resultado centrando-se no nível alto da saliência fônica que se constata em algumas ocorrências desse fator, como as que se destacam abaixo:

(134) “*são* três passagem.”

(135) “*São* muitos pedidos”

(136) “porque *são* traficantes, tanto quem mata quanto quem morre”

(137) “*foi* dois ladrão do Renascer que vei pr’ái”

- (138) “*foi os religiosos* que matou Jesus”
 (139) “*são dez irmão*”
 (140) “*são comidas* que eu não posso mai, vatapá caruru.”
 (141) “*É câmaras, é muitos policiais* trabalhando e tudo mais”
 (142) “E lá o que mata *é as ladeira*, tinha ladeira.”
 (143) “*Foram* três não foi?”

Nota-se que, nos exemplos acima, há uma alta distinção fônica entre a forma singular e a plural, ao contrário do que ocorre nos exemplos seguintes, que, apesar de serem também com o verbo ‘ser’ anteposto, não são de alta saliência:

- (144) “quem saía *era os homi*.”
 (145) “*era meus encanto* essas novela Explode Coração”
 (146) “que *era* três moça”
 (147) “só *era* essas duas moça”
 (148) “*era* as ruas tudo chão.”
 (149) “Não. *Era* outros cara.”

Nesse sentido, realizou-se o cruzamento das variáveis **Realização e posição do sujeito** e **Saliência Fônica**, cujos resultados são apresentados a seguir:

Tabela 33 – Frequência de CV padrão com P6 na fala popular segundo o cruzamento das variáveis *Realização e posição do sujeito* e *Saliência Fônica*

Realização e posição do suj.	Sujeito retomado por pronome relativo	Sujeito não realizado	Sujeito imediatamente anteposto ao verbo	Sujeito imediatamente e posposto + Sujeito posposto separado por constituintes	Sujeito anteposto com constituintes intervenientes	Sujeito anteposto ao verbo com uma relativa + Sujeito anteposto ao verbo com SPrep	Sujeito posposto ao verbo ‘ser’ sem constituintes anteriores
Saliência fônica							
Nível 1a	1/9 11%	2/36 6%	5/57 9%	0/11 0%	1/16 6%	0/1 0%	0/0 0%
Nível	7/64	18/131	32/211	0/32	0/25	6/18	1/17

1b	11%	14%	15%	0%	0%	33%	6%
Nível	1/4	2/14	7/37	0/1	1/6	0/4	0/0
1c	25%	14%	19%	0%	17%	0%	0%
Nível	2/15	13/44	32/72	1/8	4/17	0/5	0/0
2a	13%	30%	44%	12%	24%	0%	0%
Nível	3/22	44/83	49/97	1/23	7/18	0/3	1/11
2b	14%	53%	51%	4%	39%	0%	9%
Nível	3/19	17/42	24/58	1/11	4/6	2/11	29/51
2c	16%	40%	41%	9%	67%	18%	57%
Total	17/133	96/350	149/532	3/86	17/88	8/42	31/79
	13%	27%	28%	3%	19%	19%	39%

A partir da análise dos resultados elencados na Tabela 33, é visível que, de modo geral, o uso da concordância padrão ocorre com maior frequência na oposição marcada, isto é, nos fatores do nível 2. Por exemplo, em casos, de sujeito imediatamente anterior ao verbo, o percentual geral, de 28%, aumenta, respectivamente, para 44%, 51% e 41%, nos fatores 2a, 2b e 2c, respectivamente. O que chama atenção, contudo, é que o maior percentual de uso da concordância padrão ocorre com o fator *Sujeito posposto ao verbo 'ser' sem constituintes anteriores* (39%) e, de modo significativo, com o verbo no contexto com nível máximo de saliência (o par *é/ são*, por exemplo). Ao que parece, confirma-se, mais uma vez, a atuação da *saliência fônica* nos dados da fala popular feirense.

6.5.4 Efeito de gatilho

Ao contrário do que ocorreu com os dados da norma culta, foram levantadas ocorrências para todos os fatores desta variável, inclusive, vinte e sete com ausência de flexão de número na fala do documentador, isto é, ocorrências codificadas com o fator *estímulo para a falta de concordância padrão*¹⁹⁹. Essa verificação pode ser atribuída a uma possível tentativa de adequação à fala do informante, ou mesmo, à utilização de um

¹⁹⁹ Dessas, 19 ocorreram com o mesmo verbo e 8 com verbo diferente.

registro coloquial distenso por parte do documentador.²⁰⁰ Os exemplos seguintes ilustram algumas das ocorrências codificadas:

(150) “DOC: Uma coisa, assim, que você almeja, assim, qu’eles ALCANCE?”

INF: Ah, eu quero qu’eles *alcance* tudo.”

(151) “DOC: Aí DESCIA as amigas tudo?”

INF: As cupanheira tudo *ia*, e nós era aquela, afe Maria, aquela coisa pra ir [...]”

(152) “DOC: ...Serviço de pedreiro as pessoas PROCURAM muito, né?”

INF: É, *procura* muito, no momento agora mesmo, tá bem procurado”

(153) “DOC: O que é que eles FAZEM?”

INF: É... só as menina *estuda* e os menino *trabalha*.”

Na tabela seguinte, apresenta-se a distribuição das variantes pelos fatores da variável:

Tabela 34 – Distribuição das variantes da CV com P6 nos fatores da variável *Efeito de gatilho* na fala popular feirense

Fatores	Concordância padrão	Concordância não padrão	Total
Com estímulo para a variante zero (mesmo verbo)	0 0%	19/19 100%	19 19.4%
Com estímulo para a variante zero (verbo diferente, mesmo sujeito)	1/8 12.5%	7/8 87.5%	8 8.2%
Com estímulo para a variante explícita (mesmo verbo)	21 46.7%	24 53.3%	45 45.9%
Com estímulo para a variante explícita (verbo diferente, mesmo sujeito)	9 34.6%	17 65.4%	26 26.5%
Total	31/98 31.6%	67/98 68.4%	98 ---

²⁰⁰ Observou-se, ainda, que, algumas vezes, o documentador corrigia a sua própria fala, como no que se vê no trecho: DOC: Aí *veio* as vãs, *VIERAM* as vãs... INF: *Veio* as vãs, foi. Foi melhorando. Nesses casos, foi considerado que houve estímulo para a variante explícita, já que a última forma era com a forma padrão.

Como se depreende a partir dos resultados acima, foi necessário executar amalgamentos no controle dessa variável, devido ao uso categórico com o fator *Com estímulo para a variante zero (mesmo verbo)*. Assim, os dados foram reagrupados em apenas dois fatores, de maneira que se controlou apenas o caso de haver ou não a presença de morfema de número plural no verbo da interlocução do documentador, independentemente de ser o mesmo verbo ou não. Desse modo, obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 35 – Atuação da variável *Efeito de gatilho* no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense (após amalgamento)

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Com estímulo para a concordância padrão	30/71	42.3%	.73
Com estímulo para a concordância não padrão	1/27	3.7	.07
Total	31/98	31.6%	---

Constatou-se que o fato de haver uma forma verbal na pergunta do documentador com a flexão de número padrão atua favoravelmente para que o usuário da norma popular use a concordância. Acredita-se que esse resultado corrobore a hipótese de que, nessa norma, está havendo um implemento do uso da regra padrão, motivado pelo contato com variedade mais próxima à norma padrão. Nesse sentido, os resultados obtidos para a variável *faixa etária*, expostos na próxima subseção, ratificam ainda mais essa interpretação.

6.5.5 Faixa etária do informante

Foram muito esclarecedores os resultados obtidos, na amostra da norma popular, com o controle da variável *Faixa etária*. Averiguou-se um favorecimento do uso da concordância padrão apenas nas faixas mais baixas, faixas etárias I e II, com idêntico peso relativo, no valor de **.56**. Assim, é possível observar um incremento no uso das marcas de número nas formas verbais com P6 no que toca à norma popular feirense; vindo, pois a corroborar com a hipótese, aventada nesta tese, de que, nessa

norma do PB, a variante inovadora é a padrão, enquanto que, na norma culta, é a não padrão.

Nesse sentido, na tabela seguinte, ainda que não seja possível observar um padrão crescente com a implementação da concordância padrão, no sentido de partir da faixa etária II em direção à faixa I, é plausível sustentar que a ausência das marcas de número nas formas verbais é uma estratégia antiga na comunidade de fala popular, a qual está sendo substituída pela variante com plural explícito. Os resultados sugerem, pois, que, na fala popular feirense, há uma tendência a um processo de mudança em curso, em direção ao uso das marcas de número nas formas verbais.

Tabela 36 – Atuação da variável *Faixa etária* no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Faixa I	123/425	28.9%	.56
Faixa II	119/408	29.2%	.56
Faixa III	79/477	16.6%	.40
Total	321/1310	24.5%	---

Cabe destacar que foi identificado, **na norma popular**, um processo de mudança em curso a favor da implementação da variante padrão, enquanto que, na **norma culta**, conforme exposto na seção anterior, não foi identificado esse processo. O gráfico seguinte ilustra essa situação bipolarizada na comunidade de fala feirense:

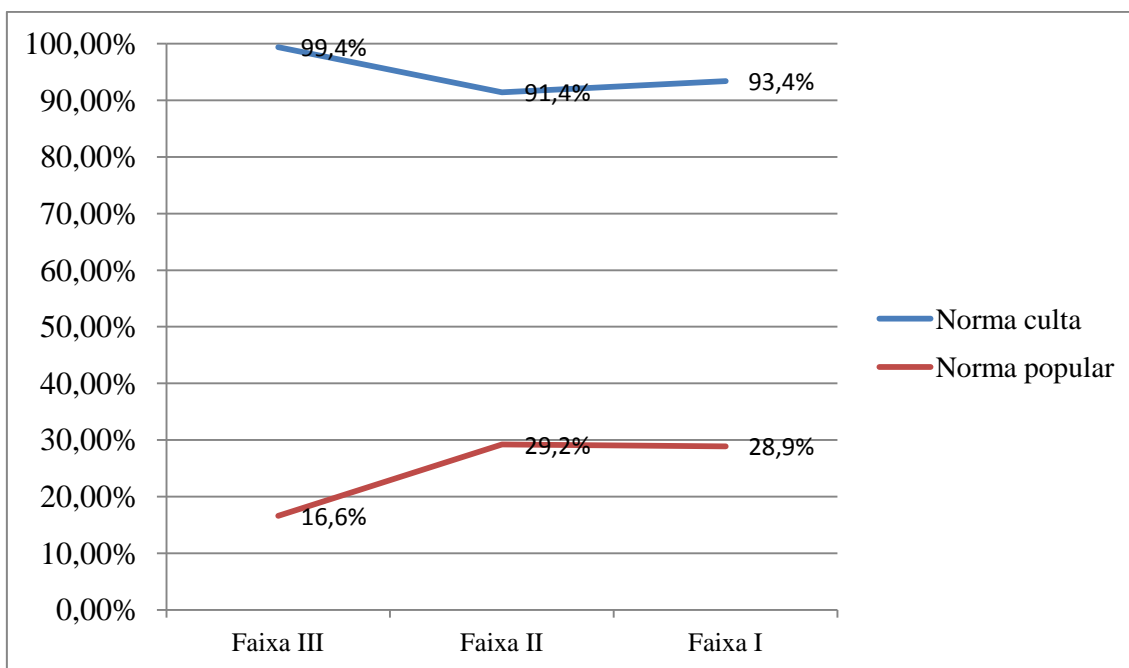


Gráfico 11 – Distribuição dos resultados pelas *faixas etárias* no uso da CV padrão na fala culta e popular de Feira de Santana-Ba

Observa-se, na comunidade, um alto uso da variante padrão na fala de informantes escolarizados, enquanto que, entre informantes analfabetos ou parcamente escolarizados, identifica-se um processo de implementação das marcas de concordância de número, ainda que discreta, sendo impulsionado pelos falantes mais jovens da amostra.

No próximo gráfico, é possível depreender a atuação da variável na comunidade de fala investigada:

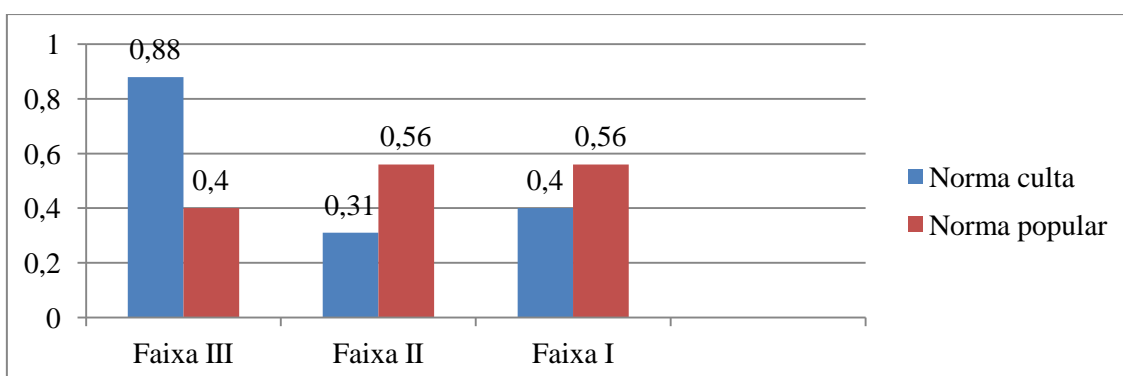


Gráfico 12 – Atuação da *faixa etária* no uso da CV na fala culta e popular de Feira de Santana-Ba (pesos relativos)

Fazendo uma projeção histórica da variação na comunidade, confirma-se que a bipolarização no uso da concordância verbal era mais intensa em épocas passadas. Nesse sentido, comparando os valores dos pesos relativos, chama atenção, no Gráfico 12, a significativa diferença entre os pesos relativos na faixa III, que é de **0,48**. Essa diferença torna-se menor a partir da faixa II, sendo de **0,25**, até as variantes alcançarem a menor diferença, **0,16**, na faixa I.

Assim, investigou-se como essa realidade estaria configurada na comunidade de fala de Feira de Santana como um todo. Os resultados para essa investigação foi obtida com uma análise estatística dos dados investigados conjuntamente, isto é, os da norma culta acoplados com os da popular. Os resultados estão expostos na Tabela 37:

Tabela 37 – Atuação da variável *Faixa etária* no uso da CV padrão com P6 na comunidade de fala de Feira de Santana (normas popular e culta)

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Faixa I	301/616	48.9%	.55
Faixa II	395/710	55.6 %	.52
Faixa III	244/643	37.9 %	.43
Total	940/1969	47.7%	---

Observa-se, portanto, um padrão curvilíneo com um aumento de uso da variante padrão entre os informantes mais jovens, algo que sugere um processo de mudança em progresso, com a aquisição da morfologia flexional, conforme é demonstrado no gráfico que se segue:²⁰¹

²⁰¹ Na rodada com os dados conjuntamente, doze variáveis foram selecionadas, com exceção da *Relação do informante com a migração*. As selecionadas confirmaram os resultados que já vêm sendo expostos nesta tese, sendo os fatores favorecedores ao uso padrão da CV, em ordem decrescente de seleção das variáveis: **escolarização superior, formas verbais com maior saliência fônica, último constituinte do SN sujeito com plural e com o pronome ‘eles (as), sujeito imediatamente anteposto, verbo ‘ser’ anteposto ao SN predicador, sexo feminino, concordância nominal padrão no SN sujeito, verbos com concordância padrão na pergunta imediata do documentador, faixas etárias mais jovens, sujeito com traço [+humano], zona urbana, verbos de ligação e intransitivo e indicação mórfica de plural do SN sujeito**. Log likelihood = -712.310 Significance = 0.049

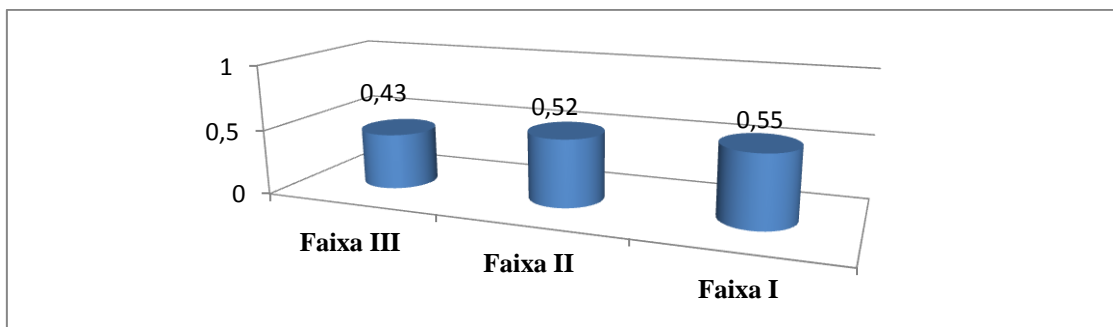


Gráfico 13 – Atuação da *faixa etária* no uso da CV na comunidade de fala de Feira de Santana-Ba, com dados da norma culta e da popular (pesos relativos)

6.5.6 Sexo do informante

Os resultados obtidos com o controle desta variável demonstraram que a variante inovadora e prestigiada é mais frequente na fala dos informantes do sexo feminino (28.1%), de maneira que esse fator favorece a aplicação da regra de concordância padrão (.56), conforme pode ser conferido na Tabela 38. Assim, os resultados vão ao encontro do papel que vem sendo atribuído às mulheres nos casos de mudança em progresso, na maioria das análises sociolinguísticas: um papel inovador no uso de formas prestigiadas (LABOV, 2001, p. 274).

Tabela 38 – Atuação da variável *Sexo* no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Masculino	141/670	21%	.45
Feminino	180/640	28.1%	.56
Total	321/1310	24.5%	---

Nesse sentido, saliente-se que a hipótese que foi levantada neste estudo (cf. subseção 5.4.5) partia da premissa de que seriam os homens, na norma popular, que favoreceriam o uso da variante padrão. E, para tanto, baseou-se em uma série de estudos que se detiveram em dados da fala popular, a exemplo das pesquisas realizadas por Bortoni-Ricardo (2011[1985]), Rodrigues (1987), Lucchesi e Araujo (2009), entre outras²⁰², cujos resultados apontavam para um “maior ajuste” aos padrões

²⁰² Praticamente, todas as pesquisas que investigaram dados das comunidades rurais afro-brasileiras baianas, realizadas no âmbito Projeto *Vertentes*, constataram que as mulheres desfavoreciam as formas prestigiadas, sendo esses resultados explicados pelo maior acesso à dinâmica urbana por parte dos homens (LUCCHESI, BAXTER e RIBEIRO, 2009).

urbanos/cultos por parte dos homens. Contudo, a hipótese não foi comprovada, pois, diante dos resultados fornecidos pelo programa estatístico, fica entendido que as mulheres estão à frente no que concerne a implantação das marcas de concordância de número na comunidade de fala de Feira de Santana. Saliente-se ainda que isto ocorre em todas as subamostras da fala popular considerada, inclusive, no que concerne aos dados da zona rural (a qual apresentou uma frequência geral da regra padrão com percentual de 21.6%, sendo 19.3% entre os homens e 23.1% entre as mulheres).

A propósito disso, julga-se que o fato de Feira de Santana ser uma cidade onde tanto os homens quanto as mulheres têm oportunidades de adquirir as formas linguísticas prestigiadas – já que estão ambos atuando no mercado de trabalho, buscando qualificar-se em termos de escolarização e interagindo em diversas redes sociais –, explica a atuação das mulheres no favorecimento das regras prototípicas do uso culto; ao contrário do que se dá em comunidades rurais ou em comunidades onde as mulheres ficam mais circunscritas ao ambiente doméstico.

Dado o exposto, se for considerado que aspectos socioculturais têm influência sobre a língua (como está na base dos pressupostos da Sociolinguística Variacionista), não se pode negar que, da mesma forma, fatos da língua podem ser utilizados como meio para se chegar a um melhor conhecimento de fenômenos sociais (tal como está nos postulados da Sociologia da linguagem). Assim, a realidade vislumbrada por meio dos resultados da variável *Sexo do informante* (bem como da pesquisa de cunho sócio-histórico-demográfico realizada para este estudo e exposta no Capítulo 3), permite afirmar que Feira de Santana vem, de fato, passando por profundas alterações em sua dinâmica social, deixando para trás uma série de características que o vinculavam a uma pequena cidade com característica eminentemente rurais. Portanto, ainda que persista o hiato entre a fala culta e a popular na comunidade feirense, já se constata resultados linguísticos que a vinculam como próxima a cidades com características urbanizadas/ modernizadas, onde as mulheres têm condições de adquirir formas padrão, inclusive favorecendo mais do que os homens tal uso. Coaduna-se, pois, os resultados da fala feirense com os resultados de estudos que focalizaram dados urbanos coletados em cidades nos Estados Unidos e no Canadá (LABOV, 1975, 1981 e CHAMBERS, 1985).

Sobre isso, cabe salientar que também foi investigado como estavam correlacionadas as variáveis *Sexo* e *Faixa etária*, procurando-se examinar se, na norma popular, eram as mulheres da faixa III que apresentavam comportamento linguístico

Feminino	Faixa etária I		Faixa etária II		Faixa etária III			
Padrão	74/197	38%	72/232	31%	34/211	16%	180/640	28%
Não padrão	123/197	62%	160/232	69%	177/211	84%	460/640	72%
Totais								
Padrão	123/425	29%	119/408	29%	79/477	17%	321/1310	25%
Não padrão	302/425	71%	289/408	71%	398/477	83%	989/1310	75%

6.5.7 Tipo de verbo

Os resultados obtidos na amostra do português popular de Feira de Santana, no que concerne a influência da natureza do verbo na aplicação de regra de concordância, sustentam que os verbos intransitivos e os de ligação são os que atuam, de modo mais significativo, no favorecimento da aplicação da regra padrão da concordância verbal com P6, respectivamente com pesos relativos nos valores de .75 e .54. Já quanto aos verbos locativos, transitivos, *modais*, *aspectuais* e *leves* (esses três últimos amalgamados num mesmo fator) não se mostraram favorecedores, pois seus pesos relativos encontram-se muito próximos ao ponto neutro, com pesos relativos de .49 e de .51. Os verbos inacusativos (amalgamados com os ergativos)²⁰³ e os auxiliares mostraram-se desfavorecedores da aplicação da regra padrão, com pesos nos valores de .24 e .40, respectivamente. Assim, as hipóteses iniciais levantadas neste estudo foram parcialmente comprovadas. Os resultados obtidos são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 41 – Atuação da variável *Tipo de verbo* no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Intransitivo	17/54	31.5%	.75
Ligação	109/344	31.7%	.54
Transitivo	101/470	21.5%	51
Modais, aspectuais e leves	15/89	16.9%	.51
Locativo	42/171	24.6%	.49

²⁰³ Procedeu-se ao amalgamento, porque ocorreu uso categórico com os verbos ergativos: vinte e um dados, todos com não CV padrão.

Auxiliar	28/102	27.5%	.40
Inacusativo e ergativo	9/80	11.2%	.24
Total	321/1310	24.5%	---

Na formulação da hipótese para esta variável, partiu-se da ideia de que a carga semântica do verbo poderia influenciar o uso da regra de concordância verbal. Nesse sentido, os resultados para os verbos transitivos demonstrou que há favorecimento ao uso de verbos marcados (com concordância padrão), mas com peso relativo mais baixo do que se esperava. Sobre essa questão, argumenta Silva (2005) que este tipo de verbo tende a selecionar, no léxico, argumento externo, com caráter agentivo, sendo, geralmente, uma pessoa a praticante da ação verbal. Da mesma forma, pode se estender o raciocínio para os verbos modais, aspectuais e leves. Já no que se refere aos verbos locativos, o valor de .49 foi contrário ao que se esperava, uma vez que, sendo estes verbos de movimento, esperavam que também se comportassem favoravelmente ao uso padrão.

No caso dos verbos intransitivos que selecionam necessariamente argumentos com traço [+humano] para figurarem como sujeitos na sentença e estando mais à esquerda do verbo tendem a favorecer a marcação da concordância padrão, ainda mais que só possuem um argumento (o externo), de modo que atua no favorecimento da concordância entre o sujeito e o verbo. Ao contrário dos verbos inacusativos que selecionam sujeitos com traço [-humano] e, portanto, têm maiores chance de favorecerem a posposição e, conseqüentemente, a não realização das marcas de concordância. Assim, nesse estudo comprovou-se que verbos inacusativos e ergativos desfavorecem a CV padrão, o que só confirma os resultados dos estudos que focalizaram esse fator.

No caso dos verbos auxiliares, acredita-se que o fato de ocorrerem em estruturas em que há outra forma verbal não flexionada (infinitivo) possa interferir na sua não flexão de número.

(154) “Pra alguns alunos, só quando **vai fazer** trabalho.”

(155) “Os jovem não **iam entrar** no mundo das drogas e acho que todo mundo ia viver feliz, né?”

(156) “(...) **vai até espancar** a pobre da mulher em casa, né?”

6.5.8 Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo

Na análise quantitativa do potencial efeito sobre a aplicação da regra de concordância da presença de uma marca de plural no último constituinte do SN sujeito que precede imediatamente o verbo, foi necessário proceder ao amalgamento de alguns fatores, assim como aconteceu na análise dos dados da norma culta. Os resultados finais dessa análise são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 42 – Atuação da variável *Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo* no uso da CV padrão com P6 na fala popular feirense

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Marca de plural ²⁰⁴	44/108	40.7%	.61
Pronome <i>eles</i>	70/210	33.3%	.57
Sem marca de plural ²⁰⁵	34/236	14.4%	.41
Numeral	4/17	23.5%	.22
Total	152/571	26.6%	---

Confirmou-se a ideia norteadora no controle da variável, pois se concluiu que sujeito com sintagma nominal cujo último constituinte é um vocábulo com plural explícito favorece a marcação de plural nas formas verbais (P.R. .61), ao passo que sem a marcação de plural há o desfavorecimento (P.R. .41). Da mesma forma, verificou-se o favorecimento da aplicação da regra padrão no valor de .57 nos casos de sujeito com apenas o pronome pessoal de terceira pessoa do plural (*eles* e *elas*), com P.R. .57, enquanto que o numeral a desfavorece (P.R. de .22). Esses resultados sugerem que a motivação para a marcação de plural seja mais morfossintática do que semântica.

6.6 AS VARIÁVEIS NÃO SELECIONADAS NO CORPUS DA NORMA POPULAR

As variáveis descartadas pelo programa de regras variáveis, em todas as rodadas, foram, na sua ordem de eliminação, as seguintes:

²⁰⁴ Foram amalgamados os fatores *Núcleo com marca de plural*; *Determinante ou modificador pré-nominal com marca de plural*; *Quantificador Todos ou Todas*; *Último constituinte do SN com marca de plural (SPrep ou Relativa)*.

²⁰⁵ Foram amalgamados os fatores *último constituinte do SN sem marca de plural*; *Núcleo sem marca de plural*; *Determinante ou modificador pré-nominal sem marca de plural* e *Quantificador Tudo*.

- *Indicação de plural no SN sujeito*
- *Relação do informante com a migração*
- *Caracterização semântica do sujeito*

Embora as três tenham sido descartadas, apresentam *status* diferenciados. A última delas, por exemplo, foi selecionada no nível seguinte ao da rodada mais significativa, com um nível de significância muito próximo ao aceitável,²⁰⁶ conforme se apresenta a seguir:

Tabela 43– Atuação da variável *Traço semântico do sujeito* na fala popular feirense

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
[+ humano]	269/1041	25.8%	.52
[- humano]	52/267	19.5%	.42
TOTAL	152/571	24.5%	---

Log likelihood: - 563.971

Significance: 0.059

Observa-se que o valor da significância estatística é de 0.059, muito próximo a 0,050, este atribuído como o valor em que se tem uma margem de segurança de que a hipótese nula seja rejeitada, ou seja, tem-se “95% de chance de que o resultado apresentado pelo programa seja verdadeiro” (BRESCANCINI, 2001, p. 35). Assim, embora com uma margem de erro maior do que se tem na rodada selecionada (significance: 0.018 e Log likelihood: [-565.790]), é possível afirmar que o programa descartou por último essa variável, pois, de certa forma, o fato de o sujeito possuir o traço semântico [+humano] pode ser evidenciado como algo que favorece a aplicação da regra de CV padrão.²⁰⁷

Quanto à variável *Indicação de plural no SN sujeito*, esta apresentou, no nível 1, o maior nível de significância, 0.181, sendo, assim, o primeiro a ser descartado por ser estatisticamente não relevante. Os números expostos, na tabela seguinte, mostram os valores percentuais para os fatores controlados na variável:

²⁰⁶ Um fator é considerado estatisticamente relevante quando o nível de significância a ele associado é menor ou igual a 0.050.

²⁰⁷ Salienta-se que nesta rodada todos os resultados para as outras variáveis mantiveram-se idênticos ao da rodada selecionada como a mais relevante.

Tabela 44 – Distribuição das variantes da CV com P6 nos fatores da variável *Indicação de plural no SN sujeito* na fala popular feirense

Fatores	Concordância padrão	Concordância não padrão	Total
Mórfica	265 24.8%	802 75.2%	1067 82.8%
Com numeral	21 17.2%	101 82.8%	122 9.5%
Com quantificador	15 19.7%	61 80.3%	76 5.9%
Sujeito composto	5 31.2%	11 68.8%	16 1.2%
Mórfica e lexical	3 42.9%	4 57.1	7 0.5%
TOTAL	309 24%	979 76%	1288

Na tabela acima, nota-se que a frequência de aplicação da CV padrão aumenta de 24% para 42.9% no fator indicação de plural mórfica e lexical, em que se têm usos, como:

(157) “Aí os pessoal *ficaram* em dúvida”

(158) “Os pessoal *acharam* que aquilo era defeito”

(159) “os povo só *vivia* robando ele”.

Essa configuração leva a crer que a “hipercorreção” expressa no plural SN sujeito leva ao falante a usar marcas de plural também nas formas verbais.

A segunda variável descartada, *Relação do informante com a migração*, não se mostrou relevante na aplicação da regra padrão em nenhuma das rodadas. Nesse sentido, como já exposto na Tabela 32 (e repetida abaixo), observou-se, entretanto, uma pequena gradação entre as subamostras investigadas, indicando que os informantes que nasceram e cresceram na zona rural do Município são os que têm menos chances de verbalizarem a variante padrão, seguidamente dos filhos de migrantes²⁰⁸.

Tabela 32 – Distribuição geral dos resultados das variantes referentes à concordância verbal com P6 pelos subtipos da norma popular feirense

²⁰⁸ Foram considerados filhos de migrantes informantes cujos pais fossem oriundos de cidades do interior de outros estados ou de cidades menores na Bahia ou, até mesmo, da zona rural do município de Feira de Santana.

Subamostra da norma popular feirense	Concordância padrão		Concordância não padrão	
	Ocor./Total	Percentual	Ocor./Total	Percentual
Norma popular rural (feirenses filhos de feirenses)	97/449	21.6%	352/449	78.4%
Norma popular urbana (feirenses filhos de migrantes)	105/435	24.1%	330/435	75.9%
Norma popular urbana (feirenses filhos de feirenses)	119/426	27.9%	307/426	72.1%
TOTAL	321/1310	24,5%	989/1310	75.5%

A interpretação de que os informantes oriundos da zona rural são os que favorecerem a verbalização da variante não padrão foi confirmada na rodada em que a variável diazonalidade foi considerada. Quando foram investigados todos os dados da norma popular – e considerada a diazonalidade –, a variável diazonalidade apresentou resultados que comprovam a vinculação rural do uso da variante zero nas formas verbais com P6²⁰⁹, como pode ser conferido na tabela seguinte:

Tabela 45 – Atuação da variável *Diazonalidade do sujeito* na fala popular feirense

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Urbana	97/449	21.6%	.53
Rural	224/861	26%	.44
TOTAL	321/1310	24.5%	---

Log likelihood = -563.657 Significance = 0.042

Salienta-se que os resultados obtidos com o controle da variável Diazonalidade foram praticamente idênticos aos obtidos na rodada em que essa não foi controlada, com a mesma ordem de seleção, inclusive. As diferenças ocorreram no acréscimo da seleção dessa variável (em último lugar) e nos resultados concernentes à variável Faixa etária, com resultados que indicam mais claramente uma mudança em progresso, com os seguintes valores para a aplicação da regra padrão: .57 (faixa I), .55 (faixa II) e .39 (faixa III). Nesse sentido, salienta-se que, na apresentação dos resultados da norma popular, preferiu-se considerar a rodada sem o controle da diazonalidade pelo fato de essa ter apresentado melhor valor estatístico, com menor nível de significância.

²⁰⁹ Seus informantes têm menos chances de adquirir o uso culto.

Assim, na primeira rodada, os mesmos foram, respectivamente, 0.018 e [-565.790] e, na segunda, 0.042 e [-563.657].

Quando se analisou os dados de todo o *corpus* da pesquisa – isto é, os da norma culta e da popular –, a variável Diazonalidade também foi considerada, como se confere na próxima tabela:

Tabela 46 – Atuação da variável *Diazonalidade* na fala feirense (culto e popular)

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual	Peso Relativo
Urbana	97/449	21.6%	.52
Rural	843/1520	55.5%	.43
TOTAL	940/1969	47.7%	---

Log likelihood: -712.310

Significance: 0.049

Como se presumia, o ambiente urbano favorece o uso da variante explícita, pelo fato de os seus moradores terem mais facilidade de acesso a formas linguísticas prestigiadas, ao contrário do ambiente rural, que reúne características socioculturais que dificultam o uso de tais formas.

6.7 SÍNTESE DOS RESULTADOS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ENCONTRADOS

Na análise investigativa realizada acerca do uso variável da concordância verbal com sujeitos de terceira pessoa do plural, tendo sido desconsiderados dados em que o uso das marcas de plural é facultativo ou que inexistia a possibilidade de ouvir tais marcas, encontrou-se uma frequência de 47,7% de não realização da variante padrão no português do município de Feira de Santana. No prosseguimento da pesquisa, verificou-se que esse percentual encontrado não refletia as particularidades da comunidade de fala, pois, quando os dados eram analisados separadamente, ou seja, sob a ótica dos dois grandes polos sociolinguísticos brasileiros, havia uma configuração diferenciada nos resultados: na fala culta do município, a marcação de plural explícito era amplamente majoritário (96%), já, na fala popular, era de apenas 24.5% e, por essa razão, julgou-se que a realização de análises das duas normas separadamente seria mais adequada. Essa constatação empírica da bipolarização de normas no português falado

em Feira de Santana foi interpretada como um reflexo da polarização sociolinguística que ainda caracteriza a sociedade brasileira na atualidade (LUCCHESI, 2001, 2002, 2006). Os resultados da análise quantitativa são apresentados, de forma sumarizada, no quadro abaixo:

Normas bipolarizadas	Variáveis selecionadas
Norma culta	Sexo Realização e posição do sujeito Faixa etária Indicação de plural no SN sujeito
Norma popular	Saliência fônica Concordância nominal Realização e posição do sujeito Efeito de gatilho Faixa etária Sexo Tipo de verbo Forma do último constituinte que está antes do verbo <i>Diazonalidade</i> <i>Traço semântico do sujeito</i> ²¹⁰

Quadro 15 –Variáveis selecionadas nas normas culta e popular de Feira de Santana

Foi dado o destaque em negrito às três variáveis acima, devido à coincidência na seleção feita pelo programa. Contudo, salienta-se que essa coincidência só acontece no que se refere à *Realização e posição do Sujeito* e ao *sexo do informante*, pois a outra variável reflete – como não poderia deixar de ser, dada a situação bipolarizada na comunidade de fala investigada – uma configuração oposta. Assim, no que diz respeito à faixa etária do informante, identificou-se que, na norma culta, os informantes de faixas etárias mais baixas tendem a favorecer o cancelamento das marcas de número, enquanto que, na popular, esses favorecem o uso dessas marcas. Portanto, sem considerar as particularidades que envolvem o uso da CV no Brasil,

²¹⁰ Atente-se para as observações feitas sobre essas duas últimas variáveis expostas neste capítulo.

notadamente o estigma associado ao uso da variante zero²¹¹, pode-se dizer, em linhas gerais, enquanto, na fala culta, evidencia-se um processo de perda de morfologia flexional, na popular, verifica-se um processo aquisicional dessa morfologia.

Quanto à similaridade da seleção da variável *Sexo*, constatou-se que, independentemente do perfil da amostra, os informantes do sexo feminino são os que mais tendem a verbalizar a concordância padrão, coadunando, pois o ponto de vista de que, em cidades urbanizadas/modernizadas, como Feira de Santana, as mulheres são mais sensíveis a mudanças linguísticas rumo a formas linguísticas prestigiadas.

No que tange à variável *Realização e posição do Sujeito*, cabe destacar que sua produtividade a favor da aplicação da regra padrão vem sendo atestada em diversos estudos, inclusive naqueles em que se pesquisou a variação na fala europeia²¹², conforme pode se conferido no quadro seguinte, formulado e apresentado por Monte (2012):

Trabalhos sobre concordância verbal em diferentes corpora do PE	Variáveis selecionadas
Oito textos portugueses medievais (NARO e SCHERRE, 2007)	– Saliência fônica verbal – Posição do sujeito/SN em relação ao verbo – Traço semântico do sujeito/SN
Lisboa (MONGUILHOTT, 2009)	– Traço semântico do sujeito/SN – Posição do sujeito em relação ao verbo – Tipo de verbo – Idade/escolaridade
Funchal – Ilha da Madeira (BAZENGA, 2011)	– Posição do sujeito/SN em relação ao verbo – Traço semântico do sujeito/SN – Saliência fônica verbal – Escolaridade
CRPC – Portugal (RUBIO, 2012)	– Posição do sujeito/SN em relação ao verbo – Traço semântico do sujeito/SN – Tipo estrutural do sujeito/SN
Évora (resultados do presente trabalho)	– Posição do sujeito/SN em relação ao verbo – Traço semântico do sujeito/SN

²¹¹ É imprescindível considerar as ressalvas expostas na seção 6.3.3.

²¹² Nas pesquisas variacionistas consultadas para a realização deste trabalho, o percentual de não marcação de plural nas formas verbais com P6, na fala europeia, oscila de 3,5% a 8%.

	<ul style="list-style-type: none"> – Tipo estrutural do sujeito/SN – Tipo de verbo (verbo ‘ser’ <i>versus</i> outros verbos) – Saliência fônica verbal – Gênero
--	---

Quadro 16 – Variáveis selecionadas em diferentes *corpora* do PE segundo investigação feita por Monte (2012, p. 161)

Sobre o quadro acima, salienta-se que, na variável **Posição do sujeito/SN em relação ao verbo**, o fator apontado, como favorecedor da CV padrão é a anteposição do sujeito ao verbo, enquanto que a posposição é o desfavorecedor. Essa realidade foi confirmada neste estudo com os dados da fala feirense, quer em sua norma popular, quer em sua norma culta, e, até mesmo, nos dados investigados conjuntamente, como evidencia o quadro abaixo:

	Variáveis selecionadas
Dados conjuntos da fala feirense (normas culta e popular)	<ul style="list-style-type: none"> – Escolaridade – Saliência fônica – Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo – Realização e posição do sujeito – Sexo – Concordância nominal do sujeito – Efeito de gatilho – Faixa etária – Caracterização semântica do SN sujeito – Diazonalidade – Tipo de verbo – Indicação de plural no SN sujeito

Quadro 17 – Variáveis selecionadas no cômputo geral dos dados da fala feirense

Log likelihood: -712.310

Significance: 0.049

Nesse sentido, considerando os comentários apresentados neste capítulo e nos demais e, especialmente, no que é exposto nos quadros-síntese apresentados nesta seção, julga-se que fica evidente a diferenciação entre as variedades linguísticas

brasileira e europeia, distinção essa que fica ainda mais evidente quando se toma por base dados de fala popular. A variável *Realização e posição do sujeito* mostra-se, contudo, como um elo entre as diferentes amostras investigadas, o que leva a crer que o contexto de posposição do sujeito atua universalmente como desfavorecedor da aplicação da regra de concordância com marcas explícitas de plural. Por outro lado, se essa verificação estrutural é importante, apenas uma análise em que se consideram aspectos sócio-histórico-culturais permite escrutinar eficientemente os usos linguísticos variáveis.

A propósito desses assuntos, nas considerações finais desta tese, apresentadas seguidamente, retomam-se algumas das ideias centrais expostas neste trabalho, quando se espera que sejam esclarecidas questões que se mantiveram dúbias, ou ainda, que sejam ratificadas aspectos que precisam ser enfatizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não por acaso, esta tese iniciou-se com uma discussão teórica acerca das diferentes formas de investigar a variação e a mudança linguística. Assim foi feito por que o axioma básico deste estudo foi o de que a interpretação acerca da realidade sociolinguística brasileira deva estar alicerçada num sólido entendimento acerca das condições sócio-históricas que encontrou a língua portuguesa no Brasil. Dessa forma, no capítulo 1, foi traçado um percurso das diferentes abordagens sobre a variabilidade e a mudança linguística e também foi exposto o modelo teórico-metodológico adotado para interpretar a variação na concordância verbal na fala de Feira de Santana-Ba.

Nesse sentido, a tese filiou-se a um viés sócio-histórico, isto é, interpretou-se o fenômeno da variação na concordância verbal de número de forma contextualizada, procurando associá-la à formação da realidade sociolinguística brasileira. Para tanto, foi imprescindível a consideração de fatos da sócio-história brasileira – expostos no capítulo 2 –, a exemplo do contato entre línguas e dos tardios processos de urbanização e de escolarização, atrelados a uma política de segregação social. Dando seguimento a essa linha de raciocínio, foram abordados, no capítulo 3, resultados de estudos historiográficos e demográficos que focalizaram o município de Feira de Santana.

No que tange à concordância verbal, fenômeno linguístico escolhido para discutir a formação e a caracterização atual do português brasileiro, foi feito um apanhado geral de estudos que focalizaram esse tema e verificou-se que os seus resultados manifestam diferenças e semelhanças. De modo geral, as diferenças sobressaem quando são cotejados resultados de pesquisas com dados de comunidades de diferentes perfis, a exemplo do que ocorre com dados do PE ou da norma culta e semicultas do PB contrastados com dados do português popular brasileiro. A respeito disso, fica evidente que as variedades populares brasileiras são as que mais preservam os efeitos do contato entre línguas na história sociolinguística do país. Por conseguinte, avaliou-se que muitas das pesquisas já realizadas sobre a concordância verbal no PB desconsideram a existência de duas histórias sociolinguísticas, realizando análises empíricas de dados com diferentes perfis de maneira conjunta, o que, como demonstrado no capítulo 6, obscurece o comportamento real da variação.

Assim, na análise empírica deste estudo, acolheu-se a visão da realidade linguística brasileira como bipolarizada (cf. LUCCHESI, 1994, 2001, 2002, 2006), analisando os dados separadamente, além da forma conjunta. Julga-se que esse

procedimento foi importantíssimo, pois, desse modo, foi possível investigar a existência de possíveis entrecruzamentos na comunidade de fala feirense; tendo-se em conta que esta comunidade pode ser tomada como representativa do que ocorre no geral das comunidades urbanas brasileiras neste limiar do século XXI.

Os resultados indicam que, não obstante as contínuas mudanças ocorridas na dinâmica social do Brasil a partir da década de 1940 do século passado, com um aumento de estradas e com a democratização de acesso ao ensino e aos meios de comunicação de massa – aspectos que aumentam a chance de aquisição de formas linguísticas privilegiadas – ainda prevalece um hiato entre a fala do seguimento culto e a do seguimento popular. Em outras palavras, ainda é possível depreender, nos padrões de fala atuais do PB, uma variação diastrática no que tange ao uso da concordância verbal de número, algo que reflete as condições de formação da variedade brasileira da língua portuguesa. Nesse sentido, frisa-se a estreita relação entre baixa ou nula escolaridade e a origem pobre dos informantes, algo que, por sua vez, vincula-se à exclusão a que, por séculos, foi submetida uma parcela da população no Brasil; gerando a existência de duas histórias sociolinguísticas brasileiras.

Na amostra do português culto de Feira de Santana, detectou-se uma variação com índices que demonstram que o uso da variante zero na concordância verbal com sujeitos de terceira pessoa do plural é um fenômeno marginal, pois só foi detectado um índice de 6.1% dessa variante. Com essas ocorrências, foi realizada uma minuciosa descrição, em que se verificou que a variante não padrão ocorre em contextos pontuais e, mais ainda, naqueles amplamente apontados na literatura como desfavorecedores da concordância, a exemplo de *posposição de sujeitos, de separação entre sujeito e verbo* e de *sujeitos compostos*. Precisamente, 67,5% dos dados da variante não padrão encontrados na fala culta concentram-se nesses contextos. Já, na amostra do português popular, foi detectada uma realidade distinta, pois 75,5% das ocorrências de formas verbais com sujeitos de terceira pessoa do plural foi com a variante não padrão, essas ocorrendo em diferentes contextos, inclusive, nos mais salientes.

Para além dessa distribuição diferenciada das frequências de uso das variantes, os resultados fornecidos pelo programa estatístico (o GoldVarb X) também revelou diferenças consideráveis no que concerne à seleção das variáveis nas duas normas sob análise. Dentre essas, destacam-se os resultados da variável *faixa etária*, selecionada como estatisticamente relevante nas duas subamostras pesquisadas, porém

com resultados divergentes. Na norma popular, foi observado um padrão ascendente, com os mais jovens usando mais a variante padrão do que os mais idosos, ao passo que, na norma culta, são os mais idosos que mais a usam, embora as frequências de uso sejam altas em todas as faixas etárias. Assim, confirmou-se a hipótese reitora deste estudo: a de que está havendo um incremento das marcas de plural na fala popular do PB, sendo esta a forma inovadora, e um afrouxamento dos rígidos padrões de correção linguística na fala culta (sendo inovadora a variante não padrão). A formulação desta hipótese foi aventada tendo-se como base a visão sócio-histórica que embasa esta pesquisa, da mesma forma que essa visão foi fundamental para a interpretação dos resultados.

Nesse sentido, quanto à projeção histórica da variação ou, para usar a terminologia laboviana, quanto à *implementação da mudança no cômputo geral* da comunidade de fala pesquisada, julga-se que a variação ficará por um bom tempo como um típico caso de variação estável, pois se, nas variedades cultas, verifica-se uma tendência para o uso da variante zero na fala dos mais jovens, o estereótipo sociolinguístico ligado ao uso dessa forma, impede a implementação de um sistema sem flexão de plural nas formas verbais na fala culta. Por outro lado, quanto às variedades populares, sendo mantidas as condições de exclusão a bens culturais a uma imensa parcela da população, os seus usuários continuarão a utilizar a variedade da língua portuguesa gerada na situação de contato entre língua e forjada no seio da classe trabalhadora do período colonial e imperial do Brasil.

Outra variável que trouxe resultados esclarecedores aos propósitos desta tese foi a *saliência fônica*, só tendo sido selecionada nos dados da fala popular. Como se argumentou, tanto no capítulo 4 (de revisão da literatura), como no capítulo 6 (de análise empírica), essa variável é importante, pois permite trazer elementos para a discussão acerca da formação do PB. Os estudos têm demonstrado que somente nas variedades mais afetadas pelo contato entre línguas essa variável tem se mostrado relevante, com exceção dos trabalhos de Naro e Scherre (2007) e Bazenga (2011) e no de Monte (2012); neste último, apenas a variável foi selecionada quando o verbo ‘ser’ estava incluído.

Os resultados obtidos para a variável *sexo do informante* revelaram que as mulheres são as que mais favorecem o uso da variante padrão. Isso demonstra que a realidade sociolinguística da comunidade de Feira de Santana vincula-se àquelas em que as mulheres têm condição de adquirir formas linguísticas privilegiadas, ao contrário do

que ocorre em comunidades menos urbanizadas. A propósito, os resultados concernentes à diazonalidade mostraram que é na zona rural que há um desfavorecimento da variante padrão, embora, em termos de frequência de uso, os resultados da norma popular *urbana e rural* estejam próximos.

Terminando esta fase da pesquisa, ressalta-se que etapas futuras já se impõem. Assim, elencaram-se como passos futuros a investigação do uso da concordância verbal em comunidades rurais do semiárido baiano, com o propósito de examinar possíveis diferenças de uso motivadas por formações demográficas diferenciadas. Outro passo a ser dado será o estudo com dados de outras variedades transnacionais da língua portuguesa, a exemplo do português angolano. De igual modo, planeja-se investir mais no conhecimento teórico da Crioulística, a fim de buscar novos elementos para a discussão da influência do contato entre língua na realidade sociolinguística brasileira, aprofundando os paralelos que se podem traçar particularmente com as línguas crioulas de base lexical portuguesa.

Por ora, afirma-se que este estudo trouxe uma contribuição ao desvendamento da realidade sociolinguística brasileira atual, focalizando como estão distribuídos os polos sociolinguísticos brasileiros e trazendo, igualmente, elementos para mensurar a representatividade e as consequências do contato entre língua na história sociolinguística do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Marianne Patalino. **Old French, null subjects and verb second phenomena**. PhD thesis. University of California, Los Angeles, 1987.
- ALBANO, Eleonora Cavalcante; COUDRY, Maria Irma Hadler; POSSENTI, Sírio (Org.); ALKMIM, Tânia Maria (Org.). **Saudades da Língua**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALKMIM, Tânia. Sociolinguística: parte I. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. Vol. 1. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALMEIDA, Alessandra Preussler. A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de. **Sujeito nulo e morfologia verbal no português falado em três comunidades rurais da Bahia**. 2005. Tese. (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de (Org.). **Amostras da língua falada na zona rural de Feira de Santana (Paraguaçu)**. vol. 03. Coleção Amostras da língua falada no semi-árido baiano. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana/FAPESB, 2008.
- ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de. 2012. Urbanização, escolarização e variação linguística em Feira de Santana-Bahia (século XX). **Tabuleiro de Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da UNEB**, Salvador, n. 4, p. 1-21, 2012. Disponível em: http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_04/pdf/no04_artigo012.pdf. Acesso em: 19. maio.2013.
- ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **A importância da população africana na formação da realidade sociolinguística brasileira: o caso das comunidades rurais baianas**. Apresentação de Trabalho em Simpósio do XI Congresso Luso afro-brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, 2011.
- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial.** 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

ANJOS, Sandra Espínola. **Um estudo variacionista da concordância verbo-sujeito na fala dos pessoenses.** 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

ARAUJO, Jean Marcel Oliveira. **Bahia: negra, mas limpinha.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ARAUJO, Maria do Socorro Targino de. **Os núcleos urbanos do recôncavo colonial.** [Tese para concurso de Assistente]. Salvador: UFBA, 1970.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. A variação entre formas sintéticas e analíticas na expressão de posse referente à primeira pessoa do plural no dialeto afro-brasileiro de Helvécia. **Hyperion** - Revista eletrônica do Instituto de Letras da UFBA, Salvador, n.07, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.hyperion.ufba.br>>. Acesso em: 12 jan. 2005.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **Nosso, da gente e de nós: um estudo sociolinguístico da expressão de posse no português rural afro-brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Letras) Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. O uso variável da concordância verbal no português do Brasil (PB) e no português de Angola (PA): A história externa em foco. In: 5º Encontro Açoriano da Lusofonia, 2010, Florianópolis. **Atas/ Anais.** 2010, p. 367-381.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **A concordância verbal: um estudo contrastivo entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE).** Apresentação de Trabalho/Simpósio durante o III Congresso da Ailp. Niterói, 2010a.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. A concordância verbal em três variedades da língua portuguesa: a brasileira, a lusitana e a angolana. In: VII Congresso Internacional da Abralín, 2011, Curitiba. **Programação/ Resumos,** 2011a.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. A concordância verbal e sua importância para os estudos sobre a formação do português brasileiro. **Papia** (Brasília), v. 22(1), p. 91-110, 2012.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. Sociolinguística e sócio-história do português falado em Feira de Santana-Ba. In: Norma da Silva Lopes; Lígia Pelon de Lima Bulhões; Cristina dos Santos Carvalho. (Org.). **Sociolinguística: Estudos da variação, da mudança e da sócio-história do português brasileiro.** Sociolinguística paramétrica Sociofuncionalismo. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013, p. 189-215.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias; ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de. A língua portuguesa do semiárido baiano, 2010 (Texto em home page do Projeto Vertentes). Disponível em: <www.vertentes.ufba.br/associados/feira-de-santana>. Acesso em: 26. dez. 2011.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias; ARAUJO, Jean Marcel Oliveira. A Formação sócio-histórica do Português do Brasil: contribuições do recôncavo baiano. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, Niterói, n. 39, p. 95-116, 2009.

ARENDS, Jacques. A demographic perspective on creole formation. In: S Kouwenberg & JV Singler, eds., **The Handbook of Pidgin and Creole Studies**. Oxford: Blackwell, p. 309-331, 2008.

ASSUNÇÃO, Janivam da Silva. A variação tu/você no falar feirense (Analfabetos funcionais). In: **XII Seminário de Iniciação Científica da UEFS**, 2008, Feira de Santana - BA. Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Regional. Feira de Santana: Imprensa UEFS, 2008.

AZEVEDO, Aroldo de. “Vilas e cidades do Brasil colonial (ensaio de geografia urbana retrospectiva)” In: **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1954-1955)**. São Paulo, 9 (1): 83-168, 1957.

BAKER, Philip. On the origins of the first Mauritians and of the creole languages of their descendants. In: BAKER, Philip; CORNE, Chris. **Isle de France Creole**. Ann Arbor: Karoma, 1982.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo. *Negrinhos que por ahi andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870 – 1920)*. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XX. In: Jeruse Romão. (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: MEC, 2005a. p. 79-92.

BAXTER, Alan. A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulação prévia: um exemplo do Estado da Bahia. In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (Ed.). **Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa**, p. 7-35. Lisboa: Edições Colibri, 1992.

BAXTER, Alan. A concordância de número. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 269-293.

BAXTER, Alan. Concordância verbal. In: LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. (Org.). **África à vista**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 317-337.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. Processos de descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro. **Papia Revista de Crioulos de Base Ibérica**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 59-71, 1993.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. **Estudos lingüísticos e literários**, n.19, Salvador, UFBA/ PPGLL, 1997. p. 65-84.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; GUIMARÃES, Marx. Gender agreement as a decrelizing feature of the afro-brazilian rural dialect of Helvécia, **Journal of pidgin and creole language**, 12 (1): 1-57, 1997.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BELLETI, Adriana. The case of unaccusatives. **Linguistic Inquiry**. 19/1: 1-34, 1988.

BERLINK, R. A. A construção V SN no português do Brasil: Uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: F. Tarallo (Org.) **Fotografias Sociolingüísticas**. São Paulo: Pontes, 1989. p. 95-112.

BICKERTON, Derek. The language bioprogram hypothesis. **The behavioural and Brain Sciences**, n. 7, Cambridge University Press, 1984. p. 173-203.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: EDUFBA, 1989.

BORGES NETO, José. **Ensaio de filosofia da linguística**. São Paulo: Parábola, 2004.

BORGES NETO, José. História e Filosofia da Linguística: uma entrevista com José Borges Neto. In: **ReVEL: Revista virtual de estudos da linguagem**. Vol. 8, n. 14, 2010. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br>>. Acesso em: 17. fev. 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **The Urbanization of Rural Dialect Speakers: a sociolinguistic study in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. A migração rural-urbana: uma análise sociolingüística. In: Fernando Tarallo. (Org.). **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas: Pontes, 1989. p. 167-180.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemu na escola, e agora?** Sociolingüística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; SILVA, Maria da Guia Taveiro; CAXANGÁ, Maria do Rosário Rocha; LINS, Maria Vieira. Raízes sociolingüísticas do analfabetismo no Brasil. In: **Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa**, v. 04, 2008. p. 215-234.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. Tradução de Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 1997.

BOURCIEZ, Édouard. **Éléments de linguistique romane**. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1956.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Os vários recôncavos e seus riscos. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB**. vol. 1. n.1, Cachoeira, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/reconcavos/edicoes/n01/pdf/brandao.pdf>>. Acesso em 19.out.2011.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **Presença/ausência de marca de número em constituintes do sintagma nominal**. Comunicação apresentada ao I Congresso Internacional da ABRALIN. Salvador, UFBA, set. 1994.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues. A concordância nominal e verbal no Português do Brasil e no Português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística. **Papia** (Brasília), v. 22, p. 7-39, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **PCN: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRESCANCINI, Cláudia Regina. A análise de regra variável e o programa Varbul 2S. In: BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia Regina (Org.). **Fonologia e variação: recortes do português brasileiro**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2002, p. 13-75.

BRIGHT, William. As dimensões da Sociolinguística. Tradução de Elizabeth Neffa Araújo. In: FONSECA, Maria Stella; NEVES, Moema (Org.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 41-47.

BYBEE, J. L. **Morphology: a study of the relation between meaning and form**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **História da linguística**. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Padrão-Livraria Editora, 1990.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

CAMPOS, Odette Gertrudes Luiza Altmann de Souza. Morfologia do verbo no português. **Revista do Gelne**, vol. 4, n.1, p. 01-04, 2001. Disponível em:

<http://www.gelne.org.br/Site/RevistaGelne/revistas.php?acao=conferir_revista&revista=3>. Acesso em 06. jun.2011.

CANDEIAS, António et al. **Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX**. Os Censos e as Estatísticas: Fund. C. Gulbenkian, 2007.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARMELO, Frei Luís do Monte. **Compêndio de Orthographia**. Lisboa, 1767.

CARNEIRO, A. Henriques. **Evolução e controlo do ensino em Portugal: da fundação da nacionalidade ao 1º Ministério da Instrução Pública**. Prefácio de Rogério Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CARNEIRO, Zenaide Oliveira Novais; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. Elementos para uma sócio-história do semi-árido baiano. In: RAMOS, Jânia M.; ALKMIM, Mônica A. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro: volume 5, estudos sobre mudança lingüística e história social**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007, v. 1, p. 423-442.

CARNEIRO, Zenaide Oliveira Novais; SOARES, Adriana Santana; ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de (Org.). **Amostras da língua falada na zona rural de Jeremoabo**. Vol. 04. Coleção Amostras da língua falada no semi-árido baiano. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana / FAPESB, 2008.

CARRILHO, Ernestina. Ainda a “unidade e diversidade da língua portuguesa”: a sintaxe. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês (Ed). **Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mateus**. vol.1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 19-42, 2003.

CARVALHO, Castelar. **Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CARVALHO, Maria José. Sociolinguística histórica: estatuto, metodologia e problemas. In: **Revista portuguesa de Filologia**, vol. XXII, Coimbra (Faculdade de Letras), 1998.

CASTILHO, Ataliba T. de. Projeto de História do Português de São Paulo. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). **Para a história do português brasileiro: Primeiras idéias**. v. 1. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 1998. p. 61-76.

CASTILHO, Ataliba T. de. O sintagma verbal. In: **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, p. 391-452, 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 20 ed. São Paulo: Nacional, 1990.

CELANI, Maria Antonieta Alba. (Org.). **Ensino de segunda língua: redescobrimo as origens**. São Paulo: EDUC, 1997.

CENSO DO IBGE (2010). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/BA2010.pdf>. Acesso em 27. nov. 2011.

CHAMBERS, J.K. **Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1996.

CHOMSKY, Noam. **Syntactic structures**. Haia: Mouton, 1957.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures**. Holland: Foris Publications. Reprint. 7th Edition. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1993.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.

COELHO, Francisco Adolpho (1880). Os dialetos românticos ou neolatinos na África, Ásia e América. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. 2ª série, 3, p. 129-196. Reimpresso em J. Morais Barbosa (Org.) **Estudos Lingüísticos Crioulos**. Lisboa: Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1967. p. 109-152.

COELHO, Francisco Adolpho. **Para a história da instrução popular**. Lisboa: Instituto Gulbernkian da Ciência/ Instituto Pedagógico, 1973.

COELHO, Izete Lehmkuhl. **A posposição do sujeito em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica**. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

COELHO, Izete Lehmkuhl. Sobre a natureza do sintagma nominal na ordem V DP. **Revista do GEL**, Fundação Eurípedes, Marília, 2001.

COELHO, Izete Lehmkuhl; MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. Correlação entre ordem do sujeito e concordância verbal: um estudo das restrições sintático-semânticas. **Cadernos de Pesquisas em Linguística** (PUCRS), v. 3, p. 37-51, 2007.

COELHO, Izete Lehmkuhl; MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva; MARTINS, Marco Antônio. Estudo diacrônico da inversão sujeito-verbo no português brasileiro: fenômenos correlacionados. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português brasileiro III: Contato lingüístico, heterogeneidade e história**: Niterói: EDUFF, 2008.

COELHO, Rafael Ferreira. **É nós na fita! Duas variantes lingüísticas numa vizinhança de periferia** (O pronome de primeira pessoa do plural e a marca do plural no verbo). 182f. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de São Paulo.

Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/pos/Teses/COELHOrafaelferreira.pdf>>
Acesso em 18 nov.2010.

COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história:** o problema da mudança linguística. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Ed. da USP, 1979.

COTELLI, Sara. **Sociolinguistique historique:** un tour d'horizon méthodologique et théorique. In: AQUINO, D.; COTELLI, Sara; KROSTOL, A. **Sociolinguistique historique du domaine gallo-roman:** enjeux et méthodologies, Berne: Peter Lang, 3-24. Disponível em: <www.unine.ch/dialectologie/cotelli.pdf>. Acesso em 13 maio 2011.

CUNHA, Celso. **A questão da norma culta no Brasil.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

CUNHA, Celso. **Língua portuguesa e realidade brasileira. 3. ed.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CURTO, Ramada. Língua e memória. In: MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal.** Lisboa: Círculo de Leitores, v. III, 1998.

DASCAL, Marcelo; BORGES NETO, José. De que trata a linguística, afinal? **Histoire, Epistemologie, Langage** 13(1), p. 13-50, 1991.

DUARTE, Inês; FARIA, Isabel. O paradoxo da variação: aspectos do português. **Revista Internacional de Língua Portuguesa.** n. 1, p. 21-27, 1989.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Org.). **Português brasileiro:** uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 107-128.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro.** Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1995.

EISENBERG, Peter L. **Homens esquecidos:** escravos e trabalhadores livres no Brasil - séculos XVIII e XIX. Campinas: UNICAMP, 1989.

ELIA, Silvio. **A unidade lingüística do Brasil:** condicionamentos geo-econômicos. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FARACO, Carlos Alberto. Apresentação de um clássico. In: WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística.** Tradução de Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco; posfácio de Maria da Conceição Paiva e Maria Eugênia L. Duarte. São Paulo: Parábola, 2006. p. 09-29.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** Vol. III. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 27-50.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2001.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FLEXOR, Maria Helena. **Ofícios, manufaturas e comércio.** In: SZMRECSANYI, Tamás (Org.). História econômica do período colonial. São Paulo: Hucitec/ FAPESP.

FÓNAGY, I. Über den verlauf des lautwandels. **Acta linguística hungarica.** 173-278.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX.** São Paulo/Salvador: HUCITEC/EDUFBA, 1996.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1997.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. Povoamento, produção agropecuária e trabalho escravo na comarca de Feira de Santana, 1850-1888. In: NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). **Sertões da Bahia: Formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural.** Salvador: Editora Arcádia, 2011.p. 381-442.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970-1996.** 189 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1980. [Original de 1933].

FUNARI, Pedro Paulo de. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 26-51.

GALVÃO, Renato de Andrade. Os povoadores da região de Feira de Santana. **Stientibus**, Feira de Santana, v.1, n. 1, p. 25-31, jul./dez. 1982.

GALVES, Charlotte. A sintaxe do português brasileiro. In: **Ensaio de Linguística**, n. 13, 1987. p.31-50.

GALVES, Charlotte. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: In: KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993. cap. XII, p. 387-406.

GANDRA, Ana Sartori. A concordância verbal no português europeu rural. In: Oliveira, Klebson; Cunha e Souza, Hirão F.; Gomes, Luís (Org.). **Novos tons de rosa...** para Rosa Virgínia Mattos e Silva. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 142-161.

GANDRA, Ana Sartori. **Cartas de amor na Bahia do século XX:** normas lingüísticas, práticas de letramento e tradições do discurso epistolar. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

GAUCHAT, Louis. L' unité phonétique dans le patois d'une commune. In: **Aus romanischen sprachen. Fertschift Heinrich Morf**, Halle. 1905. p.175-232.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estruturas da antiga sociedade portuguesa.** 2. ed. Lisboa: Arcádia, 1975.

GODOFREDO FILHO. **Dimensão Histórica da visita do Imperador a Feira de Sant'Ana.** Salvador: CEB/ UFBA. (Centro de Estudos Baianos, 74).

GOMES FILHO, Juvenal Vieira. **A concordância sujeito-verbo em São José das Itaporocas.** Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1981.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **Negros e Educação no Brasil.** In: *500 anos de Educação no Brasil.* Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.

GONÇALVES, Vânia de Fátima. **A ausência de Concordância verbal no Vale do Rio Doce-MG.** 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

GOULART, Maurício. **A escravidão africana no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GRACIOSA, Diva Maria Dias. **Concordância verbal na fala culta carioca.** 1991. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

GUY, Gregory. **Linguistic variation in brazilian portuguese:** aspects of the phonology, syntax and language history. Philadelphia, 1981. PhD Dissertation, University of Pennsylvania.

GUY, Gregory. On the nature and origins of Popular Brasilan Portuguese. In: **Estudos sobre el Español de América y Lingüística Afro americana,** Bogotá: Instituto Caro y Cuervom: p. 227-245, 1989.

GUY, Gregory. A questão da crioulização no português do Brasil. In: ZILLES, Ana Maria Stahl (Org.). **Estudos de variação lingüística no Brasil e no Cone Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 15-62.

GUY, Gregory. Varbrul: análise avançada. In: GUY, Gregory; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa:** instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 47-70.

HALLE, Morris. Phonology in generative grammar. **Word**, 18(1), p. 54-72, 1962.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

HILSDORF, Maria Lúcia S. Cultura escolar/cultura oral em São Paulo (1820-1860). In: VIDAL, Diana G.; HILSDORF, Maria Lúcia S. (Org.) (2001). **Brasil 500 Anos**: Tópicos em História da Educação, São Paulo: EDUSP, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Prefácio de Antônio Cândido. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

HOUAISS, Antônio. **O português do Brasil**. Rio de Janeiro: Unibrade-Centro de Cultura, 1985.

HUBER, Joseph. **Gramática do português antigo**. Lisboa: Gulbenkian, 1986. 1.ed. alemã em 1933.

HYMES, Dell. The ethnography of speaking. In: **Anthropology and human behavior**. Washigton, D.C. 1962. p. 13-53.

ILARI, Rodolfo. O Estruturalismo Lingüístico: alguns caminhos. In: Fernanda Mussalim; Anna Christina Bentes. (Org.). **Introdução à Lingüística**: Fundamentos epistemológicos. v. III. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 53-92.

KATO, Mary. Apresentação: ‘Como, o que e por que escavar?’’. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. (Org.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 13-30.

KATO, Mary Aizawa. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J.; LEMOS A. S. (Org.). **Ciências da Linguagem**: 30 anos de investigação e ensino. Braga: CEHUM (Universidade do Minho), 2005, v., p. 131-145.

KENNEDY, David P.; PERZ, Stephen G. Who are Brazil’s indigenes’? Contributions of census data analysis to anthropological demography of indigenous populations. **Human Organization**, vol. 59 (3), 2000.

KOKERITZ, H. Shakespeare’s Pronunciation. New Haven: Yale University Press.

KROCH, Anthony. Reflexes of Grammar in patterns of language change. In: **Language variation and change**, 1, p.199-344, 1989.

KROCH, Anthony. Syntactic change. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris. (Ed.). **The handbook of contemporary syntactic theory**. Massachusetts: Blackwell, 2001. p. 669-729.

KROCH, Anthony. **If at first you don’t succeed**: the time course of language acquisition and its implication for language change, 2005, ms.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LABOV, William. **The social stratification of english in New York City**. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, William. Estágios na aquisição do inglês standard. In: FONSECA, Maria Stella; NEVES, Moema F. (Org.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 99-118.

LABOV, William. **Sociolinguistique**. Traduit par Alain Kihm. Paris: Les Éditions de Minuit, 1976.

LABOV, William. What can be learned about change in progress from synchrony descriptions. In: SANKOFF, David; CEDERGREN, Henrietta (Ed.) **Variation Omnibus**. Carbondale; Edmonton: Linguistic Research, 1981. p. 177-199.

LABOV, William. Building on empirical foundations. In: LEHMAN, W; MALKIEL, Y. (ed.). **Perspectives on historical linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 17-92.

LABOV, William. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. **Language Variation and Change**, 2, p.205-254, 1990.

LABOV, William. **Principles of Linguistic Change: Internal Factors**, vol. 1. London, New York: Basil Blackwell, 1994.

LABOV, William. **Principles of Linguistic change. Volume II: social Factors**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

LABOV, William. On the use of the present to explain the past. In L. Heilmann (ed.), Proc. of the 11th Int. Congr. of Linguists. Bologna: Il Mulino. 1975. pp. 825-851.

LABOV, William. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Org.). **Sociolinguistics: the essential readings**. Oxford: Blackwell, 2003. p.235-250.

LABOV, William. **Padrões sociolingüísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAUSBERG, Heinrich. **Lingüística românica**. vol. 1. Madrid: Gredos, 1965.

LAVANDEIRA, Beatriz. **Variación y significado**. Buenos aires: Hachette, 1978.

LEÃO, Sônia de Oliveira. Padrões de desenvolvimento urbano (1500-1930). In: SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine Nentwig (Org.). **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah; MORAES, João. Processos de mudança no português do Brasil: variáveis sociais. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês. (Org.). **Razões e emoção**: miscelânea em homenagem a Maria Helena Mira Mateus. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p. 87-114.

LEMLE, Miriam; NARO, Anthony Julius. **Competências básicas do português**. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e Fundação Ford, 1977.

LIMA, Cássio Leonardo Nobre de Souza. **Viola nos sambas do recôncavo baiano**. Dissertação (Mestrado em Música). Escola de Música. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

LIMA, Zélia Jesus de. **Lucas da Feira**: um escravo rebelde: 1808/1850. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

LINS, Wilson. A aristocracia dos currais. In: BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: Editora da UFBA, 1989. Original publicado no Jornal A Tarde. Salvador, 15 fev. 1971.

LOBO, Tânia. **Para uma sociolinguística histórica do português do Brasil**: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson (Org.). **África à vista**: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2009.

LODGE, R. A. **A Sociolinguistic History of Parisian French**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LOPES, Norma; BAXTER, Alan. A concordância verbal variável no português dos Tongas. In: **Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, n. 21, v.1, p. 39-50, 2011.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, n.12, 1994. p.17-28.

LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROßE, S.; ZIMMERMANN, K. (Ed.). **“Substandard” e mudança no português do Brasil**. Frankfurt AM Main: TFM, 1998. p. 73-100.

LUCCHESI, Dante. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira**: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000). **DELTA**. São Paulo. v.17, n.1, p. 97-132, 2001.

LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Lingüística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 63-92.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 272-284.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da lingüística moderna**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LUCCHESI, Dante. A participação do contato entre línguas na formação do português popular do Brasil: Novas evidências empíricas. In: FERNÁNDEZ, Mauro; FERNÁNDEZ-FERREIRO, Manuel; VEIGA, Nancy Vázquez. (Org.). **Los criollos de base ibérica**. Madrid: Iberoamericana, 2005, v. 24, p. 215-226.

LUCCHESI, Dante. Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, v. 5, n. 1 e 2, 2006. p. 83-112.

LUCCHESI, Dante. Alterações no quadro dos pronomes pessoais e na aplicação da regra de concordância verbal nas normas culta e popular como evidências da polarização sociolingüística do Brasil e da relevância histórica do contato entre línguas. **Lingüística**. Madrid, v. 19, p. 52-87, 2007.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 41-73.

LUCCHESI, Dante; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **A teoria da variação lingüística**. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br/a-teoria-da-variacao-linguistica>>. 2004. Acesso em 15. fev. 2011.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão lingüística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; SILVA, Jorge Augusto Alves da. A concordância verbal. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. Cap. 14, p. 331-371.

LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. Teorias da estrutura e da mudança lingüísticas e o contato entre línguas. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. cap. 4, p. 125-153.

LUCCHESI, Dante. **Os limites da Variação na Gramática**. Comunicação apresentada em Mesa Redonda durante o Congresso Internacional da ABRALIN. Curitiba, 2011.

LUCCHESI, Dante. A Teoria da Variação Linguística: um balanço crítico. **Estudos Linguísticos** (São Paulo, 1978), v. 2, p. 793-805, 2012.

MACHADO, Márcia do Santos. Sujeitos pronominais *nós* e a *gente* em dialetos populares. In: **Graphos**: revista da Pós-graduação em Letras da UFPB. v. 2, p. 05-23, João Pessoa, 1995.

MAGALHÃES, Justino. Um contributo para a história do processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do antigo regime. In: **Educação, sociedades et culturas**, n. 5. Porto: Afrontamento, 1996. p. 10-12.

MAIA, Clarinda de Azevedo. **História do galego-português**: Estado da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno). (Edição de documentos da Galiza). Coimbra: I.N.I.C., 1986.

MARROQUIM, Mário. **A língua do nordeste**: Alagoas e Pernambuco. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

MARTINET, André. **Économie des changements phonétiques**. Berna: Francke, 1955.

MARTINS, Ana Maria. Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis. In: MATEUS, Maria Helena Mira. (Org.). **Caminhos do português**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, p. 23-71.

MATTHEIER, K. J. Sociolinguistique historique: remarques préliminaires. **Sociolinguistica** 13: 1-3, 1999.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A articulação do sintagma nominal sujeito e do sintagma verbal: concordância. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Estruturas trecentistas**: elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. p. 488-507.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Contradições no ensino de português**: a língua que se fala X a língua que se ensina. São Paulo: Contexto; Salvador: EDUFBA, 1995.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A concordância verbo-nominal facultativa no português arcaico. **Atas do IX Congresso da ALFAL**, v. IV. Campinas: UNICAMP, p. 165-175, 1998.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Orientações atuais da lingüística histórica no Brasil. **Revista Lingüística**, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 155-174, 1999.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Da sócio-história do português brasileiro para o ensino do português hoje. In: AZEREDO, José Carlos de (Org.). **Língua portuguesa em debate**. Conhecimento e ensino. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 19-33.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Variação, mudança e norma (movimentos no interior do português brasileiro). In: BAGNO, Marcos (Org.). **Lingüística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 291-316.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Idéias para a história do português brasileiro: Fragmentos para uma composição posterior. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaaios para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004a. cap. 3, p. 43-67.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaaios para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004b. cap. 5, p. 91-108

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A língua e a fé: origens da escolarização em língua portuguesa no império luso. **Filologia e Linguística Portuguesa**. n. 6, 2004c, p. 281-295.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. “**O português são dois...**”: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editorial, 2004d.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro de. A escolarização relacionada à demografia na Província da Bahia no século XIX. In: **XIV Congresso Internacional da ALFAL**, Monterrey. Memórias. Monterrey: ALFAL, v. 1, 2005. p. 264-277.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; OLIVEIRA, Klebson; LOBO, Tânia. Panorama preliminar da história do letramento de negros na Bahia. In: RAMOS, Jânia; ALKMIM, Tânia. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. volume V: estudos sobre mudança lingüística e história social. Belo Horizonte: FALE, 2007. p. 373-422.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da lingüística histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia, século XIX**: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEDINA MORALES, Francisca. Problemas metodológicos de la sociolingüística histórica. In: **Forma y Función**, enero-diciembre, n. 18. Universidad Nacional de Colombia. Brogotá, D.C., 2005, p. 115-137. Disponível em <http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/formayfuncion/issue/view/1096/showToc>. Acesso em: 13 abr. 2011.

MEILLET, Antoine. L'évolution des forms grammaticales. In: MEILLET, Antoine. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion, 1912. p. 130-148.

MEILLET, Antoine. **Esquisse pour une histoire de la langue latine**. Paris: Hachette, 1928.

MENDES, Roberto. **Viola e samba chula**. Salvador: Abril de 2007. Entrevista concedida a Cássio Leonardo Nobre de Souza Lima.

MENDES, Rute Paranhos Silva. **O perfil da alternância do sujeito nós e a gente em Santo Antônio de Jesus**: um recorte do português popular do interior do Estado da

Bahia. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal da Bahia, 2007.

MILROY, Lesley. **Language and social networks**. Oxford: Blackwell, 1980.

MILROY, Lesley. Social network and social class: toward and integrated sociolinguistic model. In: **Language in society**, 21, 1992, p. 01-26.

MIRA MATEUS, Maria Helena. Se a língua é um factor de identificação cultural, como se compreende que a mesma língua identifique culturas diferentes? In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 63-80.

MIRANDA, Margarida. A *Ratio Studiorum* ou a institucionalização dos estudos humanísticos. **Revista da Faculdade de Letras**. Universidade: um passado com futuro. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. p. 109-129.

MOLLICA, Cecília. Por uma sociolingüística aplicada. **DELTA**, v.9, n.1, p. 105-111, 1993.

MONDÉJAR, J. Linguística e historia. In: **RSEL** 1, 1980, p. 1-49.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. **Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos**. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. **Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE**. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva; COELHO, Izete Lehmkuhl . Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis. In: Paulino Vandresen. (Org.). **Variação e mudança no português falado na região sul**. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2002, v. 01, p. 189-216.

MONTE, Alexandre. **Concordância verbal e variação: uma fotografia sociolinguística da cidade de São Carlos**. 2007. 114f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

MONTE, Alexandre. **Concordância verbal e variação: um estudo descritivo-comparativo do português brasileiro e do português europeu**. 2012. 171 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, *Campus* de Araraquara, 2012.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. 4. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998.

MORTATTI, Maria do Rosário L. **Educação e letramento**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MOTA, Maria Antonia Coelho da; VIEIRA, Silvia Rodrigues. Contrastando variedades do português brasileiro e europeu: padrões de concordância sujeito-verbo. In: GONÇALVES, Carlos Alexandre; ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão (Org.). **Língua Portuguesa: identidade, difusão e variabilidade**. Rio de Janeiro: AILP/UFRJ, 2008. p. 111-137.

MOUNIN, Georges. **Historia de la lingüística: desde los orígenes al siglo XX**. Versão espanhola de Felisa Marcos. Madrid: Editorial Gredos, S. A, 1967.

MUSSA, Alberto B. N. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

NARO, Anthony Julius. A study on the origins of pidginization. **Language**, LSA, Nova York, v. 54, p. 314-347, 1978.

NARO, Anthony Julius. The social and structural dimensions of syntactic change. **Language**, v. 57, n.1, p. 63-98, 1981.

NARO, Anthony Julius. Idade. In: MOLLICA, Maria Cecília (Org.). Introdução à sociolinguística variacionista. **Cadernos didáticos da UFRJ**. Rio de Janeiro. Unidade 9, p.81-88, 1992.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Sobre as origens do português popular do Brasil**. DELTA, n. 9, p. 437-454, 1993.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Concordância variável em português: a situação no Brasil e em Portugal. In: NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. Cap. 2, 49-69.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Fluxos e contrafluxos - movimentos sociolinguísticos da comunidade de fala brasileira. In: MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães. (Org.). **Usos da linguagem e sua relação com a mente humana**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010. p. 79-90.

NARO, Anthony Julius; GORSKI, Edair; FERNANDES, Eulália. Change without change. **Language Variation and Change**. Cambridge University Press, v. 11, p. 197-211, 1999.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira do. **Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Salvador: FCEBA/EGEBA, 1986.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio** (um estudo de história regional e local). 2 ed. Revista e ampliada. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Mouros, Judeus, Ciganos: origens portuguesas de famílias do Alto Sertão da Bahia. In: NEVES, Erivaldo Fagundes. (Org.). **Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural**. Salvador: Arcádia, 2011, p. 63-117.

NINA, Terezinha de J. C. **Concordância nominal/verbal do analfabeto na Microrregião Bragantina**. Dissertação (Mestrado em Linguística), PUC-RS, Porto Alegre, 1980.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. A educação na Bahia imperial. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (Org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: IAT/ Governo da Bahia, 2009.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **De empório a princesa do sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)**. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **“Canções da cidade amanhecendo”:** urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. 261 f. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Klebson. **Textos escritos por africanos e afro-descendentes na Bahia do século XIX:** fontes do nosso latim vulgar. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

OLIVEIRA, Klebson. **Negros e escrita no Brasil do século XIX:** sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

OLIVEIRA, Marian dos Santos. **A concordância verbal de 3ª pessoa do plural em Vitória da Conquista:** um caso de variação estável. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

OLIVEIRA e SILVA, Gisele Machline de; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões Sociolingüísticos:** análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OMENA, Nelize Pires de. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline e SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões sociolingüísticos:** análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.183-215.

PAGOTTO, Emílio. Norma e condescendência: ciência e pureza. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, n. 2. p.49-68, 1998.

PAIVA, Maria Conceição Auxiliadora; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Introdução: a mudança lingüística em curso. In: Maria da Conceição de Paiva; Maria Eugênia Lamoglia Duarte. (Org.). **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa. p. 13-29, 2003.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Lingüística Histórica. In: PFEIFFER, Claudia; NUNES, José Horta. (Org.). **Introdução às Ciências da Linguagem: língua, sociedade e conhecimento**. Campinas: Pontes, 2006, v. 3, p. 11-48.

PARKVALL, Mikael; ÁLVARES LÓPES, Laura. O português vernáculo brasileiro e a hipótese da crioulização. **Revista da Abralín**, vol. II, n.1, p. 111-152, julho de 2003.

PEREIRA, Deize Crespim. **Concordância Verbal na língua nas trilhas das bandeiras paulistas**. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

PERES, João Andrade; MÓIA, Telmo. **Áreas críticas da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.

PERINI, Mário A. **Estudos de gramática descritiva: as valências verbais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PINA, Maria Cristina Dantas. **Santa Isabel do Paraguaçu: cidade, garimpo e escravidão nas Lavras Diamantinas, Bahia século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

PINA, Maria Cristina Dantas. Os negros do diamante: escravidão no sertão das Lavras Diamantinas – século XIX. In: **Politéia**. v.1, n.1, p. 179-200, 2001.

PINHO, Wanderley. **História de um engenho no Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia (1554/1944)**. São Paulo: Nacional; [Brasília]: INL, 1982.

PONDÉ, Consuelo. **Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano - Itapicuru: 1830-1892**, Salvador, 1971. mimeo.

PONTES, Eunice. **Sujeito: da sintaxe ao discurso**. São Paulo: Ática, 1986.

POPLACK, Shana. The notion of the plural in Puerto Rico Spanish: competing constraints on /s/ deletion. In: LABOV, Willam. (eds.). **Locating language in time and space**. Philadelphia, University of Pennsylvania, 1980. p.55-67.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRICE, Richard. Palmares como poderia ter sido. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) (1996). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 52-60.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 26-51.

RESENDE, Terezinha Cristina Campos de. **Dinâmica do Contato Dialectal: estudo sociolinguístico em Conceição de Ibitipoca - MG**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil: Reflexões a partir do INAF 2001**. São Paulo: Global, 2004.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas Autores Associados, 1995.

RIOS, Iara Nancy A. **Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

RIZZI, Luigi. **The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar**, 1988.

ROBERTS, Ian. Posfácio: O português brasileiro no contexto das línguas românicas. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 409-425.

ROBERTS, Ian. **Diacronic syntax**. Oxford University Press, 2007.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 42 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

RODRIGUES, Ada Natal. **O dialeto caipira na região de Piracicaba**. São Paulo: Ática, 1974. (Ensaio, 5).

RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza. **A concordância verbal no português popular em São Paulo**. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1987.

RODRIGUES, Angela Cecília Souza. Português Popular em São Paulo. **Língua Portuguesa em São Paulo 450 Anos**. São Paulo, p. 79-105, 2006.

RODRIGUES, Angela Cecília Souza. Concordância Verbal, Sociolinguística e História do Português Brasileiro. **Fórum Lingüístico (UFSC)**, v. 4, p. 115-145, 2007.

RODRIGUES, Angela Cecília Souza. Padrões de urbanização, migração interna e Português Popular em São Paulo. **Veröffentlichungsreihe des Studienbereiches Neue Romania des Instituts für Romanische Philologie der FU Berlin**, v. 39, p. 134-155, 2009.

RODRIGUES, Aryon D. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

ROMAINE, Suzanne. **Sociohistorical Linguistics: its status and methodology**. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

ROMAINE, Suzanne. Historical sociolinguistics: problems and methodology. In: AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATHEIER, K. J. (Ed.). **Sociolinguistics**: an International Handbook of the Science of Language and Society. Vol. II: 1452-1469. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 1988. p. 1452-1469.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à Morfologia**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah. **Atlas Prévio dos falares baianos**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura/ Instituto Nacional do Livro, 1963.

RUBIO, Cássio Florêncio. Por uma definição da variante estigmatizada na concordância verbal no interior paulista: a atuação da variável *gênero/sexo*. **Estudos Lingüísticos**. São Paulo, v. 36, p. 380-388, 2007.

RUBIO, Cássio Florêncio. **A concordância verbal na língua falada na região noroeste do estado de São Paulo**. 2008. 153f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008.

RUBIO, Cássio Florêncio. **Padrões de concordância e de alternância pronominal no português brasileiro e europeu**: estudo sociolinguístico comparativo. 2012. 392 f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto, 2012.

SANKOFF, David. Variable rules. In: AMMON, U. e DITTMAR, K. J. (Eds.) **Sociolinguistics**: an international handbbook of the science of language and society. Berlin/ New York Walter de Gruyter, 1988. p. 984-998.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, Eric. **Goldvarb X**: a multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. 2005. Disponível em <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref> Acesso em 25. out.2011.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. **Goldvarb X**: Computer program. Department of Linguistics, University of Toronto, Canada. Disponível em <http://individual.ca/tagliamonte/goldvarb/GV_index.htm. 2005> Acesso em: 16. out. 2011.

SANTANA, Jan Carlos Dias. O uso dos pronomes Tu e Você no falar feirense culto. In: **XII Seminário de Iniciação Científica da UEFS**, 2008, Feira de Santana - BA. Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento regional. Feira de Santana: Imprensa UEFS, 2008.

SANTANA, Jan Carlos Dias. Uma abordagem variacionista do uso do TU por falantes cultos de Feira de Santana. In: **XII Semana de Mobilização Científica**, 2009, Salvador. XII SEMOC: Segurança: a paz é fruto da justiça, 2009. p. 1-10.

SANTANA, Noemi Pereira de. Escola primária e padronização linguística na Bahia na segunda metade do século XIX. In: OLIVEIRA, Klebson; SOUZA, Hirão F. C.; GOMES, Luís. (Org.). **Novos tons de rosa**: para Rosa Virgínia Mattos e Silva. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 75-94.

SANTOS, Aline da Silva. **A Variação na Concordância Verbal em Feira de Santana**. Relatório final das atividades desenvolvidas como bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Feira de Santana, 2010.

SANTOS, Cândida Ribeiro; PINHO, Simone Araujo de. Breve histórico de ocupação da Bahia em três grandes áreas. In: **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002**. vol.1, p. 69-79. Salvador: SEI, 2003. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_60vo101/cap_03.pdf>. Acesso maio de 2006.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 59-100. Texto original de 1959.

SAPIR, Edward. **A linguagem**: uma introdução ao estudo da fala. Tradução de Joaquim Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 5. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein; prefácio de Isac Nicolau Salum. São Paulo: Cultrix, 1973.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **Idéias que não se realizam**. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998.

SCHELBAUER, Anaete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.) **História e memórias da educação no Brasil**. Século XIX, v. II. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 132-149.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru/SP: EDUSC, 2001, p. 123-170.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Paralelismo formal e cognição. **ABRALIN**, v. 13, p. 43-53, 1991.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Paralelismo lingüístico. **Revista de estudos da linguagem**. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG. V. 7, n.2, p. 29-59, jul/dez de 1998.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português. **Fórum lingüístico: pós-graduação em Lingüística**, UFSC. Florianópolis: 1, p. 45-71, 1998.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: Maria Cecília Mollica; Maria Luiza Braga. (Org.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003. Cap. 15, p. 147-178.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Introdução. In: NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 17-23.

SCHERRE, Marta; NARO, Anthony. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermeval da (Org.). **Diversidade Lingüística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 93-114.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância de número no português popular do Brasil. **DELTA**. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 9, n. 1, p. 1-14, 1993.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In RUFFINO, Giovanni (Org.) **Dialettologia, geolinguística, sociolinguística**. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509-523, 1998.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius; CARDOSO, Caroline Rodrigues. O papel do tipo de verbo na concordância verbal no português brasileiro. **DELTA**. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 23, p. 283-317, 2007.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius; CARDOSO, Caroline Rodrigues. Evaluating the role of verb type in subject/verb agreement in Brazilian Portuguese. In: **NWAV 34**, 2005, New York. NWAV 34 NYU 2005 LECTS AND THE CITY. New York: NYU. p. 126-127.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; Yacovenço, Lilian Coutinho. A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco. **Revista da ABRALIN**. Curitiba, volume especial, p. 121-146, 2011.

SCHLEGEL, F. **Über die sprache und die weisheit der inder**. 1808. Trad. Francesa: de La langue et de La philosophie des indiens. Genebra: Mauget & Cherbuliez.

SÉ, Frederico Nascimento Sento. **Memórias da Matinha**: histórias e memórias de um quilombo sertanejo. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Licenciatura em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana.

SERRÃO, Joel. **A emigração portuguesa**: sondagem histórica. 4. ed. Lisboa: Livros Horizontes, 1982.

SILVA, Marinélia Sousa da. Os sertões oitocentistas na historiografia baiana: notas sobre a escravidão. In: NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). **Sertões da Bahia**: Formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Editora Arcádia, 2011.p. 15-50.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1963.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. **A concordância verbal no português afro-brasileiro**: um estudo sociolinguístico de três comunidades rurais da Bahia. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil**: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, Maria Cristina Vieira de Figueiredo. **Objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS – SIS (2010). Versão *on line*. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717_id_pagina=1>. Acesso em: 09. out. 2010.

SINGLER, John Victor. The sociolinguistic context of creole genesis. In: KOUWENBERG, S; SINGLER, John Victor. **The Handbook of Pidgin and Creole Studies**. Oxford: Blackwell, p. 332-358, 2008.

SOARES DE SOUZA, Gabriel. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Nacional, 1938, p. 162.

SOUSA, Ione Celeste de. **Garotas tricolores, deusas fardadas**: as normalistas em Feira de Santana, 1925-1945. São Paulo: EDUC, 2001.

SOUSA, Ione Celeste de. **Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia oitocentista-1870/90**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

SOUSA, Ione Celeste de. Prover as aulas, regular o tempo: uma leitura sobre cultura escolar na Bahia oitocentista. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (Org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: IAT/ Governo da Bahia, 2009.

SOUTHALL, A. (Org.). **Urban Anthropology**. Londres: Oxford University Press, 1973.

SOUZA, Constância Maria Borges de. **A concordância verbal na fala de Salvador: duas realidades sociolinguísticas**. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

SOUZA, Constância Maria Borges de. A concordância verbal variável no português dos Tongas. **Papia**, v. 2, n. 21, p. 183-193, 2011.

SOUZA, Constância Maria Borges de. Variáveis estruturais: efeitos na concordância verbal do português falado em Salvador, **Anais do SILEL**. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011a.

SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. **Concordância verbal em português arcaico: um olhar descritivo sobre a documentação notarial**. In: Revista Inventário, n.3, Salvador, 2004. Disponível em: <<http://www.inventario.ufba.br/03/d03/03psouza.htm>>. Acesso em 17. jun. 2011.

SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. **A variação na concordância verbal na primeira fase do período arcaico da língua portuguesa: séculos XIII - XIV**. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 23. Nov. 2011.

STURTEVANT, E. H. **An introduction to linguistics**. New Haven: Yale University Press, 1947. p. 53-61.

TARALLO, Fernando. Por uma sociolinguística românica ‘paramétrica’: fonologia e sintaxe. In: **Ensaio lingüísticos**. 13:51-83, 1987.

TARALLO, Fernando (Org.). **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas, Pontes Editora, 1989.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém r d’além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. cap. II, p. 69-105.

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatória. In: Roberts, Ian; Kato, Mary (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**, Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 35-68.

TARALLO, Fernando. **Relativization strategies in Brazilian portuguese**, University of Pennsylvania, Ph. D., dissertation, 1993.

TARALLO, Fernando; Kato, Mary. Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-linguística. In: **Predição**, 5:1-41. Campinas: Unicamp, 1989.

TEIXEIRA, José Aparecida. O falar mineiro. **Separata da Revista do Arquivo Municipal**. v. 45. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, Departamento de Cultura, 1938.

TEIXEIRA, José da Aparecida. **Linguagem de Goiás**. v. 2 São Paulo: Anchieta, 1944 (Estudos de Dialectologia Portuguesa).

TERRA, Ernani. **Curso Prático de Gramática**. São Paulo: Editora Scipione, 1991

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. 6. ed. Tradução de Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa, 1994.

THOMPSON, Edward. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TINHORÃO, José Ramos. **Os negros em Portugal: uma presença silenciosa**. Lisboa: Editora Caminho, 1988.

TORRES, Amadeu e ASSUNÇÃO, Carlos. **Gramática da linguagem portuguesa: edição crítica, semidiplomática e anastática**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2000.

TRUDGILL, Peter. **Sociolinguistics: an introduction**. Great Britais: Penguin Boccka, 1974.

VANCE, B. S. **Null subjects and syntactic chage in Medieval French**. Ann Arbor: University Microfilms, 1989.

VANCE, Barbara. 1995. On the decline of verb movement to Comp in Old and MiddleFrench. In BATTYE, Adrian; ROBERTS, Ian (ed.). **Language change and verbal systems**. Oxford University Press. p. 173–199.

VAREJÃO, Filomena de Oliveira Azevedo. **Variação em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no Português Europeu popular**. 2006. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

VASCONCELOS, José Leite de. **Esquisse d'une dialectologie portugaise**. 3. ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1987.

VEADO, Rosa Maria Assis. **Comportamento lingüístico do dialeto rural**. Belo Horizonte: UFMG, PROED, 1982.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Por uma história do português no Brasil. In: RAMOS, Jânia Martins e ALKMIM, Mônica A. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras-UFMG, 2007. p. 359-371.

VIANNA FILHO, Luiz. **O negro na Bahia**: (um ensaio clássico sobre a escravidão). 4. ed. Prefácio à primeira edição Gilberto Freire, notas à terceira edição Luis Henrique Dias, prefácio à quarta edição Luís Henrique Dias Tavares. Salvador: EDUFBA: Fundação Gregório de Matos, 2008. (Edição comemorativa ao centenário do autor).

VIEIRA, Silvia Rodrigues. **Concordância verbal**: variação em dialetos populares do norte fluminense. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. A não-concordância em dialetos populares: uma regra variável. In: HORA, Dermeval da. **Variação lingüística**. **Graphos** – Revista da Pós-graduação em Letras da UFPB, vol.2, n.1, João Pessoa, 1997.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Concordância verbal. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, p. 85-102, 2007.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. O estatuto da regra variável e o fenômeno da concordância verbal em variedades do Português. In: XVI Congreso Internacional de la ALFAL, 2011, Alcalá de Henares (Espanha). **Documentos para El XVI Congreso Internacional de la ALFAL**. Alcalá de Henares (Espanha): ALFAL/Universidad de Alcalá, 2011.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. v. 1. Salvador: Itapuã, 1969.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa, 1997.

VILLENA PONSODA, Juan Andrés. **La ciudad lingüística**: Fundamentos críticos de la sociolingüística urbana. Publicaciones de la Cátedra de Historia de la Lengua Española, Granada, Universidad de Granada, 1994.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2003**. Brasília: Unesco, 2004.

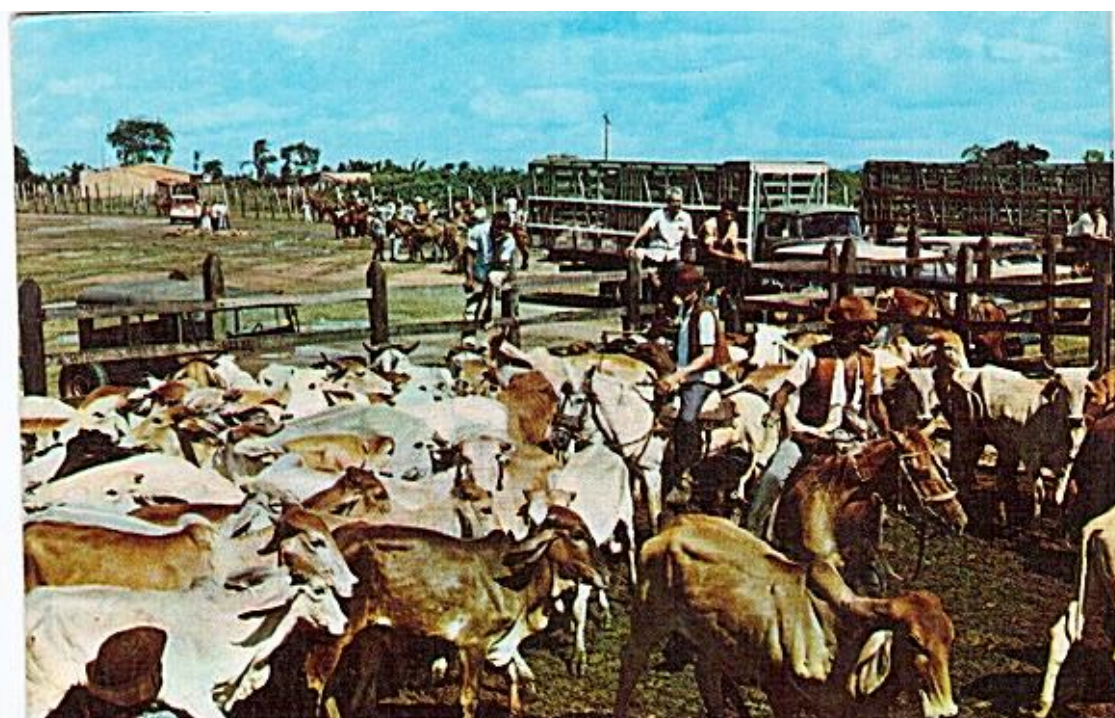
WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno; revisão técnica

Carlos Alberto Faraco; posfácio de Maria da Conceição Paiva e Maria Eugênia L. Duarte. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

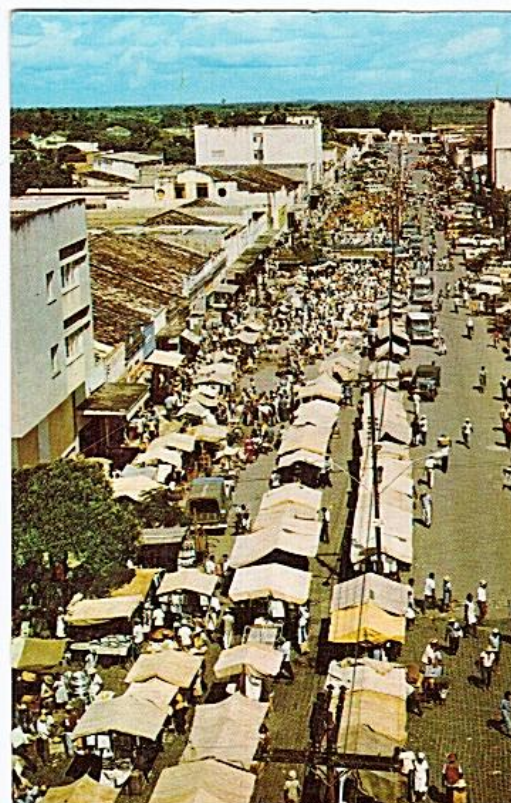
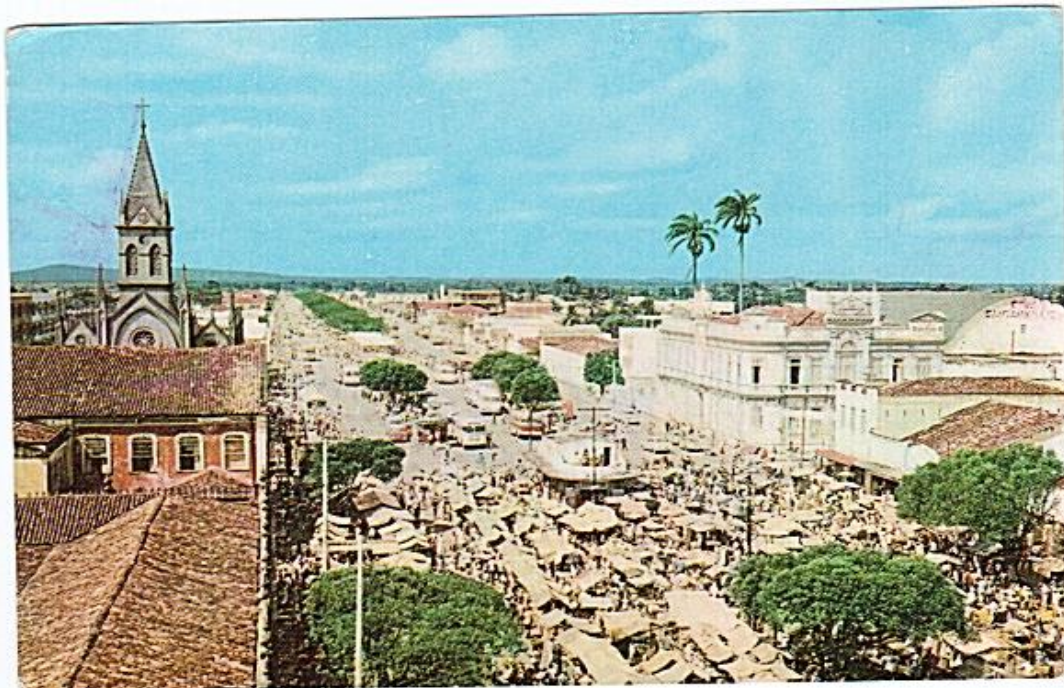
ZILLES, Ana Maria Stahl. A posposição do sujeito ao verbo no português falado no Rio Grande do Sul. **Letras de hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS. v. 35, n.1, p. 75-96, março de 2000.

ANEXO A – Postais antigos “Feira de Santana - Típicos Vaqueiros Bahianos no Dia da
Maior Feira de Gado do Nordeste. Estado da Bahia - Brasil”



Fonte: Acervo de Postais da Autora da Tese

ANEXO B – Postais antigos “Feira de Santana: Dia da Famosa Feira. Estado da Bahia – Brasil”



Fonte: Acervo de Postais da Autora da Tese

ANEXO C – Postal antigo “Feira de Santana: Praça da Bernardino Bahia. Estado da Bahia – Brasil”²¹³



Fonte: Acervo de Postais da Autora da Tese

²¹³ Destaca-se o “convívio rural e urbano”, vaqueiros passeando por entre prédios.

ANEXO D – Imagem da “moderna” Feira de Santana-Ba



Fonte: <http://digabahia.com.br/2012/03/feira-de-santana-cidade-bate-recorde-de-homicidios-em-fevereiro/>